

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS**

ISSAM RABIH MENEM

**A INCERTEZA EXISTENCIAL DA COMUNIDADE XIITA LIBANESA E SEUS
MOVIMENTOS DE MILITARIZAÇÃO A PARTIR DE MUSA AL-SADR E O
MOVIMENTO DOS DESERDADOS (1920 – 1978)**

PORTO ALEGRE

2024

ISSAM RABIH MENEM

**A INCERTEZA EXISTENCIAL DA COMUNIDADE XIITA LIBANESA E SEUS
MOVIMENTOS DE MILITARIZAÇÃO A PARTIR DE MUSA AL-SADR E O
MOVIMENTO DOS DESERDADOS (1920 – 1978)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais.
Orientadora: Profa. Dra. Sílvia Regina Ferabolli

PORTO ALEGRE

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Menem, Issam Rabi

A incerteza existencial da comunidade xiita libanesa e seus movimentos de militarização a partir de Musa Al-Sadr e o Movimento dos Deserdados (1920 - 1978) / Issam Rabi Menem. -- 2024.
198 f.

Orientadora: Silvia Regina Ferabolli.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Incerteza existencial. 2. Identidade social. 3. Musa Al-Sadr. 4. Xiitas. 5. Líbano. I. Ferabolli, Silvia Regina, orient. II. Título.

ISSAM RABIH MENEM

**A INCERTEZA EXISTENCIAL DA COMUNIDADE XIITA LIBANESA E SEUS
MOVIMENTOS DE MILITARIZAÇÃO A PARTIR DE MUSA AL-SADR E O
MOVIMENTO DOS DESERDADOS (1920 – 1978)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovado em: 26/04/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Silvia Regina Ferabolli – Orientadora
UFRGS

Prof. Dr. Salem Hikmat Nasser
FGV-EDESP

Prof. Dr. Jamil Zugueib Neto
UFPR

Prof. Dr. Danillo Alarcon
PUC GOIÁS

Prof. Dr. Fabiano Pellin Mielniczuk
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família, por todo o amor e suporte incondicional. À minha mãe, Samira, ao meu pai, Rabih, e ao meu irmão, Mohamad, por acreditarem em mim e me apoiarem em todas as etapas da minha jornada acadêmica.

À minha orientadora, Profa. Dr. Silvia Ferabolli, manifesto minha mais profunda gratidão pela orientação, paciência e valiosas contribuições ao longo deste trabalho. Sua expertise, dedicação e confiança em meu potencial foram fundamentais para a realização desta tese. Sem suas palavras de encorajamento e seu apoio incansável, este trabalho não teria sido possível.

Aos meus colegas do Núcleo de Pesquisa sobre as Relações Internacionais do Mundo Árabe (NUPRIMA), expresse minha sincera gratidão pelo companheirismo, pela troca de ideias enriquecedoras e pelo apoio intelectual durante todo o processo. Suas contribuições foram essenciais para o desenvolvimento das minhas ideias e para a qualidade deste trabalho.

Agradeço profundamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e ao Governo Federal do Brasil por me proporcionarem a oportunidade de realizar o Doutorado em uma instituição pública e gratuita de excelência. O apoio contínuo do Governo Federal à educação superior, aliado à dedicação do corpo docente e dos servidores da UFRGS, foram fundamentais para minha formação acadêmica e para a conclusão deste trabalho.

Por fim, agradeço também às pessoas que estiveram ao meu lado, me acompanharam de perto e me incentivaram ao longo desta jornada. Seus conselhos, palavras de ânimo e presença foram fundamentais para a realização deste sonho. Meu sincero muito obrigado a todos.

RESUMO

No seio da comunidade xiita libanesa, floresceram diversos movimentos militarizados, como o Movimento Amal e o Hezbollah, os quais, ao longo das últimas décadas, vêm exercendo uma influência considerável no panorama político, social e de segurança do Líbano e do Oriente Médio. O objetivo desta pesquisa é analisar a formação do primeiro grande movimento de militarização da comunidade xiita libanesa no período pós-independência, expresso na concepção do Movimento Amal. Tal análise terá como base os posicionamentos públicos do líder revolucionário xiita Imam Musa Al-Sadr e das principais entidades político-sociais daquela comunidade, tendo como recorte temporal o intervalo de 1920 a 1978. Isso nos leva ao problema geral da presente pesquisa, que consiste na seguinte questão: O que motivou a constituição de um movimento militarizado (Movimento Amal), alicerçado na comunidade xiita libanesa, na década de 1970? A hipótese central desta tese é que a comunidade xiita libanesa vem sofrendo um processo histórico de perseguição e marginalização social, política e econômica, promovido por grupos dominantes desde a concepção do Grande Líbano (1920), o que provocou profundas incertezas e ansiedades existenciais nos membros daquela comunidade. Desse modo, aponta-se que um processo de militarização (Movimento Amal) foi induzido como meio de atenuar sentimentos temerosos no que concerne ao futuro dessa comunidade no Estado libanês. Para tal objetivo, foi combinada uma revisão crítica da literatura com uma análise qualitativa de documentos à luz do diálogo teórico entre o campo construtivista de Relações Internacionais e o campo da psicologia social e política. Em conclusão, a análise possibilitou apontar que a constituição do Movimento Amal foi uma resposta plausível e natural daquela comunidade, visto que os xiitas libaneses tiveram o maior número de motivações, e as mais fortes, para aderir a ideologias de mudança violentas e exigir uma modificação radical do sistema político nacional. A manipulação de narrativas impostas por agendas geopolíticas globais ressalta a necessidade de uma abordagem acadêmica que priorize a perspectiva interna dos xiitas, concedendo-lhes o protagonismo em sua própria narrativa.

Palavras-chave: Incerteza existencial. Identidade social. Musa Al-Sadr. Xiitas. Líbano.

ABSTRACT

Within the Lebanese Shiite community, various militarized movements have flourished, such as the Amal Movement and Hezbollah, which, over the past decades, have exerted considerable influence on the political, social, and security landscape of Lebanon and the Middle East. The objective of this research is to analyze the formation of the first major militarization movement within the Lebanese Shiite community in the post-independence period, as embodied in the conception of the Amal Movement. This analysis will be based on the public positions of the Shiite revolutionary leader Imam Musa Al-Sadr and the main political-social entities of that community, with a temporal focus on the period from 1920 to 1978. This leads us to the general problem of this research, which consists of the following question: What motivated the establishment of a militarized movement (Amal Movement) grounded in the Lebanese Shiite community in the 1970s? The central hypothesis of this thesis is that the Lebanese Shiite community has undergone a historical process of persecution and social, political, and economic marginalization, promoted by dominant groups since the conception of Greater Lebanon (1920), leading to profound uncertainties and existential anxieties among the members of that community. Thus, it is suggested that a process of militarization (Amal Movement) was induced as a means to alleviate fearful sentiments regarding the future of this community within the Lebanese state. To achieve this objective, a critical literature review was combined with a qualitative analysis of documents in light of the theoretical dialogue between the constructivist field of International Relations and the field of social and political psychology. In conclusion, the analysis made it possible to point out that the establishment of the Amal Movement was a plausible and natural response from that community, considering that Lebanese Shiites had the highest number of motivations, and the strongest ones, to adhere to violent change ideologies and demand a radical modification of the national political system. The manipulation of narratives imposed by global geopolitical agendas underscores the need for an academic approach that prioritizes the internal perspective of the Shiites, granting them protagonism in their own narrative.

Keywords: Existential Uncertainty. Social Identity. Musa Al-Sadr. Shiites. Lebanon.

ملخص

في دواخل المجتمع الشيعي اللبناني، ازدهرت عدة حركات مسلحة مثل حركة أمل وحزب الله، والذين، على مدى العقود الأخيرة، مارسا تأثيرًا ملحوظًا على المشهد السياسي والاجتماعي والأمني في لبنان والشرق الأوسط. الهدف من هذا البحث هو تحليل تشكيل أول حركة عسكرية كبيرة للمجتمع الشيعي اللبناني في فترة ما بعد الاستقلال، في مفهوم ما هو مُسمّى: حركة الأمل. ستقوم هذه التحليلات على أساس المواقف العامة للزعيم الثوري الشيعي الإمام موسى الصدر والهيئات السياسية والاجتماعية الرئيسية في ذلك المجتمع، مع التركيز الزمني على الفترة من عام 1920 إلى عام 1978. هذا يقودنا إلى المشكلة العامة للبحث الحالي، والتي تتمثل في السؤال التالي: ما الذي دفع إلى تشكيل حركة مسلحة (حركة الأمل)، مستندة إلى المجتمع الشيعي اللبناني، في عقد السبعينات من القرن الماضي؟ الفرضية المركزية لهذه الرسالة هي أن المجتمع الشيعي اللبناني يعاني من عملية تاريخية للاضطهاد والتهميش الاجتماعي والسياسي والاقتصادي، تروج لها الجماعات الحاكمة منذ تأسيس لبنان الكبير (1920)، مما أدى إلى تكوين شعور عميق بعدم اليقين والقلق الوجودي لدى أفراد تلك المجتمعات. وبهذا، يُشير إلى أن عملية عسكرية (حركة الأمل) تم تحفيزها كوسيلة لتخفيف الشعور بالخوف بشأن مستقبل هذا المجتمع في الدولة اللبنانية. لتحقيق هذا الهدف، تم دمج استعراض نقدي للمراجع الأدبية مع تحليل نوعي للوثائق في ضوء الحوار النظري بين مجال العلاقات الدولية البناءة ومجال علم النفس الاجتماعي والسياسي. تُمكن التحليل من التأكيد على أن تشكيل حركة الأمل كان استجابة مقبولة وطبيعية من المجتمع الشيعي اللبناني، نظرًا لأن الشيعة اللبنانيين كانوا يمتلكون أكبر عدد من الدوافع، والأقوى منها، للالتحاق بالأيديولوجيات العنيفة للتغيير والمطالبة بتعديل جذري للنظام السياسي الوطني. تسليط الضوء على ضرورة اعتماد منهجية أكاديمية تُعطي الأولوية للمنظور الشيعي الداخلي، مما يمنحهم دور البطولة في سرد قصتهم الخاصة، أجنادات جيوسياسية عالمية. يبرز أهمية التلاعب بالسرديات المفروضة من قبل

الكلمات المفتاحية: عدم اليقين؛ هوية اجتماعية؛ موسى الصدر؛ الشيعة؛ لبنان.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localidades de Jabal Amil	61
Figura 2 - A relação familiar entre Saleh Sharaf Al-Din e Musa Al-Sadr.	72
Figura 3 - Trecho do Relatório de George Montgomery (1º. de agosto de 1919), com recomendações aos Comissários Henry Churchill King e Charles Crane ..	83
Figura 4 - Considerações redigidas por George Montgomery em seu relatório aos Comissários Henry Churchill King e Charles Crane	84
Figura 5 - Petição protocolada pela entidade cristã-maronita “Círculo Nacional do Distrito de Jbeil (Biblos)”, em 1919	85
Figura 6 - Petição protocolada pela Igreja Protestante Nativa de Beirute, em 30 de junho de 1919.....	86
Figura 7 - Nota publicada na Revista Al-Irfan (1921), intitulada “A Unidade Síria”.	93
Figura 8 - Petição publicada na Revista Al-Irfan de 1921, intitulada “Reivindicações dos Amilis”.	94
Figura 9 - Nota publicada na Revista Al-Irfan de 1945, intitulada “Jabal Amil”. ..	101
Figura 10 - Documento distribuído por Musa Al-Sadr aos líderes políticos do país	120
Figura 11 - Musa Al-Sadr cumprimentando o líder palestino Yasser Arafat (6 de junho de 1975).....	130
Figura 12 - Visita do Imam Musa Al-Sadr a um acampamento militar do AMAL	131
Figura 13 - Cartaz retratando acusações a Musa al-Sadr por concorrentes e inimigos (“kata’ibistas”, “palestinos”, “comunistas”, “direitistas”, “esquerdistas” e “pró-Xahistas”).....	134
Figura 14 - Mustafa Chamran e Musa Al-Sadr em viagem a Moscou (União Soviética), em 1972.	139

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Variáveis da Pesquisa	19
Quadro 2 - Notas da Revista Al-Irfan	22
Quadro 3 - Entrevistas Concedidas por Imam Musa Al-Sadr (1966-1978).....	23
Quadro 4 - Discursos Proferidos por Musa Al-Sadr	23
Quadro 5 - Manifestos de Entidades Xiitas.	24
Quadro 6 - As implicações da incerteza à luz do paradigma construtivista.	43
Quadro 7 - Necessidades psicológicas e respostas humanas.	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Proporção de analfabetos nas diversas comunidades religiosas em 1932	100
Tabela 2 - Número de escolas particulares dirigidas por comunidades religiosas (1918/1920 e 1977/1978).....	117
Tabela 3 - Índices socioeconômicos da população libanesa por região – 1970.	122

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	ESTRUTURA METODOLÓGICA E COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA.....	19
1.1.1	Revisão crítica da literatura	19
1.1.2	Análise qualitativa de documentos	20
1.2	DIÁLOGO COM A LITERATURA	24
1.3	PLANO DE TRABALHO.....	33
2	PEQUENOS POVOS E GRANDES PROBLEMAS DE SEGURANÇA	35
2.1	A SEGURANÇA A PARTIR DE DIFERENTES PERSPECTIVAS	37
2.2	IDENTIDADES SOCIAIS	42
2.3	A INCERTEZA EXISTENCIAL DOS PEQUENOS POVOS.....	46
2.4	MEMÓRIAS COLETIVAS: LEMBRAR PARA SOBREVIVER	57
3	INSEGURANÇAS, TRAUMAS E MEMÓRIAS: UMA JORNADA HISTÓRICA PELA COMUNIDADE XIITA LIBANESA	60
3.1	OS XIITAS SOB O IMPÉRIO OTOMANO (1516-1918).....	65
3.2	AHMAD PASHA AL-JAZZAR: UM CAPÍTULO SOMBRIO NA HISTÓRIA DE JABAL AMIL	69
3.3	AS REFORMAS DO TANZIMAT (1839) E O CATACLISMA DE 1860	74
3.4	MUTASARRIFATO DO MONTE LÍBANO (1861–1918).....	76
3.5	COMISSÃO KING-CRANE	80
3.6	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	87
4	RESISTÊNCIA E RESILIÊNCIA: OS XIITAS SOB O MANDATO FRANCÊS...	89
4.1	CONSTRUINDO FRONTEIRAS E IDENTIDADES.....	97
4.2	DESAFIOS PÓS-COLONIAIS: OS XIITAS E A FUNDAÇÃO DA REPÚBLICA LIBANESA (1943).....	102
4.3	ENTRE CRISES E TRANSFORMAÇÕES: A DINÂMICA LIBANESA EM MEIO À GUERRA FRIA	105
4.4	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	111

5	A EMERGÊNCIA DE MOVIMENTOS SOCIAIS XIITAS DE PROTESTO....	113
5.1	A JORNADA TRANSFORMADORA DE IMAM MUSA AL-SADR.....	113
5.2	SUPREMO CONSELHO ISLÂMICO XIITA	117
5.3	EXIGINDO JUSTIÇA: O NASCIMENTO DO MOVIMENTO DOS DESERDADOS	123
5.4	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	127
6	ARMAS DA DESIGUALDADE: A METAMORFOSE DO MOVIMENTO DOS DESERDADOS	129
6.1	A MILITARIZAÇÃO COMO RESPOSTA À NEGLIGÊNCIA GOVERNAMENTAL	129
6.2	MUSTAFA CHAMRAN.....	138
6.3	IDEOLOGIA POLÍTICA E DOCTRINA RELIGIOSA.....	142
6.4	DESAPARECIMENTO DE MUSA AL-SADR E ASCENSÃO DE NABIH BERRI..	145
6.5	VIOLÊNCIA E FALÊNCIA ESTATAL: VIVENDO A GUERRA CIVIL LIBANESA	150
6.6	ENTRE RUÍNAS E REFLEXÕES: OS EFEITOS PSICOLÓGICOS DURADOUROS NA SOCIEDADE LIBANESA	153
6.7	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	157
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
	REFERÊNCIAS.....	168
	ANEXO A - NOTA PUBLICADA NA REVISTA AL-IRFAN DE 1923, INTITULADA “ALGUNS DESEJOS DOS AMILIS”	192
	ANEXO B - NOTA PUBLICADA NA REVISTA AL-IRFAN DE 1921, INTITULADA “OS XIITAS E OS EMPREGOS”	193
	ANEXO C - NOTA PUBLICADA NA REVISTA AL-IRFAN DE 1921, INTITULADA “OS DIREITOS SONEGADOS DOS XIITAS”	194
	ANEXO D - NOTA PUBLICADA NA REVISTA AL-IRFAN DE 1921, INTITULADA “JABAL AMIL E OS IMPOSTOS”	195

ANEXO E - NOTA PUBLICADA NA REVISTA AL-IRFAN DE 1921, INTITULADA “IMPOSTOS”	196
ANEXO F - NOTA PUBLICADA NA REVISTA AL-IRFAN DE 1921, INTITULADA “A CHEGADA DO GENERAL GOURAUD”	197
ANEXO G - NOTA PUBLICADA NA REVISTA AL-IRFAN DE 1938, NA SEÇÃO “PERGUNTAS E RESPOSTAS”	198

1 INTRODUÇÃO

Em qualquer padrão de indicadores socioeconômicos, a comunidade xiita libanesa é historicamente marcada por apresentar os maiores níveis de subdesenvolvimento do território libanês. A historiografia indica essa população como a mais pobre, a menos instruída e a que menos se beneficiava de serviços públicos básicos. Além disso, o posicionamento político dessa comunidade manteve-se profundamente limitado e sub-representado durante a administração mameluca, otomana e francesa (Siklawi, 2014, p. 288; Hudson, 1968, p. 31-32).

Percebe-se uma tendência de pesquisadores da história do Mundo Árabe em concentrar-se nas sociedades politicamente dominantes. Isso se comprova diante do fato de, apesar de os muçulmanos xiitas representarem, atualmente, a maioria demográfica no Iraque e no Líbano, a prática do Xiismo na Grande Síria e a história desses indivíduos ter permanecido parcialmente velada e negligenciada em diferentes níveis e espaços temporais, e, portanto, sua marginalidade social e econômica se reflete na produção acadêmica. O diplomata britânico David Urquhart descreveu essa população, em 1860, como sendo “odiados pelos persas como árabes, e pelos turcos e árabes como xiitas” (Urquhart, 1860, p. 96). Na percepção de viajantes europeus, os *Amili's* (residentes de *Jabal Amil*) não “emanavam o mesmo fascínio que os bravos homens da Montanha ou os misteriosos povos do deserto” (Volney, 1787¹, *apud* Chalabi, 2006, p. 11).

Omri Nir (2016, p. 4) divide a história política dessa comunidade na região em que hoje se localiza o Líbano em seis períodos: o primeiro estende-se desde a chegada da tribo *Al-Amila Bin Saba*, advinda da região do lêmén, no século VII, até a conquista otomana, em 1516; o segundo inicia-se com o domínio otomano e vai até o declínio dos líderes Muqatajin, em 1864; o terceiro período vai de 1865, sob domínio otomano direto, até 1918, com o colapso do Império Otomano durante a Primeira Guerra Mundial; o quarto perfaz os anos de 1918 a 1946, período sob ocupação e colonização europeia; o quinto tem início com o estabelecimento da República libanesa; e o sexto período é ligado à ocupação israelense, de 1982 ao ano 2000. Considerando tais momentos históricos, este trabalho concentra seus esforços no

¹ VOLNEY, Constantin-François. **Travels through Egypt and Syria, in the years 1783, 1784 & 1785**. London: G.G.J. and J. Robinson, 1787. Vol, 11.

quarto e no quinto períodos da história política da referida comunidade, tendo como foco o processo de militarização de movimentos sociais no seio daquela comunidade.

De acordo com o historiador libanês Kamal Salibi (1990), não houve um momento em que muçulmanos e cristãos do Líbano tenham demonstrado uma consciência mais profunda de identidade comum, seja no estabelecimento do país, em 1920, ou em sua independência, em 1943, embora haja nuances um pouco variantes. Khalaf (2002, p. 23) aponta três fenômenos sociopolíticos permanentes, que moldam o caráter e a magnitude dos conflitos prolongados no Líbano:

- a) as intervenções estrangeiras;
- b) o redespertar de identidades sociais;
- c) as recorrentes escaladas de violência.

Esses três elementos estão intimamente ligados e influenciam-se mutuamente.

A República Libanesa ainda existe dentro de suas fronteiras internacionalmente reconhecidas, assim como o estado, com sua máquina governamental intacta. Entretanto, este, há muito tempo, deixou de exercer o controle soberano sobre o território nacional e carrega uma lenta e arcaica burocracia administrativa, com um mínimo de serviços públicos, cada vez mais deteriorados. No que diz respeito à segurança, em especial, os cidadãos são deixados à própria sorte (Khalaf, 2002, p. 2), pois “Não existe segurança humana individual se o Estado não dispuser de estruturas políticas e administrativas capazes de assegurá-la” (Sorj, 2005, p. 47).

Com a mobilização e a estruturação dos primeiros movimentos sociais xiitas de protesto, nas décadas de 1960 e 1970, a comunidade conquistou uma importante participação nos ambientes decisórios da política libanesa, que resultaram em certo progresso econômico e social de seus membros. Nos dias que correm, a comunidade está inserida nos grandes debates geopolíticos do *Mashriq* árabe², por basear e nutrir relevantes movimentos sociais, políticos e militares para os arranjos doméstico e regional, entre os quais o Movimento *Amal* e o *Hezbollah*, que se distinguem por sua capacidade de mobilização popular, suas extensas redes logísticas, assistencialistas, médico-sanitárias, educacionais, religiosas, de telecomunicações e, claro, por seu aparato militar.

Há uma variada gama de denominações adotadas por pesquisadores quando o assunto é o *Amal* e, principalmente, o *Hezbollah*. É importante lembrar que o termo

² Uma área que se estende do Egito ao Iraque e é dividida em duas regiões físicas: o planalto da Península Arábica e o território do Crescente Fértil (Encyclopaedia Britannica, 2024).

utilizado em certas obras pode não ser tecnicamente correto, mas dotado de posicionamento político do autor em relação aos grupos xiitas. Entre as variadas denominações verificadas na literatura, esses dois grupos são designados como:

- a) “Movimentos Proletários Populistas” (Salamey; Pearson, 2007);
- b) “Atores Armados Não-Estatais” (Yeşiltaş; Kardaş, 2017);
- c) “Grupos Militantes” (Perdew, 2020);
- d) “Organizações Não-Governamentais” (Reisinezhad, 2019);
- e) “Milícia Xiita” (Shaery-Eisenlohr, 2008) e “Grupos Terroristas” (Worrall, 2013).

Classificar oponentes com termos depreciativos, que justifiquem seu combate, é tão antigo quanto o próprio conflito político. Batalhas discursivas são travadas intensamente entre os atores concorrentes, rejeitando e colocando suas caracterizações, mutuamente, no centro da disputa. No âmbito do Oriente Médio, o debate tende a concentrar-se na (i)legitimidade de aplicarem-se rótulos, como, por exemplo, o de movimentos ou grupos “terroristas” em casos de agitação política e episódios de violência. Rotular um oponente dessa forma garante vantagens políticas diretas aos rotuladores e, além de racionalizar a violência contra aquele ator, mobiliza apoio civil e político e comunica a existência de uma ameaça existencial. Todavia, embora muitos dos grupos combatidos se orgulhem de rótulos depreciativos, como “insurgentes”, “rebeldes” ou até mesmo “inimigos”, o terrorismo tem poucos praticantes autoproclamados (Harb; Leenders, 2005, p. 174).

Movimentos sociais empregam rotineiramente diferentes estratégias para atingir seus fins, desde a escrita de manifestos, protestos, marchas de rua, até a violência. É inconteste que grande parte dos grupos de movimentos sociais não operam táticas violentas ou desenvolvem comportamento violento, e aqueles que o fazem costumam usar a violência de forma limitada e espontânea. A pesquisadora Jennifer Hazen (2009) compreende que a violência é integrante de um espectro mais amplo de ações de protesto político e pode ser aplicada de diferentes formas, variando desde o uso esporádico de alvos limitados até seu uso mais amplo, sistemático e organizado. O emprego de táticas militares organizadas representa o extremo superior das opções de protesto disponíveis às organizações de movimentos sociais.

Hazen (2009) lembra que o uso de métodos violentos não determina um afastamento do protesto social. Muitos grupos armados originam-se em movimentos sociais mais amplos. Geralmente, um grupo de indivíduos, em um movimento social

mais amplo, está disposto a desenvolver estratégias mais radicais de mudança política e social. O fenômeno da radicalização deriva de alguns fatores, como a incapacidade do governo em atender a demandas populares; a reação a ações repressivas do governo; a proliferação de ideologias revolucionárias que legitimam o uso da violência; a percepção de ameaça à sobrevivência da identidade social; e a competição por recursos escassos (Hazen, 2009, p. 281).

Assim, este estudo compartilha com Jawad (2009) e Karagiannis (2009) o posicionamento segundo o qual os movimentos sociais, políticos e militarizados que emergiram no cerne da comunidade xiita libanesa, no período pós-independência, como é o caso do Movimento Amal e do *Hezbollah*, irrompem ostentando atributos tradicionais de movimentos sociais de protesto contra o *status-quo* (o estado das coisas). A mobilização social dos xiitas, que se inicia na década de 1960, alcança sua expressão máxima na luta de resistência contra Israel (Jawad, 2009, p. 94), podendo-se afirmar que esses movimentos xiitas libaneses têm, evidentemente, duas características:

- a) mobilizam seus apoiadores para uma ação coletiva;
- b) fazem-no com um objetivo político, social e securitário (Karagiannis, 2009, p. 369). Harb (2008), Jaber (1997) e Jawad (2009) reforçam as décadas de transformações e conquistas sociais que devem ser creditadas a esses movimentos.

Em geral, pesquisas que investigam as perturbações da dinâmica securitária libanesa e suas comunidades sectárias optam por sobrepor elementos, atribuindo maior valia a um em detrimento de outros. Tradicionalmente, os distúrbios intercomunitários libaneses são analisados a partir de perspectivas macrorregionais, em que o posicionamento político de atores externos (Irã, Arábia Saudita e Israel) ao território libanês compõe as unidades de referência de análise, ignorando aspectos, elementos e especificidades daquela conturbada unidade política. Zogueib Neto e Cremasco (2011) qualificam o Líbano como um “país de guerras de memória”, onde se alimenta uma cultura de violência, provocada por tensões étnico-confessionais. Os extremos são constituintes de sua história desde a sua concepção, e a reapropriação de períodos violentos exige uma maior atenção ao campo sócio-histórico do conflito, orientado por suas dimensões sociológicas (o estudo de grupos sociais, atores, bem como suas motivações), o que permite um descentramento do olhar para fora do campo estritamente político-militar (De Clerck; Malsagne, 2020, p. 346-349).

Diante dessas considerações, a escolha do objetivo deste estudo e seu recorte temporal fundamentam-se no fato de que o Movimento Amal, concebido por Musa Al-Sadr, é o primeiro grande grupo xiita libanês a, efetiva e institucionalmente, paramilitarizar-se. Esse fenômeno adquire maior relevância ao ser contextualizado e examinado histórica, política e socialmente desde sua concepção, no âmago do Movimento dos Deserdados, uma expressão xiita genuína de frustração social, política e securitária em meio ao contexto libanês.

A metamorfose do Amal, de um movimento de reivindicação de direitos para uma entidade militar, reflete não apenas a dinâmica interna do grupo, mas também sua resposta às complexidades sociopolíticas do Líbano. Embora a Revolução Islâmica no Irã (1979) tenha inspirado e fortalecido a comunidade xiita no Líbano, tanto em termos de exemplo a ser seguido quanto em termos de apoio concreto e o *Hezbollah* seja inegavelmente influente e central na política libanesa contemporânea, uma análise focada no processo de constituição do Amal pode proporcionar uma visão mais holística e contextualizada das complexidades históricas e sociais que moldaram a evolução da identidade e da comunidade xiita no Líbano. Em síntese, Bailey (1987) caracteriza o Movimento Amal como o porta-voz orgânico dos interesses xiitas e o grande responsável pelas conquistas políticas e sociais daquela comunidade.

Em síntese, o objetivo geral do presente estudo é analisar como se deu a constituição do primeiro grande movimento de militarização da comunidade xiita libanesa no período pós-independência, a partir dos posicionamentos públicos do líder revolucionário xiita Imam Musa Al-Sadr e das principais entidades político-sociais daquela comunidade, como o Movimento dos Deserdados, o Supremo Conselho Islâmico Xiita e o Movimento Amal.

Já os objetivos específicos, que auxiliarão a delimitar e a tornar mais claro o que se pretende alcançar com o estudo, são os que seguem:

- a) verificar o posicionamento da comunidade xiita de Jabal Amil ao longo do processo histórico de formação social e territorial da atual República do Líbano;
- b) evidenciar, a partir de amostras documentais, manifestos, artigos jornalísticos, discursos e entrevistas, indicadores que expõem o senso de incerteza e insegurança daquela comunidade;
- c) identificar a formação e a mobilização dos primeiros movimentos sociais xiitas de protesto, em especial, o “Movimento dos Deserdados”;

- d) analisar o papel do líder social e religioso Imam Musa Al-Sadr na mobilização social, política e securitária da comunidade xiita libanesa;
- e) examinar o primeiro grande processo de militarização de um movimento efetivamente libanês e xiita, o Movimento Amal.

Tendo em vista os elementos previamente mencionados, o presente estudo busca analisar como se deu o processo de constituição do primeiro grande movimento militarizado no cerne da comunidade xiita libanesa, no período pós-independência. Procurando responder à pergunta: “O que motivou a constituição de um movimento militarizado (Movimento Amal) alicerçado na comunidade xiita libanesa, na década de 1970?”.

A partir desse questionamento, trabalha-se com a seguinte hipótese: a comunidade xiita libanesa experimentou um constante processo de perseguição e marginalização social, política e econômica, promovido por grupos dominantes a partir da concepção do Grande Líbano (1920). Esse longo período de eventos traumáticos provocou profundas e encrustadas incertezas e ansiedades existenciais nos membros daquela comunidade; desse modo, aponta-se que um processo de militarização (Movimento Amal) foi induzido como meio de atenuar sentimentos temerosos, no que concerne ao futuro da comunidade no Estado libanês.

Essa hipótese será sustentada a partir de uma proposição teórica em que se estabelece um diálogo direto entre o construtivismo em Relações Internacionais e o campo da psicologia social e política, sugerindo que aquilo que move os indivíduos em pequenos grupos pode ser replicado para se compreender o comportamento, as percepções e a conduta de grandes grupos sociais, como populações étnicas e religiosas, ou de territórios específicos. O diálogo teórico entre o paradigma construtivista de Relações Internacionais e o campo da psicologia social e política tem apresentado um potencial promissor para a evolução da disciplina de Relações Internacionais no Brasil.

No intuito de identificar a relação, as associações e a correlação entre os diferentes elementos desta pesquisa, elaborou-se um quadro, indicando as variáveis independente, interdependente e dependente.

Quadro 1 - Variáveis da Pesquisa

Variável independente (VI)	Variável Interdependente (VI)	Variável Dependente (VD)
Constância de eventos históricos de perseguição e marginalização social, política e econômica.	Incertezas e ansiedades existenciais	Processo de militarização

Fonte: Elaborado pelo autor.

Embora se reconheça a lógica positivista de causa e efeito presente no quadro das variáveis da pesquisa, no qual o processo de militarização é considerado como variável dependente e outros fatores são tratados como variáveis independentes e interdependentes, é importante ressaltar que o caráter reflexivo e interpretativo desta pesquisa permanece intacto. O objetivo é compreender a complexidade das relações sociais e políticas que permeiam o fenômeno em estudo, transcendendo uma visão simplista de causa e efeito e considerando as nuances e interações contextuais envolvidas.

1.1 ESTRUTURA METODOLÓGICA E COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA

Este trabalho se sustentará a partir de uma metodologia combinada de diferentes perspectivas como estratégia para acrescentar-se amplitude, complexidade, riqueza e profundidade à pesquisa. Dessa forma, reduzem-se o risco de enviesamento e as limitações de um único método (Abdalla *et al.*, 2013, p. 5; Gil, 2008, p. 9-10). O método empregado para o desenvolvimento da pesquisa envolve as seguintes análises:

1.1.1 Revisão crítica da literatura

Este tipo de revisão envolve analisar e sintetizar informações disponíveis sobre determinada literatura, sem, necessariamente, empregar-se uma metodologia específica, como no caso de uma revisão sistemática. Dessa forma, os autores detêm maior flexibilidade para abordar diferentes perspectivas, teorias e conclusões presentes na literatura. Mancini e Sampaio (2007) alertam que, para ser crítico, é substancial que o investigador compreenda tendências, lacunas e debates na área de estudo, oferecendo uma visão abrangente do estado atual do conhecimento sobre o tema em questão.

Em relação à formação histórica e social da comunidade xiita libanesa e de *Jabal Amil*, buscou-se o aporte em obras de pesquisadores especialistas na área, como Kinda Chaib (2007, 2009, 2014); Tamara Chalabi (2003, 2006); Mona Harb (2012, 2013, 2008); Lara Deeb (2011, 2013, 2009); Fouad Ajami (1986); Omri Nir (2011, 2016); Rami Siklawi (2014); Max Weiss (2009, 2010); Stefan Winter (2010); Martin Kramer (1996, 2017); Augustus Norton (1985, 1987); Melani Cammett (2014, 2019); Sabrina Bonsen (2020); Dima Smaira (2014); Sabrina Mervin (2000, 2006) e Yusri Hazran (2009, 2010).

No que se refere à formação territorial e demográfica do Estado libanês, buscaram-se consolidadas obras bibliográficas, como *A History of modern Lebanon* (2012), do pesquisador Fawwaz Traboulsi; *A house of many mansions: The History of Lebanon reconsidered* (1990), de Kamal Salibi; *The culture of sectarianism: community, history, and violence in nineteenth-century Ottoman Lebanon* (2000), de Ussama Makdisi; *Lebanon* (2009), por Ann Malaspina; *The Precarious Republic: Political modernization in Lebanon* (1968), de Michael Hudson, e outras notáveis obras de Dima De Clerck e Stéphane Malsagne (2020), Ahmad Beydoun (1984) e Robert Fisk (2001).

1.1.2 Análise qualitativa de documentos

A análise de documentos é um método que consiste no exame de documentos de diferentes naturezas, como artigos de jornais, artigos de revistas acadêmicas, livros, relatórios etc. Geralmente, pesquisadores que empregam uma análise documental optam entre empregar métodos qualitativos ou quantitativos, ou ambos juntos. Enquanto o método quantitativo concentra-se em medições que possibilitam comparações e produção estatística de dados, um método qualitativo empenha-se na forma como os indivíduos interpretam e constoem seu ambiente. Existem diferentes formas de coletarem-se dados em pesquisas qualitativas, e o pesquisador pode tanto criar os próprios dados como usar dados pré-existentes. No caso de optar por dados pré-existentes, como bases de dados eletrônicas de instituições e universidades, isso possibilita ao pesquisador maior acessibilidade às informações, geralmente de forma gratuita (Morgan, 2022).

A depender do objeto estudado, indivíduos relutam em discutir abertamente temas considerados sensíveis para sua comunidade, de forma que documentos

podem ser uma importante alternativa para a investigação proposta. Ademais, dados pré-existentes são estáveis e não podem ser influenciados por dinâmicas como entrevistas ou observações. Morgan (2022) lembra que, entre as vantagens descritas, a utilização de dados publicados em documentos pré-existentes implica menos preocupações éticas aos pesquisadores, em especial, quando buscam bibliografias e referências de repositórios públicos.

O processo de uma análise documental inicia-se com a localização e a seleção dos documentos. Em seguida, como aponta Uwe Flick (2009), há quatro fatores essenciais, que devem ser levados em consideração no processo de seleção dos documentos: autenticidade, credibilidade, representatividade e significado. No que diz respeito ao significado dos documentos, ele pode ser tanto literal quanto interpretativo. Um documento precisa ser interpretado para além de seu significado literal, pois se espera do pesquisador um esforço analítico que extrapole o significado literal do documento, considerando o contexto político e social que circundou a elaboração daquela fonte. Não existe um número ideal de documentos para se utilizar em uma investigação; Morgan (2022) indica não pré-determinar a quantidade da amostra antes de se iniciar a investigação, pois o número poderá variar conforme o processo da pesquisa. O autor recomenda que uma quantidade satisfatória de amostragem envolve atingir um ponto de redundância, o que geralmente ocorre quando o pesquisador deixa de obter novos dados, elementos ou fatos (Morgan, 2022).

Flick (2009) e Morgan (2022) consideram a comunicação do pesquisador com o campo e seus membros como parte explícita do conhecimento. A subjetividade do pesquisador e de seu objeto passam a fazer parte do processo de elaboração da pesquisa, e, assim, suas reflexões, observações, impressões, sentimentos e outros aspectos tornam-se dados por si só. Entre os métodos qualitativos, Morgan destaca a análise temática de documentos, por sua flexibilidade e versatilidade, que permitem a investigadores selecionar o desenho de pesquisa que melhor se adeque a seus interesses e áreas de concentração. De acordo com Morgan (2022), a análise temática não é orientada teoricamente e não prescreve quadros epistemológicos ou ontológicos, mas consiste em uma variedade de abordagens. No âmbito da análise temática, identificam-se três escolas de análise:

- a) escola de “confiabilidade de codificação”, segundo a qual dados qualitativos são coletados e analisados por meio de técnicas qualitativas de codificação;

- b) escola de abordagem “reflexiva”, que é única escola baseada completamente em métodos qualitativos, enfatizando o significado como contextual ou situado, a realidade ou as realidades como múltiplas, e a subjetividade do pesquisador como não apenas válido, mas um recurso, de forma que o pesquisador assume um protagonismo no processo de produção do conhecimento;
- c) escola de abordagem do “livro de códigos”, que é considerada uma abordagem híbrida entre a “confiabilidade de codificação” e a “reflexiva” e enfatiza a subjetividade do pesquisador como uma ferramenta. Essa abordagem orienta para uma análise sistemática e organizada dos dados, facilitando a identificação de padrões e temas comuns.

Na abordagem reflexiva, a subjetividade do pesquisador não é vista como um problema, mas como um recurso para a investigação, que instiga esforços de reflexão, em especial, sobre como aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos podem influenciar tanto sua perspectiva como a perspectiva de seu objeto de estudo (Braun *et al.*, 2019; Morgan, 2022). Em suma, Rona Pillay (2019) compreende que a reflexividade está ligada à propriedade autoexplicativa das ações comuns e explora, assim, o significado social subjetivo através da lente de um indivíduo.

Diante disso, no esforço de investigação, foram coletados e selecionados dados e construída uma importante base a partir de documentos de diferentes naturezas, sobretudo sete editoriais da Revista *Al-Irfan*, popular e importante plataforma midiática que espelhou empenhadamente as demandas sociais, políticas e seculares dos xiitas libaneses, conforme o Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 - Notas da Revista Al-Irfan

Revista Al-Irfan				
Vol.	Pt.	Título	Pág(s).	Data de publicação
6	5-6	As mais importantes notícias e opiniões – “Os Xiitas e os empregos”, “Jabal Amil e os impostos” e “A chegada do General Gouraud”.	293-295	abr. 1921
6	8	As mais importantes notícias – “Os Impostos”, “Os Direitos Sonegados dos Xiitas” e “A Unidade Síria”.	404-407	jun. 1921
7	3	Demandas dos Amilis	190-191	dez. 1921
9	1	Desejos dos Amilis	100	out. 1923
28	4	Perguntas e Respostas – Os Xiitas e seus Direitos Legítimos no Líbano	386-387	jun. 1938
31	1-2	Banu Amilah	218-224	fev. 1942
31	7-8	Resumo de Notícias - Jabal Amil	443	jun. e jul. 1945

Fonte: Elaborada pelo autor.

As 14 entrevistas concedidas pelo líder revolucionário xiita Imam Musa Al-Sadr para a mídia escrita, como se descreve no quadro abaixo.

Quadro 3 - Entrevistas Concedidas por Imam Musa Al-Sadr (1966-1978)

Entrevistas - Imam Musa Al-Sadr		
Promotor(a)	Título	Data
Revista Al-Hawadeth	“O Conselho Islâmico Xiita e o sectarismo”	1 jul. 1966
Jornal Al-Amal	“O Patritismo e o Nacionalismo”	09 dez. 1969
Revista Al-Jamhur	“O Sul está entre o Estado e o seu representante, a responsabilidade da liderança”	04 jun. 1970
Jornal Al-Dabour	“O Sectarismo é um Sistema de Discórdia”	23 jul. 1971
Jornal Al-Nidal	“Cidadania e Justiça Social”	16 mar. 1972
Revista Al-Hawadeth	“Justiça para Todos”	22 mar. 1974
Jornal Al-Muharrir	“O Líbano do Sul”	10 nov. 1974
Jornal Al-Hayat	“A Pátria é um Direito e um Dever”	dez. 1974
Revista Magazine	“Nossa responsabilidade é histórica”	08 maio 1975
Revista Kol Sha'i	“O Governo Confesso”	04 fev. 1976
Revista Al-Yaqza	“Os Xiitas e as Armas”	08 mar. 1976
Jornal Al-Qabas	“Israel e a responsabilidade histórica dos árabes”	05 out. 1976
Jornal Al-Safir	“O Acordo Nacional”	17 set. 1977
Jornal Al-Dustour	“O Sul entre as armas palestinas e as intervenções israelenses”	26 jun. 1978

Fonte: Elaborado pelo autor.

Seis discursos públicos do líder Imam Musa Al-Sadr considerados os mais significativos e emblemáticos, tanto pela substância das manifestações quanto pela mobilização do público, conforme quadro abaixo:

Quadro 4 - Discursos Proferidos por Musa Al-Sadr

Discursos - Imam Musa Al-Sadr		
Local	Evento	Data
Jarjouh	Inauguração das atividades sociais e culturais do Clube Jarjou	27 ago. 1967
Tiro/Sour	Celebração do Eid Al-Ghadir	11 jan. 1974
Baalbak	Festival de Baalbak - Quadragésimo aniversário do Imam Hussein	17 mar. 1974
Tiro/Sour	Festival de Tiro/Sour	05 mai. 1974
Beirute - Sede do Conselho Supremo Islâmico Xiita	Assembleia Geral do Conselho Supremo Islâmico Xiita	13 set. 1974
Beirute - Sede do Conselho Supremo Islâmico Xiita	Conferência - O nascimento dos grupos de resistência libaneses	08 jul. 1975

Fonte: Elaborado pelo autor.

Sete manifestos publicados por importantes e históricas entidades xiitas no Líbano:

- a) Conselho Supremo Islâmico Xiita (2);
- b) Movimento dos Deserdados (1);
- c) Movimento Amal (4), que o quadro a seguir apresenta.

Quadro 5 - Manifestos de Entidades Xiitas.

Manifestos		
Instituição	Título	Data
Conselho Supremo Islâmico Xiita	Lista Completa das Privações	02 dez. 1974
Movimento dos Deserdados	A voz dos Desprovidos/Despossuídos	17 maio 1977
Movimento Amal	Manifesto do Movimento Amal	1974
Movimento Amal	Movimento dos Deserdados (nascimento, circunstâncias de criação e dimensão) - a situação social e política no Líbano	-
Movimento Amal	Movimento dos Deserdados (nascimento, circunstâncias de criação e dimensão) - Fatores históricos e ideológicos entre os xiitas	-
Movimento Amal	Movimento dos Deserdados (nascimento, circunstâncias de criação e dimensão) - Localização da comunidade islâmica xiita no Líbano e no mundo árabe	-
Conselho Supremo Islâmico Xiita	Uma visão histórica do Conselho Supremo Islâmico Xiita - Líbano	-

Fonte: Elaborado pelo autor.

1.2 DIÁLOGO COM A LITERATURA

Na esteira de uma história constituída por divisões, contestações e até heresiologia, comunidades xiitas se veem confrontadas com a obrigação de organizar sua identidade religiosa, política e cultural. Na historiografia xiita, narrativas e recortes temporais que rejeitam ou diminuem quase totalmente os processos e fenômenos pré-Musa Al-Sadr reduzem a disposição histórica da população xiita libanesa como essencialmente passiva, oprimida e quietista. Max Weiss (2010) e Majed Halawi (1992) destacam o posicionamento combativo das massas xiitas desde o primeiro dia de constituição do Grande Líbano, resistindo ao mandato francês e demonstrando fidelidade ao nacionalismo árabe, a despeito de não possuírem recursos institucionais para mobilizar a comunidade em sua própria defesa.

Outra problemática levantada por Weiss (2010) é a ideia de que a história dos xiitas libaneses é somente compreensível através das lentes do xiismo político contemporâneo, das tendências políticas globais ou da influência dos revolucionários iranianos. Qualquer tentativa de compreender-se o “despertar” ou a “mobilização”, a “radicalização” ou a “militarização” do meio xiita deve levar em consideração as múltiplas formas de envolvimento e ativismo político, as conexões transnacionais e as diversas expressões de identidade daquela população (Weiss, 2010). Shaery-Eisenlohr (2008) endossa a perspectiva de Weiss (2010), argumentado que o fenômeno social evidenciado no meio xiita a partir de Musa Al-Sadr não pode ser

explicado apenas instrumentalmente, por reivindicações econômicas e políticas. O pesquisador situa essa “radicalização” ou o que, neste trabalho, denomina-se “processo de militarização” como parte da produção de um nacionalismo em que os xiitas libaneses afrontam a narrativa dominante de um Líbano cristão-maronita.

A antropóloga Lara Deeb (2017) não hesita em ressaltar como a identidade sectária carrega um significado pessoal para muitos cidadãos Libaneses. Apesar do receio de essa afirmação contribuir, de certo modo, para suposições aparentemente intransigentes, de que o sectarismo é imutável ou primordial, a pesquisadora expõe o arraigamento e a influência do sectarismo nas relações interpessoais contemporâneas da sociedade libanesa:

Talvez reconhecer que as pessoas se preocupam com a seita seja um pouco como revelar um segredo de família, ou aventurar-se na confusão da discriminação e do preconceito que gostaríamos que não existissem, ou uma traição aos esforços ativistas que apoiamos. Talvez tenhamos medo de que escrever sobre como a seita é importante a nível interpessoal ou afetivo contribua para aquelas suposições aparentemente intransigentes de que o sectarismo é imutável ou primordial. Mas por mais que queiramos escapar ou negá-lo, permanece o fato de que a seita é importante para muitas pessoas nas suas vidas quotidianas, não apenas em relação à política, às redes, ao estatuto jurídico ou ao domínio material, mas nas suas interações interpessoais (Deeb, 2017, tradução própria).

Melani Cammett (2014), Dima De Clerck e Stéphane Malsagne (2020), Lara Deeb (2017) e Kinda Chaib (2007; 2009; 2014) orientam que não se pode reduzir a história da Guerra Civil Libanesa ao acúmulo de operações militares executadas por milícias e exércitos estrangeiros em solo libanês ou à consequência do jogo diplomático de potências regionais e internacionais, de 1975 a 1990. Nos bastidores do conflito, escondem-se profundas e dolorosas memórias, que remontam ao século XIX e episódios intercomunitários nunca resolvidos. Visto isso, é preciso realçar o papel de variáveis internas históricas e identitárias, que se reproduzem e se chocam independentemente de variáveis externas daquele momento histórico, como a interferência estrangeira e a globalização do conflito, elementos que contribuíram para a escalada intensa do mesmo conflito. Em um momento em que as histórias populares florescem, uma leitura da Guerra do Líbano de baixo para cima, e não mais centrada essencialmente em suas elites políticas, militares e econômicas, é uma necessidade (De Clerck; Malsagne, 2020).

Após uma série de entrevistas conduzidas pela pesquisadora Melani Cammett (2019), com o objetivo de examinar o nível de pertencimento que indivíduos libaneses

têm em relação a suas comunidades religiosas, os resultados obtidos pela pesquisadora indicaram que o apego comunitário está diretamente associado a um maior apoio aos políticos das mesmas comunidades religiosas. O estudo ressalta que, em média, a identidade religiosa dos políticos é importante para os cidadãos no Líbano: “o sectarismo no Líbano está bem estabelecido – tanto na política como na vida cotidiana” (Cammett, 2019, p. 13, tradução própria). A persistência de “laços primordiais de parentesco e fidelidade” aponta que a identidade religiosa permeia profundamente todos os aspectos do processo político e da estrutura administrativa libanesa. Nesse mesmo sentido, Samir Khalaf (1968, p. 264) corrobora que a consciência de classe não foi tão intensa ou significativa quanto a confessional ou a de parentesco.

Rana Jawad (2009) demonstra que, no cenário libanês, a compreensão do comportamento das religiões é peça-chave, visto o poderoso domínio social e moral independente da classe econômica. A autora destaca que esse cenário se reproduz pelo Oriente Médio especialmente em sociedades islâmicas onde contribuições como o *Zakat*³ ultrapassam os auxílios do Estado, como o de agências de apoio a grupos vulneráveis. Os princípios islâmicos dominam a mentalidade em torno do bem-estar dessas sociedades. Para mais, Jawad compreende que, historicamente, a identidade religiosa constitui uma potente força motriz de movimentos políticos e sociais por todo o globo.

Na Europa medieval, foram observadas inúmeras revoltas populares das camadas mais pobres contra as elites feudais, que foram energizadas por símbolos religiosos, e, no Japão, mosteiros budistas formavam centros de desenvolvimento econômico e proezas militares. O mesmo fenômeno é observado no Oriente Médio. Jawad (2009) destaca a Irmandade Muçulmana, no Egito; o Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP), na Turquia; o *Hezbollah*, no Líbano; e o Hamas, na Palestina. Autores como Bacon (2006), Tyndale (2006), Clarke e Jennings (2008) desenvolveram importantes pesquisas sobre o bem-estar baseado na fé, estabelecendo uma importante base para que a identidade religiosa seja uma força ativa na esfera pública (Jawad, 2009, p. 11-12).

³ “O Zakat é o terceiro dos cinco pilares do Islam. O zakat é um ato de caridade obrigatório para muçulmanos que têm condições de doar. Os recursos devem ser destinados aos muçulmanos que passam por necessidades financeiras” (Zakat: Como Funciona..., 2020).

Max Weiss (2009, p. 142) separa a escrita histórica sobre o sectarismo libanês em quatro tendências de abordagem. Um primeiro corpo de pesquisadores confirma certa organicidade das comunidades étnico-religiosas que, posteriormente, foram incorporadas ao sistema constitucional de representação confessional. Uma segunda escola de pensamento retrata o sectarismo como uma tradição inventada, importada por forças e atores externos ao país. Essas duas tendências baseiam-se em interpretação histórica, bem como em diferentes métodos científicos extraídos da sociologia, da ciência política e de outros campos. Entre esses estudos, alguns têm inspiração na teoria da modernização e no sistema-mundo, e outros têm orientação política marxista. Em meio à Guerra Civil Libanesa, surge uma terceira tendência, com o intuito de expor o sectarismo como uma falha da coexistência e da tolerância das diversas culturas e comunidades libanesas: historiadores e cientistas sociais realizaram uma análise crítica profunda de fundamentos culturais, sociais e institucionais do sectarismo local. Em seguida, uma quarta tendência surge, baseada em uma gama de métodos históricos e metodologias científicas sociais.

Em oposição à ideia de que tais suposições foram impostas como invenções estrangeiras, há um numeroso corpo de pesquisadores libaneses, entre os quais Kamal Hajj e Michel Chiha, que defendem a necessidade de manutenção desse mecanismo sectário, diante da estabilidade política e securitária que gera no âmbito doméstico libanês. Em geral, tanto defensores quanto críticos do sectarismo no Líbano veem o fenômeno como normativo, real e inevitável.

Outros pesquisadores percebem o sectarismo como um fenômeno intrínseco ao país, representando uma expressão natural de essências orgânicas das várias comunidades que, de forma inesperada e coercitiva, foram incorporadas a uma entidade política, apenas. O professor Jamal Nassar (1995) parte do princípio de que as identidades sectárias indígenas foram acomodadas pela estrutura constitucional moderna do Líbano, diante da primazia da identidade sectária na formação das instituições políticas libanesas. A compartimentalização sectária da ordem política foi aceita como norma por muitos séculos. Com o advento do nacionalismo, no final do século XIX, essa ordem sectária foi atacada, e a ascensão dos Estados modernos marcou as primeiras tentativas legais de dismantelar a ordem sectária na maioria das sociedades do Oriente Médio (Nassar, 1995, p. 247).

Fayez Sayegh (1947) compreendeu que o sectarismo reside na “vida popular” e na “consciência popular” da sociedade libanesa e que, se não fosse por uma

dimensão tão popular, as instituições sectárias não teriam se estabelecido e desenvolvido em primeiro lugar. Em suas palavras, as instituições sectárias “são um espelho da sociedade” (Sayigh, 1947⁴, *apud* Weiss, 2009, p. 146).

Já Michael Hudson (1968, p. 25) aposta que a convivência intersectaria é possível desde que o equilíbrio permaneça estável, sendo o maior desafio para esta estabilidade as diferenças doutrinárias históricas e as antigas e recentes memórias de opressão, que fortalecem as identidades sectárias. Conforme o pesquisador Jamil Zogueib Neto (2017, p. 21), cada uma das comunidades étnico-religiosas libanesas tem uma história de guerra, sofrimento e mortes em sua história recente. O sentimento de concorrência entre essas comunidades desenvolveu outro sentimento, o de rancor mútuo, provocando fronteiras simbólicas mais rígidas entre si. A importância política desses atores está conectada ao fato de que são as principais organizações sociais locais. Pelo caráter corporativista dessas comunidades, Hudson (1968, p. 21) percebe que a intensidade e o compromisso do sentimento sectário em território libanês são mais pujantes que movimentos ocidentais de filiação religiosa.

Em artigo publicado no jornal de maior circulação no Líbano (*Al-Nahar*), Nassif Nassar (1970) discorre que o sectarismo é “um meio e um fim ao mesmo tempo”. Ou seja, o sectarismo poderia funcionar como um meio empregado por senhores feudais, governadores otomanos e potências ocidentais para provocar discórdia e divisão entre os libaneses, como também um fim em si mesmo, visto que o convênio de potências imperialistas com atores domésticos libaneses garante a perpetuação de seu próprio poder e influência no país (Nassar, 1970⁵, *apud* Weiss, 2009, p. 148).

Embora alguns líderes e grupos libaneses defendam de forma convincente a remoção do sectarismo da política, a maioria ainda está disposta a aceitá-lo como um fato da vida e defender apenas sua reforma. O mais significativo e, talvez, o mais forte defensor do sectarismo foi o Partido Falange, e um olhar sobre este e outros partidos é significativo para uma compreensão das culturas políticas libanesas. Afinal, os partidos políticos são os principais articuladores da cultura política em qualquer sociedade. Publicam-se, com certa frequência, artigos e pesquisas que expõem os malefícios e as repercussões negativas que as intervenções externas no Líbano

⁴ Sayigh, Fayez A. *Al-Ta'ifiyya: bahth fi asbabih wa-akhtariha wa-'ilajih*. Beirut: Manshurat Maktabat al-Wajib, 1947.

⁵ Nassar, Jamal R. Sectarian political cultures: The case of Lebanon. *The Muslim World*, v. 85, n. 3-4, p. 246-265, 1995.

geraram ou aprofundaram no país; entretanto, pouco se escreve sobre o ambiente fértil que as potências externas encontraram nas divisões políticas internas da República Libanesa (Norton; Binder, 1987, p. 79), mas esse não é, objetivamente, o interesse deste trabalho.

Nos estudos em Relações Internacionais (RI), a abordagem do construtivismo exerce um papel importante ao apontar como os valores socialmente compartilhados moldam e direcionam os interesses, e não o contrário. O construtivismo assume que a identidade é uma variável determinante e resultante de contextos históricos, culturais, políticos e sociais, e os teóricos construtivistas são considerados o primeiro grupo de cientistas políticos a fundamentar a teoria de RI em uma metafísica explícita e uma teoria social (Shannon; Kowert, 2012).

Nesse sentido, Michael Barnett (1998) inferiu que “[...] a política árabe pode ser entendida como uma série de diálogos sobre a relação entre identidades, normas e ordem regional” (Barnett, 1998, p. 15). Nenhum estudante de política internacional do Oriente Médio pode começar a entender a região sem levar em conta o fluxo e refluxo da política de identidade (Telhami; Barnett, 2002, p. 1). Para mais, fenômenos e mudanças no Sistema Internacional tornaram equivocada a suposição de que o Estado é a base para os estudos de segurança.

Pesquisadores de vertentes mais ortodoxas dos estudos de segurança demonstram resistência às atuais tendências transformadoras e acabam por subestimar variáveis diretamente envolvidas na dinâmica securitária. As abordagens tradicionais que repousam sobre a segurança estatal mostram-se limitadas e apresentam um senso de realidade desconexo, de uma “avaliação prática da dinâmica contemporânea da Política Internacional” (Krause; Williams, 1997, p. 5). A abordagem neorrealista, por exemplo, preocupa-se em grande parte com fatores materiais, como riqueza e poder. Apesar de serem importantes, fatores materiais ostentam um moderado nível de aplicabilidade e não esgotam as forças motivadoras da política internacional e o comportamento dos agentes (Shannon; Kowert, 2012, p. 4).

Khalaf (2002) condena o flagrante esforço de desconstrução que os paradigmas teóricos associados à modernização e ao marxismo e suas ramificações lançam sobre os laços das lealdades primordiais entre indivíduos e sociedades. Apesar de suas diferenças, essas abordagens compartilham a convicção de que as variáveis não materiais que uniam indivíduos e explicavam suas distinções perderam sua força explicativa e que se tornariam, fatalmente, irrelevantes para a dinâmica

social, nada além de fenômenos transitórios. As noções de tribalismo e de confessionalismo, por exemplo, são vistas como heranças diretas do período pré-moderno e são pejorativamente banalizadas e combatidas como obstáculos à modernidade (Khalaf, 2002, p. 25).

É nesse cenário que se fortaleceram movimentos reconceptualistas e revisionistas de pesquisadores contemporâneos das mais diferentes concepções teóricas, com o objetivo de restituir a noção e a formulação da segurança. Essa doutrina de pensamento tem a colaboração de teóricos construtivistas, críticos, feministas, pós-estruturalistas, pós-modernistas, entre outros (Azevedo, 2009, p. 1). Tais abordagens compartilham várias suposições comuns: elas entendem a restrição estrutural em termos cognitivos; observam a ordem internacional como resultante da construção dos atores e a tarefa do analista como a de desconstruir as formas e os conceitos que a constituem. Outra suposição comum é o papel da identidade e sua maleabilidade como unidade considerável na dinâmica das relações internacionais (McSweeney, 1999, p. 31). Uma definição ampla permite que distintas perspectivas teóricas consideradas relevantes para a área sejam incorporadas ao diálogo e ao debate de segurança (Krause; Williams, 1997, p. 6).

Em geral, os construtivistas consideram a constituição mútua de agentes e estruturas como parte da ontologia do construtivismo. Teóricos construtivistas de Relações Internacionais, como Barnett e Adler (1998), Checkel (1998), Finnemore (1996), Katzenstein (1996) e Wendt (1992, 1994, 1996, 1999) empenham-se na busca de mecanismos sociais causais e de relações sociais constitutivas que tornam as dinâmicas entre os atores mais compreensíveis. Em contraste com as concepções objetivistas, materialistas e racionalistas de segurança, salientam-se as determinantes ideacionais de segurança e insegurança. Entretanto, Deborah Larson (2012, p. 72) enfatiza que a abordagem construtivista não dá suficiente atenção ao papel dos agentes na escolha de suas próprias identidades.

A despeito de as teorias de Relações Internacionais fornecerem importantes ferramentas para interpretar dinâmicas securitárias internacionais, este estudo corrobora com a colocação de Tobias Theiler (2003), segundo o qual, se aplicado a questões de identidade e (in)segurança, grande parte do corpo literário de Relações Internacionais concebe um entendimento pouco articulável e maduro, comparando-se às abordagens da psicologia e da sociologia, domínios em que esses conceitos foram primeiramente apresentados e estudados à exaustão. Alexander Wendt (1999, p. 162)

reconhece o interesse crescente dos psicólogos políticos e sociais em preencher a lacuna entre as representações individuais e coletivas.

Todavia, apesar de teóricos construtivistas e psicólogos políticos e sociais utilizarem e citarem diferentes termos e autores como inspiração, seu interesse mútuo pela subjetividade humana e pela política de identidade é notável e instigante. O campo da psicologia política e social sempre esteve circundado por questões existenciais; a partir de tópicos clássicos como atitudes, valores, moralidade, o impacto do grupo no indivíduo, tomada de decisão e escolha, atribuição causal e dissonância cognitiva, debruçam-se na tentativa de encontrar significado em um mundo ambíguo (Greenberg; Koole; Pyszczynski, 2004, p. 8).

Há muito, cientistas sociais como Victor Florian; Dov Har-Even; Shlomo Kravetz e Mario Mikulincer empenham-se na busca da compreensão de fenômenos sociais diversos e complexos, como as identidades sociais e a violência coletiva. Herman Feifel e Allan Branscomb, em *Who's afraid of death?* (1973), e Richard Schulz, em *The psychology of death, dying, and bereavement* (1978), sugerem que o compromisso ativo com crenças e práticas religiosas tem o potencial de moderar a intensidade da ansiedade da morte, porque esse compromisso implica uma promessa de imortalidade simbólica (Littman; Paluck, 2015, p. 84).

Outro tópico frequentemente investigado no campo da psicologia é, certamente, o das relações intergrupais. Henry Tajfel notabiliza-se por sua rica e reconhecida produção bibliográfica, que buscou identificar as condições mínimas sob as quais os indivíduos começam a discriminar o endogrupo e o exogrupo, notadamente reservando tratamentos mais positivos para o primeiro do que para o segundo. Ainda na década de 1970, Tajfel foi primordial para o aprofundamento e a popularização dessa área específica da psicologia social, com diferentes obras, tais como:

- a) *Social identity and intergroup behaviour* (1974);
- b) *An integrative theory of intergroup conflict* (1978);
- c) *Differentiation between social groups: Studies in the social psychology of intergroup relations* (1978);
- d) *Individuals and groups in social psychology* (1979);
- e) *Human groups and social categories* (1981).

A identificação com um endogrupo motiva os indivíduos a contribuírem com recursos materiais e psicológicos e cria uma preferência pelos membros do grupo em detrimento dos outros (Littman; Paluck, 2015, p. 83).

Igualmente, o cientista político Uriel Abulof fornece uma importante contribuição para esse debate com base em seus estudos sobre sociedades mergulhadas em profunda incerteza existencial a respeito de sua própria sobrevivência. O conceito de *Small Peoples* fornece as bases para o estudo das práticas e das normas de povos que se apresentam como “oprimidos”, “injustiçados” ou “perseguidos”. O estudo de “povos pequenos” compartilha interesse na intersubjetividade e na construção social dinâmica da cognição coletiva. Abulof (2009) sugere que a segurança não se refere apenas a segurança e “ausência de ameaças” representadas pelo Outro, mas também à certeza sobre a existência do Eu coletivo. A consciência humana da mortalidade é a única constante na teoria dos “povos pequenos”. Para McSweeney (1996), as identidades coletivas fortalecem-se com a percepção de vulnerabilidade e ameaças, assim como da segurança e da insegurança.

Ueli Kramer e Grégoire Zimmermann (2009) argumentam que o fenômeno da ansiedade pode estar relacionado à agressividade. Nesse mesmo sentido, em artigo publicado na Revista Europeia de Psicologia Social, Jolanda Jetten, Nyla Branscombe e Russell Spears (2002) endossam que o comportamento violento e agressivo pode ser usado estrategicamente por um membro socialmente marginalizado como meio de melhorar seu *status* em uma sociedade e de diminuir sentimentos negativos, como ansiedade e insegurança (Jetten; Branscombe; Spears, 2002, p. 106). No entanto, Herman Feifel e Allan Branscomb (1973) e Richard Schulz (1978) constataram que, quando um indivíduo inexperiente com violência se envolve em comportamento violento, ele, geralmente, acha a experiência aversiva e experimenta um sofrimento fisiológico e psicológico. Todavia, apesar da experiência desagradável, participar da violência torna as pessoas mais propensas ao envolvimento com a violência subsequente. Ou seja, um cenário violento suscita comportamentos violentos.

Em suma, o campo da psicologia oferece um corpo de pesquisadores e conceitos compenetrados em compreender e explicar complexidades que envolvem a incerteza e as ansiedades existenciais de indivíduos e coletivos, como sua repercussão direta em seu comportamento, suas condutas, em normas e em identidades sociais. Esse tópico será mais detalhadamente desenvolvido no capítulo a seguir.

1.3 PLANO DE TRABALHO

Esta tese está dividida em seis capítulos para além das considerações finais. Tirante a introdução, o segundo capítulo propõe estabelecer o referencial teórico a partir de uma revisão crítica da teoria construtivista e de conceitos-chave, destacando-se a evolução das abordagens críticas de segurança no final do século XX. O foco recairá sobre a importância das identidades sociais e das normas nas relações internacionais, especialmente no campo da segurança. Para mais, será empenhado um esforço para integrar os estudos construtivistas de Relações Internacionais à psicologia social e política, explorando-se distúrbios securitários com elementos identitários e normativos. Os três conceitos-chave que estruturarão este capítulo são: identidade social, incerteza Existencial e, Memória Coletiva.

Na sequência, exploram-se as inseguranças, os traumas e as memórias da comunidade xiita libanesa ao longo de diferentes períodos históricos relevantes, começando com a era sob o Império Otomano (1516), passando pelas reformas do Tanzimat (1839) e pelo cataclisma de 1860, até o Mutasarrifato do Monte Líbano (1861-1918). O objetivo é compreender as inseguranças vivenciadas pelos xiitas ao longo desses períodos, examinando-se eventos históricos, reformas e mudanças políticas que moldaram sua identidade social, suas experiências e suas memórias coletivas.

Em seguida, no quarto capítulo, busca-se analisar o impacto social, político e securitário resultante da criação do “Grande Líbano”, em 1920, durante o mandato francês. Os objetivos específicos do capítulo incluem a investigação das variáveis geopolíticas e sociais que conduziram à formação do Grande Líbano, além da compreensão dos movimentos de resistência e dos conflitos gerados em resposta a esse mandato, bem como da identificação de divisões e tensões sectárias entre as comunidades religiosas locais, com ênfase na marginalização dos muçulmanos xiitas. Ainda, o capítulo explora a emergência de movimentos e lideranças xiitas em busca de igualdade de direitos, educação e representação política, ao mesmo tempo em que busca compreender como as complexidades sectárias e as desigualdades moldaram a evolução política, econômica e social das comunidades libanesas após a independência, em 1943.

Logo após, o trabalho se propõe a desenvolver uma análise do processo de mobilização política da identidade xiita libanesa, com foco no protagonismo do líder

religioso-comunitário Imam Musa Al-Sadr na formação de uma comunidade coesa, socialmente engajada e politicamente ativa. Para tal, investiga-se a jornada transformadora de Imam Musa al-Sadr, simbolizada pela constituição do Supremo Conselho Islâmico Xiita e pelo nascimento do Movimento dos Deserdados. Já o derradeiro capítulo tem como objetivo empreender uma análise conjuntural sobre o processo de metamorfose do Movimento dos Deserdados, culminando no surgimento do Movimento Amal, que se estabelece como o primeiro grande movimento militarizado no cenário social e político xiita libanês. Por fim, são apresentadas as considerações finais do trabalho.

2 PEQUENOS POVOS E GRANDES PROBLEMAS DE SEGURANÇA

Para uma parcela significativa da comunidade de cientistas sociais, é impossível adotar uma posição neutra em relação ao objeto; além disso, a crítica social é intrínseca às Ciências Sociais. Bhaskar, Danermark, Ekstrom e Jakobsen (2005), Bauman (1991) e Bhaskar (2009) enfatizam o potencial emancipatório de uma Ciência Social crítica. Uma abordagem de natureza crítica tem o poder de identificar os mecanismos que criam fenômenos sociais como o sofrimento e a insegurança, elementares neste estudo. A crítica referida nessa abordagem surge quando se questiona a veracidade de crenças, como também a razão de os indivíduos agirem e o modo como o fazem. Assim, a explicação dos fenômenos sociais em si compreende uma crítica a eles. Sinteticamente, uma abordagem crítica nas Ciências Sociais é composta por quatro etapas: identificar um problema; perceber a origem desse problema; fazer um julgamento da origem do problema; e oferecer ações que mitiguem as causas do problema (Bhaskar *et al.*, 2005, p. 193-195).

Os estudos em Relações Internacionais oferecem um amplo arcabouço de teorias e conceitos alternativos para o esforço de compreensão das complexidades nas interações dos atores que constituem o sistema internacional contemporâneo. A partir das décadas de 1980 e 1990, promoveram-se amplos debates entre os pensadores de Relações Internacionais, a respeito de os Estudos de Segurança continuarem priorizando ameaças militares ou ampliarem seu foco de análise (Hough, 2008, p. 21). Entretanto, a proeminência de uma série de fenômenos internacionais incitou pesquisadores a explorarem de forma apropriada conceitos alternativos como o da “identidade” para assimilarem:

- a) estabelecimento de alianças em mobilizações sociais;
- b) confluências e dissonâncias na dinâmica de relações entre governo, sociedade e mercado;
- c) emergência de comunidades securitárias;
- d) aderência de determinados Estados a organizações internacionais específicas e rejeição de outras;
- e) impasses em conflitos étnicos, que se agravam com maior virulência quando a identidade étnica corresponde à identidade de classe, religiosa ou ao *status* (Resende; Budryte, 2013).

O campo da Segurança revelou-se cada vez mais interdisciplinar com importantes contribuições oferecidas por distintas áreas, como Sociologia, Economia, Psicologia, História, Ciências Físicas e Antropologia. Há a necessidade de uma abordagem interdisciplinar que possa examinar os pressupostos subjacentes a qualquer tradição acadêmica específica (McSweeney, 1999, p. 39-41). A insatisfação em torno dos conceitos de Segurança já se refletia nos grandes Organismos Internacionais; o relatório publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), denominado *Human Development Report 1993*, clamava pela necessidade de se readequar o conceito de segurança:

We have to redefine our concept of security as security for people, not security for land. We have to weave development around people, not people around development. And we have to ensure that development cooperation focuses directly on people, not just on nation-states - The concept of security must change from an exclusive stress on national security to a much greater stress on people's security, from security through armaments to security through human development, from territorial security to food, employment and environmental security (PNUD, 1993, p. 2).

Em vista disso, desenvolveram-se teorias e abordagens que apresentaram novas perspectivas de análise, considerando a extensão da abrangência dos Estudos de Segurança para ameaças não militares, como a inclusão da segurança de todos os atores (além do Estado) em relação a uma série de ameaças, militares ou não. Entre essas abordagens, destacam-se os Estudos Críticos de Segurança; os Estudos Construtivistas de Segurança; os Estudos Feministas de Segurança; os Estudos Pós-Estruturalistas de Segurança e os de Segurança Humana.

Neste capítulo, buscar-se-á fornecer o marco teórico desta pesquisa a partir de uma revisão crítica da teoria construtivista e dos conceitos-chave que moldam o contexto da pesquisa. Além disso, será oferecida uma revisão da literatura existente sobre o tema, destacando estudos anteriores e resultados relevantes.

Inicialmente, este estudo propõe-se a discutir a evolução das abordagens críticas de segurança que surgiram no final do século XX em um contexto de mudanças profundas na Segurança Internacional, com o objetivo de descrever um conjunto de perspectivas dissidentes em relação aos estudos clássicos de Relações Internacionais. Em seguida, enfatizar-se-á a significância das identidades sociais e das normas na compreensão das Relações Internacionais, em especial, no campo da Segurança. Identidades e normas desempenham um papel fundamental na orientação

do comportamento e das interações sociais e influenciam os interesses e escolhas dos atores na política internacional.

Logo após, este capítulo oferecerá uma revisão interdisciplinar que integra o campo dos estudos construtivistas de Relações Internacionais e da psicologia social e política, destacando como essas áreas se sobrepõem e contribuem para a compreensão de distúrbios securitários circundados de elementos identitários, normativos e ontológicos, em especial, do valor das necessidades psicológicas humanas, como a busca por segurança, a previsibilidade e o pertencimento na formação, a manutenção e a sobrevivência de identidades sociais.

Por fim, o capítulo apresentará ao respectivo debate o conceito de memória coletiva e suas implicações na formação de identidade e na dinâmica de grupos sociais, especialmente em contextos de conflito étnico. O intuito é o de observar como eventos históricos, sejam eles traumáticos ou gloriosos, desempenham um papel fundamental na construção da identidade de grupos e podem influenciar as emoções, as normas e o comportamento desses grupos ao longo do tempo, e, também, como essas memórias podem ser instrumentalizadas por líderes para mobilizar populações e justificar ações no presente, perpetuando e intensificando conflitos intergrupais.

2.1 A SEGURANÇA A PARTIR DE DIFERENTES PERSPECTIVAS

É no cenário caótico das décadas de 1980 e 1990, de profundas mudanças no regime da Segurança Internacional, que floresce um campo crítico dos Estudos de Segurança. Apesar disso, apenas em 1993 surge o termo “Estudos Críticos de Segurança”, usado para rotular um conjunto de visões “dissidentes e díspares” de estudiosos dos Estudos Estratégicos e das Relações Internacionais. O próprio termo “Estudos Críticos de Segurança” tornou-se fonte de contestação. Ken Booth restringe o rótulo “crítico” aos trabalhos produzidos a partir da Escola de Frankfurt¹; por outro lado, intelectuais como Barry Buzan, Jaap de Wilde e Ole Wæver utilizam o rótulo para identificar pesquisadores vinculados à tradição “francesa” ou pós-estruturalista (Mutimer; Grayson; Beier, 2013, p. 2).

¹ Este centro de pensamento foi concebido por volta dos anos de 1920 e teve expressiva influência para a Filosofia, para as Ciências Sociopolíticas e para o saber internacional, em geral, representando a embriogênese da reflexão crítica transdisciplinar, de linha marxista, voltada à investigação ampla da sociedade contemporânea (Castro, 2012, p. 376).

Na comunidade crítica, identificam-se posturas semelhantes dos pesquisadores frente a seus objetivos de estudo, como o pluralismo metodológico e a compreensão da política em seu sentido mais amplo, envolvendo justiça, poder e autoridade. Nas palavras de Salter e Mutlu, “Ser crítico é, portanto, evitar pensar no Estado e no internacional como o Estado gostaria que fosse pensado” (Salter; Mutlu, 2013, p. 29). Pesquisas críticas são desenvolvidas a partir de um posicionamento reflexivo contínuo, diferenciando-se de procedimentos controlados, que produzem respostas por meio de métodos específicos. Nesse sentido, a criticidade pode encontrar dificuldades em fornecer metodologias construtivas. Salter e Mutlu ressaltam que uma pesquisa crítica deve privilegiar o questionamento ao invés da resposta, e a dúvida ao invés da certeza (Salter; Mutlu, 2013, p. 31). Uma abordagem crítica de segurança mostra, assim, um compromisso com a construção da segurança internacional, fornecendo um corpo de ideias para reconceituar a ontologia, a epistemologia e a práxis da segurança. Como orientação política, essas abordagens têm o objetivo comum de aumentar a segurança dos povos por meio de políticas emancipatórias (Booth, 2007, p. 30).

A partir desse pensamento, surge um corpo de literatura e de intelectuais que voltam um olhar crítico ao funcionamento das relações internacionais, em especial para temas relacionados à segurança. Esses estudos demonstram uma orientação transdisciplinar que recorre a uma variedade de métodos, literaturas, conceitos e perspectivas (Mutimer; Grayson; Beier, 2013, p. 3).

Conforme Ann Tickner (1996), as novas inseguranças não estão relacionadas a preocupações tradicionais, como rivalidades por poder ou dilemas de segurança entre Estados, mas são as preocupações com questões de identidade e migração e, cada vez mais, impulsionam as percepções subjacentes de vulnerabilidades e ameaças. Em concordância com Henry Nau (1993), Tickner considera a variável “identidade” como mais significativa que a anarquia ou o próprio poder para interpretar-se as relações internacionais. Desde a concepção do Estado Moderno ocidental, construiu-se um imaginário de contraste entre o doméstico seguro e um externo “perigoso e incivilizado” (Tickner, 1996, p. 147).

O teórico Alexander Wendt (1996) define o Construtivismo como uma teoria estrutural da política internacional que se baseia em três pilares:

- a) os Estados são os principais atores;

b) as estruturas basilares do sistema de estados são **intersubjetivas e não materiais**;

c) identidades e interesses estatais são construídos por essas estruturas.

Assim, compreende-se que a estrutura do sistema de Estados engloba tanto elementos materiais como culturais, e Wendt descreve a relação entre esses elementos como uma “constituição mútua”. Entretanto, uma abordagem construtivista concebe maior atenção às estruturas “culturais” em detrimento das materiais, visto que os atores agem com base nos significados que os objetos têm para eles, e os significados são socialmente construídos (Wendt, 1996, p. 48-59).

A estrutura do sistema de estados é dependente das propriedades e das relações entre os atores estatais, mas não pode ser reduzida a essas propriedades e relações. Wendt (1996) valoriza o papel desempenhado pela identidade e pela cultura na constituição dos Estados e, em vista disso, indica a existência de dois tipos de identidade: a corporativa, que se refere às características intrínsecas que constituem a individualidade do ator; e a social, que se compõe dos conjuntos de significados que um ator atribui a si mesmo. Enquanto a corporativa tem raízes na política doméstica e gera interesses fundamentais dos estados, como segurança física, previsibilidade, reconhecimento e desenvolvimento, por outro lado, a forma como um estado define e satisfaz esses interesses depende das identidades sociais, que são moldadas pela estrutura das relações internacionais (Wendt, 1996, p. 50-51).

Com importante influência dos construtivistas, Ole Wæver (2003) aponta iniciativas de pesquisadores europeus que contribuem de forma relevante para esse novo movimento epistemológico de segurança, entre as quais se destacam a “Escola Galesa de Estudos Críticos de Segurança” (Aberystwyth), coordenada pelos pesquisadores Ken Booth e Richard Wyn Jones, e a “Escola de Copenhague de Estudos Críticos de Segurança” (Copenhague), liderada por Barry Buzan e Ole Wæver (Weaver, 2004, p. 1-2). Ambas as escolas (mas, principalmente, a Escola de Copenhague) tiveram um papel primordial na popularização de uma abordagem de segurança mais abrangente, que contempla não apenas variáveis militares, mas também variáveis políticas, econômicas, ambientais e sociais, como identidade, cultura e idioma, desde que apresentassem ameaças existenciais (Buzan; Wæver, 2003, p. XVI). A Escola de Copenhague caracteriza a identidade por um complexo de ideias que sensibilizam e interconectam indivíduos a um específico grupo social, configurando-lhe um *status* de comunidades imaginadas (Anderson, 1983). Neste

sentido, Buzan, Waeber e Wilde (1998) certificam que a sociedade é uma extensão das partes; logo, não se deve reduzi-la ao âmbito do indivíduo, considerando-se que, para existir, este depende da identidade coletiva.

Apesar dos mais tradicionais centros de pesquisa estarem sediados no continente europeu, observa-se a emergência de centros intelectuais em países do Sul-Global, como Índia, Turquia e Líbano (Waeber, 2004, p. 2). Nesse contexto, a Escola de Estudos Críticos de Segurança de Beirute² mostra-se profundamente engajada na produção de conhecimento sobre o processo de construção política da segurança regional. Esse centro de estudos libanês ostenta um importante corpo de investigadores com importantes produções para este estudo. Entre os associados, ressaltam-se: Samer Abboud, Omar Dahi, Waleed Hazbun, Coralie Hindawi, Karim Makdisi, Nicole Grove, Jamil Mouawad e Sami Hermez. Fora dessa iniciativa específica, identifica-se um catálogo ainda maior de notáveis pesquisadores libaneses, que contribuíram e ainda contribuem substancialmente para o debate crítico da segurança regional, como Bassel Salloukh, Ussama Makdisi, Mona Harb, Lara Deeb, Rana Jawad, Rami Siklawi, Tamara Chalabi, Rabie Barakat, Dima De Clerck, Jinan Al-Habbal e Lara Khattab.

Os intelectuais de Beirute compartilham o ideal de que a pluralidade de abordagens nos estudos críticos de segurança contribui para o entendimento tanto da segurança quanto da insegurança, mantendo espaço para o campo empírico. Essa pluralidade de abordagens pode ser engajada com variáveis específicas do local em que é desenvolvido o estudo. É mais do que necessário considerar as mais diversas abordagens e “imaginários” regionais para se conceber a realidade. Por exemplo, no esforço de compreender-se a segurança e a insegurança no Líbano, é basilar considerarem-se contribuições diversas, como de nacionalistas árabes, islâmicos, socialistas, cristãos, judeus, entre outros (Abboud *et al.*, 2018, p. 284).

Para mais, esses investigadores têm o intento de fornecerem uma genealogia da região e compreenderem como ela foi introduzida nas estruturas e instituições de segurança internacionais à medida que evoluíram de um passado colonial. Uma série de pesquisadores reforçam a nociva e direta relação da insegurança vivenciada na

² Sua fundação fundamenta-se, principalmente, no trabalho de estudiosos árabes e não árabes baseados em Beirute, afiliados a instituições locais, como a Universidade Americana de Beirute e a Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia Ocidental (ESCWA), bem como na atuação de pesquisadores que se debruçam sobre a conjuntura securitária libanesa (The Beirut Forum, 2024).

região com a herança colonial (Amitav Acharya, Mohammed Ayoob, Pinar Bilgin, Jaap de Wilde, Sandra Whitworth, Morten Valbjørne e Michael Barnett). Nesse mesmo sentido, Adnan Khan (2016) destaca que, até os dias atuais, as fronteiras políticas do Oriente Médio não indicam diferentes grupos de pessoas. Colonialistas aplicaram o conceito de estado-nação para expressar divisões entre “nós” e “eles”. Os habitantes dessas novas unidades políticas não lhes ofereciam sua lealdade, e as tensões internas desses novos Estados sempre transpassavam fronteiras para os Estados vizinhos (Khan, 2016, p. 61). Dekmejian corrobora os interesses externos por trás da delimitação das fronteiras da região: as fronteiras desses Estados foram moldadas por interesses imperiais anglo-franco-turcos, e não pelas máximas wilsonianas de autodeterminação para os principais grupos. Daí a dificuldade de convertê-los em nações viáveis (Dekmejian, 1978, p. 263).

Assim, é preciso sobrelevar as estratégias coloniais de demarcação de territórios, principalmente o desmembramento da “Grande Síria” e a expansão territorial do então “Monte Líbano”. Na perspectiva de Assaf (2004), as repercussões demográficas resultantes da constituição do Grande Líbano fomentaram crises jamais superadas:

Uma característica que ilustra a fragilidade do sistema (libanês)... é a relutância de todos os governos da pré-guerra e do pós-guerra em realizar um censo populacional, de modo a não despertar os medos e ansiedades dos grupos minoritários demograficamente fracos e alertar grupos majoritários demograficamente fortes exijam uma mudança no sistema representacional em vigor (Assaf, 2004, p. 100, tradução própria).

Estados podem ter sua coesão social facilmente minada por suas diferentes sociedades étnicas ou religiosas; assim, **deve-se compreender as comunidades étnicas e religiosas como unidades políticas significantes** que, em cenário de ameaça, poderão induzir importantes mudanças na dinâmica securitária regional. No entanto, apesar disso, a proeminência das identidades sociais de natureza étnica e religiosa “não implica que outros tipos de grupos sociais, ideológicos, sexuais, ambientais, ocupacionais, políticos, esportivos, de classe e afins – também não sejam importantes na constituição da sociedade” (Waeber *et al*, 1993, p. 23).

2.2 IDENTIDADES SOCIAIS

Rose McDermott (2004) propõe que a função das normas em uma sociedade é a de orientar os membros, bem como de regular seu comportamento e suas interações sociais. No âmbito de grupos e coletivos, as normas podem trazer uma sensação de exclusividade ou superioridade para seus membros, orientando-os sobre como se comportar, com quem falar e com quem não se envolver, o que dizer, como interagir, o que fazer ou não fazer etc. (McDermott, 2004, p. 85). Dessa forma, é incontestável que a emergência de abordagens construtivistas tenha fomentado avanços substanciais nos estudos de segurança por reavaliar o significado do que é segurança. Identidade, interesses e escolhas são inseparavelmente ligados em qualquer estudo ou política de segurança (McSweeney, 1999, p. 198).

A identidade, segundo Francis Deng (1995), é usada para descrever o modo como indivíduos ou grupos se definem e são definidos por outros com base em idioma, religião, etnia, raça, cultura etc. Em determinadas regiões, o clã, a linhagem e a família costumam ser elementos vitais da identidade. Zheng Wang (2017) propõe quatro tipos interligados de “significâncias” da identidade, que não são mutuamente exclusivos:

- a) normas constitutivas, que delineiam as regras determinantes da inclusão em um grupo (categorização) e os atributos aceitáveis para a identificação, influenciando, assim, os interesses do grupo;
- b) conteúdo relacional, que se concentra nos relacionamentos interpessoais estabelecidos pelas pessoas com outros indivíduos, influenciando diretamente sua identidade;
- c) modelos cognitivos, que exploram como a pertença a um grupo se relaciona à compreensão do funcionamento do mundo e à interpretação da realidade social desse grupo;
- d) propósito social, que atribui papéis socialmente reconhecidos aos membros do grupo, delineando as funções que desempenham na sociedade (Wang, 2017, p. 19-20).

Castano, Yzerbyt e Paladino (2004) sustentam que a identidade social pode proporcionar aos indivíduos um nível de existência imune ao destino mortal da identidade pessoal, contribuindo para aliviar preocupações existenciais. Os autores sugerem que a identidade social funciona como um “amortecedor” para as preocupações existenciais dos humanos, compreensão que há muito é ponderada nos

escritos de sociologia e de psicologia. Diferentemente da identidade individual, a identidade social se estende para além da experiência física e não sofre do mesmo sentido de finitude. Grandes entidades sociais, como grupos étnicos, nações ou categorias ideológicas, ostentam um tipo de imortalidade embutida. Boa parte delas existem há muito tempo e, provavelmente, permanecerão. Com base nisso, a identidade social satisfaz uma necessidade psicológica humana de transcender seu destino mortal. Basicamente, grupos sociais atendem a uma variedade de necessidades psicológicas, como a extensão do Eu no espaço e no tempo, de forma abstrata e intangível e, portanto, eterna (Castano; Yzerbyt; Paladino, 2004).

As identidades são consideradas substâncias nas dinâmicas sociais, tanto na política internacional quanto na doméstica, para assegurar um nível mínimo de previsibilidade e ordem. Ted Hopf (1998) afirma que um mundo sem identidades é um “mundo caótico, um mundo de incertezas profundas e irremediáveis”. Para o autor, pode-se aduzir que a identidade exerce três funções elementares em uma determinada sociedade: dizer a alguém quem ele/ela é; dizer aos outros quem esse indivíduo é; e dizer a alguém quem os outros são (Hopf, 1998, p. 175).

Quadro 6 - As implicações da incerteza à luz do paradigma construtivista.

Paradigma Construtivista	
Percepção	Intersubjetiva
Natureza da realidade	Socialmente construída
Problemas de incerteza	Ambiguidade de informações
Concepção de incerteza	Indeterminação
Desafio da incerteza	Atribuição de significado
Ferramentas para reduzir a incerteza	Normas e identidades
Aprendizado	Aquisição de identidades e interesses por meio da socialização e persuasão, levando à mudança normativa

Fonte: Elaborado pelo autor

Um mesmo indivíduo, sem contradição, pode ter a cidadania brasileira, ser de origem árabe, muçulmano, liberal, vegetariano, ativista ambiental, apaixonado por seu time de futebol, músico etc. Amartya Sen (2007) aponta que cada uma dessas coletividades confere ao indivíduo uma identidade particular e que nenhuma delas pode ser determinada como a única identidade da pessoa; entretanto, o indivíduo precisa decidir sobre a importância relativa de suas diferentes afiliações em qualquer contexto particular (Sen, 2007, p. XIII).

As identidades religiosas, em especial, funcionam em uma escala superior à da identidade nacional na hierarquia, em termos de importância percebida ou de

influência sobre o comportamento e as crenças de um indivíduo. Porém, costumam apresentar subdivisões poderosas, que produzem identidades políticas distintas de uma mesma religião. Waever *et al.* (1993, p. 23) citam o caso dos católicos, dos protestantes e dos ortodoxos como subdivisões do cristianismo, e os sunitas e os xiitas como subdivisões do islamismo. Em alguns cenários, as identidades religiosas e nacionais interagem mutuamente, criando-se, por um lado, identidades ainda mais fortes, como é o caso da Polônia católica, de Israel judeu, do Irã xiita e da Grécia ortodoxa, e, por outro, ocasionando padrões de medo e insegurança social, como o caso dos armênios cristãos (azerbaidjanes islâmicos, judeus israelenses), dos árabes islâmicos e dos gregos ortodoxos (turcos islâmicos). Os próprios autores já consideravam a desintegração de partes do território libanês: “Os casos... do Afeganistão, do Líbano, de Israel/Palestina/Jordânia e do Iraque, sugerem que o quadro territorial da descolonização do pós-guerra pode estar à beira de uma desintegração significativa em algumas áreas” (Waever *et al.*, 1993, p. 14, tradução própria).

O estudioso norte-americano Robert D. Kaplan corrobora a ideia de que os desafios políticos internacionais contemporâneos não podem ser resolvidos sem uma referência substancial a fatores geográficos, históricos e étnicos. Para o pesquisador, o reconhecimento dessas variáveis poderia ter antecipado e evitado cenários conflituosos e sangrento. O Mundo Árabe e o Oriente Médio não ficam são exceção; poucos governos locais foram eficientes em desenvolver políticas públicas relacionadas aos componentes étnicos, sectários e tribais de seus variados mosaicos. De forma quase padronizada, a resposta tem sido repressão estatal, violência comunitária e um sentimento de apreensão endêmico, particularmente nos últimos cem anos (Dekmejian, 1978, p. 263). Na visão de Kaplan (2012), compreender o mapa do século XXI significa “aceitar graves contradições”, como as contradições demográficas em Estados árabes:

Quando removemos as linhas oficiais do mapa, encontramos...aglomerados populacionais que contradizem as fronteiras nacionais... Dentro destas fronteiras, as autoridades governamentais centrais do Líbano e do Iraque mal operam (Kaplan, 2012, p. 175, tradução própria).

Enquanto Estados coesos tornam-se mais fortes, outros se enfraquecem, especialmente no “Grande Oriente Médio”, onde exércitos subnacionais proliferam,

vinculados diretamente a geografias específicas, tradições culturais e religiosas (Kaplan, 2012, p. 175). O espaço político é dinâmico; uma população majoritária de um determinado Estado constitui-se como minoria em uma determinada região. O ambiente de justaposições de coletivos e grupos é mais amplo do que aquele criado por traços fronteiriços imaginários (Horowitz, 1993, p. 178). Segundo a análise de Dekmejian (1978), a progressão dialética entre os níveis de lealdade na esfera árabe (subnacional, nacional e supranacional) tem sido desafiada pela complexidade e pela diversidade das demografias, o que torna mais complicada a obtenção de um consenso na resolução das contradições. Jawad (2009, p. 80) sublinha que, de modo geral, o Estado no Oriente Médio foi “sequestrado” por grupos de elite, que utilizaram a estrutura estatal para promover interesses corporativos baseados em clãs ou regiões. A experiência democrática no Líbano foi distorcida por lealdades comunitárias que sempre colocaram o Estado e a sociedade em conflito, de modo que o Estado acabasse por ser apenas um ator político entre outros tantos. A natureza confessionalista do Estado libanês, em especial, propiciou que comunidades religiosas se transmutassem em órgãos políticos e atuassem de acordo com os interesses de seus membros. Como resultado, cada uma dessas “instituições políticas” desenvolveu vínculos políticos, sociais e militares com diferentes atores domésticos, regionais e internacionais, produzindo diferentes projetos políticos incompatíveis entre si (Maalouf, 2011, p. 26).

É surpreendente que os grupos étnicos, religiosos e tribais tenham resistido por esse longo período, apesar das poderosas forças sociais integradoras e homogeneizadoras que aplainaram a região. De forma ambiciosa, certos Estados desenvolvem estratégias para homogeneizar as identidades diversas existentes em seu território, enquanto outros reconhecem as diferenças e lidam com múltiplas identidades. Nesse processo, observaram-se casos de fracasso, como o da Iugoslávia; casos que ainda lidam com importantes problemas, como a Índia, a Nigéria, o Canadá e a África do Sul; e outros que, aparentemente, alcançaram um nível de estabilidade, como a Suíça e os Estados Unidos. A pré-existência de grupos geograficamente coerentes, que compartilham aspectos linguísticos, étnicos e culturais, propicia (embora não determine ou garanta) o estabelecimento de um Estado-Nação. Historicamente, quando o Estado Moderno se choca com a nação, o governo forceja estratégias que geralmente resultam em supressão, cooptação ou substituição das identidades dissidentes. A supressão pode fomentar uma Guerra

Civil; a cooptação alimenta um cenário interno político vulnerável e instável; e a substituição requer uma política de longo prazo, sustentada e sofisticada (Waeber; Buzan; Kelstrup; Lemaitre, 1993, p. 36-37).

Bahgat Korany (1993) contesta a tese de que a dimensão étnica se enfraqueceria com a modernização dos Estados. O autor lembra que conflitos étnicos permanecem ativos e alarmantes em diferentes Estados europeus, como Espanha, Bélgica e grande parte da Europa Oriental, assim, colocando em dúvida a “pacificação” e a “homogeneização” daquelas sociedades. Quanto aos países em desenvolvimento, Korany analisa que a fragilidade interna vai além dos problemas de demarcação de fronteiras, pois os conflitos internos permanentes apresentam bases “multidimensionais e inextricáveis” com ênfase em aspectos étnicos, religiosos e sociopolíticos, resultando em uma sociedade em guerra consigo mesma (Korany; Noble; Brynen, 1993, p. 12).

No período pós-colonial, geralmente, o campo político resguarda uma posição dominante no que se refere à determinação do *status* dos grupos ou coletivos daquele território. Instituições não políticas são pouco competitivas frente ao Estado na alocação de prestígio. Ademais, sob a administração colonial, os atributos e o *status* étnico tornaram-se questões de política do Estado, como ocorreu, por exemplo, na administração colonial francesa do Líbano. O Estado colonial tornou-se o juiz das relações étnicas e se estabeleceu como “ponto focal” das reivindicações e indispensável para um *status* étnico satisfatório (Horowitz, 1985, p. 217).

2.3 A INCERTEZA EXISTENCIAL DOS PEQUENOS POVOS

Sobrevivência e identidade são interdependentes. Uma comunidade privada de identidade é uma “comunidade oca”, uma identidade sem uma comunidade sobrevivente é uma “letra morta” (Uriel Abulof, 2007, p. 12.)

É notório o aumento do interesse do campo da psicologia, social e política (Daniel Bar-Tal, Henri Tajfel, Jamil Neto) por questões internacionais atuais, como guerra nuclear, terrorismo, gestão de crise, resolução de conflitos e conflitos étnicos. Os psicólogos também são mais propensos a explorar questões de identidade, seja racial, étnica, de gênero ou religiosa, de forma mais minuciosa do que o campo de Relações Internacionais como um todo, em uma busca que pretende ser “responsiva e relevante para os problemas sociais” (Hermann, 1986). Por outro lado, percebe-se

um interesse crescente de pesquisadores de Relações Internacionais (como Rose McDermott, Emanuel Adler, Brian Rathbun, Filip Ejdus, Vaughn Shannon, Paul Kowert) preocupados com o fenômeno das emoções, seja no estudo de conflitos étnicos, de decisões de proliferação nuclear ou de negociações e diplomacia em geral.

Em alguns aspectos, tanto o campo construtivista de Relações Internacionais quanto a Psicologia movem-se em direções semelhantes, de modo que, muitas vezes, é difícil distinguirem-se os dois campos de pesquisa, exceto por suas redes de citações divergentes. A base microfundacional da Psicologia (fatores como percepção, memória, aprendizagem, emoções e outros processos mentais) auxilia a compreensão de questões importantes, como as origens das preferências, o enquadramento da tomada de decisão, o comportamento hostil, as diferenças de socialização e assim por diante. Os construtivistas podem basear-se em tais entendimentos e contribuir com a dimensão de forças sociológicas e culturais nessas dinâmicas (Kertzer; Tingley, 2018, p. 326). Verifica-se um importante número de pesquisadores, como Kertzer e Tingley (2018), Stein (2017), Goldgeier e Tetlock (2001), Mercer (2005), que incentivam e percebem um envolvimento mais profundo entre essas comunidades intelectuais, que provavelmente será benéfico para todas. Divididos por terminologias, construtivistas e psicólogos políticos e sociais compartilham interesse mútuo em questões de pesquisa. Ambos os campos estão convencidos de que a subjetividade humana e a identidade social são centrais para a compreensão do mundo (Shannon; Kowert, 2012, p. 11).

A premissa básica de uma abordagem social é a de que somente se pode compreender o mundo ao partir-se da experiência dos agentes sociais. Conforme Sears (2020, p. 256), não importa se estudiosos definem alguma situação como crítica; o que realmente importa é como os agentes sociais a interpretam. Em consonância com Sears (2020), Horowitz (1985) orienta prestar atenção ao que os grupos dizem sobre si mesmos e sobre os outros. O sentimento de que o futuro é incerto é alimentado todos os dias, em especial por grupos marginalizados, que, frequentemente, expressam grande ansiedade em relação às ameaças que emanam de outros grupos. A questão da sobrevivência do grupo e o medo de extinção fazem parte da rotina e estão nas interações diárias dos membros, que alimentam uma corrida contra o tempo na necessidade de alcançar grupos ou populações privilegiadas “antes que seja tarde demais” (Horowitz, 1985, p. 176). Esse fenômeno

reflete a importância atribuída aos valores competitivos, ou seja, um grupo não competitivo provavelmente será superado, absorvido ou perecerá (Horowitz, 1985).

Alexander Wendt (1999, p. 132) pondera: “A natureza humana não pode ser evitada”. O autor compreende que seria impossível explicar dinâmicas sociais sem fazer suposições sobre a natureza humana: “seria árduo desvendar por que nossos corpos se movem, muito menos sua direção ou resistência às pressões sociais” (Wendt, 1999, p. 131). Uma abordagem que articula, de forma combinada, perspectivas históricas, políticas, sociais e psicológicas tem o potencial de prover encaminhamentos de maior legitimidade. Existe, na Psicologia, uma vasta literatura sobre os efeitos psicológicos traumáticos de episódios violentos, como o Holocausto, as duas grandes guerras, a Guerra do Vietnã, a Guerra do Golfo e outros eventos impactantes; entretanto, há de se destacar que também existem outras formas de eventos traumáticos que afetam diretamente uma sociedade, como, por exemplo, a morte de grandes líderes políticos e comunitários que ocorrem em um contexto político e têm consequências políticas, sejam suas causas vistas como politicamente motivadas ou não (Koopman, 1997, p. 832).

Fatores materiais como riqueza e poder não esgotam as forças motivadoras e as implicações comportamentais das unidades políticas em um dado sistema. Nesse sentido, a Psicologia fornece uma rica complementariedade às abordagens críticas de segurança com um diagnóstico mais completo de questões fundamentais que tangem bases ideacionais e emocionais da insegurança e fornecem, em conjunto, fundamentos contra o racionalismo predominante (Shannon; Kowert, 2012). Janice Stein (2002, p. 396) destaca que o processo de diferenciação social pode ocorrer mesmo na ausência de bases materiais para o conflito. Segundo a autora, a necessidade de identidade individual e coletiva provoca uma diferenciação entre “nós” e “eles”, mesmo quando escassez ou ganho não estão em questão. No esforço de estabelecer a identidade, os grupos identificam seus atributos como algo virtuoso e rotulam as diferenças dos outros como vícios ou algo depreciativo. Geralmente, essa estratégia sociopsicológica resulta na criação de estereótipos negativos e em um alto grau de tensão social intergrupala.

Donald Horowitz apresenta quatro apontamentos que podem explicar o persistente e contínuo sentimento de apreensão e medo existente nas relações de grupo:

- a) o medo da subordinação é uma característica constante de sistemas étnicos não hierárquico em que duas ou mais sociedades compartilham o mesmo ambiente, instigando inevitáveis incertezas e desconfortos entre si;
- b) o medo da extinção carrega ansiedades existenciais. Em casos extremos, as reações de ansiedade geram demandas extremas;
- c) há relação entre autoestima, ansiedade e preconceito e uma correlação entre a “falta de autoestima individual ou do grupo e o grau de hostilidade em relação a grupos externos”;
- d) a possibilidade de que o medo da extinção é, na verdade, uma projeção psicológica, um mecanismo psíquico por meio do qual impulsos inaceitáveis sentidos por si mesmo são imputados a outros, muitas vezes os próprios alvos desses impulsos (Horowitz, 1985, p. 179-180).

A Psicologia Social explica como grupos e indivíduos interpretam, definem e representam seus ambientes políticos. Do ponto de vista cognitivo, afirma-se que crenças e valores são de extrema importância para moldar a escolha e o comportamento de um indivíduo. Dispositivos cognitivos revelam tendências para o processo de tomada de decisões com base em experiências passadas ou pré-existentes (Larson, 2012, p. 65). O apego à identidade religiosa, por exemplo, traz consigo repercussões psicológicas surpreendentes no que se refere à sensação de segurança. Conforme estudos empíricos que exploraram o apego à religião, observou-se que Deus e outros Seres Superiores funcionam, muitas vezes, como um “porto seguro” eficaz para indivíduos em momentos críticos (Batson; Stocks, 2004, p. 149; Pyszczynski; Kesebir, 2012, p. 79). Conforme o sociólogo francês Maurice Halbwachs, religiões, organizações e movimentos políticos levam consigo dimensões temporais que são projeções para o passado ou para o futuro (Halbwachs, 1992, p. 8).

Similar às necessidades naturais estabelecidas por Maslow (1954), Alexander Wendt (1999, p. 131-132) percebe cinco necessidades fundamentais naturais dos indivíduos, em ordem de importância:

- a) segurança física (necessidade fisiológica, por Maslow);
- b) segurança ontológica;
- c) associação (necessidades de pertencimento, em Maslow);
- d) autoestima;
- e) transcendência (necessidade de autorrealização, de Maslow), conforme expressa o quadro a seguir.

Quadro 7 - Necessidades psicológicas e respostas humanas.

NECESSIDADES PSICOLÓGICAS	RESULTADOS PSICOLÓGICOS	RESPOSTA HUMANA	POR QUE OS INDIVÍDUOS BUSCAM IDENTIDADES SOCIAIS?
Necessidades fisiológicas Necessidade de comida, bebida, calor, sexo etc.	Desenvolvimento de incertezas e ansiedades existenciais	Identidades sociais	<p>As identidades sociais atendem a uma variedade de necessidades dos seres humanos.</p> <p>Quando lembrados de sua mortalidade, os indivíduos concentram-se em sua identidade social, mais do que em sua identidade pessoal.</p> <p>A identidade social funciona como um amortecedor para as preocupações existenciais dos seres humanos (por exemplo, Berger; Luckmann, 1967) e psicanalistas (Freud, 1933).</p> <p>As identidades sociais proporcionam aos indivíduos uma identidade social que permite uma extensão do Eu no espaço e no tempo; é abstrato, intangível e, portanto, eterno.</p>
Necessidades de segurança Necessidade de manter em segurança a si mesmo e a suas posses.			
Necessidades de pertencimento Necessidade de ter um lugar no mundo social, de ser amado e de amar.			
Necessidades de estima Necessidade de um senso de força e competência, bem como de reputação, <i>status</i> e apreciação.			
Necessidade de autorrealização Necessidade de tornar-se tudo o que se é capaz, de expressar sua verdadeira natureza.			
Necessidade de conhecer e compreender Necessidade de ter um senso de significado e propósito na vida de alguém.			

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Maslow (1954).

Alexander Wendt (1999, p. 132) percebe que, quando indivíduos não têm suas necessidades satisfeitas, experimentam sentimentos como ansiedade, medo ou frustração e, dependendo das circunstâncias, poderão desenvolver comportamentos violentos. No entanto, apesar de Wendt sugerir que tais sentimentos negativos são socialmente construídos, o esforço (muitas vezes manifestado de forma violenta) que objetiva mitigá-los faz parte da natureza humana. O autor aconselha não esquecer que os seres humanos são animais, cujas necessidades materiais são um elemento constitutivo fundamental de seus interesses (Wendt, 1999, p. 133).

Fatores materiais têm um poder explicativo limitado quando considerados isoladamente. Em vez disso, é a interação entre as ideias e os fatores materiais que realmente molda o comportamento humano. Portanto, tanto os fatores materiais

quanto as ideias são necessários para uma compreensão completa do comportamento humano, incluindo o comportamento violento. Para formular uma lógica baseada nas ideias de Wendt (1999) sobre o comportamento violento, podemos criar uma equação que integra as necessidades materiais e identitárias, bem como a influência das ideias e da estrutura social.

A fórmula pode ser expressa da seguinte maneira:

Comportamento Violento = f (Necessidades Materiais, Necessidades Identitárias, Interesses, Ideias, Estrutura Social).

Onde cada componente pode ser detalhado da seguinte forma:

- a) Necessidades Materiais (NM): Incluem segurança física, segurança ontológica, sociabilidade, autoestima e transcendência.;
- b) Necessidades Identitárias (NI): Relacionadas à identidade dos atores como tipos sociais, que refletem estruturas internas e externas;
- c) Interesses (I): Constituídos tanto por necessidades materiais quanto por ideias (cognições e deliberações);
- d) Ideias (Id): Representam crenças e cognições compartilhadas que formam interesses e influenciam a percepção dos atores;
- e) Estrutura Social (ES): Inclui normas, regras, instituições, e outras formas de conhecimento compartilhado que moldam o comportamento dos atores e estabilizam a ordem social.

Portanto, podemos reescrever a fórmula para detalhar a interação entre esses componentes: Comportamento Violento = f (NM, NI, I(Id), E S (Id)).

Onde:

I (Id): indica que os interesses são formados por ideias.

ES (Id): indica que a estrutura social é constituída por ideias.

A fórmula sugere que o comportamento violento é uma função complexa que depende da interação entre necessidades materiais e identitárias, os interesses formados pelas ideias, e a estrutura social que também é constituída por ideias. Assim, as explicações materialistas do comportamento humano, incluindo o comportamento

violento, devem ser complementadas por uma compreensão das ideias e estruturas sociais que dão significado e formam esses interesses materiais.

A sensibilidade à incerteza e à ameaça pode ser tanto uma causa quanto uma consequência de subsistir em meio a desigualdades nas esferas social, econômica e política. Ao passo que a desigualdade intensifica a competição e as disputas pelo poder, também pode resultar em um incremento generalizado do medo, da ansiedade e da desconfiança (Jost; Fitzsimons; Kay, 2004, p. 277). A manifestação mais simples da incerteza da sobrevivência relaciona-se à existência física, à continuação da própria vida e ao medo da aniquilação. Porém, o físico, por si só, não esgota o significado de sobrevivência. É necessária uma compreensão mais ampla, harmonizando o físico e o político nas diversas manifestações. Grupos e nações demonstram diferentes graus de confiança e segurança em sua reivindicação de imortalidade; entretanto, os Pequenos Povos estão em permanente medo da extinção. Embora a ansiedade da morte seja uma característica inevitável da condição humana, esses Pequenos Povos são menos capazes de lidar com ela (Ejdus, 2018, p. 887).

Nas representações de Jef Huysmans (1998) e John Herz (1959), as relações sociais e políticas entre humanos são movidas por um medo da morte. Em um estado de natureza, os homens vivem em uma condição de guerra de todos contra todos, e a morte é uma possibilidade permanente. Essa possibilidade de óbito é a base sobre qual as relações entre os seres humanos são organizadas. Nas palavras de Nathan Sears (2020, p. 263): “Talvez não haja melhor catalisador para uma mudança de paradigma na política de segurança do que o interesse da humanidade na “sobrevivência”. O medo que o outro nutre, de “ceifarem sua vida”, divide a espécie e a une em comunidade, em um dilema que favorece a criação de grupos temidos e grupos confiáveis. O fato de não saber a quem temer e a quem não temer coloca o ser humano em uma posição de incerteza e ansiedade quanto às intenções das outras comunidades. Construir barreiras entre aqueles em quem se pode confiar e aqueles a quem se teme modera e diminui o sentimento de incerteza.

Nos estudos de Segurança, o medo da morte conota dois medos: o primeiro é o medo da morte biológica pelas mãos de outra pessoa; o outro está relacionado à incerteza de uma condição indeterminada. A maneira que se encontrou para lidar com esse medo é objetificar a morte e identificar os objetos a serem temidos. Esse método fornece a possibilidade de moderar as incertezas por trás da morte (Huysmans, 1998, p. 235; Herz, 1959, p. 231). No esforço de explicar as implicações das inseguranças

psicológicas dos indivíduos, Sigmund Freud sugere que, mesmo quando não existe uma sensação de ameaça direta à segurança física, os indivíduos estão predispostos a se protegerem psicologicamente, empurrando suas inseguranças pessoais para os outros (Freud, 1926³, *apud* Khalaf, 2002, p. 39).

O senso de continuidade é primordial, tanto para a segurança ontológica do indivíduo como das coletividades. Quando indivíduos percebem que a existência de sua comunidade está em perigo, isso é percebida como uma ameaça à sua identidade social, o que pode evocar frustração e agressão defensiva. A violência dirigida por minorias prejudicadas contra grupos dominantes aumenta ao intensificarem-se os medos que deram origem ao conflito, e a ordem pública pode desmoronar completamente diante de tal padrão de mobilização defensiva. Conflitos com bases identitárias caracterizaram-se por serem muito prolongados, principalmente pela incapacidade de se lidar eficazmente com os medos subjacentes, relacionados à identidade dos grupos dominantes (Crighton, 1991, p. 127-128). Stein (2002, p. 396) aponta que episódios repressivos que objetivam a extinção de grupos podem ser considerados estratégias extremas de manutenção da segurança de um “grupo de identidade” às custas de outros grupos.

Os xiitas libaneses, por exemplo, mostram-se relutantes em abandonar seu armamento e seus aliados externos; por outro lado, esse posicionamento intensifica os temores de cristãos maronitas, que também reforçam seus grupos paramilitares e suas alianças externas. Crighton (1991) compreende que os maronitas libaneses percebem que sua própria identidade está em jogo e que, assim, não podem abandonar a política de dominação institucional. Mesmo quando destituídos de qualquer poder político real, eles veem as concessões políticas a seus oponentes como uma forma de suicídio comunitário (Crighton, 1991, p. 137). Destaca-se que todas essas questões serão abordadas novamente, nos capítulos subsequentes.

Além de sustentar as raízes psicológicas de conflitos étnicos, a pesquisadora Elizabeth Crighton sugere que o medo da extinção é uma característica muito mais íntima de conflitos étnicos prolongados do que de guerras de outras naturezas. Com base em seu estudo comparativo de conflitos étnicos prolongados no Líbano e na Irlanda do Norte, a autora apresenta várias proposições:

³ Freud, Sigmund. *Hemmung, symptom und angst*. Internationaler Psychoanalytischer Verlag, 1926.

- a) quanto mais profundo e mais amplamente compartilhado for o medo da extinção, mais provável será a evolução de um conflito prolongado;
- b) grupos étnicos em sociedades classificadas terão mais medo de extinção do que em sociedades não classificadas;
- c) sociedades classificadas são mais propensas do que sociedades não classificadas a produzir conflitos prolongados;
- d) quanto maior a mobilização política dos subordinados étnicos, mais inseguro é o grupo dominante;
- e) quanto mais inseguro o grupo dominante, mais se opõe às demandas políticas dos subordinados étnicos e maior a probabilidade de conflito prolongado; igualmente, menos flexíveis e mais excludentes são as instituições do Estado, maior a probabilidade de grupos subordinados se mobilizarem contra o Estado e maior a probabilidade de conflito prolongado (Crighton, 1991, p. 139-140).

Grupos buscam alternativas de gerenciamento da identidade quando sentem uma ameaça existencial. Shannon e Kowert (2012, p. 65) indicam três estratégias de gerenciamento de identidade: a mobilidade social, a competição social e a criatividade social. Em cenários cujos limites de mobilidade social são mais rígidos e em que existe uma percepção de injustiça, indivíduos desalentados podem se juntar a outros membros do mesmo grupo para melhorar o *status* relativo de seu grupo, promovendo uma competição social. Os indicadores de uma competição social incluem corridas armamentistas, demonstrações militares e rivalidade por esferas de influência. Sob uma perspectiva filosófica, Varshney (2003, p. 87) considera que, nesses movimentos de mobilização, há uma racionalidade que tem por base interesses próprios, como questões identitárias, religiosas, políticas e assim por diante. A conjuntura que propicia mobilizações étnicas contém microfundamentos racionais de valor, estratégias, coalizões, grupos étnicos opostos, e seu fim tem, na maioria dos casos, objetivos egoístas.

Horowitz (1985) aponta para a necessidade de “familiaridade” e “comunidade” como um dos mais importantes produtos que uma afiliação étnica por proporcionar. Uma família ou uma comunidade proporciona aos indivíduos um importante apoio emocional, salvaguarda recíproca, mediação e resolução de litígios. A adesão a um coletivo social aumenta a previsibilidade de seu comportamento e impõe uma série de obrigações normativas dos partícipes. Além do mais, se mobilizada de forma

organizada, a identidade social fornece uma ferramenta de coerção poderosa para pressionar reivindicações sobre o governo e interpretá-lo para os membros do grupo (Horowitz, 1985, p. 81).

Em suma, compreende-se por segurança ontológica a necessidade básica de previsibilidade da ordem social e de continuidade biográfica. Pode-se atingir a previsibilidade a partir de uma certa rotina da vida, que ajuda os atores a eliminarem situações críticas, que perturbam radicalmente as rotinas da vida.

Pessoas constroem e usam repertórios sociais e culturais para criar um sentimento de segurança em um mundo heterogêneo e globalizado. Segundo Eriksen, Bal e Salemink (2010, p. 45), essas novas percepções e práticas são derivadas de novas “constelações” de poder do processo de formação do Estado e das forças do mercado capitalista. Para algumas sociedades, isso implica que a segurança passa a depender de instituições de fora da comunidade, de modo que a insegurança gerada leva essas sociedades a desenvolverem mecanismos de defesa. Sentimentos de insegurança política e econômica podem criar um sentimento de pertença e exclusão. De acordo com Assaf, “O Líbano é um exemplo particularmente bom onde as diversidades e respostas são extremas e onde a complexa interação de forças externas e internas tem um efeito dramático na dinâmica... do país” (Assaf, 2004, p. 100).

O cientista político Ariel Abulof (2009; 2007) constitui o conceito de *Small People* para qualificar comunidades étnicas que carecem de um senso eterno de passado e futuro. De acordo com o professor, a sobrevivência é uma condição existencial, e, nesse sentido, a segurança é equivalente à sobrevivência. Apesar do nome, o conceito não é quantitativo, mas aponta para uma condição de povos que não carregam memórias “felizes” de seu passado e compartilham inseguranças em relação a seu futuro. Não há nenhuma ligação particular entre o tamanho e a intensidade das identidades sociais. Medos existenciais não são reservados às minorias étnicas, mas também motivam grupos que compreendem uma pluralidade ou mesmo a maioria da população em conflito (Crighton, 1991, p. 127-128).

O estudo de “Pequenos Povos” compartilha interesse na intersubjetividade e na construção social dinâmica da cognição coletiva. Abulof (2009) sugere que a segurança não se refere apenas à segurança e à “ausência de ameaças” representadas pelo Outro, mas também à certeza sobre a existência do Eu coletivo. A consciência humana da mortalidade é a única constante na teoria dos “Pequenos

Povos”. Apesar de o autor analisar empiricamente a comunidade franco-canadense do *Quebec* e a comunidade judia-israelense, aponta os meios de análise e convida seus leitores para que desenvolvam reflexões aplicando seu conceito a diferentes comunidades étnicas como forma de aumentar a compreensão sobre esse importante fenômeno sócio-histórico. Para entender a insegurança existencial, deve-se primeiro compreender a própria insegurança: como pesquisadores, não é possível presumir-se conhecer as mentes dos outros. Pode-se, no entanto, exercitar a imaginação ao examinarem-se suas expressões externas na forma de pesquisas de opinião pública e discursos (artísticos, intelectuais, políticos e públicos) que refletem a insegurança existencial e referem-se a ela.

A obra *A World of Insecurity* (2010), de Eriksen, Bal e Saleminck, explora um outro notável caso de uma pequena comunidade, ou de um “povo pequeno”, como definiria Uriel Abulof. A obra analisa o comportamento das tribos *Beni Mguild* e *Ait Ndhir* frente a uma monarquia marroquina hegemônica e ao perigo iminente de as tribos perderem autonomia econômica e política. Como alternativas de compensação ao sentimento de insegurança existencial, os autores observaram que as tribos desenvolveram suas próprias instituições políticas, em vários níveis, para proteger seus recursos e fornecer segurança a seus membros. Quando necessário, a autonomia dessas tribos era mantida pela força. Grupos que reproduzem comportamentos violentos costumam produzir uma identificação mais forte entre seus membros, principalmente em contextos cujos integrantes são lembrados regularmente da ameaça da incerteza e da mortalidade. Em suma, aumentar as percepções de ameaça à sobrevivência de um grupo violento pode aumentar a motivação dos membros individuais para se envolver em comportamentos violentos contra outros, em nome do grupo (Littman; Paluck, 2015, p. 89).

Ideologias mais extremistas são particularmente úteis para justificar o uso da força e do controle social. Membros altamente identificados demonstram mais propensão em cumprir normas específicas de seu grupo, apesar de esses comportamentos violarem padrões da sociedade mais ampla. Quando o senso do Eu se integra ao do grupo, provoca-se um fenômeno denominado fusão de identidade: indivíduos fundidos tornam-se mais dispostos a lutar ou morrer por seu grupo e mais favoráveis a comportamentos extremos, em benefício de seu grupo. Em função disso, quando os indivíduos se identificam com grupos que usam a violência para atingir objetivos políticos ou socioeconômicos, eles serão motivados a cumprir os padrões

violentos de seu grupo, seja a violência tolerada ou não pelo resto da sociedade (Jost; Fitzsimons; Kay, 2004, p. 277).

Grupos são definidos por diferenças atributivas, quer o indício de identidade de grupo seja a cor, a aparência, a língua, a religião, algum outro indicador de origem comum ou alguma combinação desses elementos. Essa é uma concepção inclusiva de etnicidade. Especialmente em sociedades divididas, conflitos étnicos estão no centro da política, e tais conflitos costumam deteriorar os pilares da civilidade, pois as afiliações étnicas são “poderosas, penetrantes, apaixonadas e difundidas” (Horowitz, 1985, p. 12).

Nesse sentido, a psicologia esmiúça o modo por meio do qual pensamentos, sentimentos e comportamentos de indivíduos são influenciados por terceiros ou situações sociais específicas. A compreensão de como indivíduos processam informações sobre si e sobre os outros, a partir de percepções e motivações sociais, orientam os relacionamentos interpessoais e as representações de grupos sociais (Shannon; Kowert, 2012, p. 11).

2.4 MEMÓRIAS COLETIVAS: LEMBRAR PARA SOBREVIVER

No paradigma construtivista, o papel da memória na formação de identidade e na associação de grupos ganha maior atenção. A construção de coletivos religiosos, por exemplo, é circundada de mitos históricos que definem quem são seus membros, qual seu significado e, geralmente, quem deve ser combatido (Shannon; Kowert, 2012, p. 13). Em geral, identidades religiosas, étnicas e nacionais organizam festivais para homenagear glórias passadas. No entanto, registram-se grupos que também celebram tragédias que ocorreram décadas ou até mesmo séculos atrás. As solenidades periódicas em torno de eventos como o Holocausto, o genocídio armênio, a *Nakba*, ou a *Ashura* reforçam a solenidade interna dessas comunidades. A história trágica une e diferencia grupos. Por outro lado, lembrar eventos de injustiça pode alimentar sentimentos ruins e hostilidades intergrupais (Blatz; Ross, 2009, p. 230).

Teóricos da Psicologia Social e Política, como Daniel Bar-Tal, Eran Halperin e Joseph De Rivera, perceberam que sociedades podem desenvolver uma orientação emocional de natureza coletiva. Esse processo ocorre como resultado de condições sociais particulares, de experiências comuns, de normas compartilhadas e do nível de socialização em uma determinada sociedade. Nesse sentido, é preciso compreender

a dinâmica das emoções e das memórias nos contextos conjunturais e reconhecer o potencial de ambas como importantes fenômenos sociais, em especial nos estudos de processos intra e intergrupais. A premissa de Bar-tal (2007, p. 442) é a de que as emoções coletivas desempenham um papel basilar tanto na formação das respostas individuais e sociais a eventos conflitantes quanto na contribuição para a evolução de um ambiente social.

Episódios históricos de traumas ou glórias são poderosos marcadores étnicos. Embates passados que envolvem perdas, derrotas e humilhações moldam a identidade de grupos e fortalecem profundamente o vínculo entre seus membros (Wang, 2017, p. 13). No entanto, a transmissão geracional desses eventos pode cultivar, por séculos, sentimentos negativos de vergonha e insegurança, nutridos por constantes rituais de luto, ou a sede por uma grande “justiça histórica”. Em muitos casos, a reprodução desses episódios instiga as vítimas ao exagero na percepção de ameaças atuais, podendo acarretar novos conflitos ou a escalada de um conflito politicamente pacificado. Episódios considerados injustos e traumáticos são rotineiramente evocados por grupos para validar ideias, normas e comportamentos, haja visto que, psicologicamente, novos traumas são esperados para um futuro próximo, alimentando, assim, um ciclo de insegurança existencial (Wang, 2017, p. 17).

Em convergência com Bar-tal (2007), Jeffrey Alexander (2006, p. 85) refere-se ao fenômeno do “trauma cultural”, que se verifica quando membros de um coletivo cultivam o sentimento de que foram submetidos a um evento negativamente marcante, que deixa marcas em sua consciência de grupo. Guerras e revoluções geralmente acarretam um importante número de mortes, perdas e adaptações a uma nova ordem e são eventos traumáticos. Em última análise, eventos traumáticos são eventos sociais com a capacidade de influenciar todos os ciclos de um indivíduo. Além disso, determinados eventos traumáticos são bastante dinâmicos, com potencial de impactar processos sociais em gerações posteriores, que não experienciaram o episódio.

Nessa mesma linha de raciocínio, Alexander Wendt (1999, p. 163) percebe como a memória coletiva exerceu papel central na concepção de políticas de “limpeza étnica” no conflito bósnio entre sérvios, croatas e muçulmanos. O autor lembra que a população sérvia, ao longo de sua história, foi importunada de forma incessante por turcos otomanos, croatas e alemães. Esse recurso cognitivo foi instrumentalizado por lideranças sérvias para mobilizar a população e instigar um comportamento violento

frente às ameaças de outros grupos sociais. Wendt alerta para o fato de que, uma vez as memórias coletivas terem sido constituídas, é um processo árduo e desafiador desfazê-las ou abrandá-las.

Bar-tal (2013, p. 148-149) aponta quatro funções estratégicas que as crenças sociais sobre a memória coletiva têm em cenários de conflitos étnicos considerados “intratáveis”:

- a) justificam a eclosão do conflito e seu desenvolvimento;
- b) deslegitimam o oponente, qualificando-o como desumano, irracional e irreconciliável, e afirmam outras crenças sociais, que apresentam o oponente como uma ameaça existencial ao grupo;
- c) glorificam o grupo interno com a propagação de eventos históricos positivos, que refletem bem na sociedade;
- d) manifestam o próprio grupo como a única vítima do conflito, enfatizando as injustiças, o mal e as atrocidades associadas ao adversário, ao mesmo tempo em que enfatizam o próprio grupo como justo, moral e humano.

Episódios de traumas passados podem ser usados para a validação e a justificação de escolhas no presente. Coletivos religiosos, especialmente, compreendem fenômenos passados e concebem uma ideia de que haverá uma recompensa a ser revelada em um futuro glorioso; entretanto, ao longo do caminho, novos traumas são esperados, mesclando sentimentos de medo e de esperança na concretização de profecias autorrealizáveis (Wang, 2018, p. 17).

Aos olhos de Van Der Kolk e Mcfarlane (1996), uma sociedade só poderá assumir um verdadeiro compromisso com vítimas de traumas se aceitar duas ideias fundamentais:

- a) as vítimas não são responsáveis pelo facto de terem sido traumatizadas;
- b) se as vítimas não forem ajudadas a lidar com as memórias de seu trauma, elas continuarão ansiosas e mais violentas (Van Der Kolk; Mcfarlane, 1996, p. 35).

Em resumo, este capítulo propôs uma abordagem holística da (in)segurança com foco nas complexas interações entre fatores sociais, identitários e existenciais que moldam a maneira como os indivíduos e os grupos percebem a segurança. Para alcançar esse entendimento, foram explorados três conceitos-chave que desempenham um papel fundamental na estruturação da análise: identidade social, incerteza existencial e memória coletiva. Esses conceitos fornecem uma sólida base para compreender-se a percepção e a busca por segurança em contextos comunitários.

3 INSEGURANÇAS, TRAUMAS E MEMÓRIAS: UMA JORNADA HISTÓRICA PELA COMUNIDADE XIITA LIBANESA

Este capítulo busca proporcionar ao leitor uma percepção de caráter holístico sobre a história amili, ao explorar as inseguranças, os traumas e as memórias dessa comunidade. A abordagem delinea uma jornada histórica desde a chegada do islamismo xiita em Jabal Amil, no século VII, até o declínio do Império Otomano, consolidado pelo Tratado de Sèvres (1920). Esta abordagem histórica não se restringe, contudo, a uma mera narrativa de eventos, mas visa a examinar os aspectos psicológicos e emocionais da experiência coletiva de Jabal Amil, coração da comunidade xiita libanesa.

De acordo com Albert Hourani (1986), historiador libanês-britânico, a história de Jabal Amil é esculpida como um local de recorrente resistência contra invasores. Há pouca bibliografia que tenha fornecido uma história da região desde a pré-modernidade até o estabelecimento do estado do Líbano. Geograficamente, a região se localiza no interior de Saida e Sour, no sul do Líbano. Estudiosos xiitas afirmam que Jabal Amil é a mais antiga de todas as comunidades xiitas, apesar de essa afirmação não ser unânime entre os historiadores islâmicos.

Atribui-se a fundação da comunidade xiita de Jabal Amil a Abu Dharr al-Ghifari, que viveu entre 590 e 653 D.C. Foi companheiro do Profeta Mohamad e conhecido por ser a quarta ou quinta pessoa convertida ao Islã. Ele foi partidário de Ali Ibn Abi Taleb para a sucessão do califado. Os escritos indicam que foi conduzido de Medina (atual Arábia Saudita) a Damasco (atual Síria) e, de lá, foi exilado para a área rural de Bilad Al-Sham (Síria). Apesar do atrito e da perseguição aos partidários de Ali, a tradição do aprendizado xiita continuou resistindo em pequenos vilarejos desses distritos rurais (Hourani, 1986, p. 133). A região denominada Jabal Amil já era povoada pela tribo Banu Amila, originalmente uma tribo que se refugiou no planalto central e na região de Raimah, no atual Iêmen, após a inundação da represa Ma'rib, em 200 A.C. Essa tribo converteu-se ao xiismo logo após a chegada de Al-Ghifari. Em vista desses relatos históricos, conclui-se que o islamismo xiita se estabeleceu no atual Líbano durante o governo de Moáuia I na Síria (639 – 661 D.C.) (Halawi, 1992, p. 29-30).

Figura 1 - Localidades de Jabal Amil



Fonte: Chalabi (2006).

A sucessão do Profeta Mohamad é a questão central na primeira e maior cisão no islamismo. Poucos meses antes de sua morte, o Profeta realizou um grande sermão, denominado “O Evento de *Ghadir Khumm*” e marcado por declarações de interpretação ambígua. Aos ouvidos de parte de seus seguidores, compreendeu-se que, após a sua morte, Ali Ibn Abi Talib, primo e genro do Profeta, deveria sucedê-lo como líder da comunidade muçulmana. Entretanto, após a morte do Profeta Mohamad, um grupo de lideranças muçulmanas mobilizou-se e jurou fidelidade a Abu Bakr Al Siddiq, companheiro e sogro do profeta. É nesse momento que se identificam os primeiros muçulmanos xiitas, opositores do califado de Abu Bakr e partidários de Ali Ibn Abi Talib. Posteriormente, Ali chegaria ao posto de Califa, depois dos regimes de Abu Bakr, Omar Ibn Al-Khattab e Uthman Ibn Affan, respectivamente. Ali é reconhecido como o quarto califa para os seguidores de Abu Bakr; por outro lado, é denominado o primeiro e injustiçado califa por seus partidários (Al-Tabatabaí, 1997, p. 23-28).

Após um curto califado de seis anos, Ali Ibn Abi Taleb é morto, em 661, quando se inicia uma nova disputa de poder entre Imam Al-Hassan, filho de Ali, e Moáuia Ibn

Abi Sufiane e seu filho, Yazid Ibn Moáuia. O filho de Ali é morto, e Moáuia aponta Yazid, seu filho, como seu sucessor. Na percepção popular xiita, é nesse momento que se inicia a mais dura perseguição aos membros da comunidade. Os partidários de Ali acusam Moáuia e seus sucessores de reprimi-los violentamente como meio de manutenção de seu califado (Al-Tabatabaí, 1997, p. 41-50).

Junto ao crescimento da comunidade Ali, surgiram desentendimentos sobre questões político-teológicas, que fragmentaram ainda mais o que já era um grupo minoritário no Islã. É difícil determinar quantas dessas doutrinas realmente se cristalizaram, porém, das que sobreviveram ao tempo, destacam-se:

- a) duodecimanos, aos quais pertencem a maioria dos xiitas libaneses, iranianos e iraquianos;
- b) zaydis;
- c) ismaelitas;
- d) alauítas.

Todos esses grupos concordaram que o califado deve permanecer na família do Profeta, ou seja, Ali, Fátima e seus descendentes. Além disso, não há nenhum tipo de discordância entre eles, sobre a sucessão dos primeiros quatro imãs, Ali, seus filhos, Hasan e Husayn, e seu neto, Zayn Al-Abidin. A divergência ocorre depois desse ponto (Halawi, 1992, p. 22).

Saad-Ghorayeb (2003) delinea que três eventos históricos tipificam a história e constituem a espinha dorsal da cultura política dos xiitas duodecimanos:

- a) a usurpação do califado do Imam Ali Ibn Abi Talib (primo do profeta Mohamad);
- b) o martírio de Imam Hussein (filho de Ali);
- c) a ocultação do Décimo Segundo Imam, Mohamad Al-Mahdi.

Essas experiências moldaram uma identidade coletiva xiita fundada em um senso de injustiça, inclinada a rejeitar autoridades despóticas e de constante enfrentamento de opressão alheia. Dessa forma, a herança política xiita constituiu um quadro de referência intelectual que fornece aos líderes xiitas, há séculos, uma ferramenta poderosa para mobilizar politicamente os crentes (Saad-Ghorayeb, 2003, p. 277).

Por muito tempo, essa comunidade religiosa foi alvo de ataques e propagandas que questionavam sua identidade árabe e islâmica, com a pretensão de deslegitimar demandas e aspirações políticas daquela população no Mundo Árabe. Estudos cristãos ocidentais sobre o Islã reproduziram amplamente os preconceitos sunitas

contra o xiismo. Ao defenderem sua independência doutrinária diante da repressão histórica de omíadas, abbássidas e otomanos, a comunidade desenvolveu a *taqiyya*, doutrina que autorizava os fiéis, em circunstâncias de insegurança, a ocultarem sua filiação religiosa – em outras palavras, uma dissimulação preventiva. Em uma doutrina em que a prática do martírio desempenhava um papel central, a *taqiyya* era vista como a aplicação extrema do princípio da resistência passiva à opressão. Cabe ressaltar que a estratégia de *taqiyya* não aboliu outras formas de resistência, como revoltas e rebeliões dirigidas (Halawi, 1992, p. 22-24).

A conquista da Síria por Saladino (ou *Salah al-Din*) e o novo governo aiúbida inauguram um novo período para os xiitas, relatado como um momento crítico e de resistência aos partidários de Ali. Entre os xiitas egípcios, Saladino é apelidado de *Kharab al-Din*, o destruidor da religião. As expedições militares mamelucas ao distrito de Kisrawan (atual Líbano), entre 1292-1305, foram dirigidas principalmente contra os xiitas duodecimanos ismaelitas e alauítas, que eram percebidos como possíveis ameaças no campo político e religioso. O jurista e teólogo sunita Ibn Taymiyyah (1263 – 1328) dirigiu *fatwas* (decreto religioso emitido por estudiosos da lei islâmica, de acordo com evidências legais no Alcorão) contra estes grupos, e ele próprio participou dessas ofensivas militares. Como consequência da sistemática contenção, os xiitas, principalmente, perderam presença e influência em grande parte de Bilad Al-Sham, migrando para as regiões onde continuaram presentes até os dias atuais, como Baalbak, Jabal Amil, Vale do Bikaa (HOURANI, 1986, p. 133-134).

As principais famílias xiitas viveram em vilarejos próximos às rotas comerciais de Damasco com Saida, Beirut e a região da Galileia. Por outro lado, a população xiita que se refugiou em Jabal Akkar e Jabal Al-Dinniya encolheu consideravelmente, em decorrência da política de conversão forçada ao sunismo. Indivíduos que resistiram à política de conversão nessas regiões foram massacrados ou expulsos pelos mamelucos. Em suma, durante a maior parte do tempo, os xiitas praticaram sua religião de forma clandestina.

Siklawi (2014) ressalta a severidade das políticas religiosas, tanto dos mamelucos quanto dos otomanos, em relação aos xiitas duodecimanos. Privada do apoio do governante e da riqueza das cidades, essa população poderia ter encolhido com o tempo, como ocorreu com os drusos e os alauítas, não fossem os eventos em um país distante explorados posteriormente (Siklawi, 2014, p. 280).

Rula Abisaab (1994) reconhece a marginalização sistemática que estudiosos e juristas xiitas sofreram nas estruturas políticas do universo sunita mameluco (1260-1517) e otomano (1517-1918). Um considerável número de amilis (habitantes de Jabal Amil) foram forçados a deixar sua terra natal, onde foram recebidos e acolhidos com entusiasmo pelo Xá Ismail (1501-1524) e seu filho, Xá Tahmasp (1524-76), da Dinastia Safávida. Nesse mesmo período, o islamismo xiita ganhava o *status* de religião do império safávida, e tanto o Xá Ismail quanto o Xá Tahmasp debruçaram-se sobre a tarefa de disseminar essa corrente islâmica pelo território. Diante da grande demanda que a estrutura do império requeria de profissionais como professores, juristas e sábios, eruditos da religião e da língua árabe de regiões como o Iraque, o Bahrein e Jabal Amil foram convidados para auxiliar no estabelecimento dessa nova prática ou cultura religiosa.

O pesquisador Rami Siklawi (2014) aponta os numerosos relatos de estudiosos xiitas que foram confrontados e ameaçados de perseguição e morte como os simbólicos casos de Shams Al-Din Muhammad ibn Makki (1333-1384), mais conhecido como *Al-Shahid al-Awwal* (O Primeiro Mártir), e Zayn Al-Din Al-Amili (1506-1559), conhecido como *Al-Shahid Al-Thani* (O Segundo Mártir). No caso do célebre *Al-Shahid Al-Thani*, este obrigou-se a viver por ao menos dez anos disfarçado, escondendo sua identidade, para escapar do olhar atento das autoridades otomanas. O medo de perseguição das autoridades centrais sempre esteve presente entre os amilis, principalmente os mais ativos. Nessa insegura conjuntura, as portas abertas do império safávida aos amilis representou para parte daquela população uma esperança de segurança e ascensão social. Embora se tenha o registro de amilis refugiando-se no Iraque e em Meca, a maioria deles teve como destino o território safávida (Siklawi, 2014, p. 280). Além disso, o pesquisador relata, em várias crônicas safávidas, a injustiça que abateu os amilis durante a administração otomanos. Historiadores amilis, como Sheikh Ahmad Rida e Hasan Al-Amin, reconhecem a ascensão do império safávida como um ponto de virada histórico para a população xiita de Jabal Amil (Siklawi, 2014, p. 285; Salibi, 1990 p. 14).

3.1 OS XIITAS SOB O IMPÉRIO OTOMANO (1516-1918)

Percebe-se uma tendência de pesquisadores da história do Mundo Árabe em concentrar-se nas sociedades politicamente dominantes. Apesar de os muçulmanos xiitas representarem, atualmente, a maioria demográfica no Iraque e no Líbano, a história desses povos é pouco relatada, especialmente na literatura ocidental. A prática do xiismo e a história das comunidades xiitas na Grande Síria permanecem parcialmente veladas. Relatos de viajantes europeus descreviam que aquela comunidade não gozava do mesmo “fascínio” que os bravos homens da Montanha. A história dos xiitas de Jabal Amil foi negligenciada em diferentes níveis e espaços temporais, e essa marginalidade social e econômica reflete-se na produção acadêmica. O diplomata britânico David Urquhart descreveu essa população em seu diário, publicado em 1860, como sendo “odiados pelos persas como árabes, e pelos turcos e árabes como xiitas” (Urquhart, 1860, p. 95; Chalabi, 2006, p. 11-13).

Após derrotarem os mamelucos, por volta de 1516, o Império Otomano assume totalmente a região do Levante Árabe e estabelece províncias em cidades costeiras do Líbano contemporâneo, como Sidon/Saida e Trípoli, em meados do século XVI. Os territórios interioranos apresentavam importantes desafios, pois, além do terreno montanhoso e acidentado, os aldeões ostentavam um importante arsenal procedente de Veneza e da ilha do Chipre.

A gestão do Império Otomano introduziu um sistema que permitia que os senhores locais administrassem os territórios em que habitavam de forma autônoma, desde que pagassem impostos ao sultão e não se rebelassem. Por outro lado, esse sistema fortaleceu o poder dos senhores sobre os camponeses que cultivavam suas terras, resultando em um sistema social semelhante ao feudal europeu. Na visão de Stefan Winter (2010), especialista no estudo da Síria otomana, a posição socioeconômica dos xiitas não apresentou progresso algum durante o período otomano; ao contrário, essa população foi alvo de uma variedade de procedimentos repressivos e forçada a pagar altos impostos ao governo central.

Em seu livro *Jabal Amel entre 1517 e 1697: vida política e cultural*, Ali Ibrahim Darwish (1993) corrobora o cenário de hostilidade entre otomanos e amilis. De acordo com o autor, a perseguição otomana intensificou-se paralelamente ao conflito safávida-otomano, que assumiu uma importante característica sectária. Se, por um lado, potências europeias gozavam de liberdade de circulação e proteção de

comunidade cristãs com base em textos conhecidos como “concessões estrangeiras”, por outro, qualquer suspeita de cooperação entre habitantes locais ou grupos com o Império safávida era rapidamente combatida com a emissão de *fatwas* para eliminar esses indivíduos. Em suma, não houve direitos ou privilégios concedidos aos colaboradores safávidas em comparação aos europeus, em uma época em que, por exemplo, a família maronita Al-Khazin ostentava seu posto de consulado do Rei da França e da agência do consulado veneziano, em 1659 (Darwish, 1993, p. 229-230). Os povoados cristãos registram, desde o século XVI, incursões culturais e educacionais de missionários europeus, que disseminavam ideias e costumes ocidentais. Samir Khalaf (1979, p. 13-15) relata que, em algumas ocasiões, as incursões políticas e militares ocidentais foram bem-vindas para a maioria da população cristã.

Entre os prestigiados senhores feudais, estavam famílias drusas, como os al-Maanis e os Jumblatt; famílias cristãs maronitas, como os Khazin; e a família originalmente sunita, os Chehab. Geralmente, esses senhores locais eram denominados de príncipes ou *Emires*. Em geral, os aldeões indicavam seus líderes, que, necessariamente, passavam pelo crivo e pelo reconhecimento do governo central otomano. Naquele momento, apesar da rivalidade política entre os senhores locais, as diferenças religiosas não eram determinantes para conflitos armados entre eles (Masters; Ágoston, 2010, p. 330-331). Em meio a uma dualidade de poder entre drusos e cristãos, ao longo dos séculos XVIII e XIX, a taxa de natalidade cristã parece ter se sobressaído em relação aos drusos, ocasionando a reivindicação de terras em Kisrawan, região anteriormente drusa.

O avanço do governador egípcio Ibrahim Pasha sobre o Levante, em 1831, aprofundou as rivalidades políticas intercomunitárias, principalmente entre drusos e maronitas. As lideranças drusas rebelaram-se contra o governo de Pasha, acusando-o de favorecer abertamente a comunidade cristã local e de ter aumentado a carga de impostos.

Em registros, documentos e crônicas imperiais, os partidários de Ali são rotulados como Revafiz e Kizilbash¹, legalmente relacionados à heresia, inimigos da

¹ *Kizilbash* (“cabeças vermelhas”, em turco otomano) eram uma coalizão de povos diferentes, de origem azerbaijana, predominantemente de língua turca, unidos em sua crença na doutrina safávida do xiismo. Os *Kizilbash* aderiram às doutrinas xiitas heterodoxas, encorajadas pelos primeiros *sheikhs* safávidas (Momen, 1987, p. 397).

sociedade local e retoricamente excluídos da sociedade otomana. O jurista e chefe otomano Muhammad Abu Suud Efendi (1490-1574) ganhou notoriedade por suas invocações de *fatwas*, principalmente contra os hamadas, os harfushes e outros senhores xiitas, junto a suas tribos, referindo-se a eles como “malditos kızılbaş, cuja destruição é um dever religioso incumbido” (Winter, 2010, p. 15). Com base em vários documentos da chancelaria otomana, relativos às campanhas militares contra os xiitas sírio-libaneses nos séculos XVII e XVIII, Stefen Winter constatou a existência de uma “nobre *fatwa*”, emitida em Istambul, que havia sido “dada em relação a esse tipo de povo” (Winter, 2010, p. 15)

Muhammad Jaber Al-Safa (1875-1945), considerado uma das maiores referências acadêmicas da história de Jabal Amil, identifica, em sua renomada obra *Tarikh Jabal Amil* (História de Jabal Amel) (1981), a pertinência da variável identitária nas relações de segurança e insegurança dos amilis com seus vizinhos:

A sucessão de guerras ferozes e a rivalidade das seitas vizinhas contra o povo de Jabal Amel, por causa de suas diferenças de seita, foi uma razão primária para sua posição desesperada em defesa de suas terras natais e a preservação de seu ser, e isso foi criando um povo guerreiro e valente. (Al-Safa, 1981, p. 82, tradução própria).

Cabe ressaltar que o sistema de repressão sobre os xiitas aprofundou-se em meio ao contexto de confrontação dos otomanos com os safávidas. Quando Selim I, sultão e primeiro califa do Império Otomano (1512-1520), solicitou uma opinião legal ao jurista islâmico Hamza Saru Görez sobre os *Kızılbaş*, este declarou que eram inimigos da fé, e afirmou: “esmagá-los e dispersar seus números é um dever da comunidade muçulmana” (Winter, 2010, p. 15). As *fatwas* de Abu Su'ud Efendi e de outros juristas otomanos são responsáveis por conceder uma “liberdade religiosa” para que o império pudesse legitimar o derramamento de sangue. Destaca-se, porém, que havia juristas e estudiosos otomanos que difundiam posicionamentos harmônicos entre as diferentes comunidades islâmicas, mas, geralmente, não ocupavam postos de influência no império.

No entanto, algumas das principais famílias xiitas foram, de fato, cooptadas pelo estado otomano moderno e integradas à administração provincial (Winter, 2010, p. 176-179). A família Harfush, por exemplo, recebeu a concessão para administrar a região do Bekaa, bem como um posto militar provincial, em reconhecimento a sua histórica liderança entre os xiitas locais; essa medida intentava contrabalancear o

poder político representado pelos emires drusos da família Ma'na, no início do século XVII. Na província de Trípoli, os Hamada conquistaram certo destaque, ocupando postos militares a serviço do império. As mesmas características que haviam recomendado os xiitas como concessionários fiscais clássicos (tribalismo, segregação, mercenário) também os tornavam os principais candidatos aos projetos de engenharia social do Estado, na virada da era moderna. A parceria entre os senhores de terra xiitas e as autoridades imperiais começou a reduzir-se no fim do século XVII, principalmente pela ascensão de notáveis senhores maronitas do Monte Líbano, com importante apoio diplomático e financeiro da França. Essa conjuntura permitiu que empresários e entidades maronitas ocupassem e desenvolvessem terras agrícolas em Kisrawan (região anteriormente ocupada por aldeões xiitas), e exercessem um papel administrativo cada vez maior em territórios ocupados por maioria xiita.

Ao longo do século XVIII, as lideranças hamadas sobrevivem com dependência de proteção cada vez maior de emires drusos, perdendo o espaço para as lideranças maronitas e chegando ao ponto de perderem totalmente seu capital social e político frente ao império. Os hamadas foram destituídos de seus postos institucionais e exilados da região do Monte Líbano, e, ao mesmo tempo, as lideranças maronitas expandiam de forma excepcional sua influência política e social. Nesse mesmo período, acontecia um processo de conversão e adesão dos xihabitas ao maronismo, buscando maior espaço nos postos de poder.

O pesquisador Stefan Winter reconhece, em sua obra, que os hamadas e os harfushes foram, acima de tudo, vítimas “da racionalização e de disciplinamento social” (Winter, 2010, p. 116) e que, de certa forma, sua identidade sectária influenciou sua crescente marginalização. Fenômenos históricos como o patrocínio francês aos maronitas, o arranjo estratégico dos emires drusos, a contenção dos governadores de Trípoli aos rebeldes e os decretos religiosos do jurista otomano Ebu-Suud, junto aos momentos de crises econômicas do império, foram convenientes para a desvantagem dos xiitas e continuariam moldando profundamente o destino dessa comunidade no século seguinte (Winter, 2010, p. 116).

A ascensão dos Chehab (dinastia maronita) anunciou uma nova fase de ocupação maronita e uma série de incursões militares drusas em Jabal Amil. A partir de 1750, os amilis se aproximam e solicitam a assistência de Zahir Al-Umar, governante árabe do norte da Palestina (região da Galiléia). Em 1771, Zahir Al-Umar,

Ali Bey al-Kabir, do Egito, e os amilis tomam o controle de Sidon/Saida dos otomanos. Stefan Winter (2010, p. 136) considera a ocupação de Sidon/Saida um ponto de virada no destino da comunidade xiita de Jabal Amil e julga ser o momento de maior glória dessa comunidade sob o mandato otomano. Entretanto, a reconquista da região pelo governante otomano Ahmad Pasha, poucos anos depois, devastou aquela comunidade e tornou-a profundamente dependente da proteção e consideração de emires drusos, que gozavam de muito mais credibilidade e confiança do império. Os harfushes mantiveram um certo domínio sobre o Vale do Bekaa no século seguinte, mas subordinando-se aos Chehab.

3.2 AHMAD PASHA AL-JAZZAR: UM CAPÍTULO SOMBRIO NA HISTÓRIA DE JABAL AMIL

Fouad Ajami (1986), Stefan Winter (2010) e Ali Chuaib (1987) não hesitam em afirmar que o momento mais crítico da comunidade xiita de Jabal Amil ocorreu quando esta era mantida sob o controle de Ahmed Pasha, popularmente conhecido como *Al-Jazzar* (“O açougueiro/carniceiro”, em árabe), governador de Sidon/Saida (1777 – 1804). Nas palavras do Barão de Tott, diplomata francês da época, *Al-Jazzar* foi um “leão solto contra a humanidade”, uma figura histórica e simbólica que invoca memórias de amargor e de ruína. O governante otomano notabilizou-se por aniquilar as tropas xiitas, destruir os povoados amilis, incendiar suas bibliotecas e seus estoques agrícolas. Um dos relatos mais impressionantes da obra de Fouad Ajami refere-se à quantidade de obras literárias saqueadas de Jabal Amil: “A produção de literatos de ulemás xiitas foi tão grande que os livros mantiveram os fornos de Acre funcionando por seis dias” (Ajami, 1986, p. 53). Nesse mesmo período, conforme indica o professor Ajami, um manuscrito histórico otomano expõe de forma clara como motivações religiosas também instigaram uma conduta mais rígida frente à população xiita. Determinada crônica de oficiais otomanos justificava suas incursões militares contra as comunidades xiitas como um ato de “vingança” pela vida dos califas Abu Bakr e Umar, primeiro e segundo califas do Islã após a morte do Profeta. A crônica propagava ideias sectárias entre sunitas e xiitas, apesar de Abu Bakr ter falecido de circunstâncias naturais (Ajami, 1986, p. 53-54).

Quando a expedição napoleônica de 1799 sitiou a cidade costeira de Akka, Ahmed Pasha esperou o apoio da dinastia Chehab. O apoio nunca chegou, e esse

episódio despertou desejos de vingança por parte de *Al-Jazzar*, que prosseguiu com uma política de intervenção voraz e rígida nos assuntos da Montanha. Os senhores tribais, até aquele momento, pagavam um tributo de 80 bolsas por ano para o governador de Sidon; no governo de Ahmad Pasha, esse mesmo tributo chegou a cerca de 3.000 bolsas. O sistema de extorsão tributária instaurado pelo governador era tão rígido que esgotou a débil economia local da Montanha (Ajami, 1986, p. 53).

O conde Constantin-François Volney visitou a região de Jabal Amil após uma dura campanha militar de *Al Jazzar*. O viajante francês lembrou a existência de uma “pequena nação” distinta das outras, cujos habitantes eram denominados “mutawalis” da Síria. Após testemunhar a destruição da campanha de *Al-Jazzar*, o viajante questiona se aquela comunidade resistiria:

Neste período, não restavam mais de quinhentas famílias dos mutawalis, que se refugiaram no Anti-Líbano e no Líbano dos maronitas. Expulsos como estão agora de seu solo nativo, é provável que sejam totalmente aniquilados e até mesmo seu próprio nome seja extinto (Volney, 1787, p. 56, tradução própria).

Os historiadores Ali Abdel Menem Chuaib (1987, p. 48) e Osama Abu Nahel (2020, p. 6-7) relatam uma série de revoltas amilis contra o governo de Ahmad Pasha. Nesse período, o Sheik Nasif al-Nassar, líder da dinastia Ali Al-Saghir, constituiu um grupo revolucionário clandestino denominado *Tayyah/Tawah*, que trabalhou para atacar os centros de *Al-Jazzar* e seus soldados. Esse grupo especializou-se na prática de emboscadas e ataques suicidas contra militares otomanos, visto o pequeno número de membros. Os sucessivos ataques do grupo resultaram em uma importante ofensiva das forças de Ahmad Pasha, que custaram enormes prejuízos humanos e econômicos aos amilis, incluindo a destruição de colheitas e a perda de recursos humanos com capacidades braçais e técnicas de produção, quer por sua utilização em recrutamento obrigatório, quer por força de sua fuga da opressão do governador otomano ou mesmo por sua morte. A resistência do grupo *Tayyah* findou em setembro de 1781, com a derrota e a morte de seu principal líder na famosa batalha de Yaroun.

O sucesso das campanhas militares de Ahmad Pasha produziu uma onda de refúgio de intelectuais, eruditos, e líderes sociais amilis em territórios distantes, como

Iraque², Irã, Índia e Afeganistão, como no caso dos notáveis sheiks Ibrahim Yahya, Ali Al-Khatouni, Abu Al-Hasan Ibn Al-Sayyid Haidar Al-Amin, Hassan Suleiman e Muhammad Al-Hurr (Al-Hurr al-Amili). A conjuntura social de Jabal Amil permaneceu crítica até o fim do governo de Ahmad Pasha, em 1804. A ascensão de Suleiman Pasha *Al-Adil* para o governo da Eialete de Sidon/Saida, entre 1805 e 1819, diminuiu a tensão entre a população local e o governo, principalmente por dialogar mais e enviar representantes para negociar pautas pertinentes ao território (Bannout, 1993).

Outro importante relato vem do diplomata britânico do século XIX, David Urquhart, que discorre sobre a árdua trajetória daquele povo: “um desvio de uma linhagem nobre e uma sucessão de muitas gerações de luta, miséria e perseguição” (Urquhart, 1860, p. 95, tradução própria). Na perspectiva do diplomata, os “mutawalis” foram politicamente boicotados por uma diretriz sectária do império:

Eles foram impedidos por seu cisma religioso de serem incluídos na ordem administrativa do império. Sua posição no Líbano não era nem a de príncipes, nem a de uma tribo que deslocou a população original e ocupou o solo (Urquhart, 1860, p. 95, tradução própria).

Eventos além do pequeno mundo de Jabal Amil aumentaram sua miséria e sua marginalidade no império. Nesse âmbito, os otomanos há muito estavam envolvidos em prolongados conflitos com os safávidas, na Pérsia. O xiismo pode ter resgatado o império persa, separando-o do império otomano em expansão, mas os homens pegos do lado errado da divisão – sunitas nos reinos safávidas, xiitas no estado otomano – estavam destinados a sofrer.

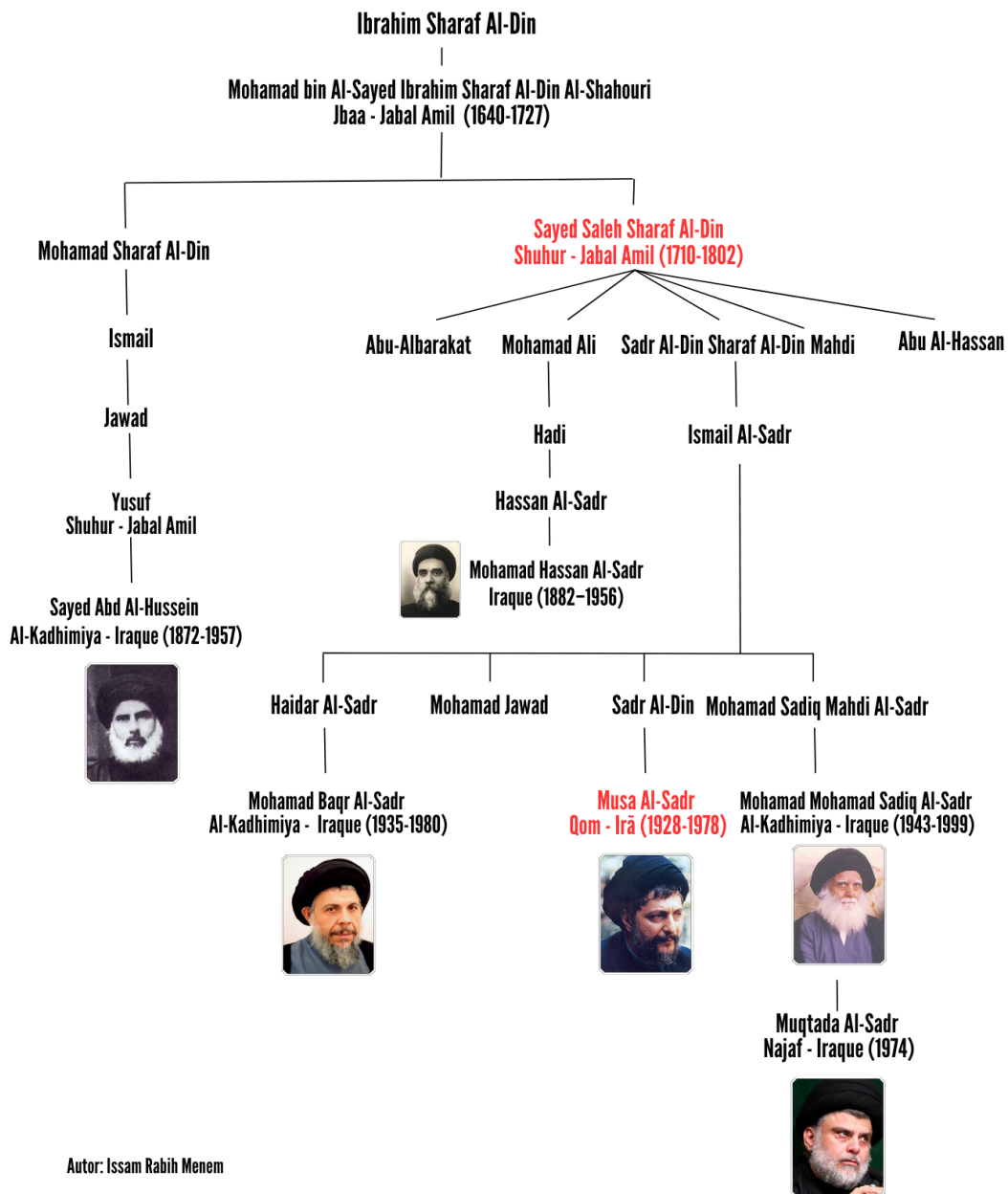
Um caso simbólico da política de perseguição de governantes otomanos aos líderes de Jabal Amil foi o do Sayid Saleh Sharaf Al-Din, no final do século XVIII, um sábio religioso xiita e ancestral de Musa El Sadr (figura 2). Dois de seus cinco filhos foram mortos, e ele mesmo foi condenado à morte. Sua casa, seus livros e todos os seus bens materiais foram queimados. O sábio xiita não teve outra alternativa senão fugir de Jabal Amil para o Iraque e, posteriormente, para a Pérsia. O filho de Saleh com maior atuação social e política foi Ismail El Sadr, avô de Musa Al-Sadr. Ismail teve quatro filhos: Sayyid Muhammad Mahdi; Sayyid Sadr al Din (pai de Musa Al-

² Curiosamente, a ascensão de Saddam Hussein no Iraque provocou um importante movimento de refúgio inverso, de clérigos e estudantes amilis para o Sul do Líbano (Herbert, 1999, p. 7).

Sadr), Sayyid Muhammad Jawad e Sayyid Haidar. Adiante, compreenderá-se-á o simbolismo social, político e religioso desse episódio, com o retorno de Musa Al-Sadr, ancestral de Saleh Sharaf Al-Din, para a região de Jabal Amil. Ajami compreende que o governo de *Al-Jazzar* é uma grande divisão na história e na memória popular dos Amilis (Ajami, 1986, p. 33 - 55).

Figura 2 - A relação familiar entre Saleh Sharaf Al-Din e Musa Al-Sadr

Árvore Genealógica da família Sharaf Al-Din



Autor: Issam Rabih Menem

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Gharbieh (1996, p. 141).

Hussein Gharbieh (1996, p. 33) e Michael Hudson (1968, p. 18) percebem a ocupação militar egípcia da Grande Síria (1831-1833), liderada por Muhammad Ali Pasha, como outro grande revés dos xiitas de Jabal Amil. Os historiadores apontam que a ocupação egípcia ampliou a clivagem social entre as regiões. O apoio econômico e político francês às comunidades cristãs do Monte Líbano e de Beirute estabeleceram as bases sociais e econômicas dessas áreas, resultando no desenvolvimento e no estabelecimento de uma classe média, atuante em especial no Monte Líbano, e abriu caminho para intervenções de potências europeias na região, influenciando diretamente o desenvolvimento das comunidades locais.

Esse desenvolvimento não chegou às aldeias de Jabal Amil sem o estabelecimento de uma classe média, população que permaneceu profundamente dependente dos zua'mas. Os amilis permaneceram sob governo de Emir Bashir Chehab II, vassalo das forças egípcias, que designa Bashir Qassem como governante de Sidon/Saida; Hassan Al-Asaad como governante de Tiro; e seu sobrinho, Emir Majeed, para o governo do restante de Jabal Amil. Emir Bashir seguiu uma política rígida com Jabal Amil; porém, a população local denunciou os privilégios em favor dos Chehab e das comunidades maronitas em meio a um exorbitante aumento dos impostos, ao desarmamento da população, ao recrutamento universal e à prática de trabalho forçado não remunerado. Jihad Bannout (1993) discorre sobre a política “mão de ferro” de Majeed com base em disputas anteriores, entre os amilis e os príncipes do Monte Líbano.

Essa conjuntura instigou revoltas xiitas no ano de 1839, sob a liderança de Hussein Al-Shabib e de seu irmão, Mohamad Ali, membros dinastia Al-Saghir. Centenas de homens e jovens entusiasmados juntaram-se às fileiras da revolta e foram preparados para embates com estratégias de guerrilha. A atuação desse grupo concentrou-se nas principais aldeias, cujos alvos eram, em especial, os coletores de impostos. Na perspectiva de Bannout (1993, p. 128), a revolta foi um retrato do descontentamento popular generalizado na maior parte da região, devido à escalada das campanhas de repressão e perseguição que Ibrahim Pasha praticou. A mobilização popular chamou a atenção de governante egípcio, que ordenou a Emir Bashir avançar com suas tropas sobre os rebeldes amilis, e assim o fez Emir Majeed, com seus quinhentos combatentes, que incluíam 60 cavaleiros. A campanha vitoriosa de Majeed desmobiliza rapidamente a rebelião, repelindo seus líderes para fora da

montanha. Quando os otomanos recuperaram a Grande Síria, em 1840, Emir Bashir abandonou seu emirado, exilando em Malta.

3.3 AS REFORMAS DO TANZIMAT (1839) E O CATACLISMA DE 1860

A restauração territorial da Grande Síria sob o governo otomano, seguida por inúmeras convenções comerciais com potências europeias, abriu a região para uma maior penetração econômica, com apoio de intermediários locais das diferentes comunidades. Os franceses materializaram sua histórica relação com os maronitas; os britânicos aproximaram-se dos drusos; os russos apoiaram os cristãos ortodoxos. Esses parceiros externos foram cruciais na dinâmica de poder local das comunidades. Por outro lado, os xiitas não concretizaram alianças políticas com patronos externos (Gharbieh, 1996, p. 33). Esse contexto de inquietação, tensão intergrupala e maior busca por autonomia era percebido em diferentes regiões do império. Assiduamente, potências estrangeiras pressionavam o Império por reformas que levassem maior tranquilidade ao Monte Líbano.

Uma série de reformas denominadas *Tanzimat* foram promovidas pelo império na década de 1830. Tais reformas incluíam a concessão de direitos adicionais a minorias religiosas, a modificação dos códigos jurídicos que regiam o comércio e a posse da terra e a reconfiguração territorial das províncias. Se, por um lado, judeus e cristãos conquistaram níveis básicos de autonomia, por outro, os muçulmanos xiitas não tiveram seus *status* de minoria religiosa reconhecido. As reformas do *Tanzimat* refletiram-se diretamente no Monte Líbano, e a Sublime Porta (Império Otomano) buscou reafirmar sua autoridade sobre aquele conturbado território, apoiando incursões drusas contra Chehab, dinastia mais influente do emirado.

A aliança dos drusos com Istambul derrubou a dinastia Chehab em 1842, instaurando uma administração dupla, que dividiu o emirado em duas províncias (Dupla *Qa'im maqamiya*), com o objetivo de equilibrar a dinâmica de poder na região entre as duas comunidades. A partir de 1843, a província do Norte (*Qa'im maqamiya*) seria administrada pelos maronitas, e a do Sul (*Qa'im maqamiya*), pelos drusos. No entanto, o sistema de partilha falhou desde a implementação, visto que não foram consideradas questões centrais, como a demografia da região. Na província drusa, por exemplo, a maioria da população era cristã maronita (60%), que, desconfiada de um governo druso, desencadeou um importante movimento de refúgio para a

província do Norte. Ademais, menciona-se uma política sistemática de perseguições às famílias não drusas na província Sul (Salibi, 1990, p. 15).

Na visão de Fawwaz Traboulsi (2012), o sistema de Dupla *Qa'im maqamiya* institucionalizou o sistema sectário de representação política e desencadeou uma nova onda de violência centrada em questões de identidade. O historiador percebe o comportamento violento das lideranças drusas como a reação de uma minoria subalterna ameaçada de perder seus privilégios e seu território, pois se tornava um grupo minoritário em sua própria província. De 1842 a 1860, houve uma série de embates sobrepostos, e Traboulsi (2012, p. 27-28) destaca quatro deles: as rivalidades internas das províncias entre os *Muqata'jis*, senhores da terra, pelo posto de *qa'im maqan* (governador da província); o empenho dos *Muqata'jis* em preservar seu poder econômico e político; a tensão permanente entre *Muqata'jis* e clérigos drusos com aldeões cristãos; o embate entre os *qa'im maqan* indicados pelo império e os conselhos de produtores e comerciantes locais.

Em meio a comícios e discursos exacerbados, camponeses maronitas revoltam-se no inverno de 1858-59, tanto contra seu *qa'im maqan* quanto contra seus *muqata'jis* drusos em regiões mistas. Sob a máxima de uma “guerra santa”, lideranças drusas mobilizaram camponeses de sua comunidade e responderam organizando ataques a cristãos, principalmente em regiões de população mista. Bruce Masters e Gábor Ágoston (2010, p. 329) relatam que as ofensivas por parte dos drusos haviam perdido totalmente o controle no que se refere à execução de homens, mulheres e crianças, ao ponto de compará-la a uma estratégia de limpeza étnica.

O cenário descontrolado de hostilidades na Montanha resultou, junto a uma incessante pressão diplomática europeia, em um protocolo (1860) firmado entre o Império e cinco grandes potências europeias (Áustria, França, Grã-Bretanha, Prússia, Rússia), que autorizava o envio de 12 mil soldados europeus à região para a manutenção da ordem. Napoleão III sobressaiu-se por despachar ao Monte Líbano cerca de seis mil militares, aproximadamente metade das tropas terrestres. Os demais atores resumiram sua participação com o envio de oficiais de alta patente e navios militares, que atuaram de forma simbólica. Peter Katzenstein (1996) realça que a narrativa de “salvar cristãos” foi central naquela campanha intervencionista. Os eventos de 1860 foram devastadores para a demografia da região: cerca de 100.000 pessoas foram deslocadas, 200 aldeias foram totalmente queimadas, e houve ao menos 5.000 vítimas locais. Um tribunal especial foi criado na cidade de Mukhtara

para julgar os responsáveis, e cerca de 300 pessoas foram julgadas, com inúmeras condenações à morte decretadas (Traboulsi, 2012, p. 39).

Ussama Makdisi (2000, p. 1-2) compreende que a história do Estado libanês contemporâneo foi talhada com base na “Cultura do Sectarismo”, processo de implantação da herança religiosa como um marcador primário da identidade política moderna. Em sua obra de maior notoriedade, *The Culture of Sectarianism Community, History, and Violence in Nineteenth-Century Ottoman Lebanon*, Makdisi reconstrói a violência cataclísmica de 1860, episódio que colocou “vizinho contra vizinho”, forçando um senso de segregação comunal. Segundo o autor, os acontecimentos de 1860 entraram manchados de sangue na história do Oriente Otomano, alterando-a para sempre.

Os eventos de 1860 foram vistos e diagnosticados de diferentes formas pelo mundo. Karl Marx, filósofo e sociólogo alemão, refletiu que os eventos sucedidos no Monte Líbano foram resultantes da interação de “tribos selvagens”. Publicações jesuítas francesas declararam que a carnificina foi promovida pela comunidade drusa baseada em um “ódio à religião católica e ao fanatismo dos muçulmanos”. Por outro lado, historiadores árabes e libaneses denunciaram as políticas otomanas de “dividir para reinar” por meio divisões religiosas que minam a unidade libanesa e árabe. Aqui fica evidente um conflito de narrativas e significados dos incidentes sangrentos na Montanha (Makdisi, 2000, p. 5). Na visão do historiador, a cultura sectarista foi ativamente produzida como resultado de diferentes fenômenos e políticas, e o impacto cumulativo da invasão egípcia, da queda dos Chehab, da introdução do *Tanzimat* e das intervenções europeias propiciaram uma nova ordem política, baseada na diferenciação religiosa (Makdisi, 2000, p. 52). O período conflituoso entre cristãos e drusos, que se iniciou em 1841, encerra-se com o estabelecimento da *Mutasarrifiyya* do Monte Líbano, em 9 de junho de 1861 (Makdisi, 2000, p. 161).

3.4 MUTASARRIFATO DO MONTE LÍBANO (1861–1918)

A nova organização política e social fundiu as duas províncias (*Qa'im maqamiyas*) em um único mutasarrifato³ e reconfigurou as fronteiras internas, separando-o em seis distritos, com base em filiações sectárias: *Kura*; *Kisrawan*; *Zahla*;

³ Sistema administrativo otomano estabelecido no final do século XIX e projetado para centralizar o controle e a autoridade do governo otomano sobre suas províncias (BAYEH, 2017, p. 217).

Matn; área ao sul da rodovia Beirute-Damasco até *Jazzin*; *Jazzin* e *Iqlim al-Tuffah*. Essa nova província estava confinada apenas à Montanha, excluindo Beirute e toda a faixa costeira, além das planícies do Norte, do Bekaa e de Jabal Amil. O governador do Monte Líbano seria um cristão otomano, que se reportaria diretamente a Istambul. Um conselho administrativo local foi instituído com caráter consultivo, mas com um importante poder de veto, especificamente em relação a dois tópicos: intervenções militares de tropas otomanas no território do *Mutasarrifiya* e assuntos referentes a impostos.

O conselho administrativo foi dividido igualmente entre cristãos e muçulmanos, e todas as grandes comunidades locais (maronitas, drusos, ortodoxos gregos, católicos gregos, sunitas, xiitas) tinha o direito a dois conselheiros. Entretanto, o acordo foi revisado em 1864, com o intuito de modificar-se a distribuição sectária para a proporção de sete cristãos e cinco muçulmanos (Masters, Ágoston, 2010; Traboulsi, 2012). Max Weiss (2009, p. 142) recorda que, desde o estabelecimento da gestão de *Mutasarrifiya* (1861), o Líbano foi administrado por um sistema político estruturado ao longo de linhas confessionais, ou seja, um sistema que distribui altos cargos políticos de acordo com métricas sectárias.

Traboulsi (2012, p. 42) reconhece um importante período de “paz” de que o Monte Líbano desfrutou sob o mandato da *Mutasarrifiya*. De acordo com o historiador libanês, o que possibilitou esse período de estabilidade social, política e econômica foi uma combinação de três fatores: a rentabilidade da economia da seda, cuja produção fora patrocinada pelo mercado europeu; o movimento de um número excedente da população camponesa para fora do Monte Líbano; e uma intervenção estrangeira “relativamente moderada”. Por outro lado, a dependência de cereais e de carne advindos do interior da Síria influenciou parcialmente as ondas migratórias da população da montanha para o ocidente e para a trágica fome registrada no período da Primeira Guerra Mundial. Apesar dos avanços econômicos na Montanha, o papel xiita permaneceu coadjuvante e limitado. Jabal Amil e seu cultivo de tabaco não eram economicamente atraentes para as potências europeias. Assim, por volta de 1883, a economia do tabaco de Jabal Amil sofre um duro golpe pelo monopólio concedido aos franceses da *Tobacco Regie*. Os baixos valores oferecidos pela empresa inviabilizaram o cultivo do produto, abalando a renda de importante parcela daquela comunidade (Gharbieh, 1996, p. 49; Baydoun *et al.*, 1979, p. 116).

Boutros Labaki (1988, p. 541) afirma que a demografia da *Mutasarrifya* era predominantemente cristã e que sua população gozava de importantes privilégios, como a isenção do pagamento do dízimo da produção agrícola ao serviço militar. Todas as comunidades dos atuais distritos libaneses de fora da *Mutasarrifya*, como é o caso de Jabal Amil, pagavam cerca de 10% de sua renda total em impostos, impondo uma maior transferência de renda para o tesouro central otomano, enquanto aquela comunidade pagou apenas 7,4% de sua renda total em impostos. Demograficamente, as regiões que pagavam mais impostos eram de maioria muçulmana.

Labaki (1988) destaca, ainda, que a estrutura de gastos públicos na *Mutasarrifya* era mais produtiva do que nos outros distritos libaneses periféricos. Por exemplo, a província da Montanha atuava em diversos setores, principalmente na construção de estradas, e, ao final da administração otomana, essa província estava equipada com uma rede rodoviária relativamente densa, cenário oposto ao dos outros atuais distritos libaneses. O professor afirma que a estrutura financeira aprofundou as disparidades econômicas e sociais entre a província do Monte Líbano (formada predominantemente por cristãos) e as demais regiões libanesas atuais (predominantemente muçulmanas) no período entre 1861 e 1914 (Labaki, 1988).

Rami Siklawi (2104) expõe como os rituais dos partidários de Ali foram reprimidos até os últimos dias do Império Otomano. O autor saltienta os episódios de 1918, em que essa comunidade precisou realizar rituais de luto em segredo, pois “Os soldados otomanos estavam estacionados nas entradas de mesquitas e hussainiyas para impedir a comemoração pública do martírio do Imam Al-Hussein”⁴ (Siklawi, 2014, p. 281). Abd Al-Hussein Al-Sadiq e Abd Al-Hussein Sharaf Al-Din manifestam a existência de uma relação direta entre as demonstrações de luto e o compromisso social e religioso, uma vez que as cicatrizes resultantes de rituais envolvendo autoflagelação servem como um registro físico e histórico que transforma atos individuais em movimentos sociais (Halawi, 1992, p. 171-172).

Os relatos do historiador e pesquisador Sheikh Hussein Al-Khichen (2002) corroboram as palavras de Siklawi (2014). Al-Khichen relata que o povo de sua cidade (Sohmor), temendo os turco-otomanos, refugiava-se em cavernas para praticar seus rituais de luto. Ademais, o Sheikh alega que os duros impostos financeiros que as

⁴ Filho de Imam Ali, neto do Profeta Mohamad e considerado pelos xiitas como o terceiro Imam.

autoridades impuseram sobre as colheitas esgotaram as pessoas, que lidaram constantemente com fome e epidemias: “As histórias de fome e pobreza, histórias de medo, doença, mortes e outras formas de sofrimento ainda são herdadas e passadas de avós para filhos” (Al-Khichen, 2002, p. 48, tradução nossa).

Em seu livro *As Reivindicações de Jabal Amel: Unidade Igualitária no Grande Líbano (1900-1936)* (1987), o historiador amili Ali Abdel Menem Chuaib percebe que, especialmente no final do século XIX, inicia-se uma série de mobilizações políticas por parte de lideranças locais, com o objetivo de manifestar sua rejeição tanto à dominação otomana quanto à interferência europeia nos assuntos da montanha. Essas figuras influentes têm credibilidade porque fortalecem a ligação entre a comunidade amili e o levante árabe, quebrando, assim, as barreiras impostas pelos otomanos, que impediam qualquer movimento coletivo fora de sua estrutura de dominação (1987, p. 167). Em 1899, por exemplo, o Sheikh Ahmed Reda (1872–1953), uma liderança local distinta, por seu exercício como escritor (membro da Academia Árabe de Damasco), poeta e linguista, fundou uma escola na cidade de Nabatia, que fechou suas portas após poucos meses, devido à resistência do governo turco à sua abordagem pan-arabista. Nas palavras de Ali Chuaib (1987): “Eles descobriram que o apelo à turquificação com base na religião nada mais é do que uma cobertura para a supremacia de um grupo turco sobre todos os povos, então eles o rejeitaram” (Chuaib, 1987, p. 53-54).

Para além da conjuntura social e econômica, essa comunidade expõe, de forma traumática, a política de recrutamentos obrigatórios do Império, que, em muitos casos, eram uma “passagem para a morte”, visto que muitos recrutados serviam por prolongados vinte anos. Como alternativa ao serviço militar obrigatório, muitos aldeões precisaram vender suas terras para pagar as altas compensações financeiras ao Império e se “livrar da jornada da morte e tormento”. Khichen (2002, p. 49) afirma que esse fenômeno influenciou diretamente a distribuição de terras na região. O pesquisador ainda relata uma estratégia curiosa dessas comunidades xiitas: muitos dos aldeões registravam todos seus filhos do sexo masculinos com o mesmo primeiro nome, para simular uma família de um único filho, que, nesse caso, era isento do serviço obrigatório.

Jaber Al-Safa (1981), Martin Kramer (2017) e Martin Hartmann (1913) apontaram com alarde uma série de estratégias políticas, culturais e sociais de “turquificação” do território árabe. Entre essas estratégias, verificam-se a supressão

de línguas e culturas minoritárias, incluindo as línguas árabe, persa e curda, proibidas em algumas áreas; a transferência forçada de populações; e a promoção da identidade turca como a identidade dominante, incluindo a adoção de trajes, costumes, hábitos e arquitetura turca. Kramer (2017, p. 77-78) observa que tal política causou apreensão entre as populações árabes às vésperas da Primeira Guerra Mundial e pode ter arrastado os partidários do arabismo cultural a um propósito político.

Os anos que antecederam a criação do Grande Líbano (1920) foram difíceis para os amilis, pois, além dos atritos com as autoridades otomanas, os sulistas foram recrutados em grande número para composição das tropas do Império durante a Primeira Guerra Mundial (1914), e, como resultado, seus campos foram abandonados. No ano seguinte, uma gigantesca nuvem de gafanhotos devastou as plantações de Jabal Amil até o Monte Líbano. Assim, a deterioração das condições de vida em Jabal Amil desencadeou uma onda de emigração de amilis para os continentes americano e africano (Gharbieh, 1996, p. 50-52).

Em suma, é apropriado afirmar que, de forma geral, os xiitas desempenharam papel significativo na resistência ao governo otomano. Essa resistência assumiu diferentes formas e, gradualmente, organizou movimentos sociais e políticos, principalmente entre o final do século XIX e o início do século XX. O desejo de uma identidade política própria dos xiitas libaneses foi estimulado a partir do envolvimento comunitário em movimentos pan-arabistas (Siklawi, 2014, p. 281).

3.5 COMISSÃO KING-CRANE

Durante a Conferência de Paz de Paris, em 1919, o presidente estadunidense Woodrow Wilson demandou a formação de uma comissão internacional que percorresse pessoalmente os territórios do Império Otomano para compreender o posicionamento daquelas populações em relação ao futuro político da região no período pós-Primeira Grande Guerra. O escopo geográfico inicial abrangia todo o Império Otomano, já bastante reduzido, em especial as regiões não turcas da Síria, da Palestina, da Mesopotâmia, da Cilícia e da Armênia. No entanto, diante da urgência do trabalho no contexto da Conferência de Paz de Paris, os comissários limitaram sua atuação à Síria e à Palestina. A Comissão foi chefiada por Henry King (*Oberlin College*) e Charles Crane (filantropo e empresário de Chicago) e teve cinco membros:

Albert Howe Lybyer (assessor técnico geral da Comissão), Capitão William Yale (consultor técnico para as regiões do sul da Turquia), Dr. George Montgomery (conselheiro técnico para as regiões do norte da Turquia), Capitão Donald Brodie (secretário da Comissão King-Crane) e Sami Haddad (médico e intérprete da Comissão, de nacionalidade libanesa).

Ao final, a Comissão transcorreu por toda a Palestina, a Síria e a região sul da Anatólia, incluindo Jerusalém, Ramallah, Nablus, Damasco, Beirute, Trípoli, Homs, Aleppo e Adana (Grossi; Milligan; Waddelow, 2011) e foram recebidas cerca de 1.863 petições de inúmeras comunidades religiosas, movimentos políticos e sociais, como de associações de diferentes naturezas (Encyclopaedia Britannica, 2013). Um relato interessante, exposto por Ken Grossi, Maren Milligan e Ted Waddelow (2011) é o de que o Departamento de Estado estadunidense impediu que funcionários do governo examinassem o relatório, pois não era compatível com o “interesse público”. Somente em 1922, após o fim do mandato de Woodrow Wilson e a assinatura do Tratado de Sèvres (1920), é que se dividiu o Império Otomano e distribuíram-se os territórios árabes, contemplando as diretivas do Acordo *Sykes-Picot* (1916).

A pesquisadora Tamara Chalabi (2006, p. 65) percebe que as petições produzidas e apresentadas por populações amilis à Comissão King-Crane e ao Alto Comissariado francês destacam-se como a primeira e principal experiência na história moderna de Jabal Amil em que a população local precisou formular uma posição política institucional própria. De modo geral, a comissão percebeu um amplo apoio em todo o Levante para uma grande Síria independente (Bâli, 2016, p. 115-119). Entre os amilis, a elite intelectual e parte dos ulemás respaldaram o posicionamento pró-árabe. O líder religioso amili Sayid Abd al-Husayn Sadiq, da cidade de Nabatieh, expressou seu fervoroso apoio ao Rei Faisal I, em 1919, declarando-o rei até a morte. Outra liderança religiosa local, Sayed Abd Al-Husayn Sharaf Al-Din, registra de forma enérgica sua posição frente aos questionamentos da Comissão:

Apresentei os desejos da *umma*: unidade síria, independente com um governo constitucional descentralizado com Faisal como seu rei. Recusei que qualquer Estado estrangeiro tivesse uma mão no governo... incluindo a França. Pedi ajuda da América porque é uma nação forte e rica, distante da ganância do imperialismo. Esta é a razão pela qual nossa relação com os franceses se deteriorou (Sharaf Al-Din, 1967⁵, *apud* Chalabi, 2006, p. 65).

⁵ Sharaf al-Din, Abd al-Husayn. *Ila al-Majma' al-'Ilmi fi Dimashq*. To the Arab Academy in Damascus. Najaf, 1967.

Esse posicionamento não era exclusivo dos amilis xiitas. Na cidade costeira de Saida, predominantemente sunita, demandou-se independência total e completa para a Síria e a anexação das comunidades cristã e judaica de Saida ao Monte Líbano. Outro ponto importante que vale realçar é o pedido de um governo Sírio separado do *Hijaz* (Chalabi, 2006, p. 86). Como se pode perceber, não era o desejo da maioria da população de Jabal Amil sua incorporação ao Grande Líbano.

Cabe ressaltar que a comissão produziu três relatórios finais, que, em parte, divergiam nas recomendações: um oficial e dois internos, tendo sido os internos elaborados por George Montgomery e pelo Capitão William Yale. Antes de desempenhar o papel de assessor técnico para as regiões do norte da Turquia, George Montgomery fora professor de Filosofia na Carleton College e nas Universidades de Yale e New York, além de ter servido como assistente especial do embaixador norte-americano em Constantinopla, no ano de 1916. Em seu relatório, recomendou a King e Crane que o Líbano fosse administrado de forma autônoma, tendo a França como potência mandatária, e que os limites territoriais fossem ampliados para incluírem a parte norte do rio Litani.

Figura 3 - Trecho do Relatório de George Montgomery (1º. de agosto de 1919), com recomendações aos Comissários Henry Churchill King e Charles Crane

8,

that Europe will consent at one and the same time to such mandates and also to a **Mandate over Syria**. Accordingly I am leaving the United States out in my recommendations.

1. I would recommend that Palestine be autonomously administered with Great Britain as the Mandatary; that the immigration of the Jews be encouraged for the benefit which it will bring to the country; that proper reservation be made for the safe guarding of the Christian and Moslem Holy Places; that the boundaries of Palestine extend to the Litany river on the north, and on the east include **Es salt** and the Kerak, running along the heights south of Kerak to the Hejaz east of Akaba.

2. I would recommend that the Lebanon be autonomously administered with **France** as the mandatary; that no restriction be put upon schools or universities with respect to language and religion; that the boundaries of Lebanon be enlarged to include the northern part of the Litany basin, but not to include **Tripoli**.

Fonte: Grossi, Milligan e Waddelow (2011).

Entretanto, o trecho que mais chama a atenção é a segunda parte do relatório, em que Montgomery reflete sobre a viabilidade de um governo árabe-muçulmano na Síria. O professor estadunidense redige uma série de afirmações condenáveis e sectárias em relação à religião muçulmana. A primeira afirmação foi de que impérios muçulmanos haviam crescido e prosperado com base em saques e pilhagens de bens alheios; além disso, ele alega que o Islã “não contém nenhum núcleo de altruísmo para sustentar a esperança de uma reforma muçulmana” e, adiante, denuncia que, no islamismo, “não há nenhum coração para fornecer as necessidades de uma sociedade moderna” (Montgomery, 1919, p. 2).

Figura 4 - Considerações redigidas por George Montgomery em seu relatório aos Comissários Henry Churchill King e Charles Crane

II.

The Future of the Moslem Arab.

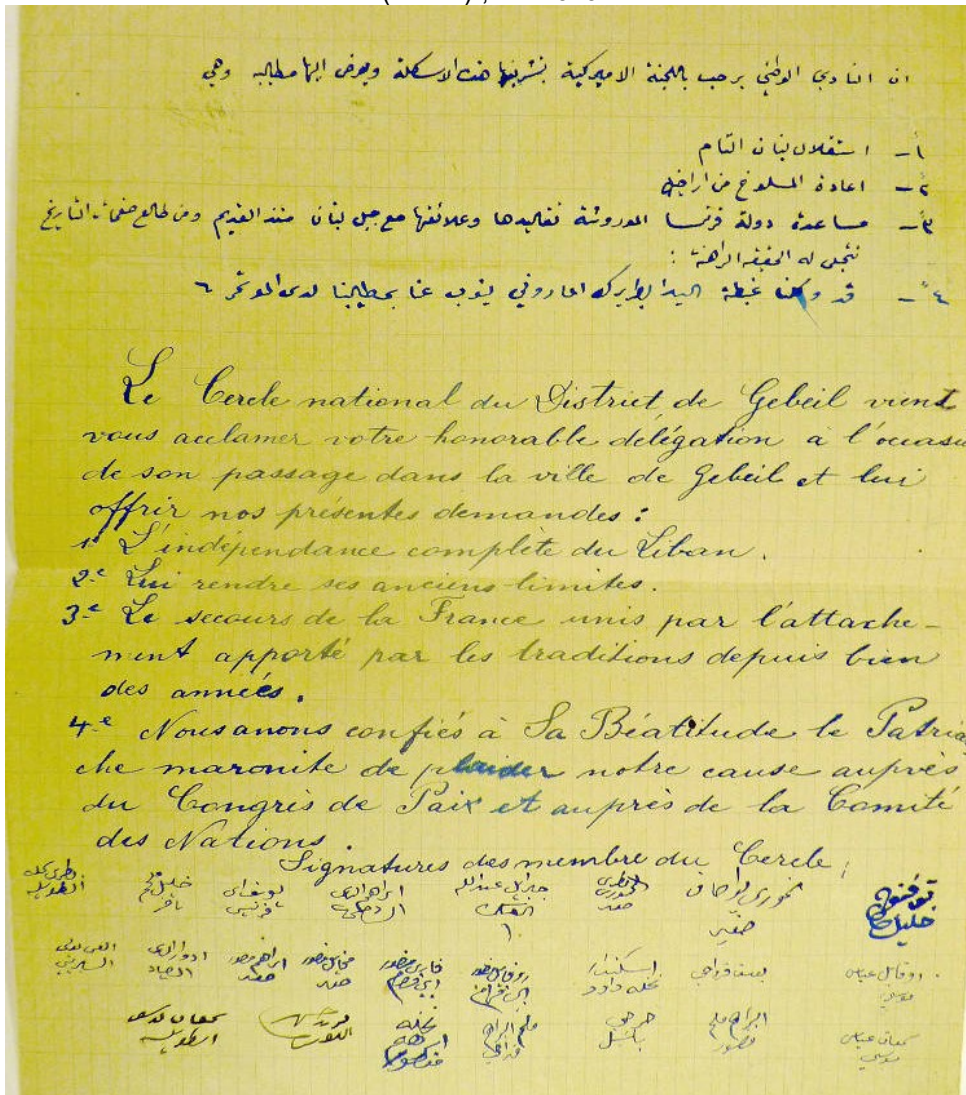
I have little expectation that a Moslem Arab government in Syria can develop any importance. Mohomedan empires grew and prospered only as long as there was loot to be looted and divided. Islam contains no nucleus of unselfishness which may holdout a hope of a Mohomedan reformation. At best there can be only a weak eclecticism like Bahism, or a mysticism like some of the sects. Mohomedanism is vigorous, not as it serves, but only as it conquers. There is in it no heart to meet the needs of modern society.

One should not be misled by the ancient importance in arts and sciences of an Arab nation. As despotisms the Moslem governments provided for brief periods the tranquility and prosperity in which the arts and sciences could grow. No such despotism is possible to a Moslem government under the new system. Islam, on the one hand, will be fighting for its existence and the Christians on the other will be backed by a part at least of western christianity. The presence of even a small minority of Christians will tend to put Mohomedanism on the defensive so that it will become reactionary.

Fonte: Grossi; Milligan; Waddelow (2011).

O Relatório final elaborado por King e Crane expôs que, entre as 1.863 petições recebidas, 80,4% (1.500 petições) demandavam uma Grande Síria Unida, incluindo a Cilícia, o deserto sírio e a Palestina. Dessas 1.500 petições, 1.062 foram enfáticas contra um Grande Líbano independente. Por outro lado, o Relatório registrou que 10,9% (203) das petições posicionaram-se contrariamente a uma Síria Unida e pediam um Grande Líbano independente, sendo, em sua maioria, do Monte Líbano, região predominante cristã. Um relato curioso apresentado por King e Crane é o de que muitos desses indivíduos “sentem que sabem francês melhor do que árabe, e que são capazes de se considerar de uma ordem distintamente mais alta de civilização do que as pessoas do interior”. A maioria destes indivíduos se inclinaram para um Grande Líbano sob a tutela francesa (King; Crane, 1922, p. 22), conforme a figura a seguir.

Figura 5 - Petição protocolada pela entidade cristã-maronita “Círculo Nacional do Distrito de Jbeil (Biblos)”, em 1919

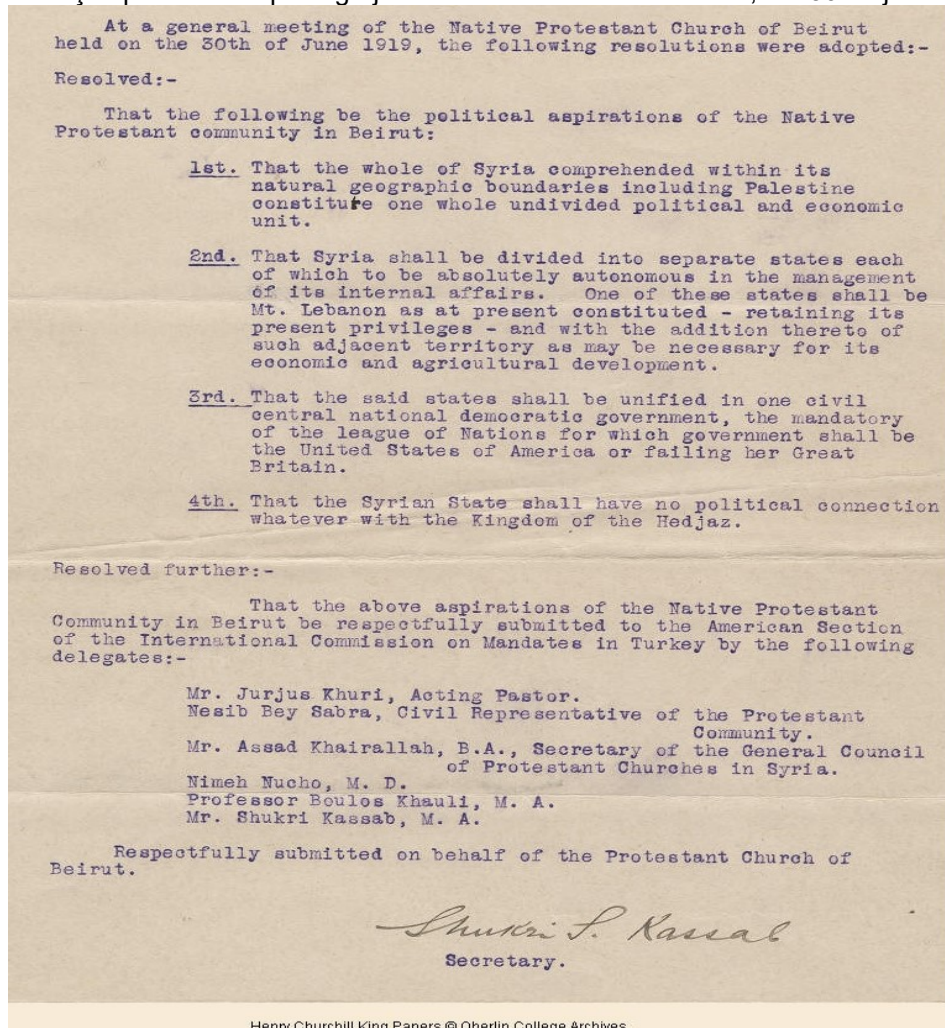


Fonte: Grossi; Milligan; Waddelow (2011).

As petições demonstram as mais variadas propostas para a região. Na figura a seguir, é possível identificar, de forma clara, o posicionamento da Igreja Protestante Nativa de Beirute, que, curiosamente, defende uma grande unidade política síria, composta por diferentes Estados autônomos. Um desses Estados seria o Monte Líbano, que manteria seus privilégios político-sectários com a permissão de incorporar territórios adjacentes para seu desenvolvimento econômico e agrícola. A petição sugere que esses Estados fossem unificados sob um governo civil, nacional e democrático central e que a Liga das Nações fosse responsável por supervisioná-lo. No que se refere ao mandatário colonial, a preferência era pelos Estados Unidos da América, e, em caso de recusa, o Reino Unido seria aceitável. Por fim, a entidade

destacou que esse suposto Estado sírio não deveria ter conexão política alguma com o Reino do Hejaz.

Figura 6 - Petição protocolada pela Igreja Protestante Nativa de Beirute, em 30 de junho de 1919.



Fonte: Grossi, Milligan e Waddelow (2011).

Em contraste, nas regiões periféricas ao Monte Líbano, como Tiro, Sidon, Vale do Bekaa e Trípoli, a esmagadora maioria da população posicionou-se avessa a um mandato colonial, fosse ele francês ou britânico. Isso incluía praticamente todos os muçulmanos sunitas, a maioria dos xiitas, uma parte dos cristãos ortodoxos gregos e o pequeno grupo de protestantes. Na percepção de Tamara Chalabi, o fato de a Comissão e os mandatários coloniais ignorarem o posicionamento principalmente dos amilis deve-se a uma estratégia dos franceses para enfraquecer a ameaça dos movimentos nacionalistas árabes entre Damasco e Jabal Amil. Em suma, não há nenhum tipo de espanto diante do fato de que o estabelecimento do Grande Líbano em 1920 desencadeou inúmeros movimentos de oposição, principalmente em regiões

predominantemente muçulmanas, que se posicionaram, em sua maioria, a favor de uma Grande Síria.

3.6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A contextualização do processo histórico e a identificação de variáveis antecedentes são primordiais para se investigarem eventos, comportamentos e estruturas sociais do passado; assim, é possível traçarem-se a origem e a trajetória de muitos dos fenômenos observados na contemporaneidade: “O passado não morre ou acaba, uma vez que os desafios do presente convidam a reler, reinterpretar e ressignificar o que se perdeu na poeira do tempo” (De Luca, 2020, p. 135).

O capítulo concentrou-se na vivência dos xiitas de Jabal Amil durante o período da administração turco-otomana, examinando eventos-chave de desenvolvimentos políticos, securitários e religiosos que moldaram, de forma permanente, a identidade social e política da atual comunidade xiita libanesa.

Ao longo dos séculos, a comunidade islâmica xiita enfrentou perseguições, propagandas deslegitimadoras e políticas de conversão forçada, que a obrigaram a desenvolver estratégias alternativas de sobrevivência e resistência, como a doutrina da *taqiyya*, uma prática histórica de dissimulação preventiva, empregada por minorias islâmicas e executada pelos xiitas locais frente ao assédio institucional otomano. A partir de relatos históricos, expôs-se um cenário de tensão não só entre os partidários de Ali e Istambul como entre as diferentes comunidades locais, o que resultou em um sistema de distribuição desigual de poder e terra. A ascensão do governante otomano Ahmad Pasha "Al-Jazzar" é relatada, majoritariamente, como um momento crítico para aquela comunidade, marcado por perseguições, destruição e uma grande onda de refúgio de intelectuais e líderes sociais amilis.

O alinhamento ideológico e político de comunidades locais com potências europeias e as reformas do sistema de *Tanzimat* contribuíram para a intensificação das tensões, culminando nos eventos catstróficos de 1860 e na subsequente intervenção militar europeia. Em resposta ao cenário litigioso, a formação do mutasarrifato buscou restabelecer uma governança eficaz no território e uma estabilidade político-social, mas as disparidades econômicas persistiram, favorecendo predominantemente as comunidades cristãs.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, no contexto da crise e do colapso da governança otomana da Grande Síria, a elite intelectual amili teve um papel primordial no combate às políticas de "turquificação" do Império Otomano, que geraram tensões políticas e securitárias nos anos que precederam a Primeira Guerra Mundial. É inconteste que os xiitas de Jabal Amil apoiaram, política e militarmente, a independência total de uma Grande Síria, ao mesmo tempo em que confrontaram sua incorporação ao projeto colonial do Grande Líbano e e resistiram a ela.

4 RESISTÊNCIA E RESILIÊNCIA: OS XIITAS SOB O MANDATO FRANCÊS

E aqueles que sofreram os despojos... ainda têm seu dinheiro saqueado, seu sangue sendo bebido, seu úbere sendo ordenhado, e continuam em silêncio e imóveis (Al-Irfan, 1921, p. 405, tradução própria).

Este capítulo busca analisar o impacto social, político e securitário decorrente da criação da nova unidade política do Grande Líbano, em 1920, durante o Mandato Francês. Entre seus objetivos específicos, o capítulo se desdobrará na investigação das variáveis geopolíticas e sociais que levaram à criação do Grande Líbano; na percepção dos movimentos de resistência e dos conflitos que surgiram em resposta ao Mandato, quanto à criação do Grande Líbano; na evidência do aprofundamento das divisões e tensões sectárias entre as diferentes comunidades religiosas daquele território; na constatação de como esse processo gerou impacto na marginalização social e política, em especial, dos muçulmanos xiitas; na exploração da emergência de movimentos e lideranças xiitas em busca de igualdade de direitos, educação e representação política; e na compreensão de como complexidades sectárias e desigualdades moldaram a evolução política, econômica e social das comunidades libanesas após sua independência, em 1943.

Segundo Gharbieh (1996, p. 88-89), com a ascensão de Alexandre Millerand, na França (1920-1924), a “questão síria” ganha maior atenção institucional naquele país, fazendo-o adotar uma posição mais firme frente a seus interesses no Levante Árabe. Em 1º. de setembro de 1920, o General Henri Gouraud, alto comissário da República Francesa, proclamou o nascimento de uma nova unidade política, denominada “Grande Líbano”. Gharbieh (1996, p. 94) relata que a proclamação ocorreu na presença do patriarca maronita Elias Hoayek e do *Mufti* sunita Mustafa Naja, enquanto a maioria dos líderes xiitas, tanto notáveis como *ulamas*, estavam escondidos em países vizinhos.

O Grande Líbano convergiu diferentes interesses, em especial a autonomia política demandada historicamente pela população do Monte Líbano como interesse geopolítico colonial. A comunidade maronita usou estrategicamente seu laço histórico com os franceses e sua suposta superioridade numérica para apresentar-se como a liderança natural de um Líbano independente. Antes mesmo de *Sykes-Picot*, missionários e viajantes europeus já consideravam o Monte Líbano um enclave geoestratégico para iniciar um movimento de “civilizar” e “reformatar” o Império

Otomano “fanático” e muçulmano (Makdisi, 1996). O Mandato anexou ao Monte Líbano diferentes territórios e populações, em especial Beirute, considerada sua nova capital, além da cidade costeira de Trípoli e das regiões de Jabal Amil e Bekaa, alterando drasticamente a demografia do recém-criado Estado. Nas palavras do Sheikh Abd Al-Husayn Sadiq, líder clerical e fundador da primeira hussainiya¹ de Jabal Amil (1909), foi o caso de “uma montanha engolindo outra” (Chalabi, 2006).

A criação dessa nova entidade dividiu grande parte da população em duas tendências políticas dominantes e antagonistas: posicionamento político pró-França, estimulado e liderado principalmente pela comunidade cristã, em especial a maronita, e, do outro lado, o posicionamento pró-Síria, amparado pelos muçulmanos, em geral. É fato que a maioria dos muçulmanos não reivindicava a criação ou o pertencimento ao Grande Líbano. Embora essas comunidades tenham sido incorporadas (desproporcionalmente) ao sistema de governo, a identificação das classes populares com essa nova entidade permaneceu confusa. Gharbieh (1996) considera que essa insegurança inicial dos muçulmanos em relação ao *Grand Liban* era reflexo de sua rejeição ao histórico de intervenções europeias no período otomano (Gharbieh, 1996, p. 51-52).

Nenhum congresso sírio foi convocado ou reunião nacionalista árabe sem que houvesse amilis na vanguarda protestando contra sua situação e exigindo união com a Síria. Se não fosse pelas duras circunstâncias que os atormentavam e debilitavam sua economia, que enviaram seus filhos e sua juventude para terras distantes, eles não teriam aceitado uma realidade (do Mandato) que contradiz sua própria natureza. (Al-Safa, 1981, p. 229, tradução própria).

O aumento exponencial dos impostos no Grande Líbano, principalmente no período em que os agricultores ainda sofriam o peso da Primeira Grande Guerra, impactou especialmente Jabal Amil. Os impostos sobre as propriedades, por exemplo, aumentaram consideravelmente: “Enquanto o proprietário pagava o imposto sobre sua propriedade cem libras turca, começou a se exigir quatrocentas libras sírias, embora hoje o dinheiro sírio equivalha a três vezes a quantia de dinheiro turco” (Al-Irfan, 1921, p. 404, tradução própria). Bingbing Wu (2009) compreende que a incorporação de Jabal Amil à nova unidade política interferiu diretamente na dinâmica social, política e econômica daquela comunidade:

¹ Um salão, sala ou edifício de congregação para cerimônias de comemoração onde muçulmanos xiitas se reúnem para sediar as comemorações de Ashura e do martírio do terceiro Imam (Hussein Ibn Ali) e para realizar encenações teatrais e apresentações musicais. É também onde as pessoas se reúnem para orações, em outros feriados religiosos e em funerais (Campo, 2009, p. 320-321).

A disparidade socioeconômica já existente entre Jabal Amil e as outras comunidades do Líbano foi significativamente ampliada pelos eventos de 1920. Jabal Amil só se tornaria parte do Grande Líbano como um anexo à montanha principal, o Monte Líbano. (Wu, 2009, p. 58, tradução própria).

Os indícios e os registros da resistência amili frente à ocupação francesa e seus projetos para a região são irrefutáveis e, em diversos casos, estão manchados de sangue. O Rei Faisal I, a grande figura arabista daquele período, intensificou seu apoio aos grupos armados de Jabal Amil, principalmente aos que eram liderados por Sadiq al-Hamza, Adham al-Khanjar, Ali Bath e Mahmud al-Fa'aur. Todos esses líderes compartilhavam com Faisal I a concepção de uma Grande Síria, que integrava geopoliticamente os mandatos francês e britânico da Síria, do Líbano, da Palestina e da Transjordânia. O grupo de Al-Hamza costumava desafiar os cobradores de impostos franceses: “Em certa ocasião, prenderam um cobrador de impostos junto com seus dois gendarmes e devolveram todo o dinheiro às pessoas de quem havia sido arrecadado. Além disso, ameaçavam aqueles que pagavam impostos” (Gharbieh, 1996, p. 91). Esses pequenos incidentes, muitas vezes, desencadeavam crises violentas, que resultavam em mortes para ambos os lados. Por sua vez, Al-Khanjar ganhou notoriedade quando participou de uma tentativa fracassada de assassinar o general francês Gouraud, em 1922.

Entre os mais impactantes episódios das revoltas de 1919 e 1920, ressalta-se a ofensiva de 4.000 mil homens, liderada pelo Coronel Niger com o auxílio de grupos locais maronitas. Jihad Bannout (1993, p. 222) relata que muitos oficiais sírios renunciaram ao exército e juntaram-se aos ativistas revolucionários em Jabal Amil, nas montanhas alauítas e na Antáquia (antiga Antioquia, na Síria). A chegada desses militares experientes substanciou a revolta, tendo em vista que a maioria dos cidadãos amilis em idade militar estavam, contra sua vontade, compartilhando as trincheiras com os otomanos. Ao observar a intensidade dos ataques, o próprio za'im Kamel Al-Asaad ordenou que as rebeliões fossem imediatamente interrompidas quando aviões da força aérea francesa começaram a ser empregados nos conflitos. A queda da resistência xiita era questão de tempo frente à máquina militar francesa. A desmobilização dos grupos armados em Jabal Amil abriu caminho para os franceses anexarem Jabal Amil ao projeto do Grande Líbano (Gharbieh, 1996, p. 88-94).

Aqueles que morreram combatendo tropas francesas durante o período colonial ganharam o título de “mártires de Jabal Amil” e tornaram-se símbolos de honra para

a comunidade xiita libanesa. Esses episódios de luta e martírio em face de uma injustiça são usados como referência, frequentemente, por movimentos xiitas no sul do Líbano para mobilizar a população local (Bonsen, 2020, p. 65).

O historiador Suleiman Taqiel-Din (1979, p. 136) registra que, no ano de 1925, ocorreram sucessivas reuniões entre comunidades muçulmanas de Sidon/Saida, Baalbak e Beirute com o Alto Comissariado Francês para reivindicarem sua incorporação a Damasco ou, até alternativas como a criação de uma região autônoma e independente para eles, sob a supervisão do Mandato:

Nós, o povo de Jabal Amil, desde nossa anexação ao Pequeno Líbano, ainda vemos as penalidades sobre nós e os recursos para eles. Pagamos impostos e apenas um pouco é gasto conosco... Não recebemos empregos que merecemos. Sabe-se que essa exclusividade é muito difícil para nós e, portanto, pedimos ao Alto Comissário (Sr. Henry de Jouvenel) que nos separe do Líbano, estabelecendo uma administração independente sob a supervisão do Estado Mandatário (Baydoun *et al.*, 1979, p. 136, tradução própria).

O clérigo Sayed Abd Al-Husain Sharaf Al-Din (familiar de Musa Al-Sadr), fundador moderno da cidade de Tiro e um notável reformador social, protagonizou uma resistência não violenta contra as ambições francesas em Jabal Amil. Poucos meses antes do anúncio oficial do General Gouraud, Sharaf Al-Din conduziu uma delegação xiita até Damasco para defender a unidade do território sírio, e, como retaliação a seu ativismo, sua casa em Tiro foi saqueada por soldados franceses, e seus livros e manuscritos foram confiscados. É de se ressaltar como a turbulenta conjuntura de Jabal Amil germinou um grande número de lideranças locais, que por décadas estavam reprimidas.

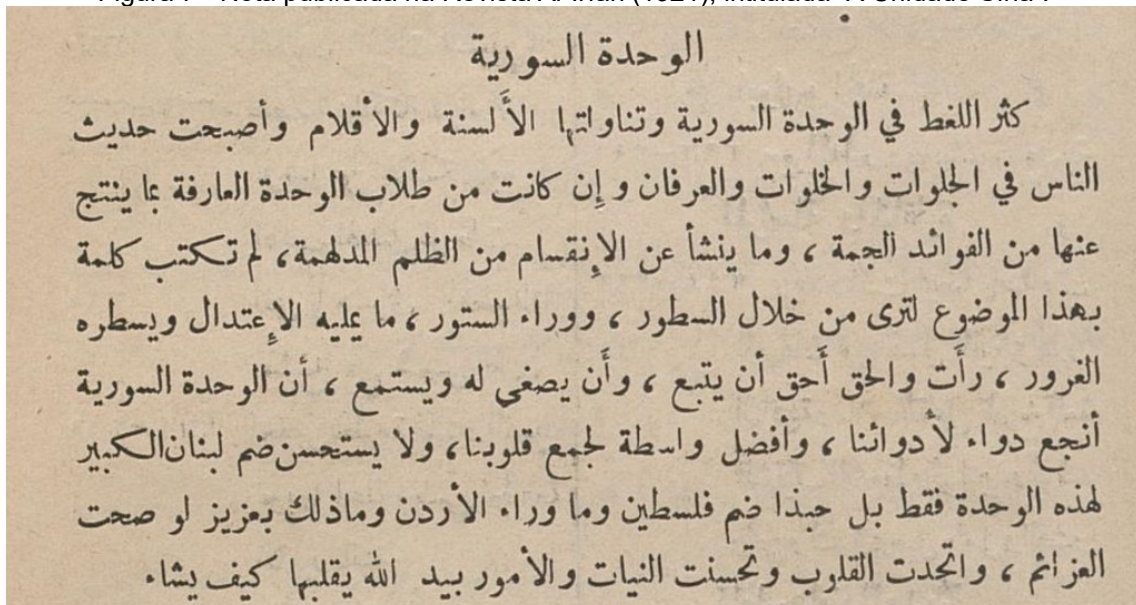
Cabe destacar o intenso e combativo papel da elite intelectual de Jabal Amil, não só no enriquecimento cultural e religioso da região, mas, principalmente, na mobilização política e social dos locais. A mídia impressa, em especial, serviu como uma voz alternativa, que enfrentou por anos censura e perseguição, fosse dos otomanos ou dos franceses, por levantar questões críticas para os xiitas locais, expondo suas frustrações. Também serviu para promover obras culturais e artísticas, em especial poesias, além de artigos de conhecimento científico (Al-Hadrawi, 2007, p. 162).

A Revista *Al-Irfan*, criada por Ahmad Al-Zein em 1909, é a mais antiga e influente entre as que circularam na região. Desde suas primeiras edições, evidenciava-se a preocupação dos colaboradores do periódico com os distúrbios políticos e sociais

locais, em especial, com o desmembramento da Grande Síria e as desigualdades sociais entre Jabal Amil e as regiões a sua volta. A influência de *Al-Irfan* era tão grande entre 1909 e 1939, que, na região de Jabal Amil, qualquer revista era chamada simplesmente de *Al-Irfan*. Muito além de representar um espelho fiel de sua região e época, a referida revista, conforme Fouad Ajami (1986), é indispensável para a compreensão da história dos xiitas libaneses (Al-Hadrawi, 2007, p. 162; Ajami, 1986, p. 11; Khalidi, 1981, p. 110).

Durante a Conferência da Costa e dos Quatro Distritos (*Mu'tamarat Al-Sahel*), de 1936, evento organizado para afrontar o domínio francês e apelar à unidade árabe, Ahmed Aref Al-Zein justifica seu repúdio à criação do Grande Líbano: “nós odiávamos o Líbano, senhores, não por causa de seu ar e de seus habitantes, mas porque era separatista, complacente com os colonialistas e se lançando em seus braços” (Chuaib, 1987, p. 139). O apoio à unidade Síria era explícito em diversas publicações da revista: “A unidade síria é o remédio mais eficaz para nossa medicina e o melhor meio de unir nossos corações” (*Al-Irfan*, 1921, p. 407. Tradução nossa). A nota ainda sugere que essa grande unidade síria deveria não só incluir o Grande Líbano, mas também a Palestina e “o que está além da Jordânia”.

Figura 7 - Nota publicada na Revista *Al-Irfan* (1921), intitulada “A Unidade Síria”.



Fonte: Revista *Al-Irfan* (6º. Volume, pt. 8, p. 407, 1921), disponibilizada pela Biblioteca Estadual da Universidade de Bonn (2014).

Um episódio simbólico, que materializa o papel e o compromisso social da revista com sua comunidade, ocorreu no 7º. volume de 1921, quando a *Al-Irfan* foi um

dos poucos veículos que aceitaram publicar uma petição de iniciativa popular, intitulada “Reivindicações dos Amilis” e destinada ao General Gouraud, levantando seis apontamentos que geravam inquietações naquela população. O fato ilustre é que nenhum dos jornais cristãos que receberam a petição a publicou; por outro lado, foi vista em jornais muçulmanos de Beirute, Damasco e Latakia.

Figura 8 - Petição publicada na Revista Al-Irfan de 1921, intitulada “Reivindicações dos Amilis”.



Os seis apontamentos expressos na referida petição são:

- a) os amilis representam a maioria ou o segundo maior grupo da população do Grande Líbano e pagam quase metade das receitas do tesouro, porém ainda vivem preteridos frente a outras comunidades;
- b) não há nenhum funcionário amili na capital e poucos em cargos públicos no sul; alguns deles foram demitidos sem motivo;
- c) a população local transita por estradas em estado crítico, ainda que pague quantias abundantes de impostos;
- d) há aumentos exorbitantes de impostos;
- e) a comunidade não pode ser responsabilizada por atitudes de alguns indivíduos ignorantes;
- f) deve haver misericórdia, justiça e igualdade para os amilis.

O clérigo local, Sheikh Ahmad Reda², figura-chave do Despertar Árabe, expressava publicamente suas preocupações em relação ao quadro social de Jabal Amil, realçando a negligência do governo central:

O interior do país está miserável... A agricultura tem estado estéril desde o declínio da mão de obra; há muitos impostos e muita imigração. São montanhas e planícies áridas, que sofrem de sede...

O governo não cumpre um décimo do que é necessário. As almas honradas ficam angustiadas por negligenciarem seus assuntos e veem a maior parte de seus impostos gastos em outras coisas; seu pão é arrancado de suas mãos enquanto estão famintas. (Al-Irfan, 1923, p. 100, tradução própria).

Majed Halawi (1992) corrobora as acusações de Ahmad Reda ao revelar que regiões habitadas por comunidades xiitas e muçulmanas pagavam mais impostos e recebiam menos investimentos do governo, se comparadas ao Monte Líbano. Em 1927, enquanto 82% das receitas do governo provinham de áreas muçulmanas, 80% do orçamento total era investido em projetos de desenvolvimento de infraestrutura no Monte Líbano.

² O Sheikh Ahmad Reda, em parceria com o Sheikh Sulayman Daher e o historiador Muhammad Jaber, notabilizaram-se por seu engajamento frente aos otomanos, o que resultou em seu encarceramento em 1915, na prisão militar de Aley. Eles obtiveram sua liberdade somente com a retirada dos otomanos da região, durante a Primeira Guerra Mundial (Chalabi, 2006, p. 33-34). Al-Safa, em especial, participou ativamente do fortalecimento de sociedades secretas árabes, como a *Al-Thawra Al-Arabiyya* (A Revolução Árabe), e do Comitê para a União e o Progresso, principal organização da juventude turca, que influenciou profundamente a política do império para a região entre 1890 e 1918.

Em outro momento, a *Al-Irfan* foi instrumentalizada para apaziguar a tensão entre o Mandato e a comunidade, ao abrir diálogo com o alto comissário, General Henri Gouraud, desejando-lhe boas-vindas e rogando por reformas institucionais e outras demandas históricas da população de Jabal Amil:

Espera-se de você muitas reformas; as mais importantes delas são a diligência na universalização da educação e o esforço para melhorar o conhecimento de uma forma tangível...
 Espera-se de você a igualdade entre todas as seitas, em termos de direitos e oportunidades de emprego...
 Espera-se de você um perdão geral para todos os condenados... Especialmente os de Jabal Amil, que estão deslocados de sua terra natal por crimes tolos e punições diferentes do crime...
 Espera-se de você que Jabal Amil não continue sendo como se encontra, desprovida de direitos civis, mesmo compondo 20% do território do Grande Líbano...
 Finalmente, espera-se que você trabalhe com o lema do seu governo livre (liberdade, fraternidade, justiça e igualdade). (Al-Irfan, 1921, p. 295, tradução própria).

Em suma, a disposição social e política dos xiitas está conectada a uma herança religioso-cultural e a um Líbano independente, que ameaçava condenar sua comunidade sectária ao esquecimento. Esse cenário de incertezas instigou uma série de ações que reforçavam sua identidade árabe e islâmica e rejeitava a desintegração de uma grande nação árabe, representada por uma Grande Síria. Entre essas ações, Majed Halawi (1992) destaca:

- a) a resolução da Conferência de Al-Hujayr (*Mu'tamar al-Hujayr*), de 24 de abril de 1920, construída pelas lideranças de Jabal Amil e declarando que suas terras seriam ligadas a um governo árabe sob a liderança de Faysal;
- b) a Declaração de Fidelidade ao Emir hashemita³;
- c) atividades rebeldes organizadas por lideranças como Sadiq Hamza, Adham Khanjar, Tawfiq Hulu Haydar e outros;
- d) as revoltas populares em Jabal Amil e no Biqaa (1919-1920);
- e) a segunda revolta no Bikaa, em 1924, integrada à grande revolta síria de 1925-1926 contra os franceses e seus aliados (Halawi, 1992, p. 40).

³ Faisal I bin Al-Hussein bin Ali Al-Hashemi, popularmente conhecido como Rei Faisal I, membro da família Haschemita, foi um político pan-arábico, protagonista da Grande Revolta Árabe (1916-1918) e governou como rei do Iraque (1921-1933) e do Reino Árabe da Síria (1920) (Encyclopaedia Britannica, 2024).

4.1 CONSTRUINDO FRONTEIRAS E IDENTIDADES

A anexação forçada de Jabal Amil ao Grande Líbano e a administração colonial influenciaram drasticamente a relação histórica dos amilis com a Palestina, importante destino das mercadorias da montanha. A troca de bens econômicos deteriorou-se durante o período colonial e foi totalmente interrompida após o estabelecimento do Estado de Israel (Baydoun *et al.*, 1979, p. 116). Taqiel-Din (1979, p. 139) lembra que, em geral, a população de Jabal Amil conhecia melhor a cidade portuária de Haifa, ao norte da Palestina, do que Beirute, um território em que a cédula de libra palestina circulava mais do que a libra libanesa, e assim predominou até 1952. Em março de 1923, é assinado, na capital francesa, um acordo franco-britânico denominado “Acordo *Paulet-Newcombe*”, que buscou estabelecer as fronteiras entre os territórios da Palestina, do Líbano e da Síria. O acordo repassou a totalidade das Colinas de Golã para o controle francês e o Mar da Galiléia aos britânicos.

Em documento emitido pelo Conselho Cultural do Sul do Líbano (1979), salienta-se que, a partir de 1924, foi registrado um aumento substancial na procura pela aquisição de terras em Jabal Amil, fato que poderia comprometer importantes cidades sulistas, como Sidon/Saida e Tiro, uma vez que grupos judaicos acreditavam que aquelas terras, localizadas ao norte da Galileia, eram historicamente filiadas ao antigo Reino de Israel e que “Jeová as deu ao seu povo escolhido” (Baydoun *et al.*, 1979, p. 121-122).

Masu’ud Daher (1979) denuncia a efetivação de acordos territoriais paralelos e não divulgados entre os mandatos coloniais. O historiador aponta que o mandato francês repassou cerca de 17 aldeias de Jabal Amil para o mandato britânico em troca da renovação da concessão francesa para o serviço de drenagem dos pântanos da região de Houla. As referidas aldeias amilis tiveram seu destino determinado com base em interesses econômicos estrangeiros. São elas: Al-Matlah, Al-Nakhilah, Al-Salihyah, Al-Na’imeh, Al-Khalisah, Al-Zawyah, Al-Mansourah, Al-Zouwq Al-Fawqani, Al-Zawq Al-Tahtani, Khan Al-Duwair, Al-Dawwarah, Al-Khasas, Al-Abbasiyah, Dafnah, Al-Lazazah, Hunain, Abl Al-Qamh. Boa parte dessas aldeias foi forçadamente despovoada e apagada da história, e outras passaram por um processo político e social de “judaização” da população, que, inclusive, alterou o nome árabe desses locais. Para além desses povoados, várias outras cidades do sul perderam parte de

suas terras férteis para o Mandato Britânico, em especial Marjayoun (14 km²), Hasbaya (4,5 km²) e Kafr Kila (2 km²) (Daher, 1979, p. 116).

No que se refere aos xiitas de Jabal Amil, a anexação de suas terras ao Grande Líbano ofereceu três graves desafios à comunidade:

- a) desenvolver uma ideologia xiita que refletisse seus próprios interesses sectários;
- b) encontrar alternativas de ascensão social e econômica;
- c) alterar a estrutura social e o sistema de distribuição de poder diante da hegemonia das tradicionais lideranças feudais (zuamas) (Wu, 2009, p. 58).

No âmbito nacional, Hussein Gharbieh (1996, p. 50-51) ressalta três importantes consequências da criação do Grande Líbano:

- a) a incorporação de uma população muçulmana quantitativamente semelhante à população total do Monte Líbano;
- b) o estabelecimento de um Estado multirreligioso;
- c) a consolidação da hegemonia financeira e comercial de Beirute, fortalecendo um padrão de atividade econômica que subordinou a agricultura e a indústria aos bancos e ao comércio, auxiliada por uma política de baixas tarifas.

É possível assinalar a criação da Corte Jaafari⁴ do Líbano, em 1926, como o primeiro grande êxito institucional dos xiitas nessa nova unidade política. O estabelecimento da Corte foi uma sinalização de reconhecimento do xiismo como um *madhab* (uma corrente de interpretação da jurisprudência islâmica) independente, com seus próprios tribunais. Essa reivindicação fora historicamente vetada pelos ex-governantes otomanos, que forçavam os xiitas a resolverem seus assuntos legais em tribunais religiosos sunitas. A corte é composta por juízes muçulmanos xiitas, que aplicam a lei islâmica (sharia) em suas decisões, válida apenas para as partes envolvidas no caso, e mantém jurisdição sobre questões relacionadas ao direito de família, como casamento, divórcio, custódia e herança. Outro ato bem-vindo para os xiitas libaneses foi o Decreto de 22 de março de 1924, que concedeu anistia aos notáveis xiitas oponentes do mandato francês durante o processo de criação do Grande Líbano. Essa série de ações institucionais promovidas pelo mandato buscava atrair os xiitas para “abraçarem” sua nova casa. Wu (2009) elabora uma interessante

⁴ O nome se refere ao sexto Imam xiita, Imam Jaafar Al-Sadiq, reconhecido como o fundador da escola Jaafari de jurisprudência islâmica.

reflexão sobre o modo como a estratégia do Mandato produziu rapidamente efeitos na opinião pública:

Teria ficado cada vez mais claro para os xiitas nessa época que eles poderiam beneficiar-se mais ao se tornarem uma grande minoria em um pequeno estado do Líbano do que permanecerem uma pequena minoria em uma Síria maior e dominada pelos sunitas. Conseqüentemente, o apoio generalizado de notáveis à ideia da união síria começou a se dissipar no final da década de 1920. (Wu, 2009, p. 59, tradução própria).

A partir de um pacto nacional (não escrito) entre alguns dos atores internos mais representativos, é estabelecido, em 1934, um sistema confessional de divisão de poder, baseado no censo demográfico de 1932, que reconhece 18 comunidades religiosas, com destaque para as comunidades cristã maronita, muçulmana sunita, drusa, cristã greco-ortodoxa e greco-melquita, muçulmana xiita, armênia católica e ortodoxa, entre outras, quantitativamente menos expressivas. Esse pacto político vige até os dias atuais, e, dos principais cargos, ficou estipulado que o Presidente da República e o cargo de comandante do exército seriam exclusivos da comunidade católica maronita, assim como o cargo de primeiro-ministro seria exclusivo da comunidade muçulmana sunita e a presidência do parlamento, da comunidade muçulmana xiita. O historiador Dr. Ramez Maalouf (2011) compreende que esse pacto favoreceu os cristãos maronitas e os muçulmanos sunitas. Essas duas comunidades formavam ampla maioria nas principais e mais decisivas classes, como a dos comerciantes, a dos banqueiros e as classes médias urbanas (Maalouf, 2011, p. 222).

Lideranças amilis acusaram o mandato de promover um processo de aparelhamento do sistema político nacional, elevando, assim, o nível de tensão entre as comunidades religiosas da nova unidade política. Um simbólico caso de litígio entre a comunidade xiita e o Mandato Francês ocorreu no ano de 1935: após a morte do deputado xiita Fadl Al-Fadl, o mandato indicou, de forma unilateral, Bahij Al-Fadl para ocupar o posto no parlamento. A notícia foi recebida com diferentes manifestações de repúdio, visto que o apelo popular expressava, de forma geral, apoio ao líder local, Ahmad Al-Asaad (Bannout, 1993, p. 283; Firro, 2006, p. 750).

Os altos índices de analfabetismo podem ser mais adequadamente compreendidos quando se observa a distribuição de verbas na área da educação. Enquanto as escolas particulares de áreas muçulmanas recebiam cerca de 7,5% do orçamento de auxílio do governo em 1934 (3,6% para escolas sunitas, 2,3% para as

xiitas e 1,5% para as drusas), as instituições de ensino particulares em regiões cristãs obtinham a esmagadora porcentagem de 92,5% (47,4% para escolas maronitas e 45,1% para instituições de outras denominações cristãs) (Halawi, 1992, p. 42).

A tabela a seguir sintetiza dados concernentes a esse contexto, destacando o índice de analfabetismo.

Tabela 1 - Proporção de analfabetos nas diversas comunidades religiosas em 1932

Comunidade	Xiita	Sunita	Maronita	Greco-católica	Greco-ortodoxa	Drusa
Porcentagem de analfabetos	83%	66%	48%	39%	53%	53%

Fonte: *L'Orient* (1932, *apud* Labaki, 1988, p. 547).

Quando questionada sobre um prometido projeto educacional para a região, a revista *Al-Irfan* expõe um sentimento de desalento frente à segregação institucional que os xiitas enfrentavam e responsabiliza também a falta de mobilização da própria comunidade diante tamanhas desigualdades: “suplicamos para quem não tem empatia, o direito não é concedido, é conquistado, e não há conquista senão pela força, e onde estão os xiitas?” (Al-Irfan, 1938, p. 387, tradução própria).

Em 1936, a França firma tratados com a Síria e com o Líbano, que asseguram tanto o final do Mandato Francês até 1940 como a garantia de total independência do País dos Cedros. Wu (2009) compreende que o tratado convenceu lideranças xiitas de que o projeto libanês era permanente: “a integridade territorial do Líbano era irreversível, e eles deveriam, portanto, intensificar sua luta por uma distribuição justa de cargos políticos e administrativos” (Wu, 2009, p. 59, tradução própria). A problemática da desigualdade na distribuição de cargos públicos e o alto índice de desemprego entre os xiitas é pauta recorrente durante o Mandato. Há décadas, a *Al-Irfan* denunciava a exclusão dos “filhos” da comunidade das instituições públicas:

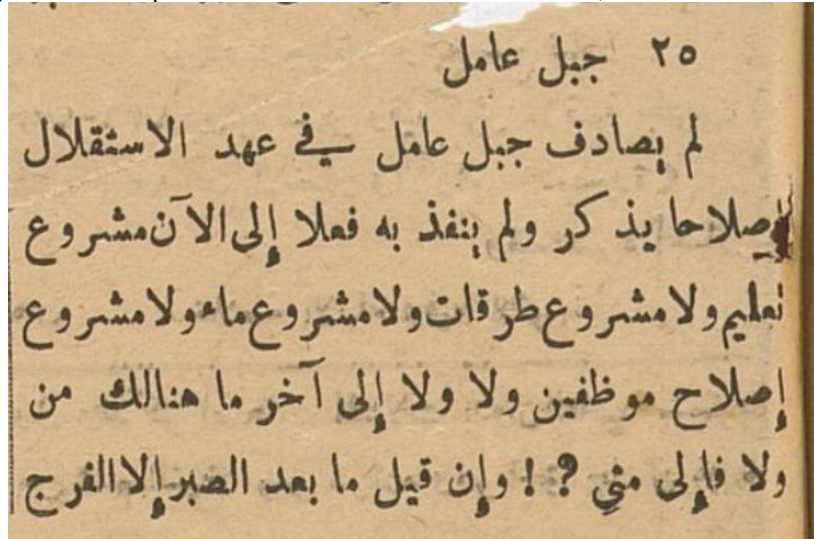
Vimos, desta vez, que os xiitas no Distrito do Sul do Líbano (Sidon) foram privados de empregos, e eles são a esmagadora maioria, e a maioria dos departamentos, especialmente os tribunais, ficaram vazios deles. Nem um único xiita permaneceu no Tribunal de Sidon, nem mesmo um simples escrivão (Al-Irfan, 1921, p. 293, tradução própria).

Na área da Saúde, o cenário era ainda mais desolador, pois, em 1943, não havia um único hospital em todo o sul do Líbano, e a maior parte dos amilis ingeria água estagnada, o que os expunha a muitas doenças (Halawi, 1992, p. 42). Em nota

publicada pela *Al-Irfan* no ano de 1945, é possível observar a frustração dos residentes de Jabal Amil em razão da inexecução de projetos que impactariam positivamente a qualidade de vida na região:

Jabal Amil não testemunhou melhorias significativas durante o período de independência... Não foi efetivamente implementado até agora um projeto de educação, nem projeto de estradas, nem projeto hídrico, nem projeto de reforma do funcionalismo etc. “Nem” até quando? (*Al-Irfan*, 1945, p. 443, tradução própria).

Figura 9 - Nota publicada na Revista *Al-Irfan* de 1945, intitulada “Jabal Amil”



Fonte: Revista *Al-Irfan* (31º. volume, pt. 7-8, p. 443, 1945), disponibilizada pela Biblioteca Estadual da Universidade de Bonn (2014).

Posto isso, destaca-se o engajamento da mídia impressa amili, em especial da Revista *Al-Irfan*, ao desempenhar um papel ativo na resistência e na denúncia da ocupação colonial francesa no período pós-Primeira Guerra Mundial, durante o Levante Árabe. A mídia impressa funcionou como uma plataforma segura de expressão e projeção das demandas locais para além das fronteiras de Jabal Amil e consolidou-se como uma poderosa ferramenta política para conscientizar e mobilizar os locais contra o projeto colonial de desmembramento da Grande Síria em prol do fortalecimento do arabismo. Além disso, relatou ações opressivas e de censura contra lideranças locais, como as ofensivas militares contra vilarejos xiitas, e expôs a marginalização institucional da comunidade no que se refere ao acesso a empregos públicos, à falta de investimentos em infraestrutura básica, em especial, estradas, escolas, hospitais e projetos pertinentes à agricultura.

Por fim, o posicionamento combativo da Al-Irfan resultou no que poderia ocorrer de pior para o periódico: suas atividades foram forçadamente encerradas pelo mandato colonial, entre o início de 1942 até a primavera de 1945. Apesar da criação de instituições como a Corte Jaafari, a intimidação e a violência rodeavam o grito por condições de uma vida mais justa em Jabal Amil.

4.2 DESAFIOS PÓS-COLONIAIS: OS XIITAS E A FUNDAÇÃO DA REPÚBLICA LIBANESA (1943)

Enfrentando uma forte oposição pública na Síria e no Líbano, os franceses enviaram, em maio de 1945, tropas senegalesas para Beirute, na tentativa de reforçar sua presença na região. No entanto, essa medida escalou a tensão e resultou em uma forte reação, com violentos conflitos em Damasco e petições enviadas aos britânicos e americanos, solicitando a completa independência da Síria e do Líbano. Uma dessas petições foi produzida pelo líder religioso de Tiro, Sayed Abdul Hussein Sharaf Al-Din, que expressou veementemente sua oposição ao desembarque de tropas estrangeiras e sua determinação em defender a liberdade e a independência da região, demonstrando disposição de sacrificar vidas por essa causa: “Não hesitaríamos em derramar a última gota do nosso sangue para esse efeito” (Ajami, 1987, p. 44).

O conflito ideológico entre os defensores do “libanismo” e os apoiadores do “arabismo” perdurou por décadas. Essa divisão entre identidades pode ser testemunhada nas homenagens aos “mártires” desses grupos sociais. Enquanto os enterrados em um cemitério muçulmano são descritos como “mártires da causa do arabismo e do Islã”, o partido cristão *Kataeb* descreve os membros de sua sociedade mortos naquele momento como “mártires em defesa da soberania, da independência e da liberdade do Líbano” (Bonsen, 2020, p. 73). Previamente, no *Premier Manifeste* (1936), o *Kataeb* já contestava a identidade árabe do Líbano:

Rejeitamos a teoria de uma nação árabe que englobaria o povo libanês. O fato de nós mesmos constituirmos uma Nação Libanesa é, por definição, incompatível com tal teoria. A comunidade linguística é um elemento de aproximação, mas não pode constituir uma nação. Isso é evidenciado pela história da Suíça, dos países anglo-saxões, dos países da América do Sul e dos próprios países árabes (*Kataeb, apud Gemayel, 1936, tradução própria*).

É fato que, na perspectiva dos falangistas, o arabismo e o islamismo eram inseparáveis, e um nutria o outro. Argumentos como “os cristãos são mais libaneses, e os muçulmanos são mais árabes” são habituais nas rodas de conversas pelo Monte Líbano. Concebida como um produto da elite maronita e como uma estratégia de doutrinação da identidade e oposição ao Outro, a herança fenícia foi incorporada aos discursos populistas falangistas e continua sendo reforçada até os dias atuais (Azab, 2016). O nacionalismo maronita não forneceu uma visão de país em que todas as comunidades daquele território pudessem reconhecer um lugar para si (Shaery-Eisenlohr, 2008, p. 21-23).

Candice Raymond (2013) e Ahmad Beydoun (1984) compartilham o entendimento de que a hegemonia política, maronita ou não, é obviamente parte do problema libanês. Beydoun acrescenta: “É para escondê-la [hegemonia] que os próprios maronitas apelam para a ideia de coexistência ou para o nacionalismo libanês” (Beydoun, 1984, p. 580). Por outro lado, xiitas, sunitas e outras comunidades religiosas avançam em suas ideologias políticas, apoiadas por leituras apropriadas da história para “quebrar” essa hegemonia (Raymond, 2013).

Pequenos privilégios baseados em comunidades religiosas traduziam-se diretamente em vantagens na burocracia estatal e no sistema educacional. Traboulsi destaca um exemplo simples de como a estrutura do sistema de educação libanês favorecia comunidades religiosas específicas:

A nota de corte da disciplina de francês nos exames intermediários e secundários favoreceu os filhos de famílias ricas e cristãs e alunos de escolas particulares em geral, que receberam uma educação francesa relativamente boa ou falavam francês em casa. Além disso, os processos de seleção regional ocorriam em instituições educacionais em zonas predominantemente cristãs (Traboulsi, 2012, p. 164, tradução própria).

Nesse sentido, o aprendizado do francês, idioma íntimo dos libaneses cristãos, foi de extrema importância para que a comunidade xiita integrasse socialmente a sociedade libanesa e ocupasse cargos de maior prestígio.

Ashutosh Varshney (2003) destaca dois fenômenos de mobilização social: o movimento de exclusão e o movimento de resistência. No movimento de exclusão, um grupo nacionalmente dominante procura impor seus próprios valores ou excluir os demais grupos daquela sociedade dos espaços de poder. O autor lembra que, muitas vezes, esse movimento é reproduzido por meio do controle do Estado e, se

necessário, com uso da violência. Já no movimento de resistência, um grupo dominado opõe-se à hegemonia de um grupo dominante com o objetivo de preservar sua identidade. Impulsionados por tais valores, grupos de movimentos de resistência estão dispostos a suportar custos muito altos, por longos períodos (Varshney, 2003, p. 86).

Cada uma das comunidades étnico-religiosas libanesas tem uma história de guerra, sofrimento e mortes em sua história recente, e Dakhlallah (2017) compreende que esse acordo institucional confessional serviu para fomentar imaginações concorrentes sobre o que significa ser libanês (Dakhlallah, 2017, p. 23). O sentimento de concorrência entre essas comunidades desenvolveu um sentimento de rancor mútuo e provocou fronteiras simbólicas mais rígidas entre si (Zugueib Neto, 2017, p. 21). Grupos sociopolíticos conflitantes impediram o estabelecimento de um bem-estar social e a viabilidade de um Estado politicamente estável. O principal objetivo desses atores era moldar e fortalecer as identidades entre seus seguidores para manter ou aumentar seu poderio políticos em meio a um cenário de incertezas. A identificação e a demarcação do outro como inimigo hostil é essencial à construção e à garantia de um “nós”. Indivíduos mobilizam suas identidades sectárias para criar conexões e acessar serviços (Nucho, 2017, p. 7).

No ano de 1948, com o apoio político e militar de potências ocidentais, principalmente do Reino Unido, é fundado um Estado israelense na região da Palestina. Centenas de milhares de palestinos foram forçados a refugiar-se em países vizinhos, principalmente na Jordânia, na Síria e no Líbano. Expulsos de suas terras, os grupos políticos e militares palestinos promoveram uma série de iniciativas combativas ao estado sionista, seja politicamente, em organismos internacionais, militarmente ou por meio de grupos nacionalistas. O refúgio massivo de palestinos, mas, principalmente, de grupos armados daquele país contribuiu de forma expressiva para a instabilidade política entre muçulmanos e cristãos libaneses. A proximidade geográfica, étnica e religiosa com a Palestina fez com que o Líbano se envolvesse em grandes conflitos militares contra Israel, apesar de sua insignificante capacidade militar (Malaspina, 2009, p. 14).

Ao final da década de 1940, as cidades de Jabal Amil começam a transformar-se em importantes centros de apoio logístico e de fornecimento de suprimentos, munições, armas e recursos humanos, tanto para grupos de resistência palestinos como para forças árabes que lutaram contra o estabelecimento do Estado de Israel.

Depois da guerra árabe-israelense de 1948, a região de Jabal Amil foi atingida por uma depressão econômica circundada por um estado de insegurança física e psicológica que resultou em uma onda de migração amili para a capital, Beirute (Halawi, 1992, p. 221). A instabilidade securitária, o bloqueio do acesso ao Porto de Haifa e a onda de refugiados palestinos teve impacto direto sobre as atividades econômicas da região. Ahmad Baydoun *et al.* (1979, p. 115) relatam que, no ano de 1948, cerca de 30 mil artesãos migraram de Jabal Amil para Beirute em busca de melhores oportunidades de renda. Entretanto, o mercado consumidor libanês não era o suficiente para compensar o valor do mercado palestino para os amilis.

Nas escritas do Sheikh Mohamad Jawad Mughniyya, intelectual e jurista amili (1904-1979), é relatado com detalhes o drástico retrato social dos sulistas. Mughniyya observava, com preocupação, a epidemia de cólera que atingira a região, em especial a aldeia de Majdal Zanoun, onde 70 de seus 400 habitantes pereceram daquela infecção, “sem que o governo central enviasse um médico ou uma pílula de quinino”.⁵

No que se refere ao campo econômico, o renomado economista palestino Yusif Sayigh publicou, no final da década de 1950, um estudo sobre a classe empresarial libanesa. Sayigh observou que a proporção de cristãos para muçulmanos era de 10:2 na indústria, 11:2 nas finanças e 16:2 nos serviços. Posteriormente, em 1973, Boutros Labaki provou que essas proporções apresentaram certas modificações e que, entretanto, cerca de 75,5% do empresariado ainda era cristão (Traboulsi, 2012, p. 163).

4.3 ENTRE CRISES E TRANSFORMAÇÕES: A DINÂMICA LIBANESA EM MEIO À GUERRA FRIA

Após a declaração de independência da República do Líbano, a comunidade xiita de Jabal Amil lidou com outro grande desafio, os sucessivos avanços militares das forças israelenses em direção a suas aldeias e fazendas, próximas à fronteira sul, por volta de 1948. Os xiitas daquela região percebiam-se vítimas tanto da negligência do governo libanês quanto das agressões israelenses, pois uma série de massacres foi registrada em vilarejos libaneses próximos à fronteira. Ainda no ano de 1948, Israel ocupa cerca de 20 aldeias libanesas e anexa, de modo permanente, oito delas. Amin

⁵ Alcalóide com propriedades antitérmicas, antimaláricas e analgésicas.

Mustafa (Haj Amin), *mufti*⁶ de Jerusalém e figura nacionalista árabe, destaca que, entre os anos de 1949 e 1964, foram registradas cerca de 140 agressões israelenses contra o território libanês, majoritariamente ao sul (Siklawi, 2014, p. 284): “O povo do Sul deu à causa palestina mais do que todos os árabes juntos deram. Eles deram à causa suas terras, seus filhos, sua segurança, seus pomares - tudo menos sua honra e dignidade (Berri, 2013, tradução própria).

Em meio a esse cenário turbulento, evoluiu um desconcerto político-militar em território libanês, conhecido como “Crise de 1958”. De um lado, estavam grupos cristãos, liderados pelo então presidente libanês, Camille Chamoun (1952-1958), e do outro, grupos opositores apoiados principalmente pela República Árabe Unida⁷ (RAU) e pela Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Em meio ao período de Guerra Fria, a conduta política do governo de Chamoun, de aproximar-se de países ocidentais e, especialmente, de não reconhecer a autonomia de instituições palestinas refugiadas em seu território, motivou um levante contra seu governo, com importante apoio de movimentos pan-arabistas, liderados por Gamal Abdel Nasser.

Khalaf (2002) observa que, na perspectiva do *Kataeb*, a crise foi percebida como uma expressão envolvendo a natureza da identidade nacional do Líbano e a crescente ansiedade relativa à autonomia e à soberania do país (Khalaf, 2002, p. 122). Em contrapartida, muitos xiitas frustrados com o *status quo* libanês recorreram ao nasserismo, nas décadas de 1950 e 1960. O movimento de Gamal Abdel Nasser desempenhou um papel crítico na maturação de uma consciência política entre os xiitas (Halawi, 1992, p. 42). Esse episódio findou com uma intervenção militar estadunidense, solicitada por Chamoun, e com a renúncia do presidente ao final da intervenção. Contudo, o episódio foi de grande relevância para a eclosão da futura Guerra Civil Libanesa (1975–1990) (Salibi, 1990, p. 2).

Perante o contexto geopolítico da Guerra Fria, o programa político, econômico, social e cultural do nacionalismo árabe sempre esteve mais próximo à posição soviética. Os partidos arabistas e os socialistas compartilhavam a defesa da justiça social e econômica, a mudança radical do *status quo* e a revolução palestina, o que

⁶ Indivíduo reconhecido como autoridade em assuntos relacionados à lei islâmica, sua aplicação e interpretação.

⁷ Foi uma experiência de união política entre o Egito e a Síria, proclamada em 1º de fevereiro de 1958, sob a presidência do egípcio Gamal Abdel Nasser. A existência dessa unidade colapsou em 28 de setembro de 1961, quando a Síria declarou-se independente do Egito (Encyclopaedia Britannica, 2024).

era especialmente atraente para os xiitas. Wu (2009) compreende que muitos dos xiitas que se engajaram na causa palestina buscavam um escape “para as frustrações de uma população altamente politizada” (Wu, 2009, p. 61). Os zu’ama xiitas não tiveram um papel tão atuante na crise de 1958 quanto os líderes de outras comunidades religiosas, como Kamal Jumblatt (druso e líder do Partido Socialista Progressista), Rashid Karami (sunita e ocupante do cargo de Primeiro-Ministro), Camille Chamoun (maronita e ocupante da Presidência) e Pierre Gemayel (maronita e fundador do Partido *Kataeb*).

Temendo a influência dos movimentos arabistas e o engajamento direto de Nasser, Chamoun apresentou uma queixa formal ao Conselho de Segurança da Nações Unidas. Aprovada a Resolução em 11 de junho de 1958, o presidente estadunidense, Dwight Eisenhower, autoriza a Operação *Blue Bat* em 15 de julho de 1958, que envolveu diretamente mais de 14.000 soldados apoiados por uma frota composta por porta-aviões, cruzadores e esquadrões de contratorpedeiros, tripulados por cerca de 40.000 marinheiros. O conflito atenuou-se com a indicação do general Fouad Chehab para a presidência, considerado, naquele momento, uma figura política moderada. Por seis anos (1958-64), Chehab buscou adaptar o Pacto Nacional ao final dos anos 1950 sob a égide do Estado como estratégia de reduzir a influência de lideranças comunitárias. Institucionalmente, o governo Chehab destacou-se pela implementação de mecanismos econômicos modernos ao arcaico Estado libanês, como o Banco Central, uma agência nacional de estatística e um sistema eficaz de inteligência (Olmert, 2019. p. 189-201).

O cenário econômico desfavorável das áreas rurais e as sistemáticas agressões israelenses impactaram diretamente o êxodo dos xiitas de Jabal Amil para Beirute, resultando em significativos problemas sociais nas periferias da capital, que prejudicaram profundamente o processo de urbanização libanês das décadas de 1950 e 1960. Beirute já era considerada o centro econômico e populacional do Líbano e proporcionava mais oportunidade de emprego, bem-estar, educação e vida cultural, uma alternativa ao ciclo de pobreza e ignorância que assolava as regiões interioranas. Esse processo forçou a disseminação da comunidade xiita para além do sul, que, para Beirute, aumentou cinco vezes entre 1943 e 1973. Fora de suas cidades e vilarejos, essa população migrante deparou com uma realidade muito destoante da sua: a convivência com membros de outras comunidades religiosas, cujas condições socioeconômicas eram superiores às suas, e isso motivou um sentimento de

discriminação e muita frustração (Azani, 2011, p. 52). Em Beirute, esses migrantes, com baixo poder aquisitivo, estabeleceram um “cinturão da pobreza” pelas regiões periféricas da capital:

Embora não fossem as favelas do Rio de Janeiro, sua alta densidade por quilômetro quadrado, ocupação, condições sanitárias e de saúde muito precárias, abastecimento de água escasso e eletricidade roubada fizeram desses subúrbios terreno fértil para os partidos seculares de esquerda e direita (Traboulsi, 2012, p. 163, tradução própria).

Na concepção de Khalaf (2002), esses indivíduos tornaram-se destituídos em ao menos três sentidos existenciais:

- a) sofreram a angústia de serem desalojados;
- b) passaram pela rejeição e receberam o estigma de “párias” em seus novos ambientes;
- c) são impulsionados por um desejo de reconstituir uma identidade lesada e uma história amargurada (Khalaf, 2002, p. 244).

Partidos seculares, partidos comunistas e movimentos palestinos receberam milhares de novos membros com o deslocamento dos xiitas interioranos para Beirute. Registrou-se um número expressivo de filiações de xiitas junto ao Partido Comunista Libanês (PCL), à Organização da Ação Comunista (OAC), ao Partido Social Nacionalista Sírio (PSNS) e a organizações nasseristas e baathistas. O engajamento foi tamanho, que, no ano de 1975, os xiitas representavam 50% da base do Partido Comunista Libanês, fazendo parecer que estavam destinados a povoar a base da esquerda libanesa (Olmert, 2019. p. 189-201). Contudo, é importante lembrar que, até a década de 1970, a comunidade xiita carecia de partidos políticos ou outros movimentos institucionalmente organizados, cenário que forçou jovens ativistas a procurarem movimentos alternativos já consolidados (Siklawi, 2014, p. 286).

A cultura local resiste firmemente às forças que tendem a transformá-la, e essa resistência permite perceber melhor até que ponto a memória coletiva tem apoio nas imagens espaciais. Apesar de todas as diferenças entre aquelas comunidades, o medo, a tristeza e o trauma as unem. O medo de ser marginalizado, assimilado ou exilado une e separa aquelas comunidades (Khalaf, 2002, p. 246-247).

Cada grande comunidade religiosa está fortemente concentrada em uma determinada região do país. As diferenças sectárias são assim reforçadas por rivalidades regionais. Tal concentração regional fortalece as reivindicações alternativas de condição de Estado que as comunidades minoritárias são propensas a afirmar (Rabushka; Shepsle, 1972, p. 179, tradução própria).

O profundo engajamento dos membros da comunidade xiita em conflitos armados estabelece um cenário instável que os surpreende e os desafia constantemente. O professor Zogueib Neto (2017) destaca três componentes cruciais na resistência contra as dissociações psíquicas individuais e na disciplina dos grupos xiitas: “[...] (a) A angústia sinal presente no estado de vigília, (b) o controle das emoções no enfrentamento a um real inquietante e (c) o sentimento de encarnar o Ideal-do-Eu confessional” (Zogueib Neto, 2017, p. 35).

Sociedades etnicamente heterogêneas (divididas em linhas religiosas, linguísticas, culturais, ideológicas, étnicas ou raciais) podem ser problemáticas, principalmente para a administração pública, visto que, historicamente, autoridades eleitas procuram canalizar os recursos para os membros de sua comunidade, produzindo, assim, benefícios excludentes e, conseqüentemente, desigualdades no desenvolvimento humano e na qualidade de vida entre as comunidades de um mesmo Estado. Estas linhas divisórias, ou sectárias, propiciam a criação de “subsociedades”, separadas por partidos, grupos de interesse e até meios de comunicação (Selway, Templeman, 2012, p. 1545; Lijphart, 2012, p. 31). A partir disso, a população residente naquele território procurou amontoar-se em recintos compactos, exclusivos, autossuficientes e homogêneos, resultando em um processo de “balcanização” ou “guetização” da geografia social libanesa, porém, diferentemente de outros casos, as barreiras entre as comunidades libanesas não são sustentadas por muros físicos ou grandes muralhas, mas por fronteiras invisíveis:

O controle das instituições e das receitas do Estado por uma aliança sobreposta de elites sectárias/políticas e econômicas consagra uma configuração institucional sectária e lubrifica redes clientelistas sofisticadas, que cooptam grandes segmentos da população, garantindo, assim, que os libaneses continuem a ser sujeitos sectários desiguais e compartimentados em comunidades autogeridas, em vez de cidadãos com direitos inalienáveis. (Salloukh *et al.*, 2015, p. 2, tradução própria).

Quando o governo central não fornece segurança, bem-estar, benefícios sociais e proteção física, os indivíduos recorrem a formas alternativas de ordem política. No cenário libanês, foram as instituições religiosas que ocuparam boa parte

dos espaços de decisão e poder. Nesse contexto, o líder xiita Musa Al-Sadr enfatiza a importância do Estado Libanês fazer-se presente em regiões desamparadas:

O remédio básico é a formação de um Estado de Direito que assuma suas plenas responsabilidades, para que o cidadão sinta que pertence à pátria. É uma alternativa suficiente às suas filiações para protegê-lo e preservar sua liberdade, força e dignidade, e então um senso de responsabilidade irrompe em geral. (Al-Sadr, 1974, tradução própria).

O declínio da produtividade do setor agrícola foi aprofundado pela concentração das principais obras de infraestruturas em áreas não-xiitas. Halawi (2012, p. 60) interpreta esse direcionamento de obras como produto da indiferença de uma “república mercantil” estimulada pelas administrações de Bechara el-Khory (1943-1952) e Camille Chamoun (1952-1958). A indignação dos sulistas refletiu-se no manifesto publicado em 1953 pelo “Comitê Provisório para a Conferência Permanente das Organizações Muçulmanas do Líbano”, que denunciou a grave crise hídrica dos amilis e o favorecimento político, por parte do governo, de áreas nobres de Beirute, reservadas à *resorts* e hotéis de luxo:

Milhares de muçulmanos na área de Nabatiye, no sul do Líbano, sofrem periodicamente de sede durante as secas, devido à falta de ajuda mínima básica para desenvolver os recursos hídricos naquela área desfavorecida. Um dos exemplos mais claros desse tipo de manobra foi visto na luta governamental com o Ponto IV [um plano de ajuda americano] sobre o projeto de desenvolvimento hídrico. O governo queria dar prioridade às áreas de *resorts* de luxo, atendendo principalmente a estrangeiros na área de Beirute, enquanto os técnicos americanos insistiam na maior necessidade da área sedenta de Jabal Amil e Nabatiye, no sul do Líbano. (Halawi, 1992, p. 61, tradução própria).

Ao concluir seu diagnóstico sobre os índices da indústria nacional (1969), a revista *Al-Arabi* dispara: “Que Deus ajude o Líbano”. Rebeliões e greves eram observadas nos grandes estabelecimentos industriais em protesto contra os baixos rendimentos e as longas jornadas de trabalho (Bannout, 1993, p. 311-312). No que se refere à pobreza, o Instituto francês de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD) desenvolveu, na década de 1960, o primeiro estudo referente ao *status* econômico da população libanesa, o qual estimou que 50% daquela população vivia na pobreza e que 9% eram extremamente pobres (Jawad, 2009, p. 76).

Em especial entre os xiitas, a renda média de uma família, em 1971, era de 4.532 libras libanesas; no mesmo período, a renda média nacional era de 6.247 libras.

Essa comunidade religiosa constituía a maior porcentagem (22%) de famílias que recebiam menos de 1.500 libras. Em seus discursos públicos, o notável Sheikh Mohamad Jawad Mughniyya clamava por um movimento revolucionário, compreendendo que não havia espaço para obediência naquele contexto de injustiça e segregação social:

Não pedimos a eles que façam de Jabal Amil outra América. Queremos que Jabal Amil seja parte do Líbano, com seus direitos e deveres, para que as escolas de Jabal Amil se comparem às escolas do Líbano, suas estradas, às estradas do Líbano e seus hospitais, aos hospitais do Líbano. (Mughniyya, 1981 *apud* Mallat, 1998, p. 8, tradução própria).

A comparação elaborada pelo clérigo entre a infraestrutura arcaica de Jabal Amil e a das outras regiões libanesas expõe uma política estatal que preserva uma profunda segregação territorial no Líbano e preconiza uma transformação estrutural e sistêmica amparada por um modelo “justo” e equitativo para as diferentes comunidades.

4.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Este capítulo empenhou-se em analisar de forma crítica as repercussões diretas e indiretas da anexação forçada de Jabal Amil ao projeto colonial do Grande Líbano. O Mandato Francês participou ativamente da concepção daquela nova unidade política, desde a institucionalização do sistema político confessional e a designação dos principais cargos de representação política das comunidades até a distribuição de verbas públicas, de acordo com seus interesses.

Jabal Amil foi uma das primeiras áreas ocupadas pela França depois que seu exército desembarcou em Beirute, em 8 de outubro de 1918. Todavia, observou-se um interessante processo de formação de uma frente de grupos militares amilis em resposta às tropas de ocupação. Os combatentes de Jabal Amil, leais ao Rei Faisal e ao princípio de uma Grande Síria, impuseram perdas significativas às forças francesas, retardando, assim, a conquista da região. No entanto, não lograram resistir eficazmente diante da formidável maquinaria militar colonial.

Durante o período colonial, o exercício de troca de bens econômicos entre Jabal Amil e seu principal mercado, a Palestina, foi duramente prejudicado e, após o estabelecimento do Estado de Israel, foi totalmente interrompido. A anexação das

terras de Jabal Amil representou desafios significativos para a comunidade xiita, incluindo o desenvolvimento de uma ideologia própria, a busca por ascensão social e econômica e a alteração da estrutura social de poder dominada por lideranças feudais.

Sem demora, a independência libanesa, em 1943, trouxe à tona o contraste socioeconômico entre as províncias do Estado e a alienação da massa xiita dos espaços de decisão de poder. A década de 1940 testemunhou o envolvimento de Jabal Amil no conflito árabe-israelense, com destaque para o papel ativo dos xiitas no apoio logístico aos grupos de resistência palestinos e forças árabes, produzindo um tormento social, securitário e econômico nunca superado por aquela população.

No contexto de Guerra Fria, a disputa ideológica entre “libanismo” e “arabismo” foi materializada pelo expressivo e belicoso concerto de 1958, quando a hegemonia política maronita amparada pelos estadunidenses foi desafiada por seus opositores locais, entre arabistas, islâmicos e progressistas apoiados por Nasser e Khrushchev. O desfecho só se concretizou com a intervenção direta das duas principais potências internacionais do período, os Estados Unidos e a União Soviética, que intermediaram um cessar-fogo e encaminharam a eleição presidencial de Fuad Chehab, em setembro do mesmo ano.

O declínio da produtividade agrícola do Sul foi agravado pela concentração dos investimentos em projetos de infraestrutura em áreas fora de Jabal Amil, voltadas a outras atividades econômicas. O período das administrações de Bechara El-Khory (1943-1952) e Camille Chamoun (1952-1958) foi caracterizado por um tipo de “república mercantil”. A distribuição de renda no Líbano, na década de 1960, evidencia um cenário de desigualdade socioeconômica pronunciada, com a constatação de que aproximadamente 50% da população estava em condições de pobreza, o que destaca a magnitude do problema e sugere a existência de uma distribuição desigual dos recursos públicos e das oportunidades de ascensão social.

5 A EMERGÊNCIA DE MOVIMENTOS SOCIAIS XIITAS DE PROTESTO

Este capítulo tem como propósito esmiuçar a evolução e a mobilização da identidade xiita libanesa e sua interconexão com a política e a sociedade do país. No centro do debate, está a análise do papel desempenhado por líderes religiosos, em especial, Imam Musa Al-Sadr, na formação de uma identidade xiita mais coesa, integrada e politicamente ativa. Para mais, o capítulo se aprofundará no processo estratégico coordenado por Musa Al-Sadr no campo social e político, no empenho de pleitear igualdade de direitos políticos e acesso a recursos do orçamento do Estado. Ao compreender esse fenômeno, será possível lançar luz sobre as complexas interações entre identidade religiosa, política e sociedade no contexto libanês.

A manifestação de uma identidade xiita libanesa ganhava força à medida que crescia a demanda de uma nova ordem sociopolítica. Esse fenômeno social ganhou tração e foi estruturado com a chegada de um corpo de ativistas religiosos, advindos dos seminários de Najaf, considerada uma das capitais espirituais do islamismo xiita e epicentro do poder político xiita do Iraque contemporâneo. As comunidades de Jabal Amil e Najaf produziram uma densa rede de mobilidade acadêmica e social que se inicia ainda na administração turco-otomana. Dois líderes espirituais são centrais para a formação e expansão do movimento social xiita contemporâneo libanês: Sayed Imam Musa Al-Sadr e Sayed Mohamad Hussein Fadlallah, que, respectivamente, formularam as bases ideológicas do Movimento Amal e do *Hezbollah* (Herbert, 1999).

5.1 A JORNADA TRANSFORMADORA DE IMAM MUSA AL-SADR

Intelectuais e líderes religiosos estão no centro do debate político islâmico e árabe, produzindo conhecimento, significado e “imagens do mundo”. Como representantes de interesses populares, aspiram a transformar ou preservar certos valores ou configurações políticas na sociedade (Saouli, 2014, p. 100-101). Hazran (2009) destaca o papel do líder carismático na transformação da doutrina religiosa xiita em uma ideologia mobilizadora coerente.

Sob uma perspectiva do xiismo, quando o poder está em mãos de líderes considerados “ilegítimos”, estes devem ser rejeitados e combatidos. Para Chaib (2009), a história social, política e religiosa dessa comunidade influencia diretamente a forma como os indivíduos se comportam: “A memória xiita transmite uma recusa do

poder político fora da hierarquia religiosa da comunidade. Portanto, predispõe seus membros a se juntarem a partidos de protesto” (Chaib, 2009, p. 150, tradução própria). Ao influir tradições religiosas dos xiitas com significados políticos e entrelaçar ativismo político e autoridade religiosa, Al-Sadr conseguiu minar a credibilidade da elite tradicional daquela comunidade (*zu’ama*).

É na década de 1960 que a comunidade xiita libanesa consolida uma importante transição em sua história, de uma sociedade passiva e isolada para uma classe ativista, com grande envolvimento político-social, coordenado por uma nova geração de líderes xiitas. A chegada de Musa Al-Sadr foi imprescindível na organização política e social de sua comunidade, pois, desde o início de sua trajetória na vida política libanesa, Al-Sadr dedicou-se a ser o principal porta-voz do sul e da comunidade xiita. O ativismo político de Al-Sadr expressou-se principalmente no fornecimento aos xiitas de suas próprias instituições políticas e sociais comunitárias e na apresentação de um discurso assertivo de justiça social. Nas palavras de Eitan Azani, Musa Al-Sadr foi o “gerador da Mudança na Comunidade xiita libanesa” (Azani, 2009, p. 53, tradução própria).

Conforme a figura 2, já apresentada, existem laços familiares estreitos entre o clérigo de Tiro e a família Al-Sadr, tanto com o ramo iraquiano quanto com o iraniano. Em uma de suas viagens ao Irã, em meados dos anos 1930, o clérigo Abd Al-Hussein Sharaf Al-Din conheceu o jovem Musa Al-Sadr. Ao perceber as qualidades do jovem, o clérigo convida-o, em 1955, para conhecer a terra e as origens de sua família, com o objetivo de despertar o interesse do jovem iraniano no País dos Cedros. Após a morte do proeminente clérigo de Tiro (1957), seu filho mais velho (Jaafar) envia uma carta a Al-Sadr, no Irã, convidando-o para residir em Jabal Amil com o intuito de que Musa assumisse o posto de guia espiritual da sociedade local e administrasse as entidades sociais concebidas por seu pai, como era o caso da Sociedade Benevolente (*Jamiyat al-Bir wa al-Ihsan*) de Tiro, fundada em 1948. De acordo com Gharbieh (1996, p. 143), Sharaf Al-Din estava convencido de que os *ulama* locais não eram qualificados o suficiente para assumirem de forma independente seu projeto reformista na região, principalmente pelo fato de grande parte dos líderes clericais cultivarem fortes laços com *zu’ama* locais.

Na oportunidade em que foi entrevistado pela Revista *Al-Irfan* (1970), Musa Al-Sadr reafirma sua familiaridade com Jabal Amil e relembra a história de opressão que

seus antepassados sofreram sob os otomanos, o que resultou em seu nascimento, a milhares de quilômetros do Líbano:

Venho de uma família cujas origens se encontram no Líbano: sou descendente do Imam Musa Ibn Jaafar (o sétimo dos doze Imames Xiitas, d. 799). Meus antepassados deixaram o Líbano quando a opressão turca atingiu o ponto mais alto de todos os tempos, quando nossos livros foram queimados e nossos ulemás foram mortos. Meus antepassados partiram, então, para o Iraque e o Irã. Nos dois países, estabeleceram uma grande família. Nasci no Irã, onde vivia meu pai, Sadr al Din al Sadr, e fundei uma universidade religiosa, na cidade de Qom. Estudei primeiro naquela universidade e, depois, me formei em direito na Universidade de Teerã. Concluí a educação religiosa em Najaf, no Iraque. Assumi meus deveres religiosos no sul do Líbano após a morte do meu parente, Sayed Abdul Hussein Sharaf Al-Din. (Ajami, 1987, p. 32, tradução própria).

Além de estruturar uma rede de instituições educacionais e de caridade, o clérigo uniu as populações xiitas de diferentes partes do Líbano; exigiu o reconhecimento da comunidade xiita como um corpo islâmico separado da comunidade sunita; viabilizou a criação do Supremo Conselho Islâmico Xiita (1967); e esteve diretamente envolvido na concepção de importantes instituições sociais xiitas, como o “Conselho para o Sul” (Majlis al-Janoub) e o “Comitê para a Ajuda do Sul” (Hayat Nasrat al-Janoub), ambos fundados em 1970, com o objetivo de instigar um debate nacional sobre a situação socioeconômica daquela comunidade e alternativas para seu desenvolvimento (Siklawi, 2014, p. 287). Por último, fundou o primeiro movimento social de massa xiita no Líbano, o Movimento dos Deserdados (1974), como também constituiu o primeiro movimento xiita de natureza militar, o Batalhão da Resistência Libanesa, mais conhecido como Amal (1975) (Azani, 2011, p. 55). Para além dessas realizações, em uma de suas viagens rotineiras ao exterior, Al-Sadr arrecadou, junto às comunidades xiitas de imigrantes na África Subsaariana, cerca de um milhão e setecentos mil francos para financiar e expandir o serviço de instituições sociais xiitas como uma alternativa à negligência do Estado (García Campello, 2005, p. 463).

Na perspectiva de Joseph Olmert (2019), a concepção política que guiava as ações de Musa Al-Sadr era mais próxima aos partidos da esquerda libanesa do que aos zu’ama de sua própria comunidade religiosa; entretanto, diferentemente dos partidos de esquerda, nasseristas e baathistas, o clérigo xiita estava compromissado com a ideia de um Estado libanês, apesar de denunciar as iniquidades e o aparelhamento sectário do Estado. Fouad Ajami (1986) exalta o “projeto libanês” de

Al-Sadr, que buscava “esmagar as diferenças de classe”. O clérigo rogava pela necessidade de desenvolver o Sul, pois essa era uma região carente, cujas necessidades, em comparação às das outras regiões, eram especiais. Por isso, exigiu uma parte do orçamento nacional, a ampliação do projeto Litani para irrigar as terras do sul e a construção de hospitais e escolas. Em entrevista ao jornal *Al-Hayat*, Musa Al-Sadr demonstra o sentimento de desalento e frustração que os sulistas experimentavam:

Nós, como sulistas, dizemos que, apesar da privação dos cuidados do Estado, aproveitamos o clima de independência depois de uma longa injustiça e uma escuridão mais longa, então começamos a curar nossas feridas com nossas próprias mãos, então vivemos, migramos, estudamos e escrevemos. Comprometemo-nos e contribuímos muito para a construção da nação. Acrescentamos que esses deveres não foram recompensados com direitos, mas o contrário foi verdade: houve negligência, houve dominação, houve barganhas.... Vemos hoje a diferença entre os sulistas e os outros do mesmo país no que se refere ao direito à educação, ao direito ao trabalho, ao direito à expressão, ao direito à propriedade e ao direito ao voto. Essa realidade é uma condenação prática do regime existente.[...] Estava prevista a construção de 80 escolas no sul durante os cinco anos, que terminaram em 1970 [...] os cinco anos se passaram, e o resultado foi apenas meia escola [...] Agora, enquanto aguardamos a implementação do projeto de “escolas coletivas” do governo, que ainda é um sonho, tememos que o futuro de nossas crianças seja ameaçado e que seu nível escolar fique desproporcional à nossa ambição e à aspiração do povo libanês. Dizemos isso com franqueza, e, se nossos filhos ficam para trás no campo da educação, é por pressão e desigualdade de oportunidades. Sentimos uma categorização escandalosa e um desprezo inaceitável neste campo tão vital, que constitui uma chave para os vários domínios do desenvolvimento e dos serviços (Al-Sadr, 1974, tradução própria).

A tabela 2 substancia o posicionamento do clérigo xiita ao comparar o número de escolas particulares dirigidas pelas comunidades religiosas em dois períodos diferentes da história libanesa, expondo uma desigualdade persistente entre as regiões: 1918/1920 (período de criação do Grande Líbano) e 1977/1978 (período inicial da Guerra Civil).

Tabela 2 - Número de escolas particulares dirigidas por comunidades religiosas (1918/1920 e 1977/1978)

Período	Número de Escolas 1918/1920	Número de Escolas 1977/1978
Xiitas	11	137
Sunitas	19	137
Druzas	11	26
TOTAL MUÇULMANAS	41	300
Maronitas	30	206
Greco-ortodoxas	33	24
Greco-católicas	7	62
Armênio-ortodoxas	-	33
Armênio-católicas	-	14
Armênio-protestantes	-	10
Latinas	223	148
Protestantes	158	41
Siríaco-católicas	-	7
Siríaco-ortodoxas	-	3
TOTAL CRISTÃS	451	548

Fonte: Labaki (1988, p. 129).

Robert Lee (2014) destaca que as articulações sociais e políticas de Musa Al-Sadr desencadearam uma resistência por parte da comunidade dominante maronita. Cristãos e muçulmanos libaneses demonstram constantemente desconfiança mútua e egocentrismos comunitários (Rabushka; Shepsle, 1972, p. 4). Herbert (1999, p. 25) compara a estratégia e a forma de atuação de Musa Al-Sadr às de Mahatma Gandhi e Nelson Mandela, apontando que os três líderes se centraram em cinco questões comuns como meio de angariar maior apoio a suas causas e encorajar a desobediência ao Estado: identidade, responsabilidade, minoria *versus* maioria, adesão dos jovens e unidade entre diversos grupos.

5.2 SUPREMO CONSELHO ISLÂMICO XIITA

O estabelecimento do Supremo Conselho Islâmico Xiita (*Al-Majles Al-Islami Al-Shi'i Al-A'la*) elevou a comunidade xiita libanesa à categoria de comunidade diferenciada, nos termos da Lei n. 67/72, de 19 de dezembro de 1967, que “regula os assuntos da comunidade islâmica xiita no Líbano”. De acordo com o art. 2º. da Lei, essa nova entidade, denominada “Supremo Conselho Islâmico Xiita”, deverá: “cuidar dos assuntos da comunidade, defender seus direitos, preservar seus interesses, vigiar suas instituições e trabalhar para elevar seus padrões” (Líbano, 1967, p. 1949-1952). Ademais, incumbe ao Supremo Conselho organizar as doações da comunidade; coordenar esforços entre as várias instituições sociais, culturais, de caridade e similares; resolver litígios que surjam entre elas; estimular projetos sociais, culturais e

religiosos existentes e realizar novos projetos; e contribuir para elevar o nível intelectual, espiritual e material da comunidade.

A criação do Conselho produziu um novo cálculo na distribuição do poder político, tanto na dinâmica intraxiita como em relação às outras comunidades religiosas. Até sua implementação de fato, em 1969, não havia outra posição política entre os xiitas que rivalizasse, em termos de prestígio e influência, com o presidente do parlamento nacional. Por maioria, Al-Sadr foi eleito primeiro presidente do Conselho, ainda que enfrentasse oposição dentro e fora da comunidade. Enquanto esteve no cargo, Musa Al-Sadr organizou uma impactante greve geral em 1970, após uma série de ataques israelenses ao sul do Líbano. O objetivo do clérigo foi demonstrar e dramatizar ao governo a negligência e o desrespeito demonstrados para com os problemas do sul do Líbano, como os perigos que o ameaçavam. O clérigo demonstrou toda a sua indignação frente ao governo libanês, pois este atuava restritamente como uma “agência de socorro”, limitando-se a levantar “tendas da Cruz Vermelha em vez de implementar uma política de segurança adequada para as fronteiras do país”. A pressão do Conselho resultou na criação, por parte do governo, do “Conselho do Sul”, com intuito de apoiar o desenvolvimento da região. Entretanto, em pouco tempo a entidade tornou-se um *locus* de corrupção sob o comando do *za'im* xiita Kamel Al-Asaad (Norton; Binder, 1987, p. 44).

Outro importante ato do Supremo Conselho sob a presidência de Musa Al-Sadr foi a elaboração, em 1974, de uma carta aberta destinada aos parlamentares libaneses, contendo uma série de demandas consideradas urgentes pela entidade para amenizar a crise social no Sul (figura 10). Ainda na introdução, a carta descreve uma conjuntura libanesa melindrosa para os xiitas e outros grupos “desprovidos”, que experienciam um **“presente cheio de ansiedades e enfrentando um futuro ameaçador”** e **“de incerteza”**. A repetição de termos como “dignidade” e “justiça” expõe uma perspectiva política do xiismo histórico e contemporâneo (Herbert, 1999, p. 70-71. Grifos do autor). Consoante Abulof (2009, p. 240), é a percepção de incerteza que define uma comunidade como *Small People*. A comunidade xiita libanesa, representada pelo Supremo Conselho, exhibe, de forma clara, uma dualidade cognitiva de incerteza existencial, refletindo tanto uma esperança fraturada quanto a expectativa de um destino sombrio.

Definitivamente, os direitos da comunidade xiita estavam sendo usurpados por outras, em especial no que se refere à ocupação dos espaços públicos, conforme expõe Musa Al-Sadr:

[...] verificou-se que a porcentagem de privação entre nós, na segunda e terceira categorias de empregos públicos, é muito alta. Na segunda categoria, a privação atingiu 63%, o que significa que temos apenas 37% dos nossos direitos. Quanto à terceira categoria, nossa taxa de privação é de 88%, o que significa que apenas 12% acessaram nossos direitos. Quanto aos cargos da primeira categoria, após pressão, formações e nomeações, deram à nossa comunidade um número adicional desses cargos, mas não são o suficiente. E nossa comunidade permaneceu privada de funções importantes. Essas estatísticas e informações limitam-se às administrações públicas civis, excluindo-se instituições públicas, cargos de comandantes no exército e as forças de segurança interna, onde a injustiça ainda é grave. (Al-Sadr, 1974, tradução própria).

A problemática do acesso aos postos públicos é uma demanda que se repete desde a criação do Grande Líbano, em 1920, e que não apresenta solução alguma. Os xiitas detinham, em 1974, apenas 19 cargos considerados de primeiro escalão, enquanto, na fórmula de equidade prometida pela constituição libanesa, deveriam ter acesso a 30 (Al-Sadr, 1974).

Figura 10 - Documento distribuído por Musa Al-Sadr aos líderes políticos do país

DOCUMENTATION: SHI'A DEMANDS

"Because of our faith in the dignity of man, and our refusal of oppression, ignorance, negligence, and all that contradicts that dignity;

Because of our loyalty to our fatherland, Lebanon, the land open to all men, land of love, where all can live in harmony with respect for the dignity of each;

Because of our belief that justice is the foundation on which nations rise and by which they endure, especially nations like Lebanon whose greatest asset is its human resources;

The Supreme Islamic Shi'a Council considers that the present situation in Lebanon clashes with the aspirations of its citizens and the hopes they have been building up for a proper life and dignity, living, as they do, in a present full of anxiety and facing a threatening future.

In searching out the reasons for this, we find that deprivation, the deprivation of certain religious communities (tawā'if) – especially the Islamic Shi'a community – and the deprivation of certain areas – especially the South, Ba'albak, Hermel, 'Akkār, the villages of Jbayl, some Beirut suburbs, and some quarters in Tripoli – are at the base of this present anxiety and future uncertainty.

Among the causes there is also the continued neglect by authorities of their basic responsibilities, especially their responsibility for defending the nation's borders, those borders which we are relinquishing today in the South, and their responsibility for building up the homeland equally for the forgotten planters, the helpless workers, the alienated and vagrant youth, and the students running away from an uncertain future. In a word, it is the lack of application of the principles of social justice and the failure to manifest a responsible view of the future that have led to this gap in the Lebanese social structure.

For this reason, and for the sake of preserving the country, protecting the citizen, and building a better future, the Supreme Islamic Shi'a Council has begun to demand that the authorities provide justice for all citizens, areas and groups.

Fonte: Sicking; Khairallah (1974, *apud* Herbert, 1999, p. 182). (Publicado pelo Jornal Al-Hayat em 12 fev. 1974, p. 2).

Em seguida, a carta aponta a necessidade de executar uma série de projetos estruturais que, segundo o Supremo Conselho, induziriam o desenvolvimento social e econômico da região e da comunidade xiita. Entre os projetos sugeridos estão:

1. Destinação de mais verbas do orçamento geral às regiões subdesenvolvimento do sul e do Bekaa;
2. investimentos emergenciais em projetos de irrigação e conservação de água (os xiitas eram proporcionalmente aos mais engajados na agricultura);
3. priorização das regiões subdesenvolvidas na construção de escolas em regiões subdesenvolvidas;
4. priorização das regiões subdesenvolvidas na construção de hospitais e clínicas;

5. construção e manutenção de estradas, especialmente nos eixos entre Beirute-Tiro e Beirute-Baalbak;
6. maior apoio aos agricultores, em especial aos fumicultores (aqueles que cultivam tabaco);
8. exploração do potencial turístico das cidades de Tiro e Baalbak;
9. pesquisa abrangente de depósitos e jazidas de minérios no Líbano;
10. reformas na alocação dos fundos municipais;
11. anistia geral para os residentes dos subúrbios de Beirute que violaram o código de construção, para que possam acessar o serviço público de água e eletricidade;
12. melhoria geral na infraestrutura dos subúrbios de Beirute (Norton; Binder, 1987, p. 79, tradução própria).

O resultado da desequilibrada política de distribuição dos investimentos públicos contribuiu diretamente para as disparidades sociais e econômicas que caracterizaram o Líbano pré-1975 e conspiraram para perpetuar a marginalidade socioeconômica da comunidade xiita e de seus territórios (Halawi, 1992, p. 60-61). Em vista disso, o Supremo Conselho discorre sobre a história de marginalidade de sua comunidade com um tom enfático e amargo, utilizando termos como “marginalizados”, “assediados”, “exclusão” e “abandono”:

Desde a independência do Líbano, ou seja, do ano de 1943 ao ano de 1959, as condições políticas e econômicas da comunidade xiita foram contestadas pelo equilíbrio entre as diversas seitas libanesas, de modo que os xiitas das periferias permaneceram econômica e socialmente marginalizados, assediados pela privação e pela miséria, vivendo nos arredores da capital, Beirute, em complexos residenciais que careciam das formas de vida mais básicas [...] à luz da exclusão quase completa da comunidade xiita, que sofria da pobreza e das dificuldades da vida, especialmente no Bekaa e no sul, onde o sofrimento foi grande devido ao crescente abandono, à ausência de instituições e às deficiências do Estado no desempenho dos seus deveres para com os cidadãos xiitas que foram vítimas de duplo conluio. (Supremo Conselho Islâmico Xiita, 2023, tradução própria).

As disparidades denunciadas tanto pelo clérigo como pelo Supremo Conselho podem ser facilmente observadas na tabela 3 a seguir, que expõe os índices socioeconômicos da população libanesa, por região, no ano de 1970.

Tabela 3 - Índices socioeconômicos da população libanesa por região – 1970.

	Beirute	Monte Líbano	Região Norte	Região Sul	Bekaa
Porcentagem da população	20.7	18.3	17.8	12.4	10.2
Renda percentual menor que LL3.000/ano (US\$1.300/ano)	9.9	21.5	23.6	35.2	43.7
Porcentagem de analfabetismo					
Homens	30.2	35.2	45%	42.5	40.6
Mulheres	41.2	48.4	60%	63.1	62.6
Escolaridade da população ativa no setor econômico					
Ensino Primário	0.4	20.7	27.4	54.9	53.0
Ensino Secundário / Médio	22.3	29.4	23.1	13.6	18.8
Ensino Superior	77.0	49.6	47.4	31.1	32.7
Porcentagem de domicílios sem					
Cozinha	6.3	8.0	26.6	31.7	33.7
Água Corrente	5.8	10.3	30.9	40.5	23.5
Eletricidade	1.4	4.0	12.0	17.4	8.4

Fonte: Schemeil (1976, *apud* Halawi, 1992, p. 62).

Com base nos indicadores apresentados na tabela, pode-se deduzir que:

- a) o sul do Líbano e Bekaa eram, de longe, as regiões mais pobres e menos desenvolvidas do país;
- b) os muçulmanos estavam em pior situação do que os cristãos;
- c) entre os muçulmanos, os xiitas ocupavam o fundo da escala socioeconômica.

Essa conjuntura induziu um massivo processo de emigração ultramarina de famílias xiitas que aspiravam a uma maior renda financeira no exterior e se deslocaram, em especial, para a África Ocidental, a Península Arábica e o continente americano, fenômeno semelhante ao êxodo das famílias interioranas para Beirute. Essa numerosa comunidade ultramarina fomentou uma burguesia xiita no Líbano, que assumiu de forma paralela ao Estado o gerenciamento social e econômico de cidades e aldeias do sul e do Bekaa (Halawi, 1992, p. 68-74).

Em suma, o Supremo Conselho, sob forte influência de Musa Al-Sadr, desempenhou um importante papel no âmbito institucional, com a promoção dos direitos e das aspirações xiitas no cenário político libanês, pautando debates no parlamento e influenciando a distribuição do Orçamento-Geral do governo, e também no âmbito intraxiita, pois, ao mesmo tempo em que conseguiu mobilizar e integrar politicamente os xiitas libaneses, que, há muito, experimentavam a desunião, também conseguiu enfraquecer e alienar a influência de líderes feudais, que gozavam de um monopólio político em seus territórios.

Em torno de Al-Sadr, havia uma constelação de clérigos que participaram ativamente dos grandes debates da comunidade xiita, especialmente no âmbito do Supremo Conselho. Muitos deles ganharam notoriedade frente à comunidade por extrapolar sua atuação estritamente religiosa, como o Imam Mohamad Mahdi Shams Al-Din e o Imam Abd Al-Amir Qabalan, que estiveram diretamente envolvidos no levante social da década de 1960, desempenhando um importante papel no estabelecimento e na difusão do pensamento teológico e político xiita libanês contemporâneo. Além disso, serviram como fontes e referência de saber para muitos combatentes da comunidade, sobretudo do Amal e sucederam a Musa Al-Sadr na presidência do Supremo Conselho: enquanto Shams Al-Din presidiu-o de 1975 até 2000, o Sheikh Qabalan assumiu a presidência em 2000 e permaneceu até falecer, em 2021.

5.3 EXIGINDO JUSTIÇA: O NASCIMENTO DO MOVIMENTO DOS DESERDADOS

No comício de março de 1974, Imam Musa lançou seu popular movimento de massas, o *Harakat Al-Mahrumin* (Movimento dos Deserdados). O clérigo prometeu lutar incansavelmente até que as necessidades de segurança e as queixas sociais dos desfavorecidos (na prática, dos xiitas) fossem atendidas, caso contrário, “os refugiados (do Sul) ocupariam as mansões e os palácios em Beirute” (Ajami, 1986, p. 124). Musa Al-Sadr, articulador desse movimento, mobilizou cerca de 200 lideranças inter-religiosas para forjar a mais ampla coalizão multiclasse possível. A razão máxima era provocar reformas governamentais que corrigissem as estruturas de disparidades e negligência que conspiravam contra os xiitas e perpetuavam a posição dessa comunidade na base da escala socioeconômica libanesa. É possível qualificar esse movimento social como reformista e nacionalista, longe de atribuições radicais. Ao enfatizar uma missão nacional mais ampla, transcendeu uma orientação estritamente xiita. A demanda por maior proteção do sul do Líbano contra os ataques israelenses e o apoio à causa palestina não eram apelos exclusivo dos xiitas; entretanto, eram os mais comprometidos e engajados em uma reforma (Halawi, 1992, p. 155-156).

Comunga-se, aqui, da reflexão de Robert Fisk (2001), segundo quem a denominação “Movimento dos Deserdados” não foi acaso ou coincidência. A ansiedade coletiva dos milhares de indivíduos representados pelo clérigo decorre de

um sintoma de profundo medo e desalento, “que tinha as suas raízes no isolamento do xiismo no Líbano, em sua tradicional exclusão do poder político real no país, em sua incapacidade de melhorar as condições sob as quais seu povo vivia na cansada terra do sul” (Fisk, 2001, p. 1047, tradução própria).

A situação dos xiitas exigia uma demonstração de poder, uma linguagem de agitação e afirmação e uma posição política mais assertiva, e ninguém era mais capaz que Musa Al-Sadr para articular esse processo. O clérigo conduziu sua comunidade rumo a uma postura política, mais assertiva, ao explorar a conexão entre a vontade divina, a ética pública e a política, unindo assim aspectos espirituais e mundanos. Na década de 1970, a retórica da luta social tornou-se cada vez mais simbólica, com referências religiosas e doutrinárias, marcando uma nova fase para o movimento social e político xiita libanês. Al-Sadr usou os mitos xiitas como ferramentas para a ação, renovando e redefinindo a função política dos ideais e valores xiitas, que se conjugavam com a orientação carismática do Imam (Halawi, 1992, p. 165).

Preocupado com os intensos subsídios que seus concorrentes internos recebiam de patrocinadores externos, Musa Al-Sadr dirigiu-se a Damasco e encontrou pessoalmente o presidente sírio, Hafez Al-Assad, em 1973, para concretizar um acordo político e reforçar sua mobilização no Líbano (Olmert, 2019, p. 189-201). Na oportunidade, a pedido de Al-Assad, o clérigo emitiu uma *fatwa* (decreto religioso) que reconheceu os islâmicos alauítas como uma corrente do xiismo. Os alauítas eram constantemente acusados de paganismo, principalmente pela Irmandade Muçulmana, maiores oponentes do movimento secularista do Baath sírio. Além da ferrenha oposição de movimentos sunitas conservadores, outra questão legal era a de que o presidente sírio precisava ser muçulmano (Louër, 2008, p. 197).

O clérigo Abbas Al-Musawi, Secretário-Geral do *Hezbollah* entre 1984 e 1992, reconhece a liderança popular de Musa Al-Sadr e sua disposição destemida frente às autoridades centrais:

Imam Musa al-Sadr, quando esteve no Líbano, foi o primeiro a anunciar um confronto com a autoridade libanesa. Antes dele, ninguém declarou um confronto público e popular, então as massas se reuniram no Bekaa e na cidade de Tiro, todos cantando, atrás do Imam, os direitos dos oprimidos e confrontando a injustiça e a arrogância do Líbano. (Al-Musawi, 1987, tradução própria).

O fenômeno da politização e do ativismo social xiita foi percebido em outros coletivos paralelos ao de Al-Sadr. O protagonismo de Imam Musa gerou uma onda de descontentamento entre as lideranças tradicionais xiitas (*zu'ama*), e a agenda reformista e emancipatória foi considerada uma ameaça direta às redes de dependência e influência das famílias tradicionais de Jabal Amil, como no caso do Za'im Kamel Al-Asaad, opositor ferrenho de Al-Sadr (Siklawi, 2014, p. 286). De fato, o movimento popular de Al-Sadr minou significativamente as redes de influência dos *zua'ama* e abriu espaço para a ascensão de diferentes lideranças e movimentos sociais na comunidade (Norton, 1987, p. 46-47).

Em seus discursos e sermões públicos, Musa Al-Sadr evocava constantemente episódios da história xiita considerados injustos e humilhantes, fosse pelas mãos de uma maioria ou de quem estivesse no poder, com o objetivo de estimular sua comunidade a uma maior ação, pois, segundo ele, todo homem religioso deveria ser político, dado que é seu dever defender desprivilegiados. Imam Hussein foi descrito por Al-Sadr como um homem que se levantou contra forças maiores para combater um sistema corrupto, quando um grande sacrifício foi necessário (referindo-se à batalha de Karbala). Ele colocou sua família, suas forças e até mesmo sua vida na balança contra a tirania e a corrupção, com o propósito de transmitir uma mensagem às gerações futuras, deixando um impacto significativo na tradição xiita. Ainda é habitual observarem-se lideranças clericais relacionarem episódios epopéicos da história xiita aos problemas sociais contemporâneos do Líbano. Karbala deixou uma marca permanente no pensamento e na tradição xiita e continua sendo “o motivo primordial” na consciência e no discurso revolucionários xiitas:

Karbala transcende as fronteiras convencionais de tempo, geografia e domínio. Representa “a eterna dialética humana entre o bem e o mal, entre a nobreza e a baixeza, entre a conveniência política e o idealismo moral, entre o *ethos* tribal e a consciência racional que aspira à formação de uma ummah integrada, entre o homem mercenário e o homem de princípios”. (Halawi, 1992, p. 166, tradução própria).

Com efeito, o trauma da morte do terceiro Imam, Hussein, em 680, moldou a memória coletiva da comunidade xiita, dando ao grupo um passado comum manifesto que os distingue, de forma clara, de uma grande maioria. A retórica xiita empanha-se para manter a viva a revolução na consciência pública: “Trouxe o tempo mítico para o presente... e levou à internalização do martírio de Hussein pelas massas,

resignificando a morte e a derrota e convertendo a passividade, a submissão e a rendição em um impulso para a ação” (Al-Sadr *apud* Halawi, 1992, p. 178). Na perspectiva de Al-Sadr, a sociedade xiita libanesa, antes de sua emancipação, era manipulada por diferentes causas do espectro político, exceto a sua própria. Al-Sadr reiterava que sua comunidade necessitava de “uma dose de sua própria história religiosa” para que florescesse um orgulho de seus próprios triunfos e a coragem de agir em seu próprio interesse (Halawi, 1992, p. 178).

As histórias de Imam Hussein são repetidamente apropriadas e adaptadas para, simbolicamente, representarem diferentes momentos de crise, como no drama palestino. O histórico embate dos xiitas contra os omíadas foi readaptado para a conjuntura da fronteira sul do Líbano, tornando-se uma linguagem para sua própria visão social. Nessa visão, Imam Hussein tornou-se a Palestina, e Yazid, uma representação do fenômeno sionista. A vitória israelense, como a de Yazid, previu ser temporária, fadada ao fracasso sob o peso combinado de erro, justiça e engano (Halawi, 1992, p. 173).

Musa Al-Sadr divide em quatro categorias os “homens que vivem numa sociedade que não satisfaz suas aspirações”: o primeiro grupo são aqueles que se submetem ao *status quo*, conformam-se e tornam-se pilares daquela sociedade; o segundo grupo rejeita a realidade e emigra; o terceiro grupo tenta mudar a realidade da sociedade, recorrendo a ideologias externas; e, por fim, o quarto grupo também busca a mudança, mas com o dinamismo ideológico de sua própria matriz cultural (Halawi, 1992, p. 175).

Já Sayed Musa dissertou sobre os três grupos de inimigos que a manifestação de Imam Hussein enfrentou: os primeiros são aqueles que o mataram em Karbala e cuja ação, embora tivesse assassinado seu corpo físico, transformou seu martírio em algo eterno e duradouro. O segundo grupo compõe-se dos que, nos séculos seguintes a Karbala, tentaram apagar todas as evidências da existência do Imam, destruindo sua tumba, queimando a terra onde foi enterrado e inundando seu santuário, da mesma forma que os otomanos proibiram qualquer lembrança do ritual de Karbala. O clérigo compreende a estratégia desse segundo grupo, de apagar o martírio de Hussein, ainda mais perigosa do que a primeira. Por sua vez, o terceiro grupo de inimigos são aqueles que tentam distorcer a imagem de Imam Hussein e reduzir sua memória a lágrimas e lamentações. Essa é considerada pelo clérigo a campanha mais

perigosa, pois despojou a memória do martírio de Hussein de seu conteúdo reformista e ativista (Halawi, 1992, p. 179).

5.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Com base em uma revisão histórica do século XX, com o enfoque nos episódios de mobilização social e política da comunidade xiita, é pertinente sublinhar o papel central de mobilização e catalização que proeminentes clérigos xiitas assumiram no progresso social, político e econômico daquela comunidade. Em consonância com a análise de Saad-Ghorayeb (2003, p. 278), considera-se improvável a hipótese de que a herança cultural xiita, por si só, teria força para aglutinar a comunidade e apontar questões elementares que deveriam ser objetivo de questionamento.

A ascensão das lideranças ativistas consumou uma conjunção de fenômenos-chave que produziram o cenário atual. Por exemplo, na ausência de qualquer privação socioeconômica, o *status* histórico de reveses dos xiitas poderia não ter ressurgido e não teria contribuído para a solidariedade intracomunal; sem a marginalização e a alienação política, provavelmente não haveria um vácuo político para preencher, e as lideranças políticas religiosas não encontrariam espaço para ascender; por fim, se não houvesse a invasão e os ataques israelenses e outras intervenções externas, é plausível que os movimentos de protesto e de resistência teriam tido uma adesão mais vagarosa.

Imam Musa Al-Sadr, como uma brisa ardente, acendeu a chama da comunidade xiita, demandou seu reconhecimento como entidade islâmica separada e buscou ativamente melhorias socioeconômicas. A liderança de Al-Sadr estruturou e guiou a metamorfose psíquica e política da comunidade xiita de uma sociedade passiva para uma classe crítica e ativista. Al-Sadr envolveu-se diretamente na concepção de entidades e movimentos em prol das comunidades xiitas, em especial provocando uma transformação sem precedentes na representação política dessa comunidade. Sua liderança foi fundamental na orquestração de mudanças significativas, redefinindo os paradigmas políticos previamente estabelecidos e proporcionando uma nova narrativa ao cenário político xiita. Entre os produtos dessa mobilização, destacam-se o Supremo Conselho, o Conselho para o Sul e o Movimento dos Deserdados, além de seu empenho no campo político e diplomático, que permeava o legislativo, o executivo, chefes de Estados e lideranças religiosas locais.

A perspectiva política de Al-Sadr era comprometida com o libanismo e transcendia todas as comunidades religiosas; entretanto, denunciou e combateu incansavelmente o sectarismo e a omissão do Estado, defendendo o desenvolvimento social do Sul e a defesa do território e demandando justiça na distribuição do orçamento público.

De forma recorrente, Musa Al-Sadr instrumentalizou politicamente sua identidade religiosa em suas declarações e discursos públicos, especialmente em relação aos traumas coletivos históricos que moldaram a memória xiita. O clérigo utilizou a retórica xiita para revitalizar a consciência pública, reinterpretação o martírio de Hussein como um impulso para a ação e rompendo com a passividade anterior da comunidade. A narrativa de Imam Hussein foi adaptada simbolicamente por Al-Sadr em diferentes contextos de crise, como no conflito palestino, representando a resistência contra adversidades. Dessa forma, Musa Al-Sadr fundamentou sua mobilização na conscientização identitária e religiosa, reimaginando elementos históricos como instrumentos de resistência e *empowerment* para a comunidade xiita.

6 ARMAS DA DESIGUALDADE: A METAMORFOSE DO MOVIMENTO DOS DESERDADOS

O que o governo espera, o que ele espera senão raiva e revolução?
(Al-Sadr, 1974).

O presente capítulo explorará o processo, desencadeado na década de 1970, de reestruturação do movimento social xiita de protesto (Movimento dos Deserdados) no primeiro grande movimento militarizado no contexto social e político xiita libanês. Desalentado e inseguro com a conjuntura política, social e securitária libanesa, Musa Al-Sadr desempenhou papel central na formação do *Afwaj Al-Muqawama Al-Lubnaniya*, o Movimento Amal, braço armado do Movimento dos Deserdados. Para mais, abordar-se-á com maior profundidade o forte impacto do êxodo de refugiados palestinos, dos *fiday`iun* e, posteriormente, da invasão e ocupação israelense de 1978 no cotidiano de Jabal Amil.

O clérigo xiita compreendia que a conjuntura libanesa dos anos 1970 não possibilitava manter o poder político sem o poderio militar e que, em um ambiente violento, as armas eram uma necessidade existencial para a sobrevivência da comunidade (Azani, 2011, p. 55). O sentimento de lealdade é tão forte nesses grupos que seus membros estão preparados para sacrificar seus interesses particulares e, em casos mais extremos, suas próprias vidas. Tanto os líderes como seus seguidores podem ficar extremamente motivados em locais que ostentam importantes diferenças econômicas, sociais, políticas entre grupos socialmente distintos (Stewart, 2016, p. 12).

6.1 A MILITARIZAÇÃO COMO RESPOSTA À NEGLIGÊNCIA GOVERNAMENTAL

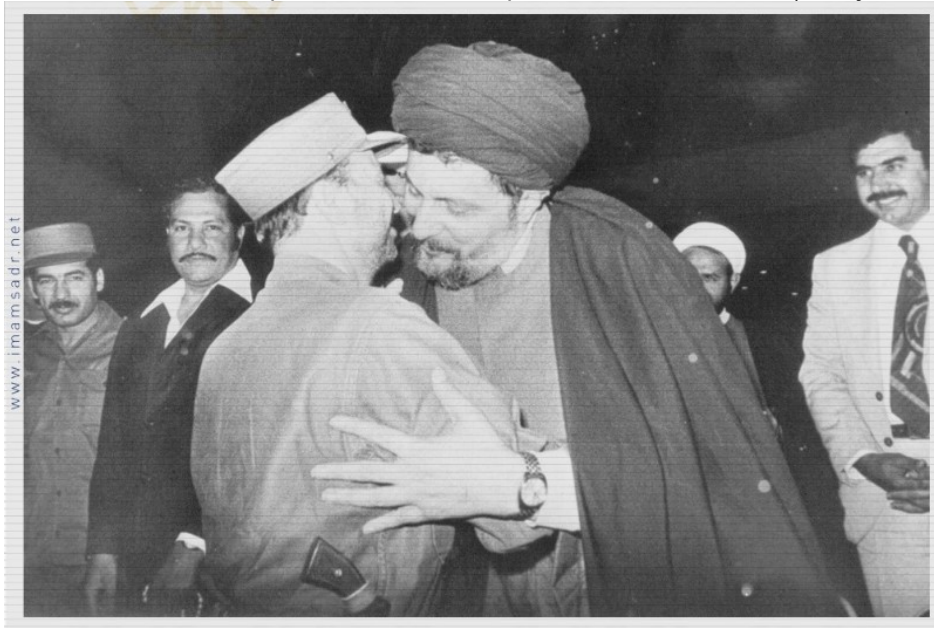
Em paralelo às agressões militares israelenses no Sul, a livre operação dos grupos palestinos no território libanês instigou o surgimento de inúmeros grupos militarizados, centrados na comunidade cristã libanesa. Para além das Forças Regulares do *Kataeb*, que já operavam desde 1961, o movimento *Al-Tanzim*, por exemplo, foi fundado em 1969 por ativistas cristãos conservadores dissidentes do *Kataeb*, que buscavam uma abordagem ainda mais militarista para combater a presença física de grupos palestinos no Líbano e o aumento da influência da Liga Árabe sobre o país. Outras expressões paramilitares manifestaram-se no campo

cristão, como o “Exército de Libertação de Zgharta” (1967), a “Milícia Tigres” (1968), “Os Guardiões dos Cedros” (1970), o Exército do Sul do Líbano (1977) e a maior expressão militar entre os cristãos libaneses, a organização guarda-chuva “Forças Libanesas” (1976). As Forças Libanesas constituem-se a partir da necessidade de operar militarmente, de forma coordenada, na campanha do “Cercos de Tal Al-Za'atar”, campo de refugiados palestinos que se localizava em Dekwaneh, subúrbio ao norte de Beirute, predominantemente cristão (Snider, 1984 p. 5).

Em julho de 1975, é comunicada oficialmente à sociedade xiita e libanesa a formação de uma ala armada sob a estrutura guarda-chuva do Movimento dos Deserdados, a *Afwaj al-Muqawama al-Lubnaniya* (Destacamentos da Resistência Libanesa), popularmente conhecida pela sigla AMAL (esperança). Inicialmente, esse destacamento recebeu capacitação e treinamentos militares promovidos pelos palestinos do Fatah, refugiados em solo libanês (Norton; Binder, 1987, p. 48):

Yasser Arafat foi várias vezes aos centros de treinamento durante a cerimônia de formatura de nossos irmãos e membros e lá fez um discurso. Havia alguns treinadores e comandantes palestinos que contratamos nos primeiros dias para realizar a tarefa de treinar e qualificar nosso pessoal, em nossos centros de treinamento. (Chamran, 2018, tradução própria).

Figura 11 - Musa Al-Sadr cumprimentando o líder palestino Yasser Arafat (6 de junho de 1975)



Fonte: Centro Imam Musa Al-Sadr de Pesquisa e Estudos (2023).

O discurso proferido por Musa Al-Sadr na cidade de Baalbak, em 17 de março de 1974, é considerado um ponto divisor nos posicionamentos públicos do clérigo.

Diante de um público estimado em 75.000 pessoas, muitas delas armadas, ele criticou energicamente o governo por ignorar as necessidades mais básicas de seu povo. O momento foi bem sintetizado em sua pergunta retórica: “O que o governo espera, o que ele espera senão raiva e revolução?” (Al-Sadr, 1974).

Olhe para Al-Ghobairi¹ e veja o bairro sem luz ou urbanização. E se passarmos em outra área, veremos o contrário. Durante quatro anos, o estado gastou 984 milhões de libras em projetos de construção. Gastar 984 milhões de libras em quatro anos e não gastar um milhão em Baalbek, o que aconteceu com Baalbek-Hermel? (Al-Sadr, 1974, tradução própria).

Indignado, ele observa que a cidade de Baalbak, com cerca de 10.000 habitantes, tinha apenas uma escola pública, datada do período colonial. Outras indagações relacionam-se ao desenvolvimento e à conservação dos recursos hídricos; aos milhares de xiitas privados de documentos de identidade nacionais e, portanto, do acesso a serviços do governo (e mesmo de voto); e à negligência do exército na defesa do sul. É nesse evento que ele profere sua famosa frase “As armas são um adorno dos homens” e pede aos presentes que se unam para alcançar os direitos de sua comunidade ou confrontar o martírio na investida (Norton, 1987, p. 47).

Figura 12 - Visita do Imam Musa Al-Sadr a um acampamento militar do AMAL



Fonte: Instituto Imam Sadr (2024).

Para Ruhollah Khomeini, líder espiritual da Revolução Islâmica de 1979, as operações de martírio constituem o mais alto nível de autossacrifício em prol da religião. O sociólogo Ali Shariati descreve o mártir (*shahid*) como o “coração da

¹ Município componente do subúrbio de Beirute e predominantemente xiita.

história”, pois é o coração que fornece sangue e a vida aos casos sanguíneos do corpo. Semelhante ao órgão, o *shahid* envia seu próprio sangue para o corpo de uma sociedade lesada, cujos filhos perderam a fé em si mesmos, filhos que se aproximam lentamente da morte e que aceitaram a submissão (Taliqani; Mutahhari; Shariati, 1986, p. 248). A morte de um mártir é, muitas vezes, descrita como o “casamento do mártir” (em referência a uma ocasião de alegria e celebração). Outra expressão muito popular é a de que o mártir senta-se ao lado de Deus, no Céu. A existência de um mártir na família é motivo de orgulho para a família e de gratidão por parte da comunidade (Antoun, 2008, p. 101).

Considerando o sucesso e o impacto político do Festival de Baalbak, o líder dos desprovidos organizou um segundo festival, no coração de Jabal Amil, na cidade de Tiro, em 5 de maio de 1974, com o intuito de intensificar a pressão sobre o Estado, visto que suas “esperanças até agora foram frustradas” e que eles não encontravam “nada além de desilusão, ceticismo e constrangimento” (Al-Sadr, 1974, tradução própria).

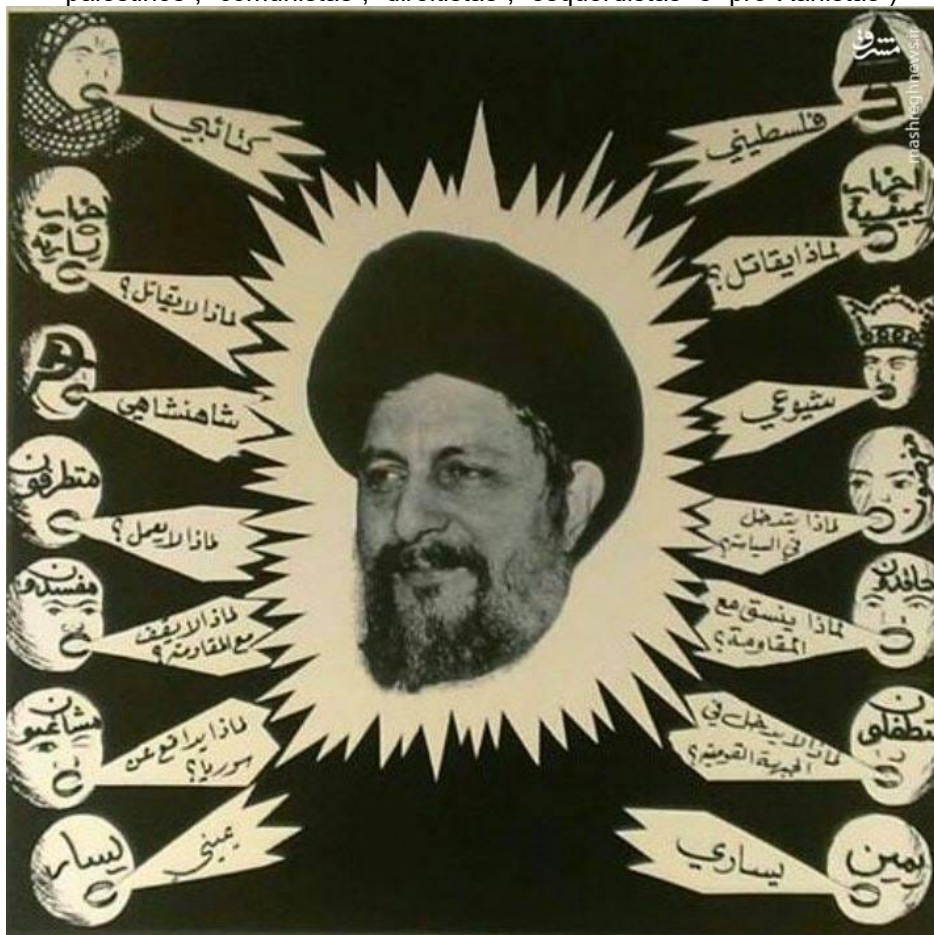
A capacidade de mobilização dos atos públicos de Al-Sadr estava sendo monitorada com receio pelas autoridades centrais. Mustafa Chamran, conselheiro intelectual do clérigo libanês, acusa diretamente as autoridades governamentais locais de executarem artimanhas para impedir a chegada de simpatizantes do clérigo a Tiro para integrarem a mobilização:

As forças de segurança e o exército libanês colocaram pregos em algumas estradas para impedir a chegada dos participantes que vêm de ônibus e carros para participar do movimento. Chamran... trouxe um trator agrícola e colocou um grupo de ramos de árvore à sua frente, de forma a que ficasse como uma vassoura para limpar as ruas (Chamran, 2018, tradução própria).

Traboulsi (2012) registra alguns importantes indicadores sociais de 1975, que antecedem a grande Guerra Civil Libanesa e comprovam a persistência das disparidades sociais do território libanês. Beirute e o Monte Líbano sediavam 64% das instituições privadas de ensino primário e complementar, além de 73% das instituições do ensino secundário e de 100% das universidades. Em relação aos profissionais da medicina, 65% de todos os médicos viviam e trabalhavam em Beirute, que representava 27% do total da população libanesa; 5,5% estavam no Sul para cerca de 18% da população; e apenas 3% no Bekaa, onde viviam importantes 13% dos libaneses (Traboulsi, 2012, p. 162).

Após os conflitos sangrentos na Jordânia, milhares de guerrilheiros palestinos deslocaram-se ao Líbano a partir de 1970. A chegada dos coletivos palestinos e o deslocamento dos embates para o sul do Líbano aprofundaram os já existentes problemas sociais e econômicos da comunidade xiita, em especial, devido à rápida deterioração do ambiente de segurança no sul. De fato, o Fatah treinou os combatentes de Musa Al-Sadr e forneceu-lhes material bélico. Tanto o Amal quanto o Fatah buscavam ampliar ao máximo suas redes de cooperação naquele período. A aliança com os palestinos foi uma oportunidade estratégica de capacitar-se militarmente e de habilitar-se para assumir o comando de áreas xiitas do Sul, controladas, desde a metade da década de 1960, por movimentos da Organização de Libertação da Palestina (OLP). Entretanto, a complexa conjuntura da Guerra Civil Libanesa levou o AMAL a uma nova reorientação, que alterou sua dinâmica de cooperação e alianças. Um fato irônico que Rami Siklawi (2012, p. 8) percebe é que, apesar de o Fatah e seus correligionários palestinos participarem da capacitação do AMAL, os palestinos perdem parte de seus simpatizantes xiitas para o próprio AMAL, principalmente em vilarejos de Jabal Amil, que tentavam viver no meio dos projéteis israelenses e palestinos.

Figura 13 - Cartaz retratando acusações a Musa al-Sadr por concorrentes e inimigos (“kata’ibistas”, “palestinos”, “comunistas”, “direitistas”, “esquerdistas” e “pró-Xahistas”)



Fonte: Mashregh News, 2017.

Um dos componentes mais interessantes da carta do movimento é seu posicionamento explícito contra o sectarismo político, apesar de ter sido concebido pelo proeminente clérigo Musa Al-Sadr. Outro ponto ainda mais ousado é reclamar a “separação entre religião e sectarismo” como estratégia para minar as lideranças xiitas tradicionais e sua representação na política libanesa. No campo econômico, a carta do movimento lamenta a ausência de fábricas e indústrias produtivas como um todo e pede aos governantes um plano de desenvolvimento subsidiado pelos “irmãos árabes” do Golfo, especialmente, pois é descabido elevar o nível dos desfavorecidos às custas daqueles que estão satisfeitos com o que têm (Deeb, 1988, p. 691). Se há um ponto consistente no programa político do Movimento AMAL é seu compromisso com o Líbano como pátria definitiva, um claro posicionamento que distingue o AMAL de boa parte de seus concorrentes xiitas que percebem o Líbano como constituinte da Grande Ummah Islâmica (Deeb, 1988, p. 72).

Até o ano de 1975, o AMAL era formado por, no máximo, 800 combatentes, a grande maioria de voluntários (Siklawi, 2012, p. 8). Sob uma análise pragmática, a invasão israelense de 1978, conhecida como “Operação Litani”, induziu importantes transformações no movimento xiita. Foi o período em que o AMAL mais expandiu sua rede de combatentes, de poderio militar e de apoio popular. A ocupação israelense do Sul restringiu profundamente a liberdade de atuação dos movimentos palestinos, abrindo margem para que o AMAL reforçasse ainda mais sua presença em Jabal Amil. O sucesso das incursões militares israelenses em desmobilizar a resistência palestina motivou seus membros xiitas a buscarem um novo grupo ou uma organização de autodefesa que tivesse a capacidade de protegê-los.

A organização descentralizada do movimento AMAL reflete a distribuição geográfica fragmentada dos xiitas libaneses dispersos em três regiões principais: sul, Bekaa e Beirute, em especial nos subúrbios da capital. Essas três regiões são cortadas por áreas não xiitas, fator geográfico que gerou três diferentes dinâmicas políticas no AMAL, em que alguns líderes regionais são mais poderosos em seus domínios do que o próprio líder nacional Berri e seu vice, Akif Haidar. Esse foi o caso do mais popular comandante militar do AMAL em Jabal Amil, Daud Daud, que exercia suas atividades em Tiro com uma grande autonomia do diretório central (Deeb, 2016, p. 688).

Norton e Binder (1987) chamam à atenção ao fato de que, na região sul, considerada a fortaleza do AMAL, o número real de membros filiados era incrivelmente menor frente ao número de simpatizantes. Em vilarejos xiitas que superavam o número de 3.000 habitantes, não mais de 100 eram membros oficialmente filiados. Por outro lado, cada um desses vilarejos era considerado um pilar do AMAL, e era comum encontrarem-se as ruas repletas de cartazes retratando o Imam Musa Al-Sadr e os lemas do AMAL.

É preciso interpretar o AMAL em seu significado mais amplo, como uma declaração política à qual os xiitas se afiliaram idealmente, mas nem sempre oficialmente. Para muitos sulistas, o nome do movimento era simplesmente um sinônimo de qualquer atividade coletiva de autodefesa realizada na aldeia (Norton; Binder, 1987, p. 63). O movimento era muito amplo, contando com xiitas carentes e frustrados com a conjuntura, que buscaram no AMAL uma plataforma para satisfazer a suas demandas. Enquanto as lideranças do movimento defendiam energicamente a reestruturação do sistema político libanês, os objetivos fundamentais dos aldeões

eram em problemas locais diretamente vinculados à sua segurança física (Norton; Binder, 1987 p. 60-61).

Norton e Binder (1987, p. 65) reconhecem que, até 1982, o AMAL operava em duas agendas complementares, uma implícita e não reconhecida e uma explícita e reconhecida formalmente. A agenda explícita é aquela publicada em seu manifesto denominado “Carta do Movimento AMAL”, enquanto a agenda implícita objetivava negar o acesso dos *fidaiyin* à comunidade xiita, isolando os membros de sua comunidade das estratégias de cooptação dos movimentos palestinos. A desconfiança e o receio sempre estiveram vivos na relação do AMAL com os grupos da OLP. De fato, muitos amilis perceberam a presença dos combatentes palestinos como um convite para ataques israelenses, e, para mais, a presença desses guerrilheiros no Sul frequentemente resultava em expropriação de terras agrícolas, propriedades comunais e privadas, além da constante exposição e intimidação. O povo amili havia perdido a paciência, e, a cada episódio de violência ou opressão, fortalecia o apelo por um movimento comunitário que assegurasse a salvaguarda de agricultores, operários e estudantes. Pesquisadores não familiarizados com a conjuntura libanesa tendem a perceber o AMAL como uma simples organização paramilitar xiita que estava desafiando os outros grupos paramilitares da cena libanesa. Entretanto, tal entendimento subestima o significado profundo do movimento. A despeito de sua atenção imediata ter sido pautada pela insegurança desenfreada que assolava o território libanês, é um erro presumir que o movimento seja essencialmente uma milícia. O AMAL é, de certa forma, o sucessor político e social do Movimento dos Deserdados, instituído por Al-Sadr. Começou como um movimento social de protesto, voltado à reforma, e assim permanece (Norton; Binder, 1987, p. 65-72).

Em consonância com sua comunidade, a base do AMAL era e ainda é, geograficamente diversa e dispersa, fator que, desde sempre, dificultou a concentração, tanto do poder militar como do poder político coercitivo. Assim, o movimento geralmente estava em desvantagem e menos mobilizado, se comparado ao de seus adversários. Com base em suas especificidades, principalmente em Jabal Amil, o AMAL foi orientado defensivamente, ao menos até 1981. Um importante desafio para os guerrilheiros do AMAL era o de que muitos dos principais líderes buscavam a subsistência, o atendimento a suas necessidades mais básicas, como a alimentação. Outro desafio era a segurança pessoal dos membros, pois muitos viviam

em vilarejos do Sul adjacentes a posições militares comandadas pela OLP (Norton; Binder, 1987, p. 62). Marius Deeb argumenta que, apesar do potencial do movimento no final da década de 1970, foi só no início dos anos de 1980 que o AMAL consolidou-se como uma força política e militar nacionalmente reconhecida (Deeb, 1988, p. 685).

Corroborando Azani (2006, p. 55), o irrompimento do conflito civil de 1975 foi a prova soberana da necessidade do Movimento Amal. Cerca de um ano após o início do conflito, os xiitas da capital experienciaram um dos episódios mais traumáticos de sua história recente. Milícias cristãs forçaram os residentes do bairro Al-Nabaa a evacuar a área, sem qualquer chance de contestação ou resistência. Além do sentimento de humilhação, este episódio integrou o rol de experiências traumáticas na consciência coletiva dos xiitas libaneses. A inexistência de uma força militar protetora foi apontada pela comunidade como uma das causas que propiciaram este evento. Este foi um duro golpe para a liderança social e política de Musa Al-Sadr, cujos críticos o responsabilizaram por sua passividade. Azani relaciona diretamente este evento com a concepção da influente obra de Fadlallah “O Islã e a Lógica da Força” (*Islam Wa Mantek Al Kouwa*) onde o sheikh Fadlallah reflete sobre o direito à autodefesa e à resistência contra a opressão.

Em março de 1978, Israel avança sobre o sul do Líbano em uma operação de grande escala, sob o pretexto de destruir as bases da OLP e ampliar a zona-tampão na fronteira israelense-libanesa. O episódio ficou conhecido como “Operação Litani” e marcou um endurecimento da postura israelense em relação às organizações palestinas e outros movimentos islâmicos e arabistas no Líbano. A invasão teve um impacto traumático na comunidade xiita amili, que lidou com uma ocupação direta do exército israelense e sofreu com a destruição completa de alguns de seus vilarejos.

Não havia ambientes seguros para os amilis na década de 1970; eles poderiam ser atingidos militarmente por pelo menos seis atores diferentes: israelenses, palestinos, sírios, Exército do Sul do Líbano (ESL) ou qualquer outra milícia cristã, Forças Interinas das Nações Unidas no Líbano (FINUL/UNIFIL) e, Exército Libanês (Khalaf, 2002, p. 242). Foi essa população que suportou o peso da guerra.

6.2 MUSTAFA CHAMRAN

Em geral, líderes intelectuais têm a capacidade de arquitetar e catalisar coletivos e movimentos sociais. Esses indivíduos inspiram seus partidários, articulam estratégias complexas e defendem com rigor valores e normas. Um líder ativo viabiliza a coesão, a educação e uma duradoura influência nas discussões sociais e políticas de uma determinada sociedade. Líderes nem sempre estão em púlpitos e palcos; alguns acreditam que podem ser mais eficazes concentrando-se em tarefas críticas, tomada de decisões e apoio à equipe, sem a necessidade de estarem na linha de frente. Esse foi o caso do *Shahid* (Mártir) Mustafa Chamran.

O líder revolucionário Ruhollah Musavi Khomeini descreveu Mustafa Chamran como um “orgulhoso comandante do Islã” que “criou epopeias nas frentes contra a falsidade” (Peterson, 2010, p. 607). O líder militar Mustafa Chamran foi o primeiro Ministro de Defesa do Irã pós-revolução (1979-1980); ademais, recebeu grande destaque na concepção e na organização de cursos de treinamento militar e educação para os quadros da Guarda Revolucionária. Chamran é caracterizado como um dos mais proeminentes intelectuais da geração revolucionária, seja no campo científico, político ou militar.

Chamran nasceu no ano 1933, na cidade iraniana de Qom. Destacou-se, desde jovem, na organização de movimentos estudantis e de atos contra o Xá Mohammad Reza Pahlavi, ex-governante iraniano, em especial frente à “União Islâmica de Estudantes na América”, enquanto estudava nos Estados Unidos. Após finalizar seu doutorado em Engenharia Elétrica na Universidade da Califórnia, em Berkeley, Chamran mudou-se para Cuba, com o objetivo de receber treinamento militar. Posteriormente, no final de 1963, foi para o Egito, onde se especializou em estratégia e combate de guerrilha, projetando os futuros embates militares contra as forças do Xá. No campo ideológico, Chamran observava com preocupação o fortalecimento de movimentos socialistas e nacionalistas entre as populações árabes, por considerar que tais fenômenos instigavam rivalidades e concorrência entre os filhos na Nação Islâmica. De fato, a ascensão de movimentos nacionalistas no século XX engendrou a fragmentação do Mundo Árabe como a do Oriente Médio (Dar Al-Welayah, 2023).

A convite de Musa Al-Sadr, Chamran parte para o Líbano em 1971, com o objetivo de apoiar a coordenação política e dos programas sociais do Movimento dos

Deserdados. Posteriormente, acabara por assumir, com certo protagonismo, o adestramento dos combatentes do recém-criado AMAL:

Eu estava vivendo uma vida próspera na América e tinha todos os tipos de oportunidades, mas me divorciei três vezes e fui para o sul do Líbano para poder viver entre os necessitados e oprimidos, experimentar sua pobreza e privação e abrir meu coração para receber a dor e as preocupações dessas pessoas miseráveis. Queria estar sempre diante do perigo de morte sob as bombas israelenses, tendo como único prazer chorar enquanto emitia meus gemidos ardentes para o céu, no silêncio e na escuridão da noite. Já que não consigo estender uma mão amiga a essas pessoas oprimidas e esmagadas, posso consolá-las, vivendo entre elas como elas vivem, abrindo as portas do meu coração para receber sua dor e sua miséria. Eu não queria estar reunido nesta vida mundana com um grupo de privilegiados e injustos, não respirar sua atmosfera, não estar perto dos seus prazeres, e não lhes vender meu conhecimento e pensamento em troca de um punhado de dinheiro e de um momento de prazer da vida. (Dar Al-Welayah, 2023, p. 7, tradução própria).

Em um curto prazo, Chamran torna-se um dos amigos mais íntimos e fiéis de Al-Sadr: “Se alguém quiser saber algo sobre o Líbano e o Imam Musa Al-Sadr, eu seria a fonte mais bem informada para os interessados” (Chamran, 2018, tradução própria).

Figura 14 - Mustafa Chamran e Musa Al-Sadr em viagem a Moscou (União Soviética), em 1972.



Fonte: Nasser (2021).

Em território libanês, Chamran estabeleceu sua residência na capital política e histórica de Jabal Amil, Tiro. Próximo da fronteira sul, Chamran gerenciou a escola industrial de Jabal Amil, instituição escolar que abrigou muitos órfãos xiitas e que, mais tarde, forneceu importantes quadros, tanto para o Movimento dos Deserdados quanto para as fileiras da resistência militar contra a ocupação israelense:

Os jovens xiitas no Líbano estavam entre os melhores jovens, pois trabalhei com eles no eixo ideológico durante dois anos, uma atividade que resultou no estabelecimento do “Movimento dos Deserdados” mais tarde. Ou seja, esses jovens eram a espinha dorsal do Grande Movimento dos Deserdados. Vários movimentos organizaram grandes manifestações, incluindo as manifestações de Baalbek, de que participaram 75 mil jovens armados, bem como as manifestações na cidade de Tiro, de que participaram 150 mil homens armados, nas quais os xiitas libaneses juraram continuar o caminho da *jihad*, a fim de realizar seus direitos, roubados até a última gota de seu sangue. Esse é um dos exemplos de atividade política do movimento desfavorecido. Quando o conflito eclodiu no Líbano, e o cenário estava repleto de muçulmanos, vindos de todas as direções, e nenhuma comunidade religiosa podia fazer senão armar-se para sobreviver, o Movimento dos Deserdados formou um movimento militar chamado “Amal”, que, na verdade, era a ala militar do Movimento dos Deserdados. Havíamos selecionado os membros do Movimento Amal entre as pessoas mais qualificadas e religiosas, que se formaram no curso de preparação de quadros. Posso verdadeiramente dizer que os jovens do Movimento Amal foram os que mais aprenderam o verdadeiro Islã e projetaram sua *jihad* sob essa base. (Dar Al-Welayah, 2023, p. 7-8, tradução própria).

No livro de suas memórias, Chamran traz à tona um episódio simbólico de sua passagem pelo Líbano, que representa, fielmente, a dinâmica de recrutamento e a lógica de operação dos grupos militares em meio à guerra civil. De acordo com o relato, enquanto o AMAL, principal movimento xiita, sobrevivia no campo de batalha gerenciando de forma cautelosa seus escassos recursos militares, o Partido Comunista Libanês, com forte apoio de atores externos, forneceu de forma desenfreada material bélico para indivíduos dispostos a levantar armas naquele torturante contexto:

Na sede do Movimento dos Deserdados de lá [Beirute], um jovem xiita veio até nós e disse: Minha casa está em um lugar perigoso. Ele queria uma arma para proteger sua honra e defender seu pai e sua mãe, mas o movimento dos desvalidos era pobre e não tinha armas para empurrar contra nenhuma das pessoas. Não havia nenhum país atrás deles, defendendo-os. Qual era a liderança lá, até que sua resposta foi decepcionante, pois eles responderam a ele: Querido irmão, não temos armas para dar aos nossos contemporâneos, então como podemos dar armas a você? Depois disso, esse jovem foi imediatamente ao Partido Comunista, pois o escritório deles ficava a 20 metros de nós, e eles imediatamente deram a ele uma Kalashnikov e não perguntaram se ele havia sido treinado para lutar ou não, e o enviaram para as frentes de guerra mais difíceis, sombrias e perigosas da época. Na área

de Shiah, havia um eixo em nome da Rua Asaad Al-Asaad, onde nossos melhores lutadores foram martirizados. Infelizmente, mandaram esse jovem analfabeto, que não sabia usar sua arma, para esse eixo, e ele foi morto depois de cinco minutos ali...

[...] Esses partidos de esquerda recebem uma compensação de seus países afiliados por todas as mortes que caem em suas fileiras, todos os meses. Ou seja, o Partido Baath, por exemplo, se 200 pessoas fossem mortas neste mês, receberia uma indenização no valor de 20 milhões de libras libanesas, e se 300 pessoas fossem mortas, o valor de sua indenização aumentaria. (Chamran, 2018, tradução própria).

O relato acima expõe a trágica e real face da Guerra Civil Libanesa, um Estado colapsado, tomado por dezenas de movimentos militares, de diferentes vertentes ideológicas e capacidades, que tiraram proveito da miséria, do medo e do desalento de seus compatriotas para ocuparem suas fileiras. Outro ponto relevante, apontado por Chamran, é a denúncia de que Saddam Hussein, líder do Baath iraquiano, estaria financiando as atividades da esquerda libanesa. Saddam já despontava como o grande algoz dos movimentos islâmicos xiitas reformistas do Iraque e do Irã.

A partir da ocultação enigmática de Imam Musa Al-Sadr (1978) e do êxito do movimento revolucionário iraniano (1979), Chamran decide retornar para sua pátria após 23 anos de exílio e relata, lamentando, sua dolorosa experiência ao lado de seus irmãos xiitas libanesas:

Venho de Jabal Amil, cujos habitantes sofreram opressão ao longo de 1.400 anos da história do Islã. Sou o representante dos desfavorecidos e oprimidos do sul do Líbano, que estão queimando, todos os dias, com fogo de artilharia pesada e bombas de aviões israelenses. Venho de uma terra em que mais da metade está totalmente aniquilada... Eu sou o gemido doloroso dos órfãos que acordam de fome à meia-noite, sem uma mão misericordiosa para enxugar seus corações atribulados. Vivem sob o medo da escuridão e da solidão, sem encontrar um peito quente para se abrigar. Sou a aurora emergindo dos seios das viúvas em chamas, esvoaçando à direita e à esquerda com a brisa da magia, em busca de corações e consciências vivas (Chamran, 2018, tradução própria).

No Irã de Khomeini, Mostafa Chamran foi designado como ministro da defesa no governo interino de Mehdi Bazargan (1979), assumindo um papel de extrema importância durante o tenso período de transição política. Chamran permaneceu na pasta mesmo após a renúncia do governo interino de Barzagan, em 4 de novembro de 1979, evidenciando sua expertise na gestão militar. Após a eclosão da Guerra Irã-Iraque, em setembro de 1980, Chamran participou ativamente das operações no campo de batalha e recusava-se a abandonar o *front*. O líder sofreu vários ferimentos durante sua participação no conflito contra as tropas de Saddam e morreu em

combate, em 1981, em meio aos confrontos em Dehlaviyeh, na província do Khuzistão.

A morte de Mustafa Chamran abalou o mundo xiita. Sua inquietação e militância em prol das populações oprimidas, marginalizadas e desalentadas deixou um legado que continua a ecoar esperança e inspiração para aqueles que lutam por causas nobres, tornando-se um ícone para gerações subsequentes de jovens xiitas.

6.3 IDEOLOGIA POLÍTICA E DOUTRINA RELIGIOSA

Não há dúvidas sobre a natureza reformista do AMAL desde seus primeiros dias enquanto Movimento dos Deserdados. O primeiro princípio de sua Carta Aberta refere-se à crença do movimento em Deus e seu significado real, refletindo a forte influência clerical de seu ideólogo, Musa Al-Sadr. Em seguida, a carta expressa a importância do patrimônio cultural e histórico do Líbano e região como uma fonte de orgulho e inspiração para a identidade e participação civilizacional da região. Além disso, destaca o valor de aprender com experiências de todo o mundo, enquanto preserva a singularidade local, demonstrando um desejo de progresso e a crença na unidade e interação da humanidade como um todo. O terceiro ponto posiciona o movimento em defesa da liberdade total dos cidadãos e na luta contra várias formas de injustiça, incluindo a tirania, o feudalismo, o autoritarismo e a divisão dos cidadãos, referindo-se especificamente ao sistema político sectário libanês, que, considerado ineficaz e prejudicial ao desenvolvimento político, engessa as instituições nacionais e corrói a unidade e o patriotismo.

O quarto princípio denuncia as injustiças econômicas e suas raízes estruturais, como o monopólio (*al-ihthikar*), a exploração do trabalho humano, a usura (*al-riba*) e, ainda, a transformação das pessoas em meros consumidores. O movimento lamenta a ausência de indústrias no país e apela para um plano nacional de desenvolvimento com o apoio de empréstimos, em especial de países “irmãos” árabes. Uma alternativa proposta é a criação de um sistema bancário que substitua a prática da usura por um sistema de parceria para lucros e prejuízos (*al-mudaraba*) (Deeb, 1988, p. 683-692).

Em seguida, o quinto princípio expressa o comprometimento do movimento com a soberania e a integridade territorial do Líbano e a resistência ao colonialismo. Em relação a Jabal Amil, o quinto ponto ressalta que a preservação e o desenvolvimento do sul libanês é uma demonstração de amor à pátria e um verdadeiro

ato de cidadania. Para além dos interesses nacionais, o sexto ponto destaca a centralidade da Palestina “Terra Santa”, que está sendo submetida a todos os tipos de injustiça. A libertação da Palestina e a solidariedade ao seu povo estão, segundo a carta, no “centro do movimento”. Ainda, o sexto princípio denuncia a ameaça representada pelo sionismo ao Líbano quanto à humanidade como um todo. Por fim, o sétimo princípio enfatiza a natureza inclusiva e não-sectária do movimento, declarando-se aberto à colaboração com qualquer indivíduo comprometido em melhorar o país.

Geralmente, integrantes do AMAL associam sua ascendência e autenticidade xiita à história de Jabal Amil e do modo como essa conexão influencia sua identidade contemporânea. Shaery-Eisenlohr (2008) sugere que os membros do AMAL reconhecem a população amili do século XVI como a antecessora do moderno Estado-nação do Líbano e o império Safávida como uma espécie de precursor da República Islâmica do Irã. Essa perspectiva implica uma continuidade histórica e uma conexão profunda entre sua herança religiosa e a formação dos estados modernos. Dessa forma, com base nessa perspectiva, o movimento compreende que sua longa linhagem histórica o coloca em uma posição de maior autenticidade e relevância em relação às categorias modernas, que podem ser vistas como construções artificiais. A ala mais ideológica do AMAL compreende tentativas contínuas de isolar o Líbano do Mundo Árabe, que é a sua “verdadeira extensão nacional”. No processo de construção da identidade AMAL, a ênfase do grupo no árabe em lugar do francês, como ocorreu em movimentos cristãos, foi uma forma de as lideranças xiitas posicionarem sua comunidade no Mundo Árabe e muçulmano. A partir de 1980, essa ênfase no árabe como um marcador da identidade do AMAL ganhou um traço especificamente árabe e xiita (Shaery-Eisenlohr, 2008, p. 126).

O clérigo libanês Mohamad Hussein Fadlallah percebia que sua liderança era, recorrentemente, confrontada por agentes iranianos, pois não era desejado pelos revolucionários o estabelecimento de uma autoridade religiosa árabe. O clérigo defendia o arabismo como uma condição humana, como o nacionalismo persa (*Al-farisiyya*) e o nacionalismo turco (*Al-turkyya*) e destacava a influência do Islã na formação da identidade árabe. Fadlallah argumenta que o Islã deu aos árabes uma história, cultura e conexão com o mundo, mas, por outro lado, o arabismo também contribuiu para o estabelecimento do Islã. Ademais, o líder xiita destaca a importância dos islâmicos na preservação e na expansão da identidade árabe, enfatizando que o

Islã é uma parte fundamental dessa identidade. Ele defende o direito dos Islâmicos, de serem nacionalistas árabes, pois acredita que contribuíram significativamente para a história islâmica e a preservação da cultura árabe: “Estamos interligados com o árabe, o nosso Profeta era árabe, a nossa língua é o árabe e, por esta razão, o Islão conseguiu expandir-se no círculo árabe através da sua língua e cultura” (Fadlallah, 1997 Apud Shaery-Eisenlohr, 2008, p. 145, tradução própria).

Ao sustentar a ligação íntima entre o arabismo e o islamismo, o clérigo concede aos árabes direito de reivindicar o Islã mais do que qualquer outro grupo étnico. Fadlallah reinterpreta a história islâmica inicial, incorporando categorias nacionalistas modernas. Shaery-Eisenlohr (2008, p. 126) percebe o esforço do clérigo em conceber uma tradição de islamismo árabe, reinterpretando o passado à luz das questões sociais e políticas contemporâneas e selecionando elementos históricos que suportem sua visão de que as conquistas culturais na civilização islâmica são, principalmente, dos árabes. Ele argumenta que o Islã foi posteriormente exportado para partes não árabes do mundo.

Embora existam diferenças ideológicas entre Fadlallah e o AMAL, ambos enfatizam a construção de fronteiras étnicas contra lideranças iranianas. Ao promover um discurso de modernidade, estabelece uma reputação como *marja* árabe, cujas interpretações do xiismo, atualizadas e progressistas, centram os xiitas no Líbano e apoiam essa comunidade no estabelecimento de uma posição proeminente na Nação libanesa. Conforme anteriormente demonstrado, na perspectiva da ala ideológica do AMAL, o árabe, como língua do Alcorão (e como língua nativa), é superior ao persa (Shaery-Eisenlohr, 2008, p. 120).

Shapira (2020, p. 164) sublinha a complexa relação entre Musa Al-Sadr e o líder revolucionário Ruhollah Khomeini. Al-Sadr não era um entusiasmado apoiador de Khomeini, não reconhecia seu título de *Marja Al-Taqlid* (fonte de emulação), mais alto grau que um clérigo pode alcançar no campo xiita, além de se opor ao elemento mais importante da doutrina de Khomeini, o *Wilayat El-Faqih*, conceito que transfere toda a autoridade política e religiosa da nação para o clero xiita e torna as principais decisões do estado sujeitas à aprovação de um único líder clerical supremo, o *Wali El-Faqih*. O autor relata um episódio de 1969 que simboliza esse choque de doutrinas entre os líderes xiitas: logo que Al-Sadr assumiu o gabinete da presidência do Supremo Conselho em Beirute, o clérigo pendurou na parede um quadro com a fotografia do *Aiátollah* Muhsin al-Hakim, seu mestre no Seminário de Najaf, no Iraque,

e uma das principais autoridades religiosas xiitas da década de 1960. É fato que Al-Sadr foi designado como emissário de Al-Hakim no Líbano; entretanto, lideranças associadas a Khomeini ficaram perplexos com a atitude de Al-Sadr, considerando o ato um “desrespeito” a seu conterrâneo.

Em geral, é possível observar que as autoridades religiosas xiitas locais se dividiam em dois grandes blocos que competiam entre si, especialmente em torno de duas questões cruciais para aquela conjuntura e recorte temporal: a postura para com os grupos militares palestinos no Líbano e a aderência da comunidade xiita libanesa para com *Wilayat Al-Faqih*. A lealdade de Al-Sadr ao *Aiátollah* Muhsin al-Hakim e, após sua morte, ao *Aiátollah* Abu al-Qasim Khomeini como o *Marja Taqlid*, ignorando Khomeini como fonte de autoridade, gerou posicionamentos críticos e de repúdio entre os apoiadores de Khomeini no Iraque e no Líbano. Em consonância com Al-Sadr, o *Aiátollah* libanês Mohamad Hussein Fadlallah também se recusou a reconhecer a *Wilayat Al-Faqih*, fato que, segundo ele, impactou seu isolamento de importantes fóruns de discussão e decisão de poder (Shapira, 2020, p.166-167).

Em relação à questão palestina, os opositores de Musa Al-Sadr observavam com preocupação o posicionamento firme do clérigo frente ao impacto social das atividades militares de grupos palestinos em Jabal Amil (Shapira, 2020, p. 166). O clérigo Mohamad Montazeri, fiel apoiador de Khomeini, criticou duramente o posicionamento de Musa Al-Sadr, acusando as lideranças do AMAL de “agentes maronitas”, que tanto restringem as atividades do Irã no Líbano como complexificam os laços do Irã com a Líbia, talvez o Estado Árabe que mais financiou a luta dos grupos palestinos contra Israel.

6.4 DESAPARECIMENTO DE MUSA AL-SADR E ASCENSÃO DE NABIH BERRI

Em resposta ao desastre social da operação militar israelense, o clérigo xiita iniciou uma excursão por importantes países árabes para mobilizar a Liga Árabe. A viagem iniciou-se na Arábia Saudita, passou pela Jordânia e terminou na Argélia; entretanto, durante a última viagem planejada, as autoridades argelinas lhe sugeriram que visitasse a Líbia, visto que o General Muammar Al-Kadafi tinha algumas “ideias interessantes” para o Líbano. A Líbia já tinha consolidado algumas alianças com atores em território libanês, principalmente movimentos nasseristas e grupos palestinos. A estratégia de chamar a atenção do general Líbia e obter subsídios de

seu pecunioso fundo petrolífero seria uma grande conquista para a luta árabe e, principalmente, amili. A visita, então, é marcada para o dia 25 de agosto de 1978. Já em território líbio, Musa Al-Sadr concede sua última entrevista pública, em 30 de agosto, para a revista kuwaitiana *Al-Nahda*, em que reiterou algumas de suas principais preocupações, o povo do sul do Líbano e seus enormes sacrifícios em nome da causa palestina. O clérigo relata na entrevista as perdas materiais e imateriais que sua comunidade sofreu por seu posicionamento de não colaboração com Israel e finaliza com uma importante afirmação: “Não temos mais nada a perder no Líbano. Que nossos irmãos árabes, com todas as suas fortunas e suas terras, percebam que eles também estão ameaçados” (Ajami, 1986, p. 182).

No dia seguinte, o clérigo foi visto pela última vez saindo de seu hotel, juntamente com seus companheiros, para sua principal agenda no país, o encontro com o presidente Kadafi. O dia 31 de agosto de 1978 marca, oficialmente, o dia do desaparecimento do Imam. Em 1º de setembro, o regime de Kadafi celebrou, em um ato público, o nono aniversário do golpe de estado militar, e o clérigo deveria estar presente na celebração, para a qual havia sido antecipadamente convidado. Passados alguns dias, o alerta dispara entre seus companheiros no Líbano, que buscaram a embaixada líbia para mais informações. Após um inquérito oficial do governo libanês, os líbios se pronunciaram no dia 10 de setembro, informando que o clérigo e seus companheiros saíram da Líbia para a capital italiana, Roma, no voo 881 da empresa Alitalia em 31 de agosto (Ajami, 1986, p. 183).

O desaparecimento do clérigo carismático chocou a comunidade xiita libanesa e golpeou as atividades das principais instituições sociais, políticas e religiosas da comunidade, uma vez que Al-Sadr era o mais atuante e expressivo de seus dirigentes. Desde então, as relações entre o Líbano e, principalmente, entre os xiitas e a Líbia colapsaram. Por outro lado, o desaparecimento do clérigo transformou-o, para os xiitas libaneses, em um herói nacional e em um símbolo de seu histórico sofrimento e martírio. Para mais, o incidente encaixou-se perfeitamente no mito xiita do “décimo segundo Imam” e produziu uma aura mitológica ao redor de Al-Sadr (Azani, 2006, p. 56-57). Sem dúvidas, o desaparecimento de Al-Sadr aprofundou o afastamento de parcela dos xiitas libaneses dos grupos palestinos em território libanês, especialmente daqueles que eram filiados e próximos ao regime líbio. Siklawi aponta esse episódio como principal fenômeno da deterioração das relações do AMAL com os palestinos (Siklawi, 2012, p. 9-10).

Aqui, é preciso ressaltar o crucial papel de ator integrador que Musa Al-Sadr exercia no movimento. A personalidade unificadora de Sadr agrupou religiosos, jovens, sulistas e até políticos tradicionais. Com seu desaparecimento, em 1978, o movimento perdeu seu componente aglutinador. A ocultação do líder carismático, as relações com a República Islâmica do Irã e os problemas internos de segurança intensificaram as divisões entre os xiitas libaneses e, conseqüentemente, no AMAL.

Sob influência direta de Al-Sadr, a essência do Movimento Amal é esculpida sob uma orientação política e não religiosa, conforme é possível identificar em sua Carta Aberta. A relação entre política e religião criou um verdadeiro dilema nos círculos do AMAL, dividindo o movimento entre aqueles que apoiaram politicamente a Revolução Iraniana e outros que almejavam absorver o "Modelo Iraniano" para o AMAL e sua comunidade. Com base nessa divisão interna, é possível afirmar que, embora o fenômeno revolucionário no Irã tenha inspirado as massas xiitas do Líbano, as implicações institucionais para AMAL foram mistas (Siklawi, 2012, 11; Sankari, 2005). Embora as discordâncias ideológicas entre o AMAL e o movimento revolucionário de Khomeini, o movimento libanês apoiou diretamente o movimento revolucionário, especialmente por compartilharem a luta contra a privação e as injustiças sociais, bem como o combate a Israel e ao imperialismo ocidental:

Centenas dos melhores jovens iranianos vieram e treinaram em campos e centros de treinamento no Líbano. Eles estão treinando nos acampamentos do Movimento Amal em Baalbak, e essa questão contribuiu para o aumento do ódio, do rancor e da calúnia dos cristãos e do estado libanês contra o Sr. Musa Al-Sadr. (Chamran, 2018, tradução própria).

Sob uma perspectiva estratégica e existencial, Siklawi (2012, p. 11) interpreta que foi um importante passo para que o AMAL reforçasse suas ligações com Khomeini, sobretudo no contexto de ocultação do líder carismático. Apesar da pressão política que sofriam, cerca de 500 combatentes do AMAL voluntariaram-se para deslocarem-se ao Irã e lá participarem das jornadas revolucionárias. O sucesso do Khomeini naquele país restaurou e influenciou a vida política no AMAL após o turbulento episódio de desaparecimento de Al-Sadr. O movimento libanês aproximou-se do *Aiátollah* após a Revolução Islâmica e estreitou ainda mais suas relações no decorrer da guerra entre o Irã e o Iraque de Saddam Hussein. Em contraste, a OLP, de Yasser Arafat, posicionou-se ao lado de Hussein durante o conflito, conjunção geopolítica que robusteceu as hostilidades entre o AMAL e os palestinos.

Brynen (1990, p. 96) analisa a deterioração entre o AMAL e os palestinos como um produto da política síria para o Líbano, que ambicionava expandir sua hegemonia por meio do posicionamento do AMAL frente à OLP e às áreas dominadas pelo Movimento Nacional Libanês (LNM), a fim de, dessa forma, melhorar seu poder de barganha em potenciais futuras negociações com os Estados Unidos, visando a um acordo de paz no Oriente Médio. Ferdinand Smit (2000) percebe, por sua vez, que as hostilidades, em especial nos subúrbios de Beirute, estavam relacionadas ao crescente sentimento antibaathista entre os xiitas, particularmente após o assassinato do *Aiátollah* Mohamad Baqer Al-Sadr, em abril de 1980, no Iraque.

Hussein Al-Husseini sucedeu a Musa Al-Sadr na liderança do AMAL entre 1978 e 1980, com uma postura muito próxima do clérigo, que compreendia o AMAL como uma ferramenta flexível, componente de um grande guarda-chuva do Supremo Conselho Islâmico Xiita. Dois anos depois, com importantes patrocinadores políticos, Nabih Berri assume o posto de liderança do AMAL, em abril de 1980, o que representou o triunfo da ala militar sobre a política do movimento. Nabih Berri era um advogado de classe média, educado na França, e não mantinha parentescos com famílias clericais, diferente das tradicionais características das lideranças xiitas daquele período. A ascensão de Nabih Berri está diretamente ligada a sua proximidade de longa data com o regime sírio e ao maior envolvimento da família Assad nos assuntos internos do Líbano. A pesquisadora Lara Deeb considera a possibilidade de que, sem o apoio sírio, Berri não fosse capaz de conquistar a liderança do AMAL (Deeb, 1988, p. 686). Ao longo da década de 1980, Nabih Berri obteve sucesso na remoção de todos os seus potenciais oponentes do movimento, apesar das sucessivas tentativas internas de minar sua liderança. Durante o período em discussão, ele conseguiu impor seus planos políticos em todos os fóruns possíveis, ao mesmo tempo em que seus opositores foram cooptados ou extirpados do movimento (Nir, 2011, p. 81).

Um evento que manifesta o alinhamento estratégico e a dependência de Berri com a família Al-Assad ocorreu no início de 1987, quando a milícia drusa de Walid Jumblat e o Partido Comunista Libanês realizaram, em Beirute, um ataque conjunto contra o AMAL, quase derrotando-o nos bairros de Ras Beirute. Isso levou a uma intervenção direta de 7.000 soldados do exército sírio para salvar o AMAL da iminente derrota. O interesse do regime sírio na dinâmica da comunidade xiita libanesa deriva de dois fenômenos políticos daquele período: um deles refere-se ao ativismo xiita, que

estava em evidência com o triunfo da revolução islâmica no Irã, e, assim, a comunidade xiita libanesa poderia aproximá-los de Teerã para contrapor seus rivais regionais, como Iraque, Egito e Arábia Saudita. O segundo fenômeno, ou variável política, relaciona-se à conjuntura interna da Síria, pois Hafez Al-Assad começou a enfrentar, no fim de 1979, uma série de levantes liderados pela oposição, com importante participação de grupos sunitas armados, como a Irmandade Muçulmana. O líder sírio estava preocupado com o fato de que sua política repressiva aos grupos sunitas repercutisse negativamente na comunidade sunita libanesa, evidenciando-se a necessidade de que se fortalecesse um grupo armado libanês não sunita confiável, como um contrapeso em um potencial cenário de desordem no país vizinho. Por um processo simples de eliminação, a comunidade xiita foi considerada a mais adequada e confiável para receber o apoio sírio, uma vez que, de forma geral, essa comunidade mostrava-se simpática ao regime de Al-Assad e se considerava correligionária da comunidade alaúitas, na estrutura política do Islã (Deeb, 1988, p. 686).

No 35º aniversário da ocultação do Imam Al-Sadr, em 31 de agosto de 2013, Nabih Berri, presidente e figura central do Movimento Amal desde 1980, rememora, com recorrência, o árduo período experienciado pelos xiitas libaneses, que, por um lado, sofriam com os ataques militares israelenses e, por outro, amarguravam nas margens da sociedade libanesa. A estratégia de rememorar episódios traumáticos com recorrência pode ser compreendida como um processo consciente que visa à manutenção da coesão e à mobilização da base comunitária do AMAL:

Relembramos com sarcasmo e tristeza as cenas históricas de nossos desabrigados que residiam em barracas no curso do rio Awali ou espalhados nas calçadas de Beirute, e como fomos acolhidos quando éramos vítimas e perdedores assassinados. Nossa única compensação foi o Conselho do Sul antes de se tornar uma instituição de desenvolvimento, e não apenas de compensação. E como fomos aceitos apenas quando éramos cidadãos diferidos e privados dos serviços estatais, sem redes de segurança educacional e de saúde, sem eletricidade, água, telefone e sem defesa? Agora, por que somos rejeitados? Porque, agora, somos capazes de deter o inimigo e proteger a soberania da pátria, não a soberania da seita, e as fronteiras da pátria, não as fronteiras da seita? (Berri, 2013, tradução própria).

Esse fenômeno pode ser interpretado como uma tentativa de reforçar a identidade coletiva e solidificar os laços emocionais e o sentido de pertencimento entre os membros do grupo. Tais mecanismos, pertencentes ao campo da retórica, proporcionam uma base emocional sólida que possibilita ao movimento a sustentabilidade de longo prazo. A crítica e o descontentamento público das

lideranças do AMAL quanto ao sistema político sectário que domina o país reflete um questionamento histórico do movimento, que já era reproduzido por Musa Al-Sadr na década de 1960, em relação à desproporcionalidade sectária na ocupação do Estado. Os sinais crescentes de frustração da população xiita continuam a crescer e, eventualmente, podem materializar-se em um aumento da violência sectária ou, até mesmo, em uma nova e destrutiva guerra civil.

6.5 VIOLÊNCIA E FALÊNCIA ESTATAL: VIVENDO A GUERRA CIVIL LIBANESA

Desde 1975, o Líbano é apontado como um notório exemplo de desorganização social e política. Os registros das vítimas da guerra civil são fragmentados e pouco confiáveis; porém, é fato que o custo em vidas humanas foi pesado: enquanto Traboulsi (2012) estima que o conflito libanês tenha resultado em cerca de 71.000 mortos e quase 100.000 feridos, O'Ballance (1998) considera a estimativa de mais de 150.000 mortes e 200.000 feridos em um período em que a população do Líbano não passava dos 2.4 milhões. O custo da devastação da infraestrutura e da superestrutura civil ultrapassa o cálculo de 14 bilhões de dólares. Outra estimativa chocante é a de que entre 20.000 e 30.000 libaneses tenham sido raptados e, em sua maioria, torturados por alguma milícia ou movimento armado (O'Ballance, 1998, p. 216).

Muitos dos grupos político-militares que surgiram pelo país, especialmente durante a Guerra Civil, sejam muçulmanos, cristãos ou drusos, controlam atualmente a operação do Estado em suas regiões. Os grupos mais organizados mantêm uma operação eficiente e ocupam, com sucesso, o vazio estatal. Por outro lado, há grupos menos organizados, que acabam deixando os civis daquela região órfãos de qualquer iniciativa que visa ao seu bem-estar (Salibi, 1990, p. 1-2).

Logo que o conflito se inicia, os ressentimentos sectários embutidos nas memórias coletivas das populações foram liberados, transformando o conflito libanês, juntamente com a Guerra da Iugoslávia, nos episódios mais cruéis de guerra étnico-confessional do século XX. As matanças produzidas pelos embates entre os grupos armados exigiram da população como um todo elevados esforços psicossociais para manterem sua resistência psíquica. Zogueib Neto e Sahd (2010) apontam para o peso que a memória social das comunidades teve na lógica da Guerra Civil Libanesa. Muitas das batalhas que formaram a Guerra Civil, como a “Guerra da Montanha”

(1983) assumiram o simbolismo de revanche, quando grupos cristãos buscaram os drusos amparados por tropas israelenses (Zugueib Neto; Sahd, 2010, p. 32).

Marwan Rowayheb (2006, p. 314) observa que os grupos militares que atuaram na Guerra Civil daquele país podem ser classificados em duas categorias: a primeira é composta por grupos que atraíam libaneses de diferentes religiões cujas fronteiras étnicas foram baseadas em características árabes ou sírias, como, por exemplo, o Partido Nacional Socialista Sírio (*Al-Hizb Al-Suri Al-Qawmi Al-Ijtima'i*) e o Partido Comunista Libanês (*Al-Hizb Al-Shuyu'i Al-Lubnani*), ambos, grupos estabelecidos por membros de diferentes confissões e lideranças nunca ocupadas por uma única confissão. A segunda categoria é de grupos compostos por uma maioria significativa de uma única religião, representando os interesses confessionais ocultos dela, como, por exemplo, de acordo com Rowayheb (2006), o *Kata'ib*, as Forças Libanesas, a Frente Libanesa, o AMAL e o *Hezbollah*, grupos que representavam explicitamente o interesse de membros oriundos da mesma formação confessional. O cultivado vínculo religioso-sectário fez com que o sentimento da lealdade a um grupo fosse sempre um fato predominante da vida da sociedade libanesa. Nesse tipo de ambiente rigoroso e tensionado, o padrão doméstico de interação entre os atores é geralmente um “jogo de soma zero”, ou seja, cada grupo vê os ganhos do outro como uma perda para si (Bayeh, 2017 p. 26):

O Líbano não é apenas uma sociedade profundamente dividida, mas muito complexa, existindo em uma região de políticas complexas. É um ambiente inseguro e internamente instável, existindo em um ambiente inseguro e externamente instável... ambas as dimensões estão interligadas. (Assaf, 2004, p. 100, tradução própria).

Durante a guerra, inúmeros eventos políticos sensíveis alimentaram e renovaram a mobilização das identidades sectárias locais. Os impactantes episódios de desocupações forçadas nos subúrbios de Beirute, com demolições de residências xiitas na zona sul da capital, são alguns exemplos. O governo encabeçado por Al-Wazzan e Gemayel (1982-1984) desocupou áreas de forma violenta, sem oferecer qualquer tipo de auxílio aos moradores, muito menos um plano de residências alternativas para aquelas famílias. As autoridades estatais argumentaram que a iluminação das casas atrapalhava os pousos noturnos do aeroporto internacional. Aos olhos de Nabih Berri, essa estratégia de assédio institucional formava parte da

conspiração do projeto “Pequeno Líbano”, que planejava forçar a saída dos xiitas de Beiture.

Em consonância com a denúncia de Berri, Clinton Bailey (2019) e Zogueib Neto e Sahd (2010) relacionam diversos episódios ocorridos durante a guerra com duas estratégias que os falangistas consideravam para o cenário pós-guerra civil. A primeira seria um tratado de segurança com Israel, que poderia estender a autoridade cristã para todo o território libanês. Já de acordo com a segunda estratégia, em caso de não se concretizar um acordo efetivo com Israel, os cristãos poderiam tentar consolidar seu controle à histórica província otomana do Monte Líbano, removendo os xiitas das demilitações do lugar. Ao excluir o sul, o Bekaa e o Norte, esse novo “Pequeno Líbano” garantiria uma demografia majoritariamente cristã (p. 219-236).

De modo geral, todas as comunidades sofreram ondas de deslocamento, fosse para outras regiões do país ou para o exterior. Encerrada a conflagração, muitos civis mudaram da cidade onde residiam, diante da nova configuração do país ou da necessidade de cumprirem as políticas ou ditames da milícia dominante. Outros, simplesmente, optaram por não retornar ao Líbano. Esse processo resultou na criação de grandes enclaves homogêneos em termos religiosos, principalmente a expulsão de muçulmanos xiitas de áreas cristãs e de cristãos da “Montanha dos Drusos”.

O conflito civil impactou negativamente o padrão de vida no país e reforçou as deficiências inerentes ao Estado libanês, resultando no colapso virtual do governo, na década de 1980 (Jawad, 2009, p. 78). A dinâmica econômica do país deteriorou-se em sincronia com a conjuntura política e securitária. Em 1974, os bancos estrangeiros não árabes já controlavam 80% dos depósitos bancários no Líbano. A oligarquia financeira e comercial manifesta-se nas poucas famílias que controlam diversos setores, incluindo bancos, indústrias, agricultura e serviços. O investimento industrial era financiado por empréstimos, que produziram uma maior dependência externa e déficit na balança comercial.

Em determinados períodos, a carne foi comercializada por um preço oito vezes superior ao seu preço de compra (CIF: custo, seguro, frete), e produtos agrícolas importados do mercado saudita aumentavam em 40% seu valor ao chegarem ao Líbano. O mesmo ocorreu com produtos farmacêuticos, medicamentos e serviços de hospitalização. A especulação imobiliária, campo de grandes investimentos da oligarquia financeira da Península Arábica, elevou o preço dos terrenos e das moradias. Traboulsi (2012) lembra que, nas vésperas do conflito civil, havia cerca de

40 a 50 mil apartamentos de luxo vazios apenas na capital libanesa, enquanto os migrantes e refugiados internos, em especial advindos do Sul e do Bikaa, amontoavam-se em ocupações e nos subúrbios (Traboulsi, 2012, p. 160-161).

Sob a tutela da Liga Árabe, em outubro de 1989, é assinado, na cidade saudita de Taif, o Documento de Acordo Nacional, popularmente conhecido como “Acordo de Taif”. Entre os principais encaminhamentos, o acordo concebeu o cessar-fogo, apelou para o desmantelamento dos grupos armados e para a construção de um exército e de uma polícia nacional sem traços sectários e, ainda, previa eleições parlamentares e reconhecimento mútuo dos direitos de todas as comunidades sectárias. O longo acordo exigiu também a imediata retirada das forças israelenses e a saída das tropas sírias em um prazo de dois anos. No campo político, buscou manter a igualdade entre cristãos e muçulmanos, determinando que a distribuição de cargos fosse feita com base na identidade religiosa e que cristãos e muçulmanos fossem igualmente representados (50:50) no Parlamento, no gabinete e em altas posições do funcionalismo público. Esse arranjo de poder opera nos níveis nacional e local de governo, enquanto, no parlamento, os assentos são distribuídos geograficamente de forma proporcional (Calfat, 2017, p. 35).

6.6 ENTRE RUÍNAS E REFLEXÕES: OS EFEITOS PSICOLÓGICOS DURADOUROS NA SOCIEDADE LIBANESA

Não obstante o recorte temporal delimitado por esta pesquisa, torna-se imperativo empreender uma reflexão sobre os impactos psíquicos resultantes da Guerra Civil Libanesa. A observação desse fenômeno sob o ponto de vista psicológico é imprescindível para compreender-se a natureza duradoura das repercussões do conflito sobre os indivíduos, cujos efeitos se manifestam de maneira perene.

A violência permanente alterou drasticamente a vida social da capital libanesa; os bombardeios permanentes desfiguraram o espaço urbano, e as glamurosas noites de Beirute transformaram-se em momentos de confinamento forçado, com restritas, quase inexistentes, atividades sociais e de lazer. A noite, sem dúvida, tornou-se um momento hostil e perigoso, pois as ameaças eram diversas: milícias e seus franco-atiradores, carros-bomba, sequestros, ataques aéreos e assassinatos coletivos. Civis abduzidos por milícias serviram, muitas vezes, como vítimas expiatórias em rituais de vingança, tornando-se aqueles que devem pagar com a vida pelas supostas ações de

sua comunidade. A partir de 1982, os sequestros se multiplicaram entre os civis (especialmente muçulmanos que viviam em “redutos cristãos” e cristãos que viviam em áreas controladas por grupos muçulmanos). Khalaf (2002, p. 56) aponta que a manipulação e a invocação dos simbolismos religiosos como meio de estimular e robustecer ofensivas militares foi uma das características mais atrozes das hostilidades da Guerra Civil. Nesses incidentes, os estereótipos negativos das comunidades rivais, alojados em sua memória coletiva, foram despertados, produzindo uma disputa territorial vingativa, funesta e mortal.

Conforme Picard (1993), a nova ordem pós-1975 caracterizava-se pelo crescente mercado de produtos bélicos, com uma sociedade em busca de segurança e proteção. A rotina do libanês comum resumia-se entre trabalho e escola pela manhã, se a situação permitisse, e confinamento a partir do final da tarde, sempre em regiões e percursos demarcados. A violência não poupou comunidades ou regiões. Conforme relatam De Clerck e Malsagne (2020, p. 152-156), a “lógica noite-dia” prevaleceu durante todo o período da Guerra Civil: o dia era aberto ao consumo e ao mercado, enquanto a noite era reservada ao controle e ao patrulhamento das milícias, de forma que era melhor não estar nas estradas e ficar seguro em casa.

A guerra afetou profundamente o comportamento individual dos libaneses. Estudos de campo constataram que, naquele período belicoso da história libanesa, houve aumento das práticas religiosas, do consumo de drogas, de divórcios e suicídios. Diante da insegurança permanente, a fé tranquilizava e dava esperança aos desalentados; as orações eram individuais e coletivas, em mesquitas ou igrejas dos bairros. Ao mesmo tempo, o tráfico e o consumo de drogas atingiam todas as regiões e todas as categorias sociais. Substâncias como álcool e medicamentos (remédios para dormir, ansiolíticos) tornaram-se generalizados como resposta aos altos níveis de estresse. Psicologicamente, a expectativa de violência e o sentimento de desespero é, muitas vezes, pior do que a própria violência.

Além de lidar com o estresse relacionado à violência da guerra, a população convivia com a falência do Estado e de todos os serviços básicos, como a frequente falta de água, de eletricidade e de produtos básicos, a insegurança alimentar, a interrupção das atividades profissionais e de serviços prioritários, o mau equipamento de abrigos, a insalubridade de ambientes, o risco de epidemias etc. Em suma, a violência física da guerra e as transformações da vida cotidiana ainda demonstravam consequências psicológicas e traumáticas significativas para a sociedade libanesa,

em especial para crianças e adolescentes daquele período. As crianças e os jovens e não eram poupados do sofrimento psicológico, convivendo em um ambiente de perturbações na vida familiar e de recorrentes interrupções em suas aulas. Sistemáticamente, esse grupo viveu confinado, em ambientes fechados, e dois terços conheceram apenas a guerra (De Clerck; Malsagne, 2020, p. 152-156).

O sociólogo libanês Samir Khalaf realizou uma pesquisa de campo no ano de 1983 para mensurar os danos psicológicos e as doenças (angústia, ansiedade, colapsos nervosos, tensões, ataques cardíacos, úlceras, cancros, diabetes etc.) que irromperam diretamente ligadas ao conflito que se desenrolava naquele país. Os dados são alarmantes: entre os entrevistados, 75% afirmaram ter sofrido formas de privação (falta de água, luz e produtos básicos); 66% refugiaram-se em um abrigo; e 36% perderam um familiar, em oito anos de guerra. Quase um terço deles afirmaram ter sofrido humilhação por parte de milícias predatórias, e um quarto da amostra relatou ter testemunhado, diretamente, uma morte induzida pela guerra. O estudo ainda expôs os diferentes distúrbios psicológicos que os entrevistados apresentaram: instabilidade emocional, insônia, nervosismo, ansiedade, problemas psicossomáticos, perda de força de vontade, pensamentos suicidas, perda de autoestima (Khalaf, 2002, p. 254-255).

A taxa de mortalidade nos subúrbios de Beirute era, na década de 1980, duas a três vezes maior que a média nacional. O desemprego, os altos preços dos aluguéis e a falta de assistência médica deterioravam a qualidade de vida como em nenhuma outra área da capital: “Na guerra, como na paz, os xiitas sofreram desproporcionalmente; em grande medida, eles sofreram mais baixas durante a guerra civil do que qualquer outra seita no Líbano” (Norton, 1985, p. 46-47, tradução própria). Halawi (1992) apresenta um doloroso depoimento do abandono social dessa comunidade:

Eles têm apenas que erguer os olhos para contemplar os edifícios orgulhosos com varandas floridas onde vivem cristãos ricos. Os projéteis que destroem suas casas estão indelevelmente marcados com a cruz do atirador falangista ou com a marca de outros milicianos maronitas. (Halawi, 1992, p. 223-224, tradução própria).

Se Beirute possibilitava que os libaneses pudessem, vagarosamente, retomar suas vidas entre os escombros, os desafios continuavam árduos para as populações sulistas sob a ocupação militar israelense, que perdurou até o ano 2000. O

subjugamento dos indivíduos e suas experiências paradoxais despertarão a cada nova crise. Seja como estímulos estressantes contínuos ou como eventos traumáticos pontuais, a violência altera a dinâmica do funcionamento mental dos indivíduos. No caso da população sulista, havia dupla pressão: por um lado, a ocupação militar do invasor israelense; por outro, o rival sectário interno (Zugueib Neto, 2017, p. 20-21).

A cadeia dos ressentimentos que nutre a memória social daquelas comunidades é alimentada e estimulada a cada lembrança de dor inassimilada ou de perdas irreversíveis. A partir daí, surgem várias conexões de sentido que fortalecem as construções discursivas comunitárias e oferecem os significantes que alicerçam a resistência psíquica e a reprodução da violência. Apesar das ansiedades e inquietações, a eterna espera por um novo confronto sangrento pode apresentar efeitos mitigadores (amenizadores) sobre os impactos sofridos. Zugueib Neto e Cremasco apontam que o empenho psíquico de antecipar um conflito cria uma espécie de “zona simbólica” que, de alguma forma, contribui para a redução dos efeitos negativos das consequências. A hipótese levantada é a de que as pessoas se preparam psicologicamente para o pior cenário, no caso, a possibilidade de um conflito. Assim, antecipando o conflito e mantendo-se em mobilização, é possível que se desenvolva uma sensação de controle associada a essa expectativa. Uma reflexão levantada pelos autores é a de que as atividades do cotidiano podem funcionar como um “tampão”, mascarando significações traumáticas mais profundas que, subitamente, podem aflorar como sintomas mais agudos (Zugueib Neto; Cremasco, 2011, p. 44).

No livro "Modern Lebanese Proverbs" (Provérbios Libaneses Modernos, 1953) do pesquisador Anis Frayha, somos convidados a refletir sobre as dinâmicas sociais e interações entre grupos religiosos através de provérbios que encapsulam valores, percepções e até mesmo estereótipos existentes na sociedade libanesa. Esses provérbios não apenas refletem a diversidade cultural e religiosa do Líbano, mas também revelam as complexas relações interpessoais e intercomunitárias presentes na região. Ao analisarmos o provérbio "Jante na casa de um *Mutawali* (xiita libanês), mas prefira dormir na casa de um cristão" (nº 1175), e "Jante na casa de um druso, mas opte por passar a noite na casa de um cristão" (nº 1174), podemos perceber uma sugestão de cautela e desconfiança associada a certos grupos, contrastando com uma maior confiança e sensação de segurança em relação a outros. Essas expressões revelam não apenas uma questão de preferência pessoal, mas também

destacam preocupações profundamente enraizadas na sociedade libanesa, relacionadas à confiança, segurança e até mesmo estereótipos sobre diferentes comunidades religiosas. Elas ecoam narrativas históricas, políticas e sociais que moldaram as relações entre os diversos grupos étnicos e religiosos no Líbano ao longo do tempo (Frayha, 1953², *apud* Zenner, 1970, p. 418).

6.7 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O contexto político e securitário da década de 1970 culminou na formação do Movimento Amal, primeiro grande movimento militarizado no contexto xiita libanês. Al-Sadr, reconhecendo a necessidade de uma salvaguarda militar, desempenhou papel crucial na criação do braço armado do Movimento dos Deserdados. Discursos incisivos, como o de 1974, em Baalbak, mobilizaram a comunidade, enfatizando a importância da ação coletiva frente às injustiças. O Movimento Amal, apesar de sua natureza militarista, tinha dimensões políticas e sociais, explicitadas em sua Carta, que rejeitava o sectarismo político e buscava desenvolvimento econômico amparado pela solidariedade árabe, comprometendo-se com o Líbano como pátria definitiva.

Por sua vez, nos bastidores do AMAL, o líder revolucionário Mustafa Chamran, figura proeminente no Irã pós-revolução, destacou-se por sua capacidade de liderança intelectual, tanto no campo científico quanto no político e no militar. No Líbano, apoiou o Movimento dos Deserdados e desempenhou um papel crucial na formação organizacional e logística do Movimento Amal.

O Movimento Amal, tal qual o Movimento dos Deserdados, demonstrou uma natureza reformista, influenciada pela forte orientação clerical de seu ideólogo, Musa Al-Sadr. Os sete princípios da Carta Aberta do AMAL refletem suas crenças, abrangendo desde a fé em Deus até a defesa da liberdade total, a resistência ao sectarismo libanês, a denúncia de injustiças econômicas e o compromisso com a soberania do Líbano e com a causa palestina. Entretanto, apesar de diferenças ideológicas, membros do AMAL reforçam a ligação íntima entre arabismo e islamismo, defendendo uma tradição de islamismo árabe. Ideologicamente, a complexa relação entre Musa Al-Sadr e Ruhollah Khomeini envolveu desacordos doutrinários, especialmente sobre a *Wilayat El-Faqih*. Al-Sadr também não reconheceu Khomeini

² FRAYHA, Anīs. Modern Lebanese proverbs collected at Râs al-Matn, Lebanon: collated, annotated and translated into English. American University of Beirut, 1953.

como *Marja Al-Taqlid* e enfrentou oposição de apoiadores locais, destacando divergências sobre a questão palestina e a liderança espiritual.

Em decorrência das repercussões devastadoras provocadas pela Operação Litani, uma incursão militar israelense de 1978, Al-Sadr organizou uma excursão diplomática pela região, com o objetivo de angariar apoio e mobilizar a Liga Árabe. Contudo, durante sua estada na Líbia, onde buscava o apoio de Al-Kadafi, Musa Al-Sadr desaparece de forma misteriosa, em 31 de agosto de 1978, sem deixar registros, chocando não só a comunidade xiita libanesa, mas também as grandes lideranças políticas regionais. Posteriormente, um novo fenômeno regional irrompe: em 1979, o êxito dos revolucionários Islâmicos no Irã revigorou a mobilização política e militar dos xiitas libaneses, após o abalo psicológico da ocultação de Al-Sadr.

Sua súbita ausência perpetuou um enigma político e social, transformando-o em um ícone de desaparecimento e resistência, cujo impacto perdura até os dias atuais. O AMAL perdia, definitivamente, sua figura aglutinadora, propiciando divisões internas, contradições políticas e cooptação de grande parcela de seus membros e combatentes por outros movimentos xiitas concorrentes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Augustus Norton e Leonard Binder (1987) salientam como a conjunção de diferentes variáveis provocou o surgimento do AMAL ou de uma organização como tal movimento. No entendimento dos autores referidos, é manifesto que o ambiente de insegurança reforçou o AMAL como organização e como salvaguarda da identidade xiita. Jovens pegaram em armas para evitar um eclipse completo da identidade do grupo como de sua própria existência. O movimento ganhou lastro popular porque ofereceu um herói (Musa Al-Sadr) e a promessa de segurança aos xiitas libaneses, que estavam cansados de pagar com sangue em nome de palestinos, israelenses e libaneses não-xiitas.

De fato, seja por intermédio dos dados sociais e econômicos levantados, dos documentos expostos como testemunhas silenciosas, da tradição narrativa transmitida oralmente por líderes comunitários, ou, ainda, das efusivas declarações proferidas publicamente por notáveis líderes religiosos e políticos, a comunidade xiita libanesa vivenciou um complexo conjunto de eventos, frequentemente marcados por traumas, ao longo do desdobrar de sua história. Esses acontecimentos, permeados por profundidade e ressonância, moldaram a identidade social e política dos xiitas libaneses. Sem hesitação, é possível observar-se a constituição do Movimento Amal como uma resposta plausível e natural, levando-se em conta a revisão histórica empreendida neste estudo, que expõe a hostil e desafiadora história desta comunidade, especialmente em Jabal Amil: “Os xiitas do sul do Líbano tiveram o maior número de motivações, e as mais fortes, para aderir às ideologias de mudança e exigir uma modificação radical do sistema político” (Chaib, 2009, p. 151, tradução própria).

Assim, o presente estudo buscou analisar como se deu o processo de constituição do primeiro grande movimento militarizado no cerne da comunidade xiita libanesa, no período pós-independência. Procurando responder à pergunta: “O que motivou a constituição de um movimento militarizado (Movimento Amal) alicerçado na comunidade xiita libanesa, na década de 1970?”, empreendeu-se tanto uma revisão crítica da literatura especializada e pertinente ao objeto do estudo como uma análise qualitativa de valiosos documentos, entre editoriais da Revista *Al-Irfan*, entrevistas e discursos públicos do líder revolucionário xiita Imam Musa Al-Sadr e manifestos institucionais publicados por representativas entidades xiitas do Líbano, como o Supremo Conselho Islâmico Xiita, o Movimento dos Deserdados e o Movimento Amal.

Esta tese inicia sua trajetória com uma análise profunda dos desafios de segurança enfrentados por comunidades a partir das complexidades sociais, identitárias e existenciais dos indivíduos na formação de sua compreensão sobre segurança. Para isso, três conceitos foram basilares na sustentação do capítulo: identidade social, incerteza existencial e memória coletiva. No terceiro capítulo, foi traçada uma jornada histórica da comunidade xiita libanesa a partir do período do Império Otomano até eventos cruciais do século XIX, como as reformas do *Tanzimat* e o cataclismo de 1860. Em seguida, no quarto capítulo, observaram-se os movimentos de resistência e resiliência das lideranças xiitas diante da criação do Grande Líbano, em 1920, e do Mandato Colonial Francês. Para mais, discorreu-se sobre os desafios pós-coloniais e a fundação da República Libanesa, em 1943, oferecendo uma visão da dinâmica libanesa pós-independência, com destaque ao conflito civil de 1958.

Adiante, no quinto capítulo, percorreu-se a década de 1960, explorando a emergência e a constituição de movimentos sociais xiitas organizados, de protesto e contestação, que cimentaram importantes mudanças no campo político. Para alcançar tal objetivo, investigaram-se a jornada transformadora de Imam Musa al-Sadr, simbolizada pela constituição do Supremo Conselho Islâmico Xiita, e o nascimento do Movimento dos Deserdados, com reflexões sobre esses movimentos. Por fim, o sexto capítulo investigou a metamorfose do Movimento dos Deserdados em Movimento Amal, discorrendo sobre a conjuntura política, social e securitária que instigou e nutriu essa transmutação. Em seguida, explorou-se o programa ideológico desse novo movimento, tanto no campo político como no religioso. Ao examinarem-se figuras-chave, como Mustafa Chamran, compreendeu-se parte do processo corporativo, logístico e organizacional da militarização do movimento. Por fim, abordou-se o enigmático desaparecimento de Musa al-Sadr na Líbia e a ascensão política de Nabih Berri.

Esta pesquisa empenhou esforços para proporcionar uma perspectiva alternativa aos diagnósticos hegemônicos no campo da política internacional, no que se refere ao comportamento, à cognição, à percepção e à significação que os movimentos sociais xiitas libaneses, em especial aqueles concebidos por Musa Al-Sadr, reproduzem diante das complexidades da dinâmica conjuntural libanesa. Esses movimentos são frequentemente influenciados por inclinações políticas não declaradas, que, intencionalmente, favorecem os interesses de potências externas,

abafando os gritos das vozes dos protagonistas locais. Dito isso, é indispensável reiterar que este estudo reconhece os impactos diretos e indiretos que fenômenos regionais e internacionais têm na dinâmica social, política e securitária libanesa.

Ao longo da análise, é possível depreender que os resultados da pesquisa confirmaram a hipótese, evidenciando que a militarização da comunidade xiita libanesa, representada pelo Movimento Amal, pode ser compreendida como uma resposta social e política ao histórico de perseguição, marginalização e às ansiedades existenciais provocadas por eventos traumáticos ao longo do tempo. Essa conclusão reforça a conexão entre variáveis históricas, religiosas, psicossociais e a decisão de uma importante parcela dessa comunidade, de adotar ou apoiar estrategicamente a alternativa da militarização como meio de enfrentar os desafios domésticos e regionais e, assim, mitigar sua ansiedade existencial. De acordo com Robert Fisk (2001), é possível aduzir que o Movimento Amal é o “fruto natural” da exitosa mobilização social e política coordenada por Musa Al-Sadr nas décadas de 1960 e 1970.

A identidade xiita esteve no cerne de importantes adversidades experienciadas pela população de Jabal Amil. Se, durante o período otomano, a população amili foi, de fato, perseguida e repreendida por sua identidade xiita, o que resultou em marcantes disparidades sociais entre eles e seus vizinhos, após o período da criação do Grande Líbano, essa mesma população foi negligenciada pelo governo central, que, explícita e publicamente, era controlado por uma comunidade religiosa específica, que, por sua vez, compreendia a identidade xiita como uma ameaça. Esse processo gerou profundas assimetrias domésticas, fosse no campo político, no econômico ou no social. A identidade xiita, nesse contexto, foi mobilizada e energizada por lideranças comunitárias, entre as quais o Imam Musa Al-Sadr, como base para estruturar um movimento social e político de pressão e defesa dos interesses daquela comunidade.

Samir Khalaf oferece uma metáfora interessante ao descrever a natureza do confessionalismo libanês: o ato de invocar a identidade confessional funciona tanto como um “emblema” quanto como uma “armadura”, ou seja, emblema, pois o indivíduo pode reafirmar sua identidade como um meio de satisfazer a suas necessidades mais vitais, e armadura, pois sua identidade social, materializada em um grupo estruturado e, em alguns casos, militarizado, transforma-se em um escudo contra ameaças existenciais, reais ou imaginárias: “Quanto mais vulnerável o emblema, mais espessa

a armadura. Por outro lado, quanto mais espessa a armadura, mais vulneráveis e paranoicas as outras comunidades se tornam” (Khalaf, 2002, p. 27, tradução própria).

É surpreendente que, a despeito dos intensos fenômenos sociais e políticos que abalaram a história libanesa, eles pouco deterioraram a intensidade das lealdades confessionais ou sectárias. Ao longo dos anos, essas lealdades sobreviveram, conservaram sua primazia e continuam a funcionar como fontes viáveis de solidariedade comunitária. Assim como protegem indivíduos e grupos frente à anomia da vida pública libanesa, as lealdades, de certa forma, também substanciam a tensão intercomunitária (Khalaf, 2002, p. 26-27).

Diante de uma história frequentemente dissimulada por interesses geopolíticos externos, o processo de militarização de movimentos xiitas libaneses oferece uma valiosa lente analítica para assimilar e concatenar as complexas e problemáticas dinâmicas sociais, políticas e securitárias dos movimentos xiitas libaneses face às distintas comunidades religiosas locais, bem como a posicionamentos de governantes regionais e internacionais. A manipulação de narrativas imposta por agendas geopolíticas ressalta a necessidade de uma abordagem acadêmica que priorize a perspectiva interna dos xiitas, concedendo-lhes o protagonismo em sua própria narrativa.

Partindo de uma premissa construtivista com bases transdisciplinares de um mundo socialmente construído, a existência de padrões, relações de causa e efeito e, até mesmo, dos próprios estados depende das redes de significado e das práticas que os constituem (Hurd; Reus-SMIT; Snidal, 2008, p. 300). Na vida social, os dados não são totalmente objetificáveis; as relações sociais não podem ser separadas em “causas” e “efeitos”, de modo que uma abordagem de cunho interpretativista tende a levar em conta experiências, narrativas e manifestações dos atores sociais. Em consonância com essa interpretação, princípios do campo psicológico, tais como o foco em fatores e processos ideacionais, a importância da identidade e a primazia de se compreender a visão de mundo dos agentes, possibilitaram constituir-se uma abordagem interdisciplinar, denominada por Shannon e Kowert (2012) como “aliança ideacional” entre o construtivismo e a psicologia.

Essa “aliança ideacional” viabilizou a constituição de um arcabouço teórico satisfatório para a análise de fenômenos sociais complexos e intrincados. A estrutura conceitual elaborada neste estudo foi guiada por princípios dessa abordagem, reconhecendo a imbricação e a retroalimentação entre os significados atribuídos pelos

atores sociais e a formação de identidades, a incerteza existencial e a construção da memória coletiva. Cada elemento dessa tríade conceitual (identidade social, incerteza existencial e memória coletiva) é abordado como um componente interconectado e interdependente, refletindo a natureza dinâmica e fluída das interações sociais.

Sociedades variam no tempo e no espaço. Intervenções no ambiente político, econômico e social impactam diretamente na aplicabilidade e na generalização das conclusões. Dessa forma, as conclusões desta pesquisa são menos generalizáveis. Além disso, cabe sublinhar que esta pesquisa teve um objeto específico, um recorte temporal delimitado e uma metodologia particular.

Investigar o processo de militarização de um movimento social xiita contemporâneo no Líbano auxilia o campo dos Estudos Estratégicos Internacionais a lançar luz sobre a intrincada relação e a coconstituição existente entre variáveis identitárias, históricas e políticas e a dinâmica securitária local e regional do Levante Árabe. Ainda, o fenômeno de militarização explorado nesta pesquisa evidencia a imprescindibilidade de uma abordagem transdisciplinar, para além do campo militar e materialista, a fim de investigar desafios de segurança contemporâneos em sociedades sectárias.

Para mais, essa tese desconstrói a concepção de homogeneidade na comunidade xiita libanesa, destacando a emergência do Movimento Amal como um importante ator prévio à ascensão do Hezbollah. Demonstrando a diversidade de movimentos, líderes e ideologias dentro da comunidade, ela evidencia a complexidade política e social subjacente. Essa análise desafia narrativas simplistas e essencialistas sobre grupos étnicos e religiosos, enfatizando a necessidade de uma compreensão contextualizada e multifacetada das dinâmicas sociais e políticas.

Embora os resultados desta pesquisa não possam ser extrapolados diretamente para outras situações, a abordagem transdisciplinar adotada e as reflexões cocebidas fornecem uma base analítica robusta para compreender a formação e consolidação de outros atores não-estatais na região. Ao examinar a interseção entre variáveis identitárias, históricas e políticas na dinâmica securitária local e regional, esta tese destaca a importância de se considerar uma multiplicidade de fatores na análise de eventos contemporâneos no Oriente Médio. Portanto, ao pensar criticamente sobre o Hezbollah no Líbano, o Ansarallah no Iêmen, o Dawa Islâmico, o movimento Sadrista e as Organizações Badr no Iraque, é essencial adotar uma perspectiva não-centrada nos grandes poderes estatais e considerar a influência

de dinâmicas sociais e políticas intrincadas na formação e evolução desses atores não-estatais. Nesse sentido, esta pesquisa não apenas contribui para uma compreensão mais profunda da constituição desses grupos não-estatais, mas também para uma reflexão mais ampla para os estudos de área de Oriente Médio e Mundo Árabe a partir de uma lógica analítica que reconhece a complexidade e a diversidade de suas dinâmicas internas e, a necessidade urgente de reconhecer e abordar as ramificações duradouras do colonialismo europeu nos Estudos de Segurança.

Para mais, embora a tese tenha investigado especificamente o caso do Líbano, a pesquisa ofereceu uma séria de evidências que corroboram os indícios do legado prejudicial do colonialismo europeu no Mundo Árabe. Ao priorizar seus interesses geopolíticos na delimitação arbitrária de fronteiras e na imposição de estruturas de poder desfavoráveis às comunidades locais, o colonialismo contribuiu para a marginalização e perseguição de grupos étnicos e religiosos dissidentes, exacerbando tensões sociais e políticas. Além disso, a ocupação colonial e a subsequente manipulação de dinâmicas políticas e sectárias promoveram o fortalecimento de ideologias divisivas, perpetuando conflitos internos e fragmentando ainda mais a coesão social. As feridas deixadas persistem até hoje, evidenciadas nas fraturas sociais profundamente enraizadas que continuam a assolar a região, destacando a necessidade urgente de reconhecer e abordar as ramificações duradouras do colonialismo europeu.

No empenho de manter um compromisso ético com a integridade da pesquisa, é importante mencionar o envolvimento pessoal do autor com o objeto deste estudo. Torna-se manifesto que as experiências de vida e os valores do autor, que possui nacionalidade libanesa e segue a fé islâmica xiita, exercem influência sobre sua percepção e interpretação do mundo. Dessa forma, a relação pré-existente entre o autor e o tema em estudo exerce um impacto direto sobre o desenvolvimento da pesquisa. Essa consciência reflexiva não apenas reconhece a inevitabilidade da subjetividade do pesquisador, mas também ressalta a importância de se examinar criticamente como tais elementos podem moldar o processo investigativo e as conclusões alcançadas.

Entre as limitações do estudo, o emprego do método de pesquisa de campo proporciona ao pesquisador uma imersão total e a interação direta com os atores em que o fenômeno social estudado se manifesta. O contato com lideranças sociais,

políticas e religiosas da comunidade xiita libanesa constituiria uma valiosa base referencial à investigação, possibilitando a compreensão mais profunda de suas perspectivas, valores e experiências. Esse método sustentaria uma representação mais autêntica das vozes e das realidades dos participantes. Entretanto, a pesquisa de campo representa uma realidade desafiadora para um pesquisador brasileiro, face às restrições financeiras e de tempo.

No que se refere a recomendações políticas práticas provenientes deste estudo, orienta-se aos pesquisadores, aos cientistas políticos, aos tomadores de decisão e às autoridades públicas que objetivam elucidar e sanar as complexidades sociais e especialmente securitárias que envolvem a comunidade xiita libanesa e seus movimentos militarizados, que ouçam com maior atenção as comunidades locais para compreenderem a essência de suas dores, necessidades e interesses. Ao priorizar as vozes locais, ou, ao menos, não as desprezar, os tomadores de decisão terão maior chance de identificar causas e variáveis subjacentes ao processo de militarização desencadeado naquela comunidade e poderão compreender suas preocupações implícitas de segurança, que são tão significativas para a dinâmica social, política e securitária do Líbano, assim como para a região do Levante. Incorporando essa abordagem, os interessados poderão desempenhar um papel mais eficaz na proposta de soluções políticas duradouras para os desafios enfrentados pela comunidade e, simultaneamente, no abrandamento da permanente e profunda tensão sectária entre os xiitas e seus compatriotas.

Territórios libaneses periféricos, como Jabal Amil (sul), o Norte e o Vale do Bekaa permanecem apresentando os maiores índices de subdesenvolvimento econômico e social, enquanto os maiores esforços governamentais de combate à desigualdade concentram-se em Beirute e sua região metropolitana. Compartilha-se com Kawthar Dara (2020) a percepção de que as permanentes desigualdades espaciais perpetuam e nutrem a desintegração nacional e a problemática coesão social. É imprescindível que se desenvolva um grande plano nacional de combate à pobreza e às desigualdades sociais, com foco na insegurança alimentar, no desemprego e em programas de redistribuição de renda como meio de frear a rápida deterioração dos índices de bem-estar social da população libanesa. Para mais, é determinante reforçar-se a capacidade das instituições e da sociedade civil na restauração das relações entre a comunidade e o Estado. Na penumbra de uma efetiva presença do Estado libanês, essa comunidade persistirá em auto-organizar-

se, fortalecendo os laços daqueles indivíduos com seus movimentos sociais, que respondem a uma parcela dessa demanda social.

A insegurança perante as ameaças militares israelenses é outro fenômeno que desgasta a qualidade de vida dos sulistas. Caças militares e veículos aéreos de combate não tripulados (drones) rasgam o céu de Jabal Amil diariamente, alimentando memórias de períodos traumáticos para aquela comunidade. É imperativo um incremento substancial nos esforços políticos visando a conter as transgressões à soberania libanesa por parte do Estado de Israel. Essa realidade sublinha, junto à população local, a percepção de que as forças armadas libanesas são insuficientes e incapazes de desempenhar tal missão.

O censo de 1932 desempenhou um importante papel tanto na construção do Estado libanês como por ser o último censo oficial realizado no país, o qual até hoje serve como base para o sistema político sectário. Entretanto, urge a realização de um novo censo nacional, especialmente na comunidade islâmica. O recenseamento demográfico proporcionará aos tomadores de decisão dados demográficos reais do quadro social libanês, que orientarão, com maior lisura, a alocação dos recursos. No caso libanês, ainda mais importante será uma inevitável reformulação do sistema consociativo sectário do país, devido ao aumento exponencial da comunidade muçulmana. É uma realidade a contestação da comunidade islâmica à fórmula de representação sectária de distribuição de cargos públicos, notadamente nos poderes executivo e legislativo, bem como na direção das principais instituições nacionais. A falta de uma representação sectária justa no aparelho estatal nutre um sentimento de desalento e frustração entre os muçulmanos, fenômeno particularmente exacerbado no atual contexto turbulento de crise.

Khalaf (2002) compreende que a conjuntura libanesa do pós-guerra é um ambiente dinâmico e interdependente, entre memória, espaço e identidade. Esses elementos estão em constante transformação e são alvo de disputas e contestações. O desejo de obliterar e afastar lembranças indesejadas de um conflito sangrento e inacabado, ou o esforço para mantê-las vivas e até comemorá-las coexistem até hoje, no Líbano (Khalaf, 2002, p. 307-308). Em que pese o bordão, é transparente a necessidade de promover institucionalmente o diálogo inter-religioso para construir um futuro mais sustentável e harmônico. Atenuar os altos índices de intolerância religiosa e de xenofobia doméstica estimulará a reconciliação da sociedade libanesa, contribuindo para uma coexistência pacífica, ou menos hostil. Para isso, é pertinente

relembrar que uma efetiva solidariedade para com as vítimas de traumas depende de duas ideias essenciais:

- a) as vítimas não são responsáveis pelos traumas que enfrentaram;
- b) sem o suporte para lidar com as memórias do trauma, essas vítimas podem permanecer ansiosas e propensas à violência.

No sul do Líbano, urge investimentos em projetos de infraestrutura, que não apenas catalisarão o desenvolvimento econômico local, mas também potencializarão o turismo regional, promovendo, assim, maior mobilidade social entre as diferentes províncias libanesas. Essa proposta pode ser uma alternativa interessante para perfurar os grandes bolsões que segregam as comunidades religiosas libanesas.

Por fim, entre as potenciais áreas de futuros estudos, sublinha-se a instigante proposição de investigar-se a influência de lideranças sociais e religiosas que, em um primeiro momento, compuseram o núcleo intelectual do Movimento Amal ao lado do grande líder, Imam Musa Al-Sadr, como Husayn Al-Musawi, fundador do Amal Islâmico (1982), o *Sheikh* Mohammad Yazbek, atual presidente do Conselho Religioso do *Hezbollah*, e o carismático líder religioso Ragheb Harb, que posteriormente, em um segundo momento, integraram a mobilização que concebeu o *Hezbollah* (1985).

REFERÊNCIAS

ABBOUD, Samer; DAHI, Omar S.; HAZBUN, Waaled; GROVE, Nicole S.; HINDAWI, Coralie Pison; MOUAWAD, Jamil; HERMRZ, Sami. Towards a Beirut School of critical security studies. **Critical Studies on Security**, United Kingdom, v. 6, n. 3, p. 273-295, 2018.

ABDALLA, Márcio Moutinho; AZEVEDO, Carlos Eduardo Franco; OLIVEIRA, Leonel Gois Lima; GONZALEZ, Rafael Kuramoto. A estratégia de triangulação: objetivos, possibilidades, limitações e proximidades com o pragmatismo. *In*: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 4., 2013, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: 2013. Disponível em: <https://docplayer.com.br/7388652-a-estrategia-de-triangulacao-objetivos-possibilidadeslimitacoes-e-proximidades-com-o-pragmatismo.html>. Acesso em: 09 fev. 2024.

ABISAAB, Rula Jurdi. The Ulama of Jabal ‘Amil in Safavid Iran, 1501–1736: marginality, migration and social change. **Iranian Studies**, v. 27, n. 1-4, p. 103-122, 1994.

ABULOF, Uriel. **Small Peoples**: ethnonational existential uncertainty of Israeli Jews and Québécois. Jerusalem: Leonard Davis Institute for International Relations; The Hebrew University of Jerusalem, 2007.

ABULOF, Uriel. Small peoples: the existential uncertainty of ethnonational communities. **International Studies Quarterly**, United Kingdom, v. 53, n. 1, p. 227-248, 2009.

ADLER, Emanuel; BARNETT, Michael (ed.). **Security communities**. United Kingdom: Cambridge University Press, 1998.

AJAMI, Fouad. **The Vanished Imam**: Musa al Sadr and the Shia of Lebanon. New York: Cornell University Press, 1986.

AL-HADRAWI, Majid Hamid Abbas. **The Lebanese Magazine**: AL – ‘Irfan A Historical study 1909-1936. Imam Ali Holy Shrine, Najaf, 2007.

AL-IRFAN. As mais Importantes Notícias – “Os Impostos”, “Os Direitos Sonegados dos Xiitas” e “A Unidade Síria”. **Revista Al-Irfan**, Líbano, v. 6, n. 8, 1921.

AL-IRFAN. As mais importantes notícias e opiniões – “Os Xiitas e os empregos”, “Jabal Amil e os impostos” e “A chegada do General Gouraud”. **Al-Irfan**, Líbano, v. 6, n. 5-6, p. 293–295, 1921.

AL-IRFAN. Banu Amila. **Revista Al-Irfan**, Líbano, v. 31, n. 1-2, p. 218–224, 1942.

AL-IRFAN. Demandas dos Amilis. **Revista Al-Irfan**, Líbano, v. 7, n. 3, p. 190–191, 1921.

AL-IRFAN. Desejos dos Amilis. **Revista Al-Irfan**, Líbano, v. 9, n. 1, p. 100, 1923.

AL-IRFAN. Perguntas e Respostas: “Os Xiitas e seus Direitos Legítimos no Líbano”. **Revista Al-Irfan**, Líbano, v. 28, n. 4, p. 386–387, 1938.

AL-IRFAN. Resumo de Notícias - Jabal Amil. **Revista Al-Irfan**, Líbano, v. 31, n. 7-8, p. 443, 1945.

AL-KHICHEN, Hussein. *Sohmor: herança e perspectivas*. Najaf: Narjes-library, 2002.

AL-MUSAWI, Abbas. **Discurso do Mestre dos Mártires, Sayyid Abbas al-Musawi, no décimo terceiro aniversário do desaparecimento de Sayyid Musa al-Sadr**. Líbano, 1991. Pronunciado em 25 de agosto de 1991. Disponível em: <https://mediarelations-lb.org/post.php?id=13762>. Acesso em: 15 mar. 2023.

AL-MUSAWI, Abbas. **Discurso do Mestre dos Mártires, Sayyid Abbas al-Musawi, no nono aniversário do desaparecimento de Sayyid Musa al-Sadr**. Líbano, 1987. Pronunciado em 25 de agosto de 1987. Disponível em: <https://mediarelations-lb.org/post.php?id=13758>. Acesso em: 15 mar. 2023.

AL-SADR, Musa. **Discurso do Imam Musa al-Sadr no aniversário da morte do Imam Ali ibn al-Hussein Zain al-Abidin no Hussein Club em Badnayel, Centro de Pesquisa e Estudos Imam Musa al-Sadr, 18 de fevereiro de 1974**. 1974. Disponível em: <https://imamsadr.net/News/news.php?NewsID=7966>. Acesso em: 26 abr. 2023.

AL-SAFA, Mohamad Jaber. **Tarikh Jabal Amil**. 2nd ed. Beirut: Dar al-Nahar, 1981.

AL-TABATABAÍ, Assayed Mohammad Hussein. **O Xiismo no Islam**. Brasília: Embaixada da República Islâmica do Irã, 1997.

ALEXANDER, Jeffrey C. **The meanings of social life: A cultural sociology**. New York: Oxford University Press, 2006.

ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: Reflections on the origin and spread of nationalism*. In: **The new social theory reader**. London: Verso, 1983.

ANTOUN, Richard T. **Understanding Fundamentalism: Christian, Islamic, and Jewish Movements**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2008.

ASSAF, Noura. **Consociational theory and democratic stability: a re-examination; case study: Lebanon**. 2004. Tese (Doutorado em Filosofia Política) – University of Warwick, United Kingdom, 2004.

AYUBI, Nzia N. **Political islam: politics and religion in the Arab World**. London: Routledge, 1991.

AZAB, Aseel Yehiya. *Les Phalanges Libanaises: Identity Construction and the Perception of the Self & Other*. **The Undergraduate Research Journal**, Egypt, v. 4, n. 1, p. 1-57, 2016. Disponível em: <https://fount.aucegypt.edu/urje/vol4/iss1/1/>. Acesso em: 14 jul. 2024.

AZANI, Eitan. **Hezbollah: the story of the party of God: from revolution to institutionalization**. New York: Springer, 2011.

AZEVEDO, Thalia Lacerda de. **A Escola Galea de Estudos Críticos de Segurança: segurança como emancipação**. 2009. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Relações Internacionais: Programa San Tiago Dantas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/17461/1/Thalia%20Lacerda%20de%20Azvedo.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2021.

BACON, Derek. Faith-based organisations and welfare provision in Northern Ireland and North America: whose agenda? In: *Landscapes of voluntarism*. **Policy Press**, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1332/policypress/9781861346322.003.0010>. Acesso em: 14 jul. 2024.

BHASKAR, R., Danermark, B., Ekstrom, M., Jakobsen, L. **Explaining society: an introduction to critical realism in the social sciences**. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780203996249>. Acesso em: 14 jul. 2024.

BHASKAR, Roy. *Scientific realism and human emancipation*. Abingdon: Routledge, 2009.

BAILEY, Clinton. Lebanon's Shi'is after the 1982 War. In: KRAMER, Martin; BAKHASH, Shaul; BAILEY, Clinton; FISCHER, Michael M. J. (ed.). **Shi'ism, Resistance, and Revolution**. New York: Routledge, 2019.

BÂLI, Asli. Sykes-Picot and “Artificial” States. **American Journal of International Law**, v. 110, p. 115-119, 2016. Disponível em: <https://doi:10.1017/S2398772300002919>. Acesso em: 14 jul. 2024.

BANNOUT, Jihad. **Harakat al-Nidal fi Jabal Amil**. The Resistance Movements in Jabal Amil. Beirut: Dar al-Mizan, 1993.

BAR-TAL, Daniel. Sociopsychological foundations of intractable conflicts. **American Behavioral Scientist**, v. 50, n. 11, p. 1430-1453, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0002764207302462>. Acesso em: 14 jul. 2024.

BAR-TAL, Daniel; HALPERIN, Eran; DE RIVERA, Joseph. Collective emotions in conflict situations: societal implications. **Journal of Social Issues**, v. 63, n. 2, p. 441-460, 2007. Disponível em: <https://www.tau.ac.il/~daniel/pdf/13.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2024.

BARNETT, Jon; ADGER, W. Neil. Climate change, human security and violent conflict. **Political geography**, v. 26, n. 6, p. 639-655, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2007.03.003>. Acesso em: 14 jul. 2024.

BARNETT, Michael N. **Dialogues in Arab politics: negotiations in regional order**. Columbia University Press, 1998.

BARNETT, Michael. Social constructivism. *The Globalization of World Politics: An introduction to international relations*, v. 5, p. 148-165, 2005.

BAROUDI, Sami Emile. Islamist Perspectives on International Relations: The Discourse of Sayyid Muhammad Hussein Fadlallah (1935–2010). **Middle Eastern Studies**, v. 49, n. 1, p. 107-133, 2013. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/23470905>. Acesso em: 14 jul. 2024.

BATSON, C. Daniel; STOCKS, E. L. Its Core Psychological Functions. *In*: GREENBERG, Jeff; KOOLE, Sander Leon; PYSZCZYNSKI, Thomas A. (Ed.). **Handbook of experimental existential psychology**. New York: Guilford Press, 2004. p. 141-155.

BAUMAN, Zygmunt. Critical theory. *In*: ETZKOWITZ, Henry; GLASSMAN, Ronald M. (ed.). **The Renaissance of Sociological Theory: Classical and Contemporary**. Itasca: F.E. Peacock Publishers, 1991. p. 277-303.

BAYEH, Joseph. **A history of stability and change in Lebanon: foreign interventions and international relations**. United Kingdom: Bloomsbury, 2017.

BERRI, Nabih. **Discurso no aniversário da ocultação do Imam Sayed Musa Al-Sadr**. Líbano. Pronunciado em 31 de agosto de 2013. Disponível em: <https://l1nq.com/UYcoy>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BEYDOUN, Ahmad. Identité confessionnelle et temps social chez les historiens libanais contemporains. **Revue Française de Science Politique**, França, ano 1986, v. 36, n. 2, p. 282-286, 1984. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5975672>. Acesso em: 14 jul. 2024.

BILGIN, Pinar. Inventing Middle East: the making of regions through security discourses. *In*: UTVIK, Bjørn Olav; VIKØR, Knut (ed.). **The Middle East in a Globalized world**. Bergen: The Nordic Society for Middle Eastern Studies, 2000. Disponível em: http://repository.bilkent.edu.tr/bitstream/handle/11693/51153/Inventing_Middle_Easts_the_making_of_regions_through_security_discourses.pdf?sequence=1. Acesso em: 08 abr. 2021.

BILGIN, Pinar. What is the point about Sykes–Picot? **Global Affairs**, United Kingdom, v. 2, n. 3, p. 355-359, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/23340460.2016.1236518>. Acesso em: 14 jul. 2024.

BILGIN, Pinar. Whose ‘Middle East’? Geopolitical inventions and practices of security. **International Relations**, United Kingdom, v. 18, n. 1, p. 25-41, 2004. Disponível em: <https://pinarbilgin.me/wp-content/uploads/2011/08/pbilgin-ir-2004.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2024.

BLATZ, Craig W.; ROSS, Michael. Historical memories. *In*: BOYER, Pascal; WERTSCH, James (ed.). **Memory in mind and culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 219-237.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. V. 1.

BONSEN, Sabrina. Martyr Cults and Political Identities in Lebanon. *In*: BECK, Martin; HARDERS, Cilja; JÜNEMANN, Annette; OUAISSA, Rachid; STETTER, Stephan. **Martyr Cults and Political Identities in Lebanon**. Wiesbaden: Springer VS, 2020.

BOOTH, Ken. **Theory of world security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

BOSCO, Asiimwe. **The domestication of 'societal security' of the Copenhagen school: Africa in focus**. 2019. Disponível em: https://thecfma.org/wp-content/uploads/2019/12/Societal-Security-the-Copenhagen-School_Assimwe-2019.pdf. Acesso em: 15 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas: MD35-G-01**. 5. ed. Brasília, 2015.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria; HAYFIELD, Nikki; TERRY, Gareth. Thematic analysis. *In*: LIAMPUTTONG, Pranee (ed.). **Handbook of Research Methods in Health Social Sciences**. Singapore: Springer Singapore, 2019. p. 843-860.

BROWNING, Christopher S.; JOENNIEMI, Pertti. Ontological security, self-articulation and the securitization of identity. **Cooperation and conflict**, United Kingdom, v. 52, n. 1, p. 31-47, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0010836716653161>. Acesso em: 14 jul. 2024.

BRYNEN, Rex. **Sanctuary and Survival: the PLO in Lebanon**. New York: Routledge, 2019.

BRYNEN, Rex. The politics of exile: the Palestinians in Lebanon. **Journal of Refugee Studies**, United Kingdom, v. 3, n. 3, p. 204-227, 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/jrs/3.3.204>. Acesso em: 14 jul. 2024.

BUZAN, Barry; WEAVER, Ole. **Regions and powers: the structure of international security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: A new framework for analysis**. Colorado: Lynne Rienner, 1998.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

CALFAT, Natália Nahas Carneiro Maia. **O modelo consociativo para sociedades plurirreligiosas: reflexões e aprendizados sobre a experiência confessional libanesa**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-13042017-092309/pt-br.php>. Acesso em: 14 jul. 2024.

CAMMETT, Melani. **Compassionate communalism: Welfare and sectarianism in Lebanon**. New York: Cornell University Press, 2014.

CAMMETT, Melani. **Lebanon, the sectarian identity test lab**. [S.l.]: The Century Foundation, 2019. Disponível em: <https://tcf.org/content/report/lebanon-sectarian-identity-test-lab/?session=1&agreed=1&session=1&agreed=1>. Acesso em: 15 ago. 2022.

CAMPO, Juan Eduardo. **Encyclopedia of Islam**. New York: Infobase, 2009.

CARTER, Jennifer; MARSEE, Monica; WEEMS, Carl F. Identity exploration, commitment, and existential anxiety as predictors of the forms and functions of aggression. **Identity**, United States, v. 13, n. 4, p. 348-367, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15283488.2013.780975>. Acesso em: 14 jul. 2024.

CASTANO, Emanuele; YZERBYT, Vincent; PALADINO, Maria Paola. Transcending oneself through social identification. *In*: GREENBERG, Jeff; KOOLE, Sander L.; PYSZCZYNSKI, Tom (ed.). **Handbook of Experimental Existential Psychology**. New York: Guilford Press, 2004. p. 305–321.

CAYLI, Baris. **Violence and militants: From Ottoman rebellions to Jihadist organizations**. Quebec: McGill-Queen's Press, 2019.

CENTRO IMAM MUSA AL-SADR DE PESQUISA E ESTUDOS. **O presidente Yasser Arafat recebe o Imam Musa al-Sadr, e tanto Muhammad Ghaddar quanto Hani al-Hassan aparecem**. 2023. Disponível em: <https://www.imamsadr.net/Home/news-details.php/-الإمام-موسى-الصدر-خلال-زيارته-الرئيس-ياسر-عرفات>. Acesso em: 11 jan. 2024.

CHAIB, Kinda. Culture du martyr au Liban Sud: entre fabrication de catégories et enjeux mémoriels. 2014. Tese (Doutorado em história), Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne: Bienvenue, Paris, 2014.

CHAIB, Kinda. **Le martyr au Liban**. Liban, une guerre de 33 jours, 2007.

CHAIB, Kinda. Les identités chiites au Liban-Sud. Vingtième siècle. **Revue d'histoire**, França, n. 3, p. 149-162, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/ving.103.0149>. Acesso em: 14 jul. 2024.

CHALABI, Tamara. **Community and nation-state: The Shi 'is of Jabal 'Amil and the new Lebanon, 1918–1943**. Cambridge: Harvard University, 2003.

CHALABI, Tamara. **The Shi 'is of Jabal 'Amil and the New Lebanon: Community and Nation-State, 1918–1943**. London: Palgrave McMillan, 2006.

CHAMRAN, Mahdi. **Memórias do mártir Dr. Mostafa Chamran no Líbano**. Beirute: Dar Al-Mahjah Al-Bayda, 2018.

CHAMRAN, Mustafa. **The Islamic Revolution and The Imposed War**. Tehran: Council for the Celebrations of the Third Anniversary of the Victory of the Islamic Revolution Tehran, 1982.

CHECKEL, Jeffrey T. The constructive turn in international relations theory. **World Politics**, United States, v. 50, n. 2, p. 324-348, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0043887100008133>. Acesso em: 14 jul. 2024.

CHUAIB, Ali Abdel Menem. **As reivindicações de Jabal Amil: igualdade de unidade no Grande Líbano (1900-1936)**. Beirute: Instituição Universitária de Estudos, 1987.

CIA. The World Factbook. **Lebanon**. 2021. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/lebanon/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

CORM, Georges. ¿Puede el Líbano librarse de la condición de Estado tampón? **Voltairenet.org**, 17 jun. 2005. Disponível em: <https://www.voltairenet.org/article125874.html>. Acesso em: 18 fev. 2021.

CRIGHTON, Elizabeth. The evolution of protracted ethnic conflict: Group dominance and political underdevelopment in Northern Ireland and Lebanon. **Comparative Politics**, United States, v. 23, n. 2, p. 127-142, 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/422357>. Acesso em: 14 jul. 2024.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 2002.

DAHER, Joseph. **Hezbollah: a historical materialist analysis**. 2015. Tese (Doutorado em Estudos de Desenvolvimento) – Department of Development, SOAS University of London, London, 2015.

DAHER, Masu'ud. Jabal Amil no Quadro da Fragmentação Colonial do Levante Árabe. In: Baydoun, I.; Makhzum, M.; Sweid, Y.; Jaber, M.; Daher, M.; Taqiel-din, S (ed.). **Páginas da história de Jabal Amil**. Beirute: Dar Al-Farabi - Conselho Cultural do Sul do Líbano, 1979.

DAKHLALLAH, Farah. What it means to be Shiite in Lebanon: Al Manar and the imagined community of resistance. **Westminster Papers in Communication and Culture**, United Kingdom, v. 3, n. 2, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.16997/wpcc.28>. Acesso em: 14 jul. 2024.

DANERMARK, Berth; EKSTRÖM, Mats; KARLSSON, Jan Ch. **Explaining society: critical realism in the social sciences**. London: Routledge, 2019.

DAR AL-WELAYAH. **O Mártir Dr. Mustafa Chamran**. 2023. Disponível em: <https://www.alwelayah.net/post/16529>. Acesso em: 22 fev. 2024.

DARA, Kawthar. Marginalization Cost: Regional Disparities. Fueling Lebanon's Fragility. **Carnegie Middle East Center**, Lebanon, Sept. 2020. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/research/2020/11/marginalization-cost-regional->

disparities-fueling-lebanons-fragility?lang=en¢er=middle-east. Acesso em: 14 jul. 2024.

DARWISH, Ali Ibrahim. **Jabal Amil entre 1517 e 1697: vida política e cultural**. Beirute: Dar Al-Hadi, 1993.

DE CLERCK, Dima; MALSAGNE, Stéphane. **Le Liban en guerre. 1975-1990: 1975-1990**. Paris: Belin éditeur, 2020.

DE LUCA, Tânia Regina. **Práticas de pesquisa em história**. São Paulo: Contexto, 2020.

DEEB, Lara. **An enchanted modern: Gender and public piety in Shi'i Lebanon**. Princeton: Princeton University Press, 2011.

DEEB, Lara; HARB, Mona. **Leisurely Islam**. Princeton: Princeton University Press, 2013.

DEEB, Lara. 'Til Sect do You Part?' On Sectarianism and Intermarriage in Lebanon. **Jadaliyya**, [S.l.], 14 set. 2017. Disponível em: <https://www.jadaliyya.com/Details/34552>. Acesso em: 15 ago. 2022.

DEEB, Marius. Shia movements in Lebanon: Their formation, ideology, social basis, and links with Iran and Syria. **Third World Quarterly**, United States, v. 10, n. 2, p. 683-698, 1988. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3992662>. Acesso em: 14 jul. 2024.

DEKMEJIAN, Richard Hrair. Consociational democracy in crisis: The case of Lebanon. **Comparative Politics**, United States, v. 10, n. 2, p. 251-265, 1978. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/421648>. Acesso em: 14 jul. 2024.

DENG, Francis M. **War of Visions: Conflict of Identities in the Sudan**. Washington, DC: The Brookings Institution, 1995.

DIANI, Mario; DELLA PORTA, Donatella. **Social movements: An introduction**. Oxford: Blackwell, 2006.

EJDUS, Filip. Critical situations, fundamental questions and ontological insecurity in world politics. **Journal of International Relations and Development**, United Kingdom, v. 21, n. 4, p. 883-908, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/s41268-017-0083-3>. Acesso em: 14 jul. 2024.

ERIKSEN, Thomas Hylland; BAL, Ellen; SALEMINK, Oscar. A world of insecurity. **Anthropological Perspectives on Human Security**, United Kingdom: Pluto Press, v. 25, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/j.ctt183pcnn>. Acesso em: 14 jul. 2024.

FADLALLAH, Jafar. **Hadith 'Ashura**. Beirut: Dar al-Malik, 1997. Disponível em: <https://ciaotest.cc.columbia.edu/book/cup/0001320/0001320.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2024.

FADLALLAH, Muhammad Husayn. **Al-Islam wa Mantiq Al-Quwwa** (Islam and the Logic of Power). Beirute: Dar al-Ta'aruf, 1987.

FADLALLAH, Shaykh Muhammad Hussayn; SOUEID, Mahmoud. Islamic Unity and Political Change. Interview with Shaykh Muhammad Hussayn Fadlallah. **Journal of Palestine Studies**, United States, v. 25, n. 1, p. 61-75, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2538105>. Acesso em: 14 jul. 2024.

FAISAL I King of Iraq. *In*: ENCYCLOPAEDIA Britannica, 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Faisal-I>. Acesso em: 05 fev. 2024.

FAWAZ, Mona; HARB, Mona; GHARBIEH, Ahmad. Living Beirut's security zones: An investigation of the modalities and practice of urban security. **City & Society**, United States, v. 24, n. 2, p. 173-195, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1548-744X.2012.01074.x>. Acesso em: 14 jul. 2024.

FEIFEL, Herman; BRANSCOMB, Allan B. Who's afraid of death? **Journal of Abnormal Psychology**, United States, v. 81, n. 3, p. 282, 1973. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/h0034519>. Acesso em: 14 jul. 2024.

FIRRO, Kais M. Ethnicizing the Shi'is in mandatory Lebanon. **Middle Eastern Studies**, United Kingdom, v. 42, n. 5, p. 741-759, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00263200600827933>. Acesso em: 14 jul. 2024.

FISK, Robert. **Pity the nation: Lebanon at war**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

FINNEMORE, Martha; SIKKINK, Kathryn. International norm dynamics and political change. **International organization**, United States, v. 52, n. 4, p. 887-917, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1162/002081898550789>. Acesso em: 14 jul. 2024.

FLICK, Uwe. **An introduction to qualitative research**. 4th. ed. London: Sage, 2009.

FRAYHA, Anis. **Modern Lebanese proverbs collected at Râs al-Matn**. Lebanon: American University of Beirut, 1953.

FREUD, Sigmund. A religious experience. **The Psychoanalytic Review** (1913-1957), United States, v. 20, p. 352, 1938. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/b9fe3216883769aa7dc5b95dedd6dd4d/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1820903>. Acesso em: 14 jul. 2024.

GARCÍA CAMPELLO, Ana María. **Historias del Líbano: la invención de un Estado**. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universitat de Barcelona, Barcelona, 2005. Disponível em:

https://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/35526/1/00.AGC_PREVIO.pdf. Acesso em: 14 jul. 2024.

GEMAYEL, Pierre. Connaissance des kataeb. Leur doctrine et leur politique nationales. Dans les déclarations, messages, articles et lettres officielles. 1936. *In*: GEMAYEL, Pierre. **Histoire des Forces Libanaises**. Histoire des milices et des partis chrétiens de 1975 à nos jours. p. 1-12. Disponível em: <https://histoiredesforceslibanaises.wordpress.com/2012/12/02/connaissance-des-kataeb-leur-doctrine-et-leur-politique-nationales-dans-les-declarations-messages-articles-et-lettres-officielles-depuis-1936-de-pierre-gemayel-chef-superieur-des-kataeb/>. Acesso em: 09 fev. 2024.

GHARBIH, Hussein M. **Political awareness of the Shi'ites in Lebanon: the role of Sayyid Abd al-Husain Sharaf al-Din and Sayyid Musa al-Sadr**. 1996. Tese (Doutorado em Filosofia) – Durham University, Durham, 1996. Disponível em: <https://etheses.dur.ac.uk/1521/>. Acesso em: 14 jul. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDGEIER, James M.; TETLOCK, Philip E. Psychology and international relations theory. **Annual Review of Political Science**, United States, v. 4, n. 1, p. 67-92, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.4.1.67>. Acesso em: 14 jul. 2024.

GREENBERG, Jeff; KOOLE, Sander Leon; PYSZCZYNSKI, Thomas A. (ed.). **Handbook of experimental existential psychology**. New York: Guilford, 2004.

GROSSI, Ken; MILLIGAN, Maren; WADDELOW, Ted. Restoring Lost Voices of Self-Determination. **King-Crane Commission Digital Collection**, Oberlin, aug. 2011. Disponível em: <https://www2.oberlin.edu/library/digital/king-crane/intro.html>. Acesso em: 15 set. 2023.

HADATH Municipality's Only-Christian Policy is Short-Sighted & Inefficient. **Blog Baladi**, 27 jun. 2019. Disponível em: <https://blogbaladi.com/hadath-municipalities-only-christian-policy-is-short-sighted-inefficient/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

HALAWI, Majed. **A Lebanon defied: Musa al-Sadr and the Shi'a community**. Boulder. New York: Westview, 1992.

HALBWACHS, Maurice. **On collective memory**. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

HARB, Mona. Faith-based organizations as effective development partners? Hezbollah and post-war reconstruction in Lebanon. *In*: Clarke, G., Jennings, M. (eds). **Development, civil society and faith-based organizations: Bridging the sacred and the secular**. London: Palgrave Macmillan, 2008. p. 214-239,

HARB, Mona; LEENDERS, Reinoud. Know thy enemy: Hizbullah, 'terrorism' and the politics of perception. **Third World Quarterly**, United States, v. 26, n. 1, p. 173-197, 2005. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3993770>. Acesso em: 14 jul. 2024.

HARTMANN, Martin. **Reisebriefe aus Syrien**. Berlim: Reimer 1913.

HAUGBOLLE, Sune. **War and memory in Lebanon**. Cambridge University Press, 2010.

HAZEN, Jennifer M. From social movement to armed group: A case study from Nigeria. **Contemporary security policy**, United Kingdom, v. 30, n. 2, p. 281-300, 2009. Disponível em: <https://catalogue.sipri.org/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=74154>. Acesso em: 14 jul. 2024.

HAZRAN, Yusri. The rise of politicized Shi'ite religiosity and the territorial state in Iraq and Lebanon. **The Middle East Journal**, United States, v. 64, n. 4, p. 521-541, 2010. Disponível em: https://muse.jhu.edu/article/400808#info_wrap. Acesso em: 14 jul. 2024.

HAZRAN, Yusri. The Shiite community in Lebanon: From marginalization to ascendancy. **Crown Center for Middle East Studies Publication**, United States, v. 37, p. 1-8, 2009. Disponível em: <https://www.brandeis.edu/crown/publications/middle-east-briefs/pdfs/1-100/meb37.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2024.

HERBERT, Lise Jean. From the supreme Islamic Shii council to AMAL: Shii politics in Lebanon from 1969-1984. 1999.

HERMANN, Margaret G. Ingredients of leadership. *In*: HERMANN, Margaret G. **Political psychology**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 1986.

HERZ, John H. **International politics in the atomic age**. New York: Columbia University Press, 1959.

HOPF, Ted. The promise of constructivism in international relations theory. **International security**, United States, v. 23, n. 1, p. 171-200, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1162/isec.23.1.171>. Acesso em: 14 jul. 2024.

HOROWITZ, Donald L. Democracy in divided societies. *J. Democracy*, v. 4, p. 18, 1993.

HOROWITZ, Donald L. **Ethnic groups in conflict, updated edition with a new preface**. Berkeley: Univ of California Press, 2000.

HOUGH, Peter. Global steps towards human security. **Security & Human Rights**, Netherlands, v. 19, p. 15, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1163/187502308784048492>. Acesso em: 14 jul. 2024.

HOURANI, Albert. From Jabal'Āmil to Persia. **Bulletin of the School of Oriental and African Studies**, United Kingdom, v. 49, n. 1, p. 133-140, 1986. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0041977X00042555>. Acesso em: 14 jul. 2024.

HUDSON, Michael C. The precarious republic: Political modernization in Lebanon (New York: Random House, 1968). **The American Historical Review**, United States, v. 75, n. 1, p. 179-181, 1969. Disponível em: <https://works.swarthmore.edu/alum-books/3193/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

HURD, Ian; REUS-SMIT, Christian; SNIDAL, Duncan. **The Oxford handbook of international relations**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HUYSMANS, Jef. Security! What do you mean? From concept to thick signifier. **European journal of international relations**, v. 4, n. 2, p. 226-255, 1998.

IBN YAHYA, Şalih; SALIBI, Kamal; HOURS, Francis. **Tārīkh Bayrūt, wa-huwa akhbār al-salaf min dhurriyat Buḥtur ibn ‘Alī Amīr al-Gharb bi-Bayrūt**. Bayrūt: Dār al-Mashraf, 1969.

INSTITUTO IMAM SADR. **Visita do Imam Musa Sadr ao acampamento militar de Amal**. 2024. Disponível em: <http://imam-sadr.com/-نگارخانه/نمایش.aspx?بازدید-از-اردوگاه-امل/ArticleId/5661/tabid/131>. Acesso em: 11 jan. 2024.

JABER, Hala. **Hezbollah: Born with a vengeance**. Columbia University Press, 1997.

JAWAD, Rana. **Social welfare and religion in the Middle East: A Lebanese perspective**. Bristol: Policy Press, 2009.

JEPPEPERSON, Ronald L.; KATZENSTEIN, Peter J.; WENDT, Alexander. Norms, identity, and culture in national security. In: KATZENSTEIN, Peter J. (ed.). **The culture of national security: Norms and identity in world politics**. New York: Columbia University Press, 1996.

JENNINGS, Michael; CLARKE, Gerard. **Conclusion: faith and development: of ethno-separatism, multiculturalism and religious partitioning?** London: Palgrave Macmillan, 2008.

JETTEN, Jolanda; BRANSCOMBE, Nyla R.; SPEARS, Russell. On being peripheral: Effects of identity insecurity on personal and collective self-esteem. **European Journal of Social Psychology**, v. 32, n. 1, p. 105-123, 2002.

JOST, John T.; FITZSIMONS, Gráinne; KAY, Aaron C. The ideological animal. In: GREENBERG, Jeff; KOOLE, Sander L.; PYSZCZYNSKI, Tom (ed.). **Handbook of experimental psychology**. New York: The Guilford Press, 2004.

KAPLAN, Robert D. **The revenge of geography: What the map tells us about coming conflicts and the battle against fate**. New York: Random House, 2012.

KARAGIANNIS, Emmanuel. Hizballah as a social movement organization: a framing approach. **Mediterranean Politics**, United Kingdom, v. 14, n. 3, p. 365-383, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13629390903346863>. Acesso em: 15 jul. 2024.

KATZENSTEIN, Peter J. (ed.). *The culture of national security: Norms and identity in world politics*. New York: Columbia University Press, 1996.

KAWTHARANI, Farah W. *Political Thought in Contemporary Shi'a Islam: Muhammad Mahdi Shams al-Din*. London: Springer Nature, 2019.

KERTZER, Joshua D.; TINGLEY, Dustin. Political psychology in international relations: beyond the paradigms. *Annual Review of Political Science*, United States, v. 21, p. 319-339, 2018. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurevhttps://doi.org/10.1146/annurev-polisci-041916-020042-polisci-041916-020042>. Acesso em: 15 jul. 2024.

KHALAF, Samir. *Persistence and change in 19th century Lebanon: a sociological essay*. Syracuse: Syracuse Univ Pr, 1979.

KHALAF, Samir. *Civil and uncivil violence in Lebanon*. New York: Columbia University Press, 2002.

KHALAF, Samir. Primordial ties and politics in Lebanon. *Middle Eastern Studies*, United Kingdom, v. 4, n. 3, p. 243-269, 1968. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00263206808700103>. Acesso em: 15 jul. 2024.

KHALIDI, Tarif. Shaykh Ahmad Arif al-Zayn and al-Irfan. *In: BUHEIRY, Marwan R.(ed.). Intellectual Life in the Arab East 1890–1939*. Beirut: Center for Arab and Middle East Studies; American University of Beirut, 1981.

KHAN, Adnan. *100 Years of the Middle East: The Struggle for the Post Sykes-Picot*. Lahore: Maktabalislam, 2016.

KING-CRANE COMMISSION. *In: ENCYCLOPAEDIA Britannica*, 2013. Disponível em: <https://www.britannica.comhttps://www.britannica.com/topic/King-Crane-Commission>. Acesso em: 08 out. 2022.

KING, Henry Churchill; CRANE, Charles Richard. *The King-Crane Commission Report, August 28, 1919: Report of (the) American Section of Inter-allied Commission of Mandates in Turkey: an Official United States Government Report by the Inter-allied Commission on Mandates in Turkey, American Section*. New York: New York, Editor & Publisher Co. 1922. Disponível em: https://content.ecf.org.il/files/M00708_KingCraneReportTextEnglish.pdf. Acesso em: 22 fev. 2023.

KOOPMAN, Cheryl. Political psychology as a lens for viewing traumatic events. *Political Psychology*, United States, v. 18, n. 4, p. 831-847, 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3792212>. Acesso em: 15 jul. 2024.

KORANY, Baghat; NOBLE, Paul; BRYNEN, Rex (orgs.). *The Many Faces of National Security in the Arab World*. London: Palgrave Macmillan, 1993.

KRAMER, Martin. *Arab awakening and Islamic revival: the politics of ideas in the Middle East*. New York: Routledge, 2017.

KRAMER, Martin. Fundamentalist Islam at large: the drive for power. **Middle East Quarterly**, United States, 1996. Disponível em: <https://www.meforum.org/304/fundamentalist-islam-at-large-the-drive-for-power>. Acesso em: 15 jul. 2024.

KRAMER, Ueli; ZIMMERMANN, Grégoire. Fear and anxiety at the basis of adolescent externalizing and internalizing behaviors: A case study. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, United States, v. 53, n. 1, p. 113-120, 2009. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/18198231/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael C. **Critical security studies: Concepts and cases**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

LABAKI, Boutros. Confessional communities, social stratification and wars in Lebanon. **Social compass**, United States, v. 35, n. 4, p. 533-561, 1988. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/003776868803500406>. Acesso em: 15 jul. 2024.

LACOSTE, Yves. **Geografia do subdesenvolvimento**. São Paulo: Difusão Européia do livro, Editora da Universidade de S. Paulo, 1966.

LAPID, Yosef; KRATOCHWIL, Friedrich. **The return of culture and identity in IR theory**. Boulder: Lynne Rienner, 1996.

LARSON, Deborah Welch. Dialogue of the distrustful: Historical memory and group conflict: A review of Trust and conflict: Representation, culture and dialogue. 2012.

LEE, Robert D. **Religion and politics in the Middle East: Identity, ideology, institutions, and attitudes**. New York: Routledge, 2018.

LÍBANO. **Lei n. 72, de 19 de dezembro de 1967**. Regula os assuntos da comunidade islâmica xiita no Líbano. Diário Oficial, Edição: 103, Sin el-Fil, p. 1949-1952. Data de publicação: 25 dez. 1967.

LIJPHART, Arend. **Patterns of democracy**. New Haven: Yale University Press, 2012.

LITTMAN, Rebecca; PALUCK, Elizabeth Levy. The cycle of violence: Understanding individual participation in collective violence. **Political Psychology**, United States, v. 36, p. 79-99, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/pops.12239>. Acesso em: 15 jul. 2024.

LOUËR, Laurence. **Transnational Shia Politics**. Religious and political networks in the Gulf. London: Hurst Publishers, 2008.

MAALOUF, Ramez Philippe. **Geoestratégias em confronto no Líbano em guerra (1975-90)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-17102012-095211/en.php>. Acesso em: 10 out. 2021.

MAJED, Ziad. Hezbollah and the Shiite community: From political confessionalization to confessional specialization. **Aspen Institute**, 19 nov. 2010. Disponível em: https://www.aspeninstitute.org/wpcontent/uploads/files/content/docs/pubs/LRF_AW_digital_1122.pdf. Acesso em: 08 abr. 2021.

MAKDISI, Ussama. Reconstructing the nation-state: The modernity of sectarianism in Lebanon. **Middle East Report**, United States, p. 23-30, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/3013264>. Acesso em: 15 jul. 2024.

MAKDISI, Ussama. The culture of sectarianism: community, history, and violence in nineteenth-century Ottoman Lebanon. Berkeley: Univ of California Press, 2000.

MALASPINA, Ann. **Lebanon**. New York: Infobase, 2009.

MALLAT, Chibli. Aspects of Shi 'i Thought from the South of Lebanon: al-'Irfan, Muhammad Jawad Mughniyya, Muhammad Mahdi Shamseddin, Muhammad Husain Fadlallah. **Papers on Lebanon**, Lebanon, v. 7, 1998. Disponível em: <https://www.lebanesestudies.com/wp-content/uploads/2012/03/cd548c87.-Shiai-Thought-from-the-South-of-Lebanon.-Chibli-Mallat.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024.

MANCINI, Marisa Cotta; SAMPAIO, Rosana Ferreira. Quando o objeto de estudo é a literatura: estudos de revisão. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, Brasil, v. 10, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbfis/a/4SXvxPYFB3GWs4V4s3vz7kN/>. Acesso em: 28 nov. 2023.

MASLOW, Abraham H. The instinctoid nature of basic needs. Farmington: **Journal of personality**, United States, volume 22, número 3, p. 326-247, 1954. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-6494.1954.tb01136.x>. Acesso em: 15 jul. 2024.

MASTERS, Bruce Alan; ÁGOSTON, Gábor. **Encyclopedia of the Ottoman Empire**. New York: Facts on File; Infobase, 2010.

MCDERMOTT, Rose. **Political psychology in international relations**. Michigan, Ann Arbor: University of Michigan Press, 2004.

MCSWEENEY, Bill. Identity and security: Buzan and the Copenhagen school. **Review of International Studies**, United Kingdom, v. 22, n. 1, p. 81-93, jan. 1996. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20097432>. Acesso em: 15 jul. 2024.

MCSWEENEY, Bill. **Security, identity and interests: a sociology of international relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MERCER, Jonathan. Rationality and psychology in international politics. **International organization**, United Kingdom, v. 59, n.1, p. 77-106, 2005. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3877879>. Acesso em: 16 jul. 2024.

MERVIN, Sabrina. Les larmes et le sang des chiites: corps et pratiques rituelles lors des célébrations de 'Āshūrā' (Liban, Syrie). **Revue des mondes musulmans et de la Méditerranée**, France, n. 113-114, p. 153-166, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/remmm.2973>. Acesso em: 16 jul. 2024.

MERVIN, Sabrina. **Un réformisme chiite**. Paris: Karthala-Cermoc-Ifead, 2000.

MOMEN, Moojan. **An Introduction to Shi'i Islam: The History and Doctrines of Twelver Shi'ism**. New Haven: Yale University Press, 1987.

MORGAN, Hani. Conducting a qualitative document analysis. **The Qualitative Report**, United States, v. 27, n. 1, p. 64-77, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.46743/2160-3715/2022.5044>. Acesso em: 16 jul. 2024.

MROUE, Bassem. **Lebanese town bans Muslims from buying, renting property**. 2019. Disponível em: <https://apnews.com/article/media-ap-top-news-international-news-lebanon-lifestyle-ab2518df6f074c3bae9494638840d26a>. Acesso em: 15 jan. 2022.

MUTIMER, David; GRAYSON, Kyle; BEIER, J. Marshall. Critical studies on security: An introduction. **Critical Studies on Security**, United Kingdom, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21624887.2013.801126>. Acesso em: 16 jul. 2024.

NAHEL, Osama Abu. The Feudal rule of Mutawila of Jabal Amel under the Ottoman era 1804-1830 AD. **Osmanlı Medeniyeti Araştırmaları Dergisi**, Turkey, n. 12, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21021/osmed.789531>. Acesso em: 16 jul. 2024.

NASSAR, Jamal R. Sectarian political cultures: The case of Lebanon. **The Muslim World**, Russia, v. 85, n. 3-4, p. 246-265, 1995. Disponível em: <https://elibrary.ru/item.asp?id=4979532>. Acesso em: 16 jul. 2024.

NASSER, Ali. **O líder mártir, Dr. Mustafa Shamran, acompanhado pelo Imam Al-Sadr na Rússia**. Pinterest, 2021. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/787144841122166106/>. Acesso em: 11/01/2024.

NAU, Henry R. **Identity and International Politics: An Alternative to Neorealism**. Washington, DC: Annual Meeting of the American Political Science Association, 1993.

NIR, Omri. **Lebanese Shi 'ite Leadership, 1920–1970s: Personalities, Alliances, and Feuds**. New York: Springer, 2016.

NIR, Omri. **Nabih Berri and Lebanese Politics**. New York: Springer, 2011.

NORTON, Augustus Richard. Changing actors and leadership among the Shiites of Lebanon. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, United States, v. 482, n. 1, p. 109-121, 1985. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0002716285482001007>. Acesso em: 16 jul. 2024.

NORTON, Augustus R.; BINDER, Leonard. **Amal and the Shi'a**: Struggle for the Soul of Lebanon. Austin: University of Texas Press, 1987.

NUCHO, Joanne Randa. Everyday sectarianism in urban Lebanon. *In*: NUCHO, Joanne Randa. **Everyday Sectarianism in Urban Lebanon**: Infrastructures, Public Services, and Power. Princeton: Princeton University Press, 2017.

O'BALLANCE, Edgar. **Civil war in Lebanon, 1975-92**. New York: Springer, 1998.

O IMAM Musa Sadr ainda está vivo? **Mashregh News**, Irã, 10 set. 2017. Disponível em: <https://mshregh.ir/889338>. Acesso em: 10 out. 2023.

OLMERT, Joseph. The shi'is and the Lebanese state. *In*: KRAMER, Martin (ed.). **Shi'ism, Resistance, and Revolution**. New York: Routledge, 2019.

PERDEW, Laura. **Understanding Lebanon Today**. Florida: Mitchell Lane, 2020.

PETERSON, Scott. **Let the swords encircle me**: Iran: a journey behind the headlines. New York: Simon and Schuster, 2010.

PICARD, Elizabeth. **The Lebanese Shi'a and political violence**. Geneva: United Nations Research Institute for Social Development, 1993.

PILLAY, Rona. Ethnomethodology. *In*: LIAMPUTTONG, Pranee (ed.). **Handbook of Research Methods in Health Social Sciences**. Singapore: Springer, 2019. p. 269-283.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Human Development Report 1993**. New York: Oxford University Press 1993. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/222/hdr_1993_en_complete_nostats.pdf. Acesso em: 28 out. 2021.

PROVENCE, Michael. **The great Syrian revolt and the rise of Arab nationalism**. Austin: University of Texas Press, 2005.

PYSZCZYNSKI, Tom; KESEBIR, Pelin. Culture, ideology, morality, and religion: Death changes everything. *In*: SHAVER, Phillip R.; MIKULINCER, Mario (ed.). **Meaning, mortality, and choice**: The social psychology of existential concerns. Washington, DC: American Psychological Association, 2012.

RABUSHKA, Alvin; SHEPSLE, Kenneth A. **Politics in plural societies**. Columbus: Charles E. Merrill, 1972. V. 232.

RATHBUN, Brian C. Uncertain about uncertainty: understanding the multiple meanings of a crucial concept in international relations theory. **International studies quarterly**, United Kingdom, v. 51, n. 3, p. 533-557, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-2478.2007.00463.x>. Acesso em: 16 jul. 2024.

RAYMOND, Candice. Vida, muerte y resurrección de la historia del Líbano, o las vicisitudes del Fénix. **Revue Tiers Monde**, France, v. 216, n. 4, p. 71-87, 2013. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-tiers-monde-2013-4-page-71.htm>. Acesso em: 16 jul. 2024.

REISINEZHAD, Arash. **The Shah of Iran, the Iraqi Kurds, and the Lebanese Shia**. New York: Springer International, 2019.

RESENDE, Erica; BUDRYTE, Dovile (ed.). Memory and trauma in international relations: Theories, cases and debates. New York: Routledge, 2013.

ROWAYHEB, Marwan George. Lebanese militias: A new perspective. **Middle eastern studies**, United States, v. 42, n. 2, p. 303-318, 2006. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4284448>. Acesso em: 16 jul. 2024.

RUDQVIST, Anders. Greed or Social Injustice? Competing Approaches to Conflict Resolution and Sustainable Peace in Colombia. **Iberoamericana–Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies**, Sweden, v. 36, n. 2, 2006. Disponível em: DOI: 10.16993/ibero.192. Acesso em: 16 jul. 2024.

SAAD-GHORAYEB, Amal. Factors Conducive to the Politicization of the Lebanese Shī'a and the Emergence of Hizbu'llāh. **Journal of Islamic Studies**, United Kingdom, v. 14, n. 3, p. 273-307, 2003.

SALAMEY, Imad; PEARSON, Frederic. Hezbollah: a proletarian party with an Islamic manifesto—a sociopolitical analysis of Islamist populism in Lebanon and the Middle East. **Small Wars & Insurgencies**, United Kingdom, v. 18, n. 3, p. 416-438, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09592310701674358>. Acesso em: 16 jul. 2024.

SALIBI, Kamal. **A house of many mansions: The history of Lebanon reconsidered**. London: Tauris, 1988.

SALLOUKH, Bassel F.; BARAKAT, Rabi; AL-HABBAL, Jinan S.; KHATTAB, Laura W.; MIKAELIAN, Shoghig. **The Politics of Sectarianism in Postwar Lebanon**. London: Pluto Press, 2015.

SALLOUKH, Bassel F.; VERHEIJ, Renko A. Transforming power sharing: From corporate to hybrid consociation in postwar Lebanon. **Middle East Law and Governance**, Netherlands, v. 9, n. 2, p. 147-173, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1163/18763375-00902004>. Acesso em: 16 jul. 2024.

SALTER, Mark B.; MUTLU, Can E. (ed.). **Research methods in critical security studies: An introduction**. New York: Routledge, 2013. p. 1-256.

SANKARI, Jamal. **Fadlallah: the making of a radical Shi'ite leader**. London: Al Saqi, 2005.

SAOULI, Adham. Intellectuals and political power in social movements: The parallel paths of Fadlallah and Hizbullah. **British Journal of Middle Eastern Studies**, United Kingdom, v. 41, n. 1, p. 97-116, 2014.

SCHEMEIL, Yves. **Sociologie du Système Politique Libanais**. 1976. Thesis (Doctoral) – Université de Grenoble II, Grenoble, 1976.

SCHULZ, Richard. The psychology of death, dying, and bereavement. Boston: Addison Wesley Publishing Company, 1978.

SEARS, Nathan Alexander. Existential security: Towards a security framework for the survival of humanity. **Global Policy**, Hoboken, v. 11, n. 2, p. 255-266, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1758-5899.12800>. Acesso em: 16 jul. 2024.

SELWAY, Joel; TEMPLEMAN, Kharis. The myth of consociationalism? Conflict reduction in divided societies. **Comparative political studies**, United Kingdom, v. 45, n. 12, p. 1542-1571, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0010414011425341>. Acesso em: 16 jul. 2024.

SEN, Amartya. **Identity and violence: The illusion of destiny**. Haryana: Penguin Books India, 2007.

SENIOR, Heather M. Campbell (ed.). **The Britannica guide to political and social movements that changed the modern world**. New York: The Rosen, 2009.

SHAERY-EISENLOHR, Roschanack. **Shi'ite Lebanon: Transnational religion and the making of national identities**. New York: Columbia University Press, 2008.

SHANAHAN, Rodger. From Tyre to Tehran: Transnational Links Amongst Lebanese Shi'a Clerical Families. **Journal of Shi'a Islamic Studies**, Australia, v. 6, n. 3, p. 307-322, 2013. Disponível em: https://www.lowyinstitute.org/sites/default/files/shanahan_from_tyre_to_tehran.pdf. Acesso em: 16 jul. 2024.

SHANEE, B. Ban On Selling, Renting Property To Muslims In Lebanese Town Sparks Sectarian Conflict In Country. **Lebanon, Inquiry & Analysis Series**, n. 1465, 15 jul. 2019. Disponível em: <https://www.memri.org/reports/ban-selling-renting-property-muslims-lebanese-town-sparks-sectarian-conflict-country>. Acesso em: 15 jan. 2022.

SHANNON, Vaughn P.; KOWERT, Paul A. (ed.). **Psychology and constructivism in international relations: An ideational alliance**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2012.

SHAPIRA, Shimon. Who Was Behind the Killing of Imam Musa Sadr? **Jewish Political Studies Review**, Jerusalem, v. 31, n. 1/2, p. 160-170, 2020. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26870793>. Acesso em: 16 jul. 2024.

SICKING, Thomas; KHAIRALLAH, Shereen. **The Shi'a Awakening in Lebanon: A Search for Radical Change in a Traditional Way**. Beirut: CEMAM, Vision and Revision in Arab Society, 1974.

SIKLAWI, Rami. The dynamics of the Amal movement in Lebanon 1975-90. **Arab Studies Quarterly**, United Kingdom, v. 34, n. 1, p. 4-26, 2012. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41858677>. Acesso em: 16 jul. 2024.

SIKLAWI, Rami. The social and political identities of the Shi'i community in Lebanon. **Arab Studies Quarterly**, United Kingdom, v. 36, n. 4, p. 278-291, 2014. Disponível em: DOI: 10.13169/arabstudquar.36.4.0278. Acesso em: 16 jul. 2024.

SMAIRA, Dima. **Changing Security: Theoretical and Practical Discussions. The Case of Lebanon**. 2014. Tese (Doutorado em Filosofia das Relações Internacionais) – Durham University, Durham, 2014. Disponível em: <http://etheses.dur.ac.uk/10810/>. Acesso em: 11 set. 2021.

SMIT, Ferdinand. **The battle for South Lebanon: the radicalization of Lebanon's Shiites 1982-1985**. Tese (Doutorado em Letras), 2000. Disponível em: <https://hdl.handle.net/2066/147053>. Acesso em: 16 jul. 2024.

SNIDER, Lewis W. The Lebanese Forces: Their origins and role in Lebanon's politics. **Middle East Journal**, United States, v. 38, n. 1, p. 1, 1984. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4326725>. Acesso em: 16 jul. 2024.

SORJ, Bernardo. Segurança, segurança humana e América Latina. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 2, n. 3, p. 40-59, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1806-64452005000200004&script=sci_arttext. Acesso em: 18 fev. 2021.

SPEIDL, Bianka. **Islam as Power: Shi' i Revivalism in the Oeuvre of Muhammad Husayn Fadlallah**. New York: Routledge, 2020.

STEIN, Janice Gross. Psychological explanations of international conflict. *In*: CARLSNAES, Walter; SIMMONS, Beth A.; RISSE, Thomas. **Handbook of international relations**. London: SAGE Publications Ltd, 2002. p. 293-308

STEIN, Janice Gross. The micro-foundations of international relations theory: Psychology and behavioral economics. **International Organization**, País, v. 71, n. S1, p. S249-S263, 2017. Disponível em: doi:10.1017/S0020818316000436. Acesso em: 16 jul. 2024.

STEWART, Frances. **Horizontal inequalities and conflict: Understanding group violence in multiethnic societies**. New York: Springer, 2016.

SUPREMO CONSELHO ISLÂMICO XIITA. **Uma visão histórica do Supremo Conselho Islâmico Xiita**. Líbano, 2023. Disponível em: <http://www.shiitecouncil.com/subject.php?id=1>. Acesso em 22 fev. 2024.

TADAMOUN. **Tadamoun Chabab Al Hadat**. 2016. Disponível em: <http://tadamoun.org/>. Acesso em: 16 jan. 2022.

TAJFEL, Henri Ed. **Differentiation between social groups**: Studies in the social psychology of intergroup relations. London: Academic Press, 1978.

TAJFEL, Henri. Human groups and social categories: Studies in social psychology. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

TAJFEL, Henri. Individuals and groups in social psychology. **British Journal of social and clinical psychology**, United Kingdom, v. 18, n. 2, p. 183-190, 1979. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.2044-8260.1979.tb00324.x>. Acesso em: 16 jul. 2024.

TAJFEL, Henri. Social identity and intergroup behaviour. **Social science information**, United Kingdom, v. 13, n. 2, p. 65-93, 1974. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/053901847401300204>. Acesso em: 16 jul. 2024.

TAJFEL, Henry; FRASER, Colin. **Social psychology as social science**: Introducing Social Psychology. Harmondsworth: Penguin, p. 1-53, 1978.

TAJFEL, Henri et al. An integrative theory of intergroup conflict. **Organizational identity: A reader**, United States, v. 56, n. 65, p. 9780203505984-16, 1979. Disponível em: <http://christosaioannou.com/Tajfel%20and%20Turner%201986.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2024.

TALIQANI, Mahmud; MUTAHHARI, Murtazâa; SHARIATI, Ali. **Jihad and Shahadat: Struggle and Martyrdom in Islam**. Houston: Institute for Research and Islamic Studies, 1986.

TAQIEL-DIN, Suleiman. Sul do Líbano sob os Prenúncios da Independência. In: **Páginas da história de Jabal Amil**. Beirute: Dar Al-Farabi - Conselho Cultural do Sul do Líbano, 1979.

TELHAMI, Shibley; BARNETT, Michael. **Identity and foreign policy in the Middle East**. Ithaca: Cornell University Press, 2002.

THE BEIRUT FORUM. **The Beirut Security Studies Collective**. About. 2024. Disponível em: <http://www.thebeirutforum.org/about-the-forum>. Acesso em: 05 fev. 2024.

THEILER, Tobias. Societal security and social psychology. **Review of International Studies**, United Kingdom, v. 29, n. 2, p. 249-268, 2003. Disponível em: [doi:10.1017/S0260210503002493](https://doi.org/10.1017/S0260210503002493). Acesso em: 16 jul. 2024.

TICKNER, J. Ann. International relations: Post-positivist and feminist perspectives. In: GOODIN, Robert E.; KLINGEMANN, Hans-Dieter (Ed.). **A new handbook of political science**. United Kingdom: Review of International Studies p. 446-461, 1996.

TRABOULSI, Fawwaz. **A history of modern Lebanon**. London: Pluto Press, 2012.

TYNDALE, Wendy. **Visions of development: faith-based development**. Ashgate: Routledge, 2006.

UNITED ARAB Republic, historical republic, Egypt-Syria. *In*: ENCYCLOPAEDIA Britannica, 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/United-Arab-Republic>. Acesso em: 05 fev. 2024.

URQUHART, David. **The Lebanon (Mount Souria)**. London: TC Newby, 1860.

VAN DER KOLK, Bessel A.; MCFARLANE, Alexander C.; WEISAETH, Lars (ed.). **Traumatic stress: The effects of overwhelming experience on mind, body, and society**. New York: Guilford Press, 1996. p. 35.

VARSHNEY, Ashutosh. Nationalism, ethnic conflict, and rationality. **Perspectives on politics**, United Kingdom, v. 1, n. 1, p. 85-99, 2003. Disponível em: doi:10.1017/S1537592703000069. Acesso em: 16 jul. 2024.

VOLNEY, Constantin-François. **Travels through Egypt and Syria, in the years 1783, 1784 & 1785**. London: G.G.J. and J. Robinson, 1787. Vol, 11.

WAEVER, Ole. Aberystwyth, Paris, Copenhagen: new “schools” in security theory and their origins between core and periphery’. *In*: INTERNATIONAL STUDIES ASSOCIATION CONVENTION, 2004, Montreal. **Proceedings [...]**. Montreal: International Studies Association, 2004.

WAEVER, Ole. Identity, communities and foreign policy: discourse analysis as foreign policy theory. *In*: HANSEN, Lene; WÆVER, Ole. European integration and national identity. London and New York: Routledge, 2002. p. 20-49.

WAEVER, Ole. **Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe**. New York: St. 1993.

WANG, Zheng. **Memory politics, identity and conflict: Historical memory as a variable**. New York: Springer, 2017.

WASTNIDGE, Edward. The modalities of Iranian soft power: from cultural diplomacy to soft war. **Politics**, United Kingdom, v. 35, n. 3-4, p. 364-377, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1467-9256.12084>. Acesso em: 16 jul. 2024.

WEISS, Max. **In the shadow of sectarianism: Law, shiism, and the making of modern Lebanon**. United States of America: Harvard University Press, 2010.

WEISS, Max. The historiography of sectarianism in Lebanon. **History Compass**, United Kingdom, v. 7, n. 1, p. 141-154, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1478-0542.2008.00570.x>. Acesso em: 16 jul. 2024.

WINTER, Stefan. **The Shiites of Lebanon under Ottoman Rule, 1516–1788**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010 2010.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International organization**, United Kingdom, v. 46, n. 2, p. 391-425, 1992. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2706858>. Acesso em: 16 jul. 2024.

WENDT, Alexander. Collective identity formation and the international state. **American political science review**, United States, v. 88, n. 2, p. 384-396, 1994. Disponível em: [doi:10.2307/2944711](https://doi.org/10.2307/2944711). Acesso em: 16 jul. 2024.

WENDT, Alexander. Identity and structural change in international politics. *In*: LAPID, Yosef; KRATOCHWIL, Friedrich (Ed.). **The return of culture and identity in IR theory**, Boulder: Lynne Rienner Publishers, p. 47-64, 1996.

WENDT, Alexander. **Social theory of international politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WORRALL, James. Reading Booth in Beirut: Is Hizbollah an Emancipatory Actor? **Studies in Conflict & Terrorism**, United Kingdom, v. 36, n. 3, p. 235-254, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1057610X.2013.755914>. Acesso em: 16 jul. 2024.

WU, Bingbing. Shi'ite Collective Identity and the Construction of the Nation-State of Lebanon. **Journal of Middle Eastern and Islamic Studies (in Asia)**, China, v. 3, n. 4, p. 53-64, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/19370679.2009.12023142>. Acesso em: 16 jul. 2024.

YEŞILTAŞ, Murat; KARDAŞ, Tuncay (ed.). **Non-State Armed Actors in the Middle East: Geopolitics, Ideology, and Strategy**. New York: Springer, 2017.

ZAHREDDINE, Danny. Do Pequeno ao Grande Líbano: os desafios contemporâneos da República Libanesa. **Conjuntura Internacional**, Brasil, v. 17, n. 2, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.1809-6182.2020v17n2p29>. Acesso em: 05 mar. 2021.

ZAKAT: Como Funciona a Doação Compulsória no Islam. **Iqara Islam**, Brasil, 2020. Disponível em: <https://iqaraislam.com/zakat>. Acesso em: 19 dez. 2021. Disponível em: <https://iqaraislam.com/zakat>. Acesso em: 16 jul. 2024.

ZENNER, Walter P. Ethnic stereotyping in Arabic proverbs. **The Journal of American Folklore**, United States, v. 83, n. 330, p. 417-429, 1970. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/539663>. Acesso em: 14 mar. 2024.

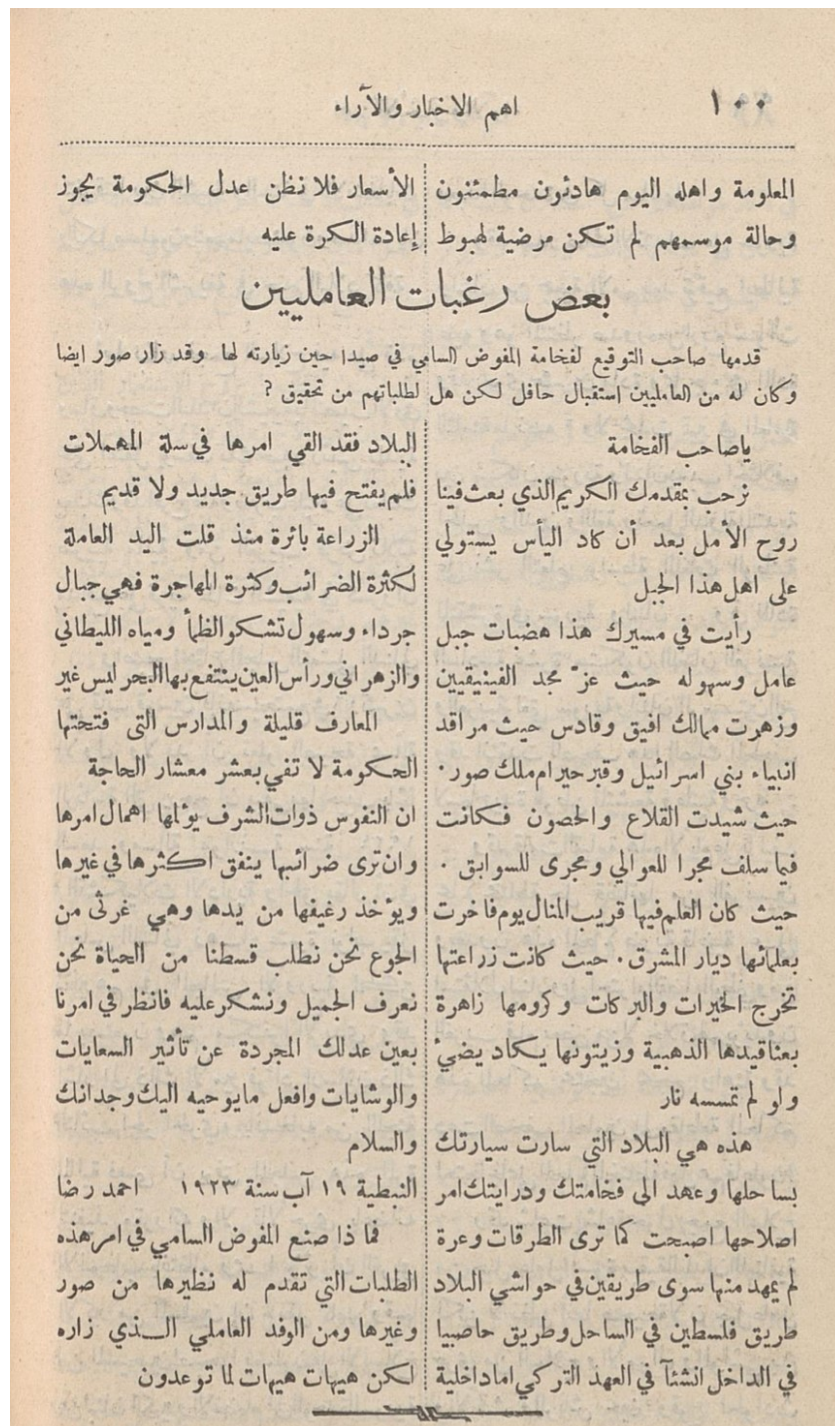
ZUGUEIB NETO, Jamil; CREMASCO, Maria Virginia Filomena. A clínica social em situações extremas: o trauma na dimensão coletiva. **Interação em Psicologia**, Brasil, v. 15, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v15i0.25372>. Acesso em: 16 jul. 2024.

ZUGUEIB NETO, Jamil. Do trauma individual ao trauma coletivo. Os Xiitas do sul do Líbano e os bombardeios israelenses 2006. **Psicologia Revista**, Brasil, v. 26, n. 1,

p. 17-40, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2594-3871.2017v26i1p.17-40>. Acesso em: 16 jul. 2024.

ZUGUEIB NETO, Jamil; SAHD, Fábio BÁCILA. Líbano: nação ou agregado de grupos religiosos? **Tensões Mundiais**, Brasil, v. 6, n. 11, p. 17-38, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.33956/tensoesmundiais.v6i11.649>. Acesso em: 16 jul. 2024.

ANEXO A - Nota publicada na Revista *Al-Irfan* de 1923, intitulada "Alguns Desejos dos Amilis"



Fonte: Revista *Al-Irfan* (9º. volume, pt. 1, p. 100, 1923), disponibilizada pela Biblioteca Estadual da Universidade de Bonn (2014).

ANEXO B - Nota publicada na Revista *Al-Irfan* de 1921, intitulada “Os Xiitas e os Empregos”

الشيعية والوظائف

نحن نعتقد أن الأمة التي تنغمس في حب الوظائف وتتكالب على المأموريات تكالب الجياع على القصاص لا تدرك منزلة سامية في الهيئة الاجتماعية ولا تتقدم في الثروة والاخلاق والعلم وليس الوقت وقت إقامة براهين على هذه القضية التي يدرك صحتها كل عاقل دعانا إلى نفث هذه الكلمة ما شاهدناه هذه الآونة من حرمان الشيعة في لواء لبنان الجنوبي (صيداء) من الوظائف وهم الاكثية الساحقة حتى خلت منهم اكثر الدوائر خاصة المحاكم ولم يبق في محكمة صيدا شيعي واحد حتى ولا كاتب بسيط ولم نكن لنأسف على الوظائف التي توضع المرء في اغلال لولا انه يصعب على النفوس الأبية هضم الحقوق ، والمبالغة في العقوق ، خاصة ان شعار الدولة المنتدبة (المساواة) وإن قالوا لا يوجد اكفاء فنقول لهم متى فتحت باب الامتحان ليكرم المرء او يهان

Fonte: Revista *Al-Irfan* (6º. volume, pt. 5-6, p. 293, 1921), disponibilizada pela Biblioteca Estadual da Universidade de Bonn (2014).

ANEXO C - Nota publicada na Revista *Al-Irfan* de 1921, intitulada “Os direitos Sonegados dos xiitas”

حقوق الشيعة المهضومة

جبل عامل وهو ما عرفت في غير هذا المكان حدوده وسكانه وعددهم وأن ثلاثة ارباع اهله من الإسلام الشيعة كما هو واضح من الاحصاءات الرسمية وسوف يكشف الإحصاء الجديد عن انهم اكثر من ذلك «وإن غدا لناظره قريب» أما تعجب أيها القارىء إذا قلت لك أن هذه البلاد دفعت من الضرائب في الحوادث المعلومة مائة الف ليرة ذهباً أضف اليها مائة الف ومائة الف حتى تبلغ بها المليون وانها على أثر ذلك دفعت لاعانة السيف زهاء خمسة آلاف ليرة سورية وأين هي إعانة السيف تسربت الى الجيوب ام بذات بسخاء على موآند . . . !

وأن الذين حملوها تلك المغارم انسلوا في المغارم آمنين وأنه ما زال مالها ينيهب، ودمها يشرب، وضرعها يحلب، وهي ساكنة ساكنة لا تبدي حراكا ولا تنبس ببنت شفة وأنه يجبى منها سنويا من الخراج وغيره ما يناهز نصف المليون من الليرات اما تقضي عجبا إن قلت لك - انه لا يوجد موظفون من هذه الطائفة اكثر من عشرين موظفا في جميع انحاء جبل عامل على كثرة الموظفين وتراحم المأمورين . . .

وإن قلت أن الحكومة تنظر في اسناد المناصب إلى الاكفاء فنجيبك متى عجم عودهم فوجدته يابسا بل متى امتحنتهم ففشلوا بل متى قابلت بينهم وبين من عينتهم أو أقررتهم في وظائفهم فلم تجد من هو اكثر كفاءة من هؤلاء . . . يا لله إن سلمنا وسلمنا وسلمنا وسكتنا وسكتنا وسكتنا فهل نسلم بل هل يحسن السكوت على خطتها في اختيار مأموري التخمين من غيرهم وهم أهل زراعة وفلاحة منذ وجدوا في هذه البلاد أما يوجد فيهم من يصلح لأن يكون مأمور تخمين أو كاتباً أو مخمناً أو محافظاً؟! في صيداء وملحقاتها ثلاث فرق بينهم مأمور في فرقة وكاتب في أخرى وثلاثة مخمنين وفي صور وملحقاتها اربع فرق ليس بينهم حتى ولا مأمور واحد وبينهم كاتب ومخمنان فقط لا غير وقضاء صور كله شيعة أما في فرقتي مرجعيون فلا أظن أن بينها شيعيا واحدا . . . دع عنك العاصمة ولبنان الصغير والبقاع وبلبك ومشرفة هل بعد هذا يحسن السكوت؟ أرونا حسن نيتكم، لزيكم اخلاصنا الصميم وولاءنا للحميم

Fonte: Revista *Al-Irfan* (6º. volume, pt. 8, p. 405, 1921), disponibilizada pela Biblioteca Estadual da Universidade de Bonn (2014).

ANEXO D - Nota publicada na Revista *Al-Irfan* de 1921, intitulada “Jabal Amil e os impostos”

٢٩٤

اهم الاخبار والآراء

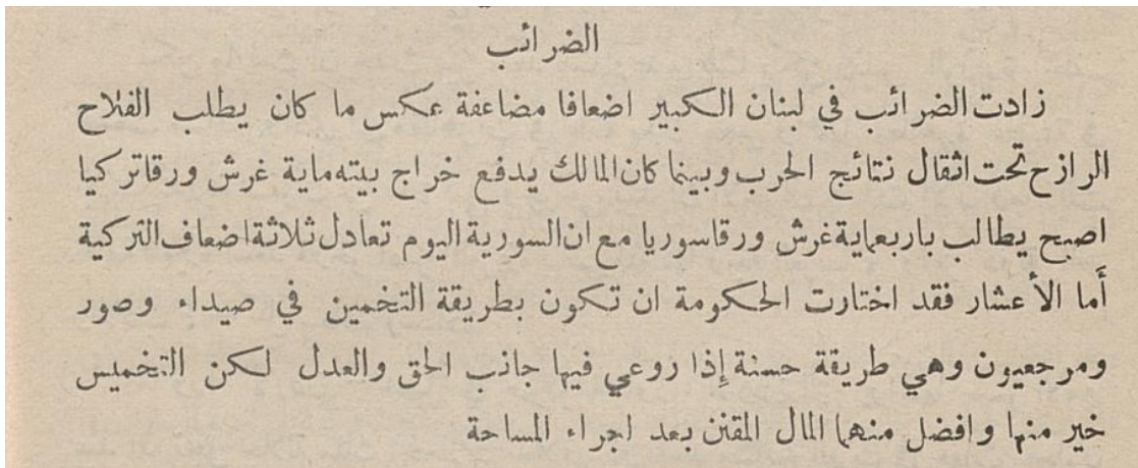
ويعرف الكفء من غيره ام عرفتم القوم بالوجوه والاكف فيا للحق ويا للانصاف

جبل عامل والضرائب

تحمل شيعة جبل عامل هذه الآونة من المغارم والضرائب الفادحة ما جعله خرابا
 يبأبا لو لا بقية من زمن الحرب وشبان عاملون في اميركا وبيروت فقد تفتن بعض
 المأمورين الذين هبطوا علينا من لبنان الصغير في جباية الضرائب تفننا غريبا لم يسبقهم
 اليه الحجاج ونيرون فهل سمعت باريس ام الحرية بما اصاب هذه البلاد في ذمة التاريخ
 ما كان وما يكون والذنب كل الذنب على اولئك المظلومين الذين لا يبدون حرا كما امام
 تلك الفظائع ولا يسمعون صوتهم للعالم المتمدن فهل هم عما حصل راضون ???!!!
 ولا يقيم على ضيم يراد به إلا الأذلان غير الحي والوتد
 نقول كلمتنا هذه وفي العين قذى وفي الخلق شجى وربك ليس بغافل عما يعمل الظالمون

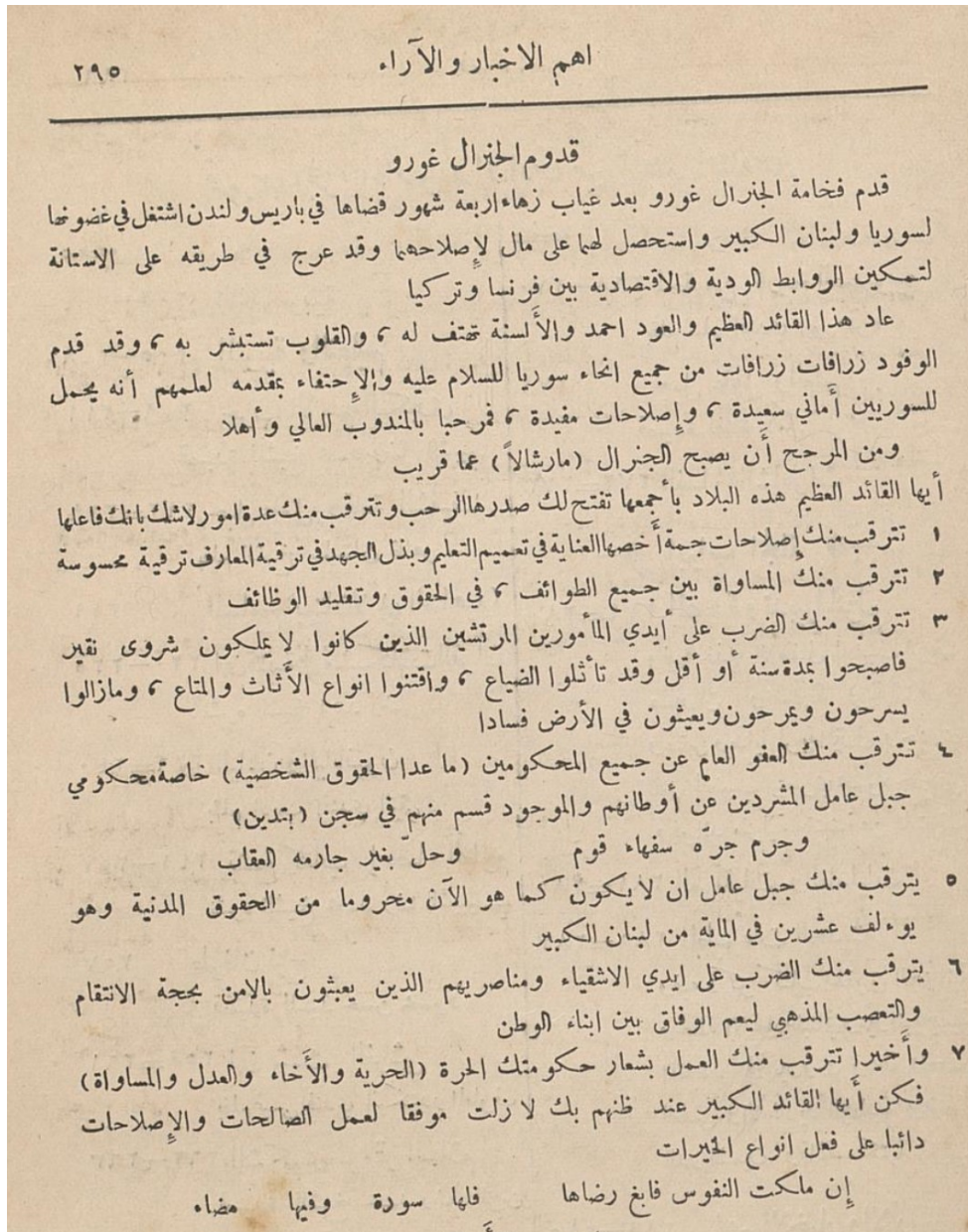
Fonte: Revista *Al-Irfan* (6º. volume, pt. 5-6, p. 294, 1921), disponibilizada pela Biblioteca Estadual da Universidade de Bonn (2014).

ANEXO E - Nota publicada na Revista *Al-Irfan* de 1921, intitulada "Impostos"



Fonte: Revista *Al-Irfan* (6º. volume, pt. 8, p. 404, 1921), disponibilizada pela Biblioteca Estadual da Universidade de Bonn (2014).

ANEXO F - Nota publicada na Revista Al-Irfan de 1921, intitulada "A chegada do General Gouraud"



Fonte: Revista Al-Irfan (6º. volume, pt. 5-6, p. 295, 1921), disponibilizada pela Biblioteca Estadual da Universidade de Bonn (2014).

ANEXO G - Nota publicada na Revista *Al-Irfan* de 1938, na seção “Perguntas e Respostas”

موضوع مشروع الكلية العاملة كما ينبغي
 فاخوانكم من وراء البحار ينتظرون
 منكم ومن مجلتهم المحبوبة «العرفان» الخوض
 بهذا الموضوع النبيل والله سبحانه وتعالى
 يجزيكم خير جزاء المحسنين

ج - لم تنل الشيعة من حقوقها إلا بعضاً
 من كل ولم تتساو ببقية الطوائف لتخاذلها وعدم
 تعاونها وتناصرها على المصلحة العامة وعدم وقوف
 عامتها وخاصتها موقفاً حازماً

وقد ملأنا الصحف والطوامير نحن وفريق
 من كتاب جبل عامل ولكن لا حياة لمن تنادي
 والحق يؤخذ ولا يعطى ولا يؤخذ إلا بالقوة
 وأين الشيعة منها

Fonte: Revista *Al-Irfan* (28º. volume, pt. 4, p. 387, 1938), disponibilizada pela Biblioteca Estadual da Universidade de Bonn (2014).